

TRÂNSITO CONDICIONADO

Barómetro do Observatório de luta
contra a Pobreza na cidade de Lisboa

Fase III



Sónia Costa (Coord.)

Marta Santos

Isabel Guerra

Trânsito Condicionado

Barómetro de Pessoas que se encontram
em situação vulnerável – Fase III

Observatório de luta contra a Pobreza
na cidade de Lisboa

Sónia Costa (Coord.)
Marta Santos
Isabel Guerra

Ficha técnica

Título	Trânsito condicionado. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa - Fase III
Autores	Sónia Costa (coordenação) Marta Santos Isabel Guerra
Colaboração	Cecília Luís Mafalda Sousa Raquel Tavares Susana Martins
Edição	EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa Avenida de Berna, nº 11, 2º andar 1050-036 Lisboa www.observatorio-lisboa@eapn.pt www.eapn.pt
Design gráfico	make_up design – agosto pires
Foto da capa	Sérgio Aires
Produção e paginação	Edições Húmus
Impressão	Papelmunde
Tiragem	300
Data da publicação	2017
Depósito Legal	438546/18
ISBN	978-989-8304-49-0
Apoio	Ministério do Trabalho e da Segurança Social
Nota	Esta publicação resulta de um estudo desenvolvido em parceria entre o Dinâmia'CET-IUL e o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. A informação e pontos de vista apresentados nesta publicação, e resultantes deste estudo, são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza, nem de qualquer das entidades que o financiaram.

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	13
I. Trajetórias de pobreza: mobilidades, condicionantes, âncoras e alavancas - 7 anos depois	27
A. Pessoas com trajetórias de pobreza persistente	27
1. <i>Mudança de perfil: os novos casos de integração no mercado de trabalho</i>	27
2. <i>Problemas, responsabilização e resolução - a doença e a idade como condições inultrapassáveis e a libertação pelo trabalho.</i>	31
3. <i>Perfis de trajetórias</i>	49
3.1. <i>Instalados na condição de necessidade</i>	50
3.2. <i>Em trânsito em busca de oportunidades</i>	69
B. Pessoas em situação de pobreza episódica	88
1. <i>Mudanças de perfil: a (des)vinculação com o trabalho e o reforço dos laços sociais.</i>	88
2. <i>A centralidade dos problemas de saúde e a falta de oportunidades de trabalho compatíveis com a condição de saúde</i>	90
3. <i>Perfis de trajetórias</i>	106
3.1. <i>Instalados na condição de necessidade</i>	107
3.2. <i>Em trânsito em busca de oportunidades</i>	124
C. Percursos de Pobreza Oscilantes	143
1. <i>Estabilidade de perfil: manutenção da relação com o trabalho</i>	143
2. <i>Causalidades, Responsabilização e Estratégias.</i>	145
3. <i>Perfis de trajetórias</i>	156
3.1. <i>Instalados na condição de necessidade</i>	156
3.2. <i>Em trânsito em busca de oportunidades</i>	165
D. Saída da pobreza	190
II. Resultados dos apoios na satisfação das necessidades.	195
1. <i>Carências ainda por colmatar</i>	199
1.1. <i>Rendimentos</i>	202
1.2. <i>Alimentação</i>	204
1.3. <i>Apoios à saúde</i>	205
1.4. <i>Habituação</i>	208
1.5. <i>Formação profissional.</i>	209
1.6. <i>Emprego</i>	211
III. A situação habitacional	213
1. <i>A mobilidade e a saída dos bairros históricos contrastam com a estabilidade da habitação social</i>	213
2. <i>O reforço do vínculo no estatuto de ocupação das habitações.</i>	217
3. <i>Habituação como medida de política social – os apoios escassos face às necessidades</i>	221

IV. Conclusão	223
1. <i>Condenados à pobreza mesmo quando o mercado de trabalho os absorve.</i>	225
2. <i>A solidariedade de proximidade: Família, as Instituições locais e o Estado</i> <i>- o indispensável reforço da cooperação?</i>	238
3. <i>Doentes porque são pobres ou pobres porque são doentes?.</i>	243
4. <i>Perceção das carências: melhoria no acesso aos serviços públicos, mas manutenção de grande</i> <i>privação ao nível da subsistência familiar (rendimentos e alimentação)</i>	248
5. <i>Capacidade de ação: entre a adaptação e a resiliência, as condições “objetivas”</i> <i>são determinantes</i>	253
BIBLIOGRAFIA	263

Quadro 1	Local de residência e posicionamento face ao percurso de pobreza	18
Quadro 2	Alterações do perfil social dos entrevistados (2011, 2014 e 2017)	19
Quadro 3	Barómetro Fase III - Eixos analíticos.	21
Quadro 4	Pessoas com percursos de pobreza persistentes e as mudanças de perfil entre 2011 e 2017	30
Quadro 5	Balanço do estado de saúde entre 2014 e 2017 e o grau de limitação para o trabalho em 2017.	33
Quadro 6	Pobreza persistente Perceção dos problemas, por perfil (2011, 2014 e 2017)	40
Quadro 7	Pobreza persistente A estratégia de ação, por perfil (2011, 2014 e 2017)	41
Quadro 8	Pobreza persistente A perceção do problema e a estratégia de ação, por perfil (2017) .	42
Quadro 9	Pobreza persistente Perfil, idade, estado de saúde, trajetória económica e disposição para a ação em 2011, 2014 e 2017	47
Quadro 10	Pobreza persistente Instalados na condição de necessidade - Evolução dos apoios institucionais recebidos (2011, 2014 e 2017).	54
Quadro 11	Pobreza persistente Instalados na condição de necessidade - Estratégias de privação (2011, 2014 e 2017).	66
Quadro 12	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Intensidade do trabalho e relação contratual (2017)	69
Quadro 13	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Relação com o mercado de trabalho nos períodos em análise (2011 a 2014 e 2014 a 2017).	70
Quadro 14	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Número de elementos dos agregados familiares dos entrevistados em situação de desemprego (2014 e 2017).	70
Quadro 15	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de novas oportunidades - Evolução dos apoios institucionais recebidos (2011, 2014 e 2017).	80
Quadro 16	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Estratégias de gestão da privação (2011, 2014 e 2017).	83
Quadro 17	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Perspetivas para melhorar a sua vida (2011, 2014 e 2017).	86
Quadro 18	Pobreza episódica Entrevistados por tipo de perfil (2011, 2014, 2017)	90
Quadro 19	Pobreza episódica Balanço do estado de saúde entre 2011 e 2017, por escalões etários	92
Quadro 20	Pobreza episódica Grau de limitação da condição de saúde (2011, 2014, 2017) . .	93
Quadro 21	Pobreza episódica Evolução da auto perceção dos problemas (2011-14-17), por perfil de entrevistados em 2017	97
Quadro 22	Pobreza episódica Evolução das estratégias de ação mobilizada para fazer face aos problemas (2011, 2014 e 2017)	98
Quadro 23	Pobreza episódica Perceção dos problemas e estratégias de ação (2017).	99
Quadro 24	Pobreza episódica Evolução da disposição para a ação, por perfil de entrevistado e trajetória económica (2011-2017)	102
Quadro 25	Pobreza episódica Perceção dos problemas e estratégias de ação, por posicionamento face ao percurso de pobreza (2017).	105
Quadro 26	Pobreza episódica Instalados na condição de necessidade - evolução do tipo de apoios sociais (2011-2017)	110

Quadro 27	Pobreza episódica Instalados na condição de necessidade: Estratégias de gestão da privação (2011-17)	111
Quadro 28	Pobreza episódica Instalados na condição de necessidade - Avaliação da adequação dos apoios e da relação com os dispositivos de assistência	121
Quadro 29	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades - vínculo e intensidade laboral	125
Quadro 30	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades - Relação com o mercado de trabalho nos períodos em análise (2011 a 2014 e 2014 a 2017)	126
Quadro 31	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades: Número de pessoas desempregadas na família	127
Quadro 32	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades - evolução do tipo de apoios sociais (2011-2017)	129
Quadro 33	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades: evolução da avaliação da adequação dos apoios sociais e da relação com os dispositivos de assistência (2011-2017)	130
Quadro 34	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades: evolução das estratégias de gestão da privação (2011-2017)	133
Quadro 35	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades - perspetivas para o futuro.	142
Quadro 36	Pobreza oscilante Entrevistados por perfil social (2011,2014 e 2017).	145
Quadro 37	Pobreza oscilante Auto perceção dos problemas (2011,2014 e 2017).	150
Quadro 38	Pobreza oscilante Estratégias de ação (2011, 2014 e 2017)	150
Quadro 39	Pobreza oscilante Perceção de problema e estratégia de ação 2017	152
Quadro 40	Pobreza oscilante Perfil, idade, trajetória económica em 2017 e evolução da disposição para a ação nas 3 fases (2011, 2014 e 2017)	154
Quadro 41	Pobreza oscilante Em trânsito - idade em escalões (2017)	165
Quadro 42	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de oportunidades - relação com o mercado de trabalho 2011-2017	169
Quadro 43	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de oportunidades - intensidade laboral segundo o vínculo laboral (2017)	170
Quadro 44	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de oportunidades - pertença a agregados com menores, a agregados com pessoas desempregadas ou a prestar apoio a familiares e/ou agregados com pessoas com problemas de saúde (2017)	171
Quadro 45	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de novas oportunidades - fonte de apoios informais (2011, 2014 e 2017)	173
Quadro 46	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de novas oportunidades - tipo de duração da relação com a Assistência Social	176
Quadro 47	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de oportunidades - evolução do tipo de apoios sociais (2011-2017)	181
Quadro 48	Pobreza oscilante Em busca de novas oportunidades - estratégias de gestão da privação (2011-17)	182
Quadro 49	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de oportunidades - perspetivas de melhoria 2011-2017	184
Quadro 50	Avaliação da relação com os dispositivos de assistência (até 2014 e de 2014 a 2017)	197
Quadro 51	Tipo de adesão aos dispositivos de assistência (2011-2017)	198
Quadro 52	Resultados dos apoios por área problemática	201
Quadro 53	Resultados dos apoios - Rendimentos (2014, 2017).	202
Quadro 54	Resultados dos apoios - Alimentação (2014, 2017)	205
Quadro 55	Resultados dos apoios - Cuidados de Saúde (2014, 2017).	207
Quadro 56	Resultados dos apoios - Habitação (2014, 2017)	209
Quadro 57	Resultados dos apoios - Formação profissional (2014, 2017)	210
Quadro 58	Resultados dos apoios - Emprego (2014, 2017)	212
Quadro 59	Local de residência dos entrevistados segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017).	216
Quadro 60	Estatuto de ocupação da habitação dos entrevistados segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017).	218

Quadro 61	Balanço das condições habitacionais entre 2014 e 2017 face às condições habitacionais em 2017 dos entrevistados segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017)	220
Quadro 62	Perceção dos problemas com a habitação segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017).	221
Quadro 63	Apoios regulares à renda segundo a perceção do trajeto na pobreza (2014 e 2017).	221
Quadro 64	Evolução dos perfis de ocupação das pessoas que em 2011 estavam em idade ativa - 40 (2011, 2014 e 2017).	229
Quadro 65	Composição dos indicadores suplementares de desemprego nos países europeus, pop. 15-74 anos, por sexo (2016) (%)	233
Quadro 66	Composição de dois dos indicadores suplementares de desemprego nos países europeus, pop. 15-74 anos, por nível de escolaridade (2016) (%)	234
Quadro 67	De quem recebe apoios informais (2014 e 2017)	239
Quadro 68	Grau de limitação imposta pelos problemas de saúde no desempenho de uma atividade profissional por perfil (2017)	246
Quadro 69	Resultados dos apoios por área problemática	249

Gráfico 1	Caraterização sociodemográfica das pessoas que integram o painel do Barómetro . . .	27
Gráfico 2	Taxa de Risco de Pobreza após transferências sociais e Taxa de Intensidade de Pobreza 2011, 2014, 2016	226
Gráfico 3	Taxa de Intensidade de Pobreza após transferências sociais Trabalhadores, Reformados e Desempregados, 2011, 2014 e 2016	227
Gráfico 4	Tipo de inserção no trabalho e apreciação da sua situação económica dos trabalhadores pobres no mercado de trabalho (20) – 2017	231
Gráfico 5	Tipo de inserção no trabalho e apreciação da sua situação económica dos recém-entrados no mercado de trabalho (8) - 2014-17	232
Gráfico 6	Evolução do número de pessoas que usufruem dos Apoios Sociais por tipos (2011, 2014 e 2017).	251
Gráfico 7	Apreciação da Trajetória 2014 a 2017, por perfil.	258
Gráfico 8	Apreciação da Trajetória 2014 a 2017 por perceção da trajetória de pobreza	259

Índice de Figuras

Figura 1	Modelo conceitual e analítico	17
Figura 2	Análise de conteúdo	24
Figura 3	Pobreza persistente Auto percepção dos problemas em 2017.	37
Figura 4	Pobreza persistente Perfis de trajetórias de vulnerabilidade	50
Figura 5	Pobreza persistente Instalados na condição de necessidade - Trajetória de vida de Gonçalo: idoso	56
Figura 6	Pobreza persistente Instalados na condição de necessidade - Trajetória de vida de Joana: incapacitada por motivo de doença	68
Figura 7	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Anabela: de cuidadora a trabalhadora pobre	76
Figura 8	Pobreza persistente Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Olegário: de desempregado a trabalhador pobre	78
Figura 9	Pobreza episódica Auto percepção dos problemas em 2017	94
Figura 10	Pobreza episódica Perfis de trajetórias de vulnerabilidade.	107
Figura 11	Pobreza episódica Trajetórias de vida: de desafiados a incapacitados permanentes para o trabalho.	115
Figura 12	Pobreza episódica Trajetórias de vida: de trabalhadores pobres a incapacitados permanentes para o trabalho	119
Figura 13	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades - Trajetória de vida de Ilda: de desafiada a trabalhadora pobre	135
Figura 14	Pobreza episódica Em trânsito em busca de oportunidades - Trajetória de vida de Sofia: de incapacitada a trabalhadora pobre.	138
Figura 15	Pobreza oscilante Auto percepção dos problemas em 2017.	149
Figura 16	Pobreza oscilante Perfis de trajetórias de vulnerabilidade	156
Figura 17	Pobreza oscilante Instalado na condição de necessidade - Trajetória de vida de Antero	159
Figura 18	Pobreza oscilante Instalado na condição de necessidade - Trajetória de vida de Valentina	161
Figura 19	Pobreza oscilante Instalado na condição de necessidade - Trajetória de vida de Teolinda	163
Figura 20	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Pedro.	187
Figura 21	Pobreza oscilante Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Alda	189
Figura 22	Principais redes de solidariedade e tipo de apoios	240
Figura 23	Determinantes de saúde e impactos encontrados na pesquisa	245
Figura 24	Percepção dos problemas pelos entrevistados do Painel	254
Figura 25	Responsabilização na solução dos problemas e disposição para a ação, 2017.	256
Figura 26	Perfis de trajetórias de vulnerabilidade - 2017	257

O sonho de concretizar um estudo longitudinal qualitativo, que desde o início enunciamos como um instrumento científico que fosse “capaz de ouvir as pessoas, avaliar o que sentem, registar as suas propostas, fazê-las cidadãos ativos no processo que poderá conduzir a uma intervenção sobre as causas que verdadeiramente as fizeram reféns da pobreza”, aproxima-se do seu final. Esta aventura, iniciada em 2011, e em que poucos acreditavam, está afinal a ser possível e a demonstrar a sua utilidade prática.

É exatamente por isso que é com redobrado gosto que a EAPN Portugal vem por este meio dar a conhecer os resultados da terceira, e penúltima, fase deste estudo.

Tentando ilustrar a utilidade prática deste estudo e, ao mesmo tempo, aguçar a curiosidade dos leitores, permitam-me salientar neste prefácio apenas uma das recomendações que mais me chamou à atenção: “Importa questionar em que medida as políticas sociais se adequam às necessidades manifestadas pelos diferentes perfis do Painel. Na verdade, as respostas sociais acionadas permitem interrogar em que medida as diferentes necessidades manifestadas pelas pessoas são alvo de uma intervenção diversificada e adequada. Os relatos recolhidos indiciam que os recursos às políticas públicas tendem a satisfazer os níveis mínimos de sobrevivência, poucas vezes alavancando processos efetivos e sustentados de rotura com a pobreza. Uma aposta nas políticas de emprego, a par de orientações estratégicas nas políticas de saúde e proteção social, e um acompanhamento social que faça efetivamente a mediação entre os perfis de vulnerabilidade e os recursos disponíveis, seria uma via para uma melhor intervenção face às necessidades manifestadas, tanto num plano generativo e de promoção de autonomização, como na definição de respostas paliativas que garantam uma vida condigna, se a trajetória de vida não permitir a autonomização.”

Ora, foi para isto mesmo que quisemos promover este estudo; para verificar no terreno, através de uma observação e leitura da vida quotidiana das pessoas, qual o impacto das políticas públicas e o que poderia ser corrigido. Falta-nos uma última etapa (a fase IV em 2020) para ficarmos com uma imagem completa e, com ainda mais robustez, podermos propor caminhos alternativos.

Por isso mesmo, recorro de novo às palavras das autoras, para sublinhar o que nos espera na última e derradeira etapa deste estudo: “aferir a sustentabilidade de algumas situações, nomeadamente de trabalhadores saídos da situação de pobreza, dos casos de trabalhadores sem vínculos laborais e participações sociais consonantes com os rendimentos auferidos, bem como das situações de integração no mercado de trabalho com fraca intensidade laboral e baixos rendimentos, e do entrevistado que integrado recentemente no mercado de trabalho vive numa carinha com a sua família”.

Ou seja, por outras palavras, verificar se este “trânsito condicionado” começa a fluir e, se tal acontecer, com que sustentabilidade. Perceber até onde, e com que permanência e eficácia, as políticas públicas, e outras ações protagonizadas por privados, impactam na vida destas pessoas. A última fase de barómetro, é, definitivamente, a mais importante, porque é ela que nos poderá ajudar a melhorar as políticas públicas tendo em vista a concretização plena do que deve ser o seu objectivo: a erradicação da pobreza.

Uma das especificidades metodológicas de um estudo longitudinal qualitativo, que abrange um período tão longo, (dez anos), é o enorme desafio de conseguir manter a mesma equipa de investigação. Ao longo de dez anos, muitas coisas acontecem na vidas das pessoas, e não seria difícil, como muitos autores sublinham, que este critério de cientificidade pudesse ser posto em causa. Pois bem, graças a uma enorme generosidade e espírito de profissionalismo, e, porque não dizê-lo, amor à causa, conseguimos uma vez mais que isto acontecesse. Por isso, e por muito mais, quero aqui agradecer às autoras deste estudo, e a todos os que indiretamente colaboraram com o mesmo. E, acima de tudo quero reconhecidamente agradecer a todos os membros do painel do Barómetro a firmeza e generosidade com que continuam a colaborar nesta aventura pioneira em Portugal.

Finalmente, uma palavra muito especial de agradecimento às entidades financiadoras do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia e a Fundação Montepio, que apoiam esta iniciativa financeiramente, mas muito mais importante, se têm assumido e comportado como verdadeiros parceiros.

Pe. Agostinho Cesário Jardim Moreira

Presidente da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
(entidade promotora do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa)

Enquadramento

Esta pesquisa, iniciada em 2011, conta com três vagas de entrevistas concretizadas (a primeira em 2011, a segunda em 2014 e a terceira em 2017) e possibilitou seguir neste período de tempo um Painel atualmente composto por 47 pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade e publicar dois livros¹. Todo o material recolhido e analisado contribuiu para uma compreensão aprofundada dos processos sociais em jogo, através da interpretação e (re)construção das trajetórias de vida destas pessoas.

A abordagem metodológica de tipo qualitativo longitudinal foi selecionada por se considerar ser a mais adequada e profícua no estudo dos fenómenos sobre a pobreza e a exclusão social. Assumindo a temporalidade um papel central na definição do tipo de estudos longitudinais qualitativos (ELQ), no caso do Barómetro foi definido um período de três anos, prevendo-se que o Painel se mantenha, pelo menos, até 2020.

Os ELQ têm conhecido ao longo dos últimos anos um renovado interesse, dado que possibilitam captar, no tempo, os processos de mudança social na sua relação entre o nível micro (indivíduo e família), meso (instituições) e macro (contexto socioeconómico e político). Isto pressupõe um olhar sobre os fenómenos de pobreza e de exclusão como processos e não como um estádio, onde importa detetar os mecanismos que interferem e que podem ser relevantes para compreender o impacto de acontecimentos e transições, formas de adaptação e de resistência à mudança.

Este enfoque explica o interesse crescente pelos estudos qualitativos e concretamente sobre os ELQ quer nas ciências sociais, quer entre decisores políticos.

1 Castro, Alexandra; Costa, Sónia; Lobo Antunes, M^a José; Santos, Marta; Guerra, Isabel (2012) A cidade Incerta. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa, Cadernos EAPN, nº17, Porto, EAPN e Costa, Sónia; Santos, Marta; Guerra, Isabel (2015) Evolução na continuidade. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II, Cadernos EAPN, nº20, Porto, EAPN

A sua atração reside na capacidade de responder às perguntas “como” e “porquê”. Em termos políticos é possível desenvolver uma abordagem holística que focando a atenção nos processos psicológicos, biográficos e contextuais, interpreta a mudança por via da interação, muitas vezes subtil, dos fatores que moldam os processos a ela associados. É exemplo disso, o caso inglês, cujo interesse político registado decorreu da necessidade de compreender a forma como a política é experienciada no contexto da vida quotidiana das pessoas, identificando-se os fatores que impactam na sua vida, o contexto particular em que isto acontece e as mudanças ao longo do tempo (Holland *et al.*, 2006). Num momento histórico de rápidas mudanças e de maior exposição ao risco, a atratividade deste tipo de abordagem decorre, sobretudo, do enfoque nos impactos que determinadas intervenções e mudanças de paradigma das políticas sociais produzem, a forma como afetam percursos de vida e nos seus resultados futuros. No fundo, as abordagens quantitativas parecem não conseguir aceder aos processos e fatores que medeiam a forma como as pessoas lidam e respondem à mudança social.

Na abordagem aos fenómenos de pobreza e exclusão social a centralidade dos ELQ reside também na sua capacidade de descrever, analisar e interpretar junto das mesmas pessoas e em diferentes momentos:

- ▶ as perceções sobre as situações de privação e as estratégias que vão sendo desencadeadas ao longo do tempo, possibilitando regressar, em cada situação de entrevista, às formas como o presente é/era compreendido, para além de se ir reconstruindo o passado à luz do presente, recolhe-se sobretudo informação sobre as situações e estratégias relativas a um período curto;
- ▶ o movimento recursivo e comparativo entre passado, presente e futuro, aprofundando as histórias, as aspirações e orientações das pessoas;
- ▶ as complexas necessidades que mudam através do tempo e que configuram um “espaço social longitudinal de vulnerabilidade” (Watts & Bohle, 1993);
- ▶ as diferenças e/ou mudanças de uma variável entre períodos e verificar a sua direção positiva ou negativa;
- ▶ a magnitude das relações causais, os fatores que afetam os resultados, bem como os fatores que impactam no tempo associado a determinados resultados.

As noções de “tempo” e “mudança” assumem-se, pois, como nucleares nos ELQ, embora o seu carácter multidimensional dificulte definições precisas. Para Saldana (2003) “as a physically contextual construct, but moves quickly to time as a cultural and gendered construct, and time as an individually and subjectively interpreted construct”. Sendo os processos de mudança sempre contextuais, a noção de “mudança” tem também de ser suficientemente flexível para poder emergir ao longo do percurso de pesquisa e à medida que os dados são analisados.

Nesta Fase III do Barómetro continua-se a dar um enfoque privilegiado aos três tipos de tempo, tal como foram enunciados por Brannen (2002):

- ▶ tempo no presente (como as pessoas gerem o seu quotidiano);
- ▶ tempo no percurso de vida (sequências, transições, acontecimentos ao longo do percurso de vida);
- ▶ tempo histórico (contexto para perceber o tempo presente e o tempo do percurso de vida, pela exposição coletiva das pessoas aos mesmos momentos históricos e acontecimentos socioeconómicos, políticos e urbanísticos).

Dimensões analíticas, objetivos do Barómetro e unidades de observação

Na Fase I do Barómetro (2011) a realização das entrevistas para além de se centrarem nas dimensões de análise que iriam acompanhar as diferentes fases (2014, 2017 e 2020), foi o momento de se aprofundar a biografia das pessoas que integravam o Painel, nessa fase agrupadas em seis perfis de pobreza que outros estudos manifestaram como dominantes na cidade de Lisboa (Castro e Guerra *et al*, 2010), em torno da possibilidade, em função da idade e condição de saúde, de pertencerem ou não ao mercado de trabalho, designadamente: trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitados para o trabalho por motivo de doença, desafiados e idosos em situação de vulnerabilidade.

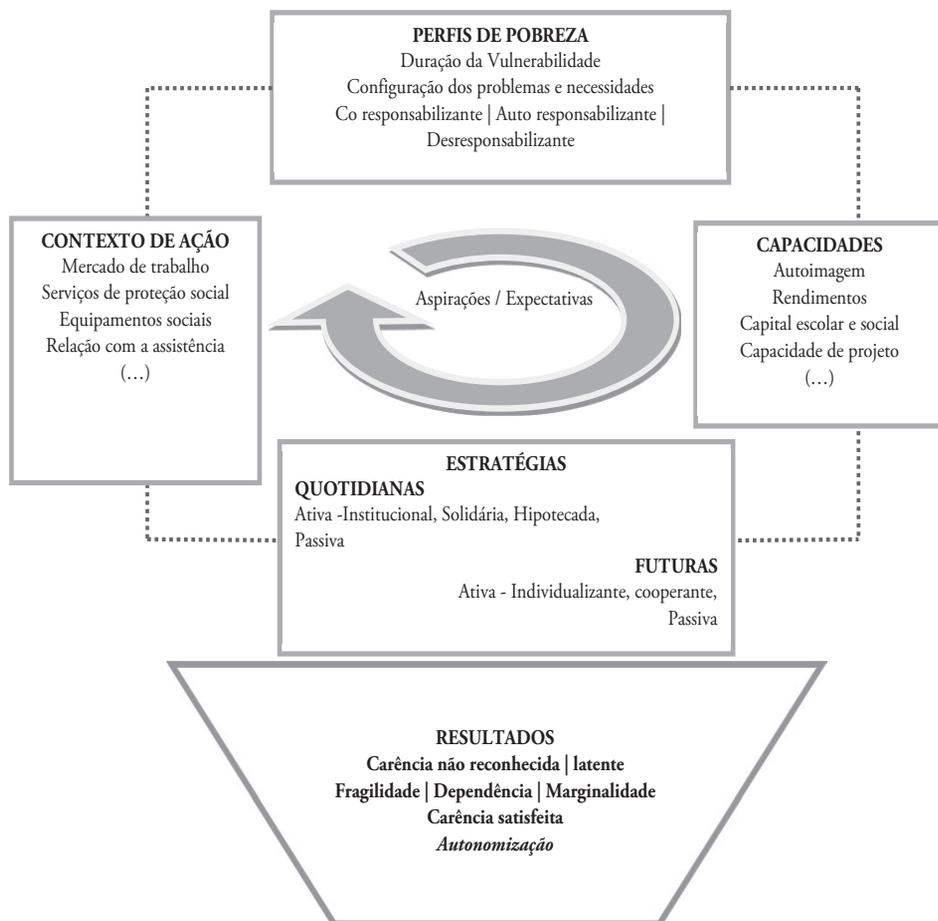
Assumiu-se o interesse pela exploração de perfis, na medida em que estes são identificados como situações de vida com traços de vulnerabilidades reportadas a estados de carência e de dano associados a necessidades tradicionais e emergentes. O centramento por perfis permitiria, assim, focalizar com maior precisão o impacto das políticas sociais em função das características das situações de vulnerabilidade, permitindo a comparabilidade entre contextos residenciais.

Estabelecia-se, assim, como objetivos do Barómetro:

- i. detetar os processos de vulnerabilização que diferentes perfis de pobreza enfrentam e as suas repercussões no percurso de vida, de forma a potenciar a análise da sua situação e da sua experiência enquanto beneficiários de medidas de política social;
- ii. analisar os recursos individuais e as disposições de ativação para a construção da autonomia económica e existencial;
- iii. avaliar o impacto das dimensões socioeconómicas e político-institucionais que intervêm na produção do conjunto de recursos e oportunidades que são proporcionados aos sujeitos para lidar/escapar às situações de pobreza e vulnerabilidade, focando designadamente os dispositivos de inserção e recursos oferecidos pelo sistema de políticas sociais locais.

Estes objetivos foram traduzidos num modelo conceptual e analítico que pode ser sistematizado na Figura seguinte.

Figura 1 – Modelo concetual e analítico



Fonte: Castro *et al* (2012: 22)

Como dizíamos, traçar o percurso biográfico das pessoas que integravam o Painel e aprofundar a diversidade das causas e dos fatores que contribuíam para a situação de vulnerabilidade assumiu-se como um momento importante para identificar o ponto de partida que iria acompanhar as diferentes fases, concretamente para os seguintes grupos de pessoas que em 2011 consideravam que se encontravam numa das seguintes situações de pobreza²:

- **Persistente** (19): trajetórias pessoais em que os indivíduos são incapazes de romper com os padrões de fraca qualificação escolar e profissional, privação económica e/ou desagregação familiar;

² É de referir que, no momento da primeira entrevista, um dos entrevistados, Álvaro, nunca se posicionou em nenhum destes grupos.

- ▶ **Episódica** (14): pessoas que se confrontaram em determinada altura das suas vidas com um momento crítico, que as colocou numa condição de necessidade e que as fez recorrer pela primeira vez a algum tipo de apoio social;
- ▶ **Oscilante** (13): situações reveladoras das flutuações nas biografias individuais marcadas por incidentes críticos que não dependem da vontade pessoal.

Um outro aspeto relevante prendia-se com o centramento da recolha de informação em duas unidades territoriais de observação do concelho de Lisboa que se distinguiam essencialmente pelo seu índice de juventude/envelhecimento e tipo de habitação. O quadro seguinte ilustra as áreas de residência dos grupos acima descritos, ao longo das diferentes fases de inquirição.

Quadro 1 – Local de residência e posicionamento face ao percurso de pobreza

	2011		2017				
	Marvila/ Santa Clara	Santa Maria Maior/ São Vicente	Marvila/ Santa Clara	Santa Maria Maior/ São Vicente	outro concelho	outra freguesia	outra situação
Não se considerava em nenhum grupo	1	0	1	0	0	0	0
Episódica ou Acidental	7	7	6	5	1	2	0
Oscilante	5	8	5	5	0	2	1
Persistente	10	9	10	7	1	1	0
Total	23	24	22	17	2	5	1

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Apesar de ambos os territórios em análise apresentarem os índices de vulnerabilidade mais elevados da cidade de Lisboa, as suas características são distintas e, tal como evidenciado nas conclusões da Fase II, também os percursos de

pobreza das pessoas que aí residem. Neste sentido, a variável território será evidenciada no decorrer das análises apresentadas.

Uma das conclusões também relevantes da Fase II do Barómetro revelou que a pobreza não é um estádio, evidenciando sucessivas mudanças de posição no interior da hierarquia da gravidade da pobreza, mostrando a volatilidade do processo de fragilização (oscilante ou contínuo) e revelando como a idade, as condições de saúde e a inserção ou não no mercado de trabalho alteram a sua pertença face aos perfis de pobreza previamente definidos no âmbito deste estudo. Apenas pela alteração do número de pessoas associadas a cada perfil ao longo do período em análise, é possível ter uma primeira aproximação a esta conclusão.

Quadro 2 – Alterações do perfil social dos entrevistados (2011, 2014 e 2017)

	2011	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença	9	7	12
Desempregados	7	10	4
Cuidadoras informais	9	2	2
Trabalhadores pobres	12	16	20
Idosos	6	7	7
Desafiliados	4	3	0
Trabalhadoras	0	2	2
Total	47	47	47

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Tal como na Fase II, o objetivo central do Barómetro nesta Fase III assenta na compreensão dos processos que acentuam ou quebram ciclos de vulnerabilização, por via da análise do acesso e da apropriação de recursos disponibilizados pelas políticas sociais, mas também dos recursos individuais e das capacidades de projeto das pessoas que constituem o Painel.

Através da análise transversal realizada (ver adiante procedimentos metodológicos) estes grupos assumiram a sua relevância para a compreensão mais aprofundada das suas trajetórias de vida.

Neste sentido, tendo por base as noções de tempo e mudança, importa para cada um dos grupos acima referenciados:

- ▶ *Descrever* o tipo de mudança que ocorre, em que momento e em que contexto, identificando-se os aspetos essenciais e as inter-relações entre eles;
- ▶ *Analisar* de que forma e porquê as mudanças ocorrem, verificando como os indivíduos se posicionam no momento presente, (re)interpretam a sua trajetória de vida e projetam o seu futuro, e que recursos individuais e sociais são mobilizados face às oportunidades que lhes são oferecidas/negadas;
- ▶ *Interpretar* a natureza e o sentido destas mudanças.

Neste sentido, nesta Fase importa compreender de que forma ao longo de 7 anos, as pessoas que constituem o Painel em 2017 (47) e em 2011 se encontravam nas situações acima referenciadas percebem, no momento atual, a situação de vulnerabilidade vivenciada, que contextos e/ou mecanismos pessoais ou institucionais foram acionados para alterar positivamente a sua situação ou que acontecimentos e condições pessoais fizeram agravar a sua privação económica e/ou a situação de exclusão social.

É também de salientar que entre as pessoas que integram o Painel em 2017, 35 vivenciaram situações de vulnerabilidade durante a sua infância e juventude e para 12 este tipo de vivência ocorreu já na vida adulta.

Partindo dos objetivos enunciados, a Fase III do Barómetro, dando seguimento ao já enunciado na Fase anterior, aprofunda, através de uma perspetiva comparativa (2011-2014-2017), os eixos analíticos presentes no Quadro seguinte.

Quadro 3 – Barómetro Fase III - Eixos analíticos

Caracterização socioeconómica, familiar, habitacional e de saúde	Situação face ao trabalho e condições laborais Fontes de rendimento e padrão de despesas Estatuto e condições habitacionais Evolução do estado de saúde
Políticas e apoios sociais – acesso e apropriação de recursos	Identificação de alterações na quantidade, qualidade e acessibilidade dos apoios sociais na sua relação com as necessidades dos sujeitos
	Impacto da configuração das redes sociais na proximidade entre instituições e pessoas
Recursos individuais e dispositivos de ação	Perceção sobre os problemas e atitudes face à procura de soluções
	Análise das estratégias de gestão de privação do quotidiano
	Impactos dos investimentos nos processos de qualificação pessoal, escolar e profissional na melhoria das condições de vida, identificando-se os fatores facilitadores ou constrangedores à empregabilidade.
	Efeitos da desregulação das condições de trabalho e da diminuição dos salários nos dispositivos de ação dos sujeitos
	Impactos do tempo de permanência em situação de vulnerabilidade na configuração das redes de solidariedade informal
	Identificação de alterações na gestão dos processos identitários na relação com os serviços de assistência
Racionalidades e expectativas	Efeitos das dinâmicas de vulnerabilização/desvulnerabilização na capacidade de projeção no futuro
	Comparação das expectativas face ao futuro

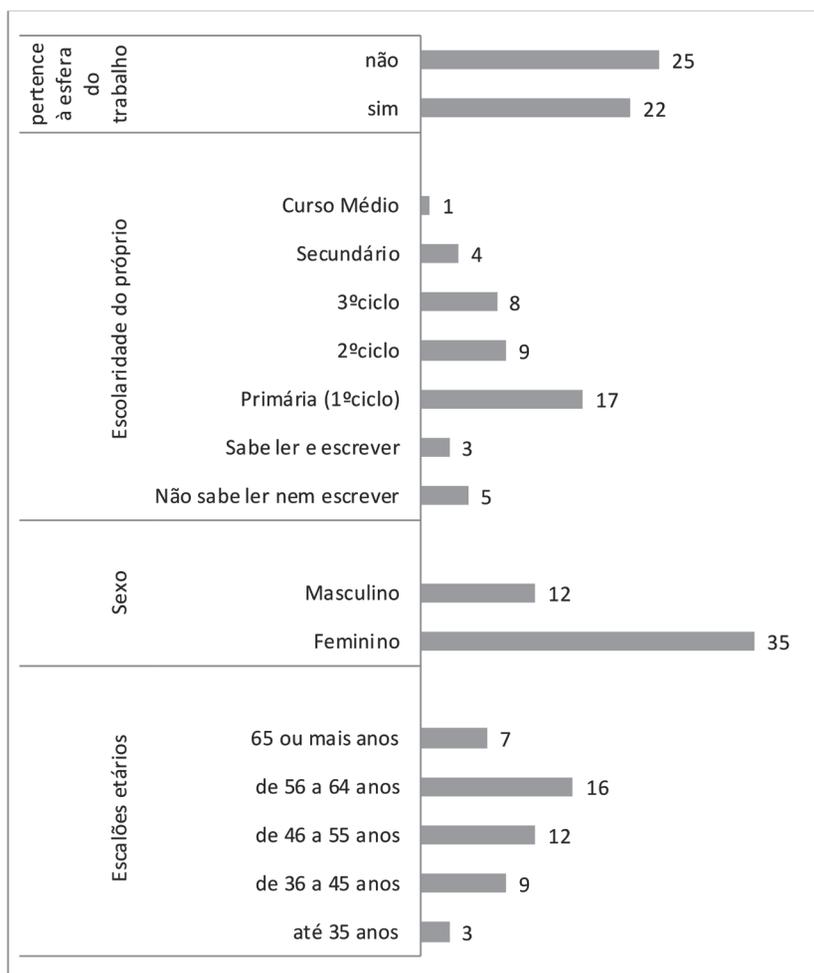
Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

Importa dar conta das variáveis sociodemográficas elementares do painel de entrevistados de 47 entrevistados nesta fase.

Como se percebe pelo gráfico seguinte, estamos perante um grupo de entrevistados, tendencialmente composto por mulheres, maioritariamente com

idades compreendidas entre os 46 e os 64 anos, com baixas qualificações (25 entrevistados têm no máximo o 1º ciclo), sendo que quase metade (22) integra a esfera do trabalho.

Gráfico 1 – Caracterização sociodemográfica das pessoas que integram o painel do Barómetro



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Procedimentos metodológicos

A experiência e a reflexão, ao longo dos últimos anos, no seio da equipa sobre a adoção dos ELQ trouxeram desafios e considerações metodológicas que importa partilhar ainda que sumariamente. Embora transversais aos estudos de natureza qualitativa, estas considerações colocam-se aqui com maior acuidade pela sua extensividade no tempo, concretamente em três momentos do processo de pesquisa:

- ▶ *Recolha da informação*: potenciação da reflexividade do investigador e do investigado ao longo do tempo e a necessidade de se desencadear uma atenção analítica em ambos, garantindo sempre a confidencialidade dos dados recolhidos e a integridade da pessoa entrevistada decorrente da maior autoconsciência da sua vida na reflexão que fazem com as investigadoras;
- ▶ *Análise da informação*: centralidade do investigador na produção e análise dos dados, nomeadamente a gestão do seu posicionamento no tempo e no espaço e a inclusão de elementos de análise decorrentes da situação de entrevista e da relação que se vai estabelecendo ao longo do tempo;
- ▶ *Apresentação dos resultados*: desafio constante em cada momento face à estabilidade e provisionalidade das interpretações produzidas.

O número total de entrevistas para análise das fases I e II é de 131 (74 na fase I e 57 na fase II), acrescidas das 47 realizadas em 2017.

O manancial de informação recolhido é considerável - cerca de 180 entrevistas – e em termos de análise três grandes desafios se colocam:

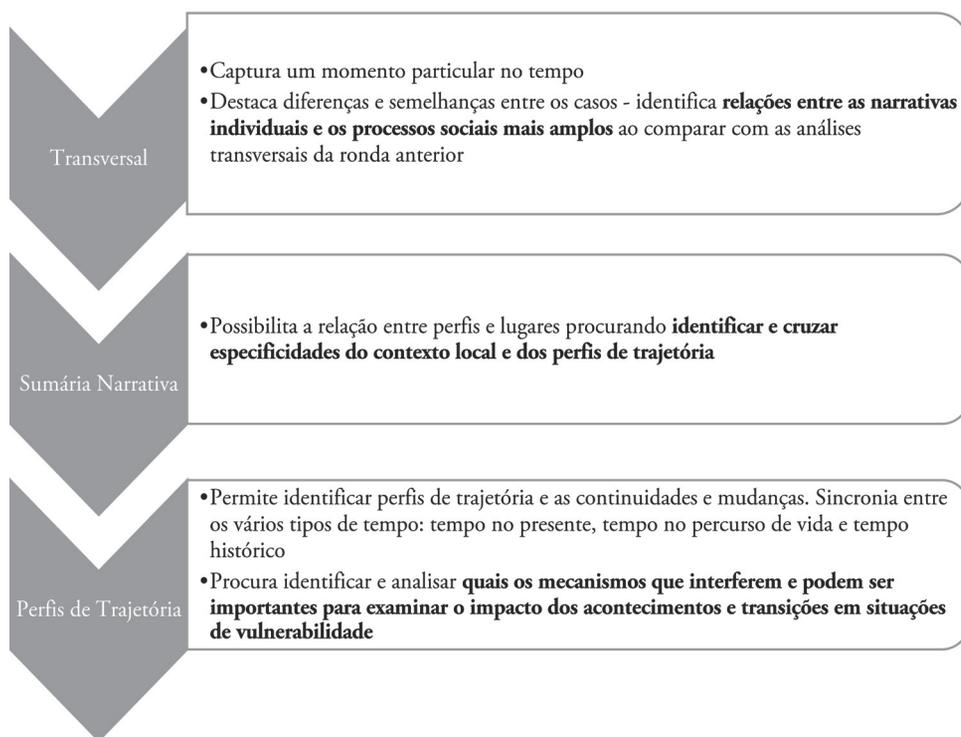
- ▶ Fazer face à crescente dimensão e complexidade do material recolhido;
- ▶ Evitar a excessiva categorização;
- ▶ Relacionar os perfis e as dinâmicas de (des)vulnerabilização dos indivíduos aos contextos locais (dispositivos de ação social) e ao contexto macroeconómico e social.

Por via da estratégia metodológica a desenvolver e que se encontra sistematizada na Figura 2, procurar-se-á enfrentar os desafios enunciados.

No fundo, o modelo analítico proposto procura responder ao carácter dinâmico e multifacetado dos dados: estrutura e trata de forma produtiva o enorme manancial de informação que se obtém após três rondas de recolha de narrativas e combina uma análise longitudinal que privilegia o caso individual e uma análise transversal que enfoca no contexto espacial e social.

Em função dos três grupos acima enunciados, será assim possível passar do que se poderia considerar de estudos de caso ilustrativos para perfis de trajetórias de vida, que pela intensidade e densidade dos dados (porque é longitudinal e porque se tratam de entrevistas aprofundadas), e pela complementaridade do tipo de interpretações, garante um aprofundamento e maior compreensão dos processos sociais e biográficos em jogo.

Figura 2 – Análise de conteúdo



A análise transversal

Esta etapa da pesquisa contemplou a leitura e análise de conteúdo temática das entrevistas realizadas nesta fase. Esta análise de conteúdo permitiu uma condensação da informação e a sua codificação de forma a identificar: alterações de posicionamento dos entrevistados nos perfis; diferenças e semelhanças entre os casos; relações com os processos sociais mais amplos; e verificar a sua direção negativa ou positiva. Recorreu-se a um conjunto de indicadores já construídos na fase II do Barómetro, nas 11 dimensões identificadas que traduzem os eixos analíticos da pesquisa, concretamente:

- ▶ Rendimentos
- ▶ Trabalho
- ▶ Formação Profissional
- ▶ Educação
- ▶ Saúde
- ▶ Habitação
- ▶ Gestão da Privação
- ▶ Disposição para ação, autoimagem e futuro
- ▶ Capital Social
- ▶ Perceção subjetiva pobreza

Análise Sumária Narrativa

A análise sumária narrativa permitiu identificar eventuais especificidades relacionadas com os contextos territoriais e habitacionais, assim como, temáticas predominantes em cada um dos perfis de vulnerabilidade. Deste modo, foram analisadas de forma sumária e longitudinal as narrativas por grupo cruzando o perfil de vulnerabilidade e o lugar de acordo com os critérios de seleção dos entrevistados que teve lugar na Fase I do Barómetro.

Perfis de trajetórias

Apesar desta análise ir ocorrer de forma mais aprofundada em 2020, interessava nesta fase ir reconstruindo algumas das trajetórias das pessoas que integram o Painel. Como se constatou da Fase I para a Fase II do Barómetro, os seis perfis analisados inicialmente foram objeto de reconfigurações, em função das dinâmicas biográficas e sociais que, entretanto, se desencadearam. Estas reconfigurações e o peso que assumiram as alterações registadas nas políticas sociais colocam a perspetiva das trajetórias de vida como um quadro de análise relevante.

No fundo, a produção de múltiplos relatos no tempo providencia uma fonte rica para a compreensão das complexidades da história de vida (Bruner, 1987; Bertaux, 1981), oferecendo a possibilidade de desenvolver perceções mais realistas do como e do porquê de pessoas viverem como vivem, assim como dos impactos previstos e não previstos das políticas.

Neste tipo de abordagem, importará:

- ▶ Estabelecer os critérios que permitem identificar os principais marcos das trajetórias;
- ▶ Aprofundar a biografia de cada indivíduo, através do posicionamento/interpretação dos sujeitos sobre o impacto de acontecimentos e transições na situação de vulnerabilidade;
- ▶ Identificar os mecanismos que influenciam o percurso de vida de indivíduos e famílias e analisar de que forma interferem no impacto diferenciado da mudança social.

De modo a comprimir os propósitos desta pesquisa, o presente volume organiza-se em três grandes partes:

- ▶ O capítulo I, subdivide-se em três partes, correspondentes aos três tipos de trajetórias de pobreza - pessoas com trajetórias de pobreza persistente, episódica ou oscilante - procura dar conta da perspetiva objetiva e subjetiva da evolução dos percursos de vidas das pessoas que integram o Painel em 2017;
- ▶ os restantes capítulos – II e III - fazem uma análise conjunto dos três subgrupos: o capítulo II explora os resultados dos apoios na satisfação das necessidades das pessoas no período em análise, tendo em consideração os períodos anteriores; e o capítulo III aborda as condições habitacionais e a sua evolução desde 2011.

I **Trajétórias de pobreza: mobilidades, condicionantes, âncoras e alavancas - 7 anos depois**

A. Pessoas com trajetórias de pobreza persistente

1. Mudança de perfil: os novos casos de integração no mercado de trabalho

Das pessoas que constituem o Painel em 2017, 19 consideravam, em 2011, encontrar-se numa situação de pobreza persistente. Estes entrevistados descrevem trajetórias de vida marcadas pela permanência numa situação de carência económica e/ou de exclusão social, onde se combinam situações de desemprego, precariedade laboral, idadismo, famílias numerosas, baixas qualificações, más condições habitacionais e incapacidade para o trabalho por motivo de doença.

Este grupo integra 16 mulheres e 3 homens, com idades compreendidas entre 27 e os 88 anos (2 têm menos de 40 anos, 7 têm entre 40 e 55 anos e 10 tem mais de 55 anos). Se o intervalo de idades assume uma grande amplitude, os níveis de escolaridade são mais homogéneos e muito baixos, 12 têm no máximo o 1º ciclo (6 não tem qualquer nível de escolaridade), 3 alcançaram o 2º ciclo e 4 concluíram o 3º ciclo ou mais. No que respeita à composição familiar, destaca-se o elevado número de pessoas isoladas (7) e das famílias com menores a cargo (7). Os não isolados (12) integram famílias que variam entre 2 e 6 elementos, compostas, em média, por 3 elementos.

Quase todos (17) mantêm residência nas freguesias selecionadas para inquirição (10 nas freguesias de Marvila e Santa Clara e 7 nas freguesias de Santa Maria Maior e São Vicente), apenas dois mudaram de local de residência, um para o concelho da Amadora e outro para a freguesia do Beato.

Para 17 destas pessoas esta condição de pobreza persistente remonta à infância ou juventude, ou seja, constituem percursos de pobreza persistente intergeracional. São exceção 2 idosos que registam os níveis de escolaridade mais elevados (curso médio e secundário concluídos). Apesar dos contextos de origem promissores e os percursos de vida marcados pelo desafogo económico, foram empurrados pela reforma para uma situação de carência económica, que em 2011, consideravam ser uma condição persistente nas suas vidas e da qual não previam alguma vez dispor de recursos para sair.

Em 2017, o grupo de pessoas que evidencia um percurso na condição de pobreza persistente é composto por 7 idosos, 5 incapacitados, 2 desempregados, 4 trabalhadores pobres e 1 trabalhadora. Na sua maioria, estas pessoas permanecem no mesmo perfil desde 2011. São exceção 7 pessoas:

- ▶ Em 2014, Graça atinge os 65 anos, o que lhe confere o estatuto de idosa, consegue reformar-se em 2016, ainda que continue a cuidar da sua filha dependente.
- ▶ Liliana e Rosário apresentam percursos semelhantes, ambas são em 2011 cuidadoras: Liliana do filho com deficiência profunda e Rosário do marido acamado. Com a morte de ambos, estas duas mulheres assumem em 2014 a condição de desempregadas, contudo, a idade, já sexagenárias, e o estado de saúde, um glaucoma no caso de Rosário e os problemas cardíacos de Liliana, colocam-nas em 2017 na condição de incapacitadas para o trabalho por motivo de doença.
- ▶ Com a mesma condição de cuidadora em 2011 estava Anabela, mas em 2014 esta e a sua família veem o seu rendimento restrito à pensão de invalidez do marido, claramente insuficiente para as suas necessidades. Perante as carências agudas, Anabela convence finalmente o marido a deixá-la trabalhar fora de casa e concentra-se na procura de trabalho, que consegue junto de uma empresa de limpezas. É na sequência desta integração no mercado de trabalho que encontra a energia necessária para pôr fim a um passado de violência doméstica e entra num processo de separação atribulado e de perda de contacto com a família. Em 2017 encontramos-a com a sua vida reorganizada, continuando a trabalhar 7 horas diárias, com contrato de trabalho com uma empresa de limpezas, mas cujo rendimento não lhe permite sair da situação de pobreza, integrando agora o contingente de trabalhadores pobres.

- ▶ Aura e Olegário, também atualmente trabalhadores pobres, estavam em 2011 e 2014 em condições distintas, Aura considerava-se incapacitada para o trabalho por problemas de coluna, mas hoje, apesar de persistirem os problemas de saúde (diabetes, hipertensão e problema no estômago), as necessidades sobrepõem-se e trabalha a meio tempo para uma empresa de limpezas, completando este horário com limpezas em casas particulares. Olegário, desempregado em 2011 e 2014, aguardava ansioso por uma oportunidade de trabalho que surgiu finalmente no início de 2017 na área em que fez formação profissional, em jardinagem.
- ▶ Marisa vê-se liberta da situação de pobreza em que vivia quando passa de cuidadora da sobrinha e da mãe para trabalhadora, ultrapassando o estereótipo associado à condição de ex-reclusa e angariando um conjunto de casas onde trabalha como empregada doméstica, condição que mantém desde 2014.

Deste modo, verifica-se que este grupo de pessoas, que apenas contemplava 1 trabalhador pobre em 2011, regista, em 2017, 5 casos de integração no mercado de trabalho, uma delas libertando-se da condição de pobreza.

Quadro 4 – Pessoas com percursos de pobreza persistentes e as mudanças de perfil entre 2011 e 2017

	Idade	Perfil 2011	Perfil 2014	Perfil 2017
Natália	88	idosos	idosos	idosos
Ângela	87	idosos	idosos	idosos
Fátima	85	idosos	idosos	idosos
Celestina	79	idosos	idosos	idosos
Mariana	78	idosos	idosos	idosos
Gonçalo	75	idosos	idosos	idosos
Graça	68	cuidadoras informais	Idoso/cuidadora	Idoso/cuidadora
Joaquim	64	incapacitados	incapacitados	incapacitados
Liliana	63	cuidadoras informais	desempregados	incapacitados
Rosário ³	62	cuidadoras informais	desempregados	incapacitados
Rute	50	incapacitados	incapacitados	incapacitados
Joana	41	incapacitados	incapacitados	incapacitados
Margarida	46	desempregados	desempregados	desempregados
Paula	27	desempregados	desempregados	desempregados
Aura	54	incapacitados	incapacitados	trabalhadores pobres
Anabela	50	cuidadoras informais	desempregados	trabalhadores pobres
Filomena	63	trabalhadores pobres	trabalhadores pobres	trabalhadores pobres
Olegário	30	desempregados	desempregados	trabalhadores pobres
Marisa	46	cuidadoras informais	trabalhadora	trabalhadora

Nota: A sombreado encontram-se os casos de mudança de perfil.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

³ Rosário não foi entrevistada em 2014.

2. Problemas, responsabilidade e resolução - a doença e a idade como condições inultrapassáveis e a *libertação* pelo trabalho

A percepção das pessoas em situação de pobreza persistente sobre os problemas responsáveis pela sua situação de vulnerabilidade contribui, por um lado, grandemente para uma melhor compreensão das suas estratégias de gestão do quotidiano e das suas capacidades objetivas e subjetivas de ação para reverter a sua situação. Por outro lado, o seu posicionamento face à atribuição de responsabilidades e a identificação de soluções é explicado pela forma como percebem as suas capacidades de agir e as influências do contexto societal relativamente a si próprios e à sua situação e de que forma isso evoluiu no período decorrido entre 2011 e 2017. Em traços gerais, podemos já afirmar, que a análise da percepção dos problemas de forma longitudinal permite-nos concluir pela sua persistência generalizada, sendo a responsabilidade da sua resolução partilhada entre o próprio e a sociedade.

Para os entrevistados os problemas com que se deparam e que os prende nas malhas da pobreza são de três níveis: intrínsecos, familiares e sistémicos. Os problemas em si podem, por sua vez, ser agrupados em dois tipos, o défice de competências e capacidades, que se traduz, no essencial, nas baixas habilitações ou falta de formação específica, como o caso de Olegário que considera que o facto de não possuir carta de condução lhe condiciona a integração no mercado de trabalho, e o desenvolvimento pessoal e bem-estar, onde a imagem pessoal como a falta de dentes manifestada por Filomena ou a idade são mencionados como fatores que influenciam negativamente a probabilidade de encontrar uma oportunidade de trabalho.

Se eu tiver os dentes não quer dizer que eu não ficasse com rugas na mesma... eu já não vou para nova, não é? Já não vou para trás..., mas sempre enche um bocadinho mais a cara. Acho que tinha outra maneira de viver e de sorrir. Eu tenho alturas em que choro por causa disso. (...) E depois perguntam a idade, basta dizer "olhe eu tenho a idade X", mas graças a Deus ainda não estou inválida!... (Filomena, 63 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Mas, são, principalmente, os problemas de saúde que 16 pessoas lamentam, e que no seu entender os coloca numa condição de grande debilidade. É possível constatar que os problemas de saúde persistem desde 2011, com alguns agravamentos do seu estado e ainda novos casos, como Margarida e Liliana que estão presentemente doentes.

De facto, este conjunto de pessoas em condição de pobreza persistente pauta a sua existência por uma proximidade com a doença. Como podemos constatar no quadro abaixo, apenas 3 pessoas não têm problemas de saúde, são aliás 3

das pessoas integradas no mercado de trabalho, Filomena, Olegário e Marisa (esta última saída da pobreza). Se a idade justifica, em grande medida, um estado de saúde débil, como acontece com quase todos os idosos que integram o Painel, com exceção de Graça que refere ter melhorado o seu estado de saúde, outros, como Aura e Anabela, acumulam problemas a este nível que para o exercício de uma atividade parecem ser irrelevantes.

Todavia, 4 pessoas com idades compreendidas entre os 27 e os 50 anos (Paula, Margarida, Rute e Joana) encontram-se incapacitadas para o trabalho por debilidades associadas à saúde, que somadas a outras, como as baixas escolaridades, fracos rendimentos familiares, e discriminação étnica, vivenciada por Joana e Paula, as coloca numa condição de grande vulnerabilidade. No caso de Margarida são problemas de coluna e dentição. Para Paula, a depressão que lhe diagnosticaram decorre inclusivamente da condição de pobreza e exclusão social que protagoniza: com 27 anos, sem saber ler, com um filho menor, sem trabalho e a ocupar uma habitação social indevidamente, a motivação e capacidade para reverter a situação escasseiam.

Também não posso trabalhar, estava inscrita no fundo de desemprego, mas o médico que me operou em Santa Maria... eu ando a ser seguida em Santa Maria nas consultas. Se você levar o meu nome a Santa Maria eles dizem-lhe tudo! O médico passou-me logo uma baixa, nem me perguntou nada, ele só me perguntou, “Está inscrita no fundo de desemprego” e eu disse, “Estou!” e como estava! Todos os meses tenho que ir buscar a baixa! Eu não vejo desta vista (aponta) e mal vejo desta. (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

Liliana e Rosário, com 63 e 62 anos, respetivamente, depois de cuidarem durante largos anos de familiares dependentes (o filho no caso de Liliana e o marido no caso de Rosário), acusam agora um estado de debilidade física que resulta da idade, mas, provavelmente, também de um menor cuidado com o seu estado de saúde, na sequência do papel central de cuidadoras que assumiram durante anos.

Não vou dizer que as coisas pioraram, mas não melhorou assim tanto. Depois de eu ter perdido as pessoas de quem eu tratava, como eu não cuidava de mim, é natural que eu me fosse um bocadinho abaixo. Vivo só com a pensão do meu marido, 251€. Meti os papéis para a reforma porque agora mesmo que estava disponível para fazer alguma coisa, também já não tenho idade para escolhas, não é? Mas como era costureira, estava fora de questão. O glaucoma apanha os campos visuais. Só consigo ver em frente. (Rosário, 62 anos, incapacitada, 2017)

Quadro 5 – Balanço do estado de saúde entre 2014 e 2017 e o grau de limitação para o trabalho em 2017

	Balanço do estado de saúde 2014 - 2017		
Melhorou o estado de saúde, mas continua com problemas de saúde associados à idade			1 Idosa - Graça
Mantém-se saudável			3 Trab P. – Filomena, Olegário Trab - Marisa
Mantém-se doente			8
	Estado limitativo para o trabalho 2 Incapacitadas – Rute, Joana	Estado de saúde Irrelevante para o trabalho 1 Trab P.- Aura	5 Idosos – Gonçalo, Ângela, Mariana, Celestina, Natália
Piorou o estado de doença			3
	Estado limitativo para o trabalho Joaquim	Estado de saúde Irrelevante para o trabalho Trab. P. - Anabela	Idosa – Fátima
Ficou doente permanentemente		Estado impeditivo para o trabalho Incapacitados – Liliana e Rosário	2
Está doente temporariamente			2 Desempregadas
		Estado limitativo para o trabalho Margarida	Estado impeditivo para o trabalho Paula
Total			19

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Para além dos próprios, 2 dos entrevistados têm elementos do agregado familiar com problemas de saúde. É o caso de Olegário, cuja filha de 5 anos tem problemas respiratórios agravados pelas condições onde vivem, numa

carrinha, e Graça, que tem a filha acamada de quem cuida. Ou seja, dos 19 entrevistados, 16 têm problemas de saúde e 17 têm pelo menos um elemento do seu agregado familiar doente, o próprio e/ou outro elemento.

De facto, o contexto familiar e a identificação de problemas no seu seio assumem particular importância num contexto onde se afigura fundamental a mobilização de recursos nas redes sociais, tanto materiais, como afetivos.

Também ao nível da família, se destaca a manutenção dos problemas já apontados na fase anterior. As situações de **desemprego de filhos e netos** persistem (Graça, Fátima, Celestina e Rute) e surge uma nova situação: o neto de Ângela está recentemente desempregado, depois de 5 anos a trabalhar como empregado de balcão e na sequência de um período longo de baixa médica. O caso do filho de Graça é agravado pelo facto de já ter terminado o subsídio de desemprego. Graça, Fátima e Rute continuam a lamentar a situação de desemprego dos filhos e Celestina da neta, sendo as suas magras reformas o que permite amparar os descendentes.

A minha neta não trabalha, tem dois meninos estão na escola. Ela está a viver comigo, a reforma que eu ganho da minha pensão é pouco! (Celestina, 79 anos, idosa, 2017)

À escassez dos recursos materiais destas famílias acrescem os problemas de desemprego de familiares, como também a existência de elementos que, necessitando de cuidados por problemas de saúde, constituem um constrangimento à procura de trabalho, como é o caso dos problemas mentais da filha de Fátima, assinalados desde 2011, ou as baixas qualificações, da mulher de Olegário que aguarda uma oportunidade para aprender a ler e escrever de modo a obter uma qualificação escolar mínima, sem a qual não consegue oportunidade alguma de trabalho.

Por outro lado, o fraco suporte familiar **não permite aliviar as situações de necessidade aguda, como refere Paula.**

No plano **socio-afetivo**, persistem as situações de conflito familiar de Anabela, Filomena e Liliana. Anabela depois da separação em 2014, ainda luta pela regulação do poder parental da filha menor e pelo fim do conflito com o ex-companheiro e pai dos filhos que desde a separação a impede de manter um contacto regular com a família. Liliana, apesar de partilhar casa com o marido, está separada e em conflito com este. E Filomena, ainda que viva com a sogra e a cunhada tem um conflito com ambas, isolando-se no quarto diariamente.

Os problemas situados no **sistema** oscilam entre a falta de oportunidades de trabalho, a insuficiência das prestações sociais, a falta de habitação a custos controlados ou a dificuldade ou demora na atribuição da pensão de invalidez.

O **mercado de trabalho**, na perspetiva dos entrevistados, apresenta um conjunto de constrangimentos que os impede, a si ou aos seus familiares, de encontrarem um emprego ou obter rendimentos satisfatórios. A este respeito, os problemas enunciados são a falta de oportunidades de trabalho, nomeadamente adequadas às condições de saúde ou à idade, como referem Rute e Filomena, a insuficiência do valor dos salários como refere Aura; e ainda a discriminação étnica sentida por Joana, Paula e Olegário.

Oiça lá, você de que raça é cigana ou indiana?”. E eu apanhei medo e disse “Sou indiana”. [- Estava com receio dizer que era cigana?] Estava, estava! Se eu vou a dizer que era cigana, eles não me conhecem, não sabem quais são as minhas condições. Se eu vou dizer que sou cigana tenho a porta barrada. Falei muito devagarinho e disse “Não. Olhe sou indiana”. (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

O **sistema de proteção social** merece particular referência na medida em que constituiu um problema apontado por quase todos estes entrevistados e que persiste desde 2011, seja por via da insuficiência dos apoios recebidos, generalizadamente apontada, seja pelo não reconhecimento (ou demora no reconhecimento) da incapacidade para o trabalho e consequente atribuição de pensão de invalidez, como refere Rosário, ou a demora, desajuste ou insuficiência na atribuição dos apoios sociais.

Tinha, já no início do ano passado. Mas faltava um documento qualquer e quando mandam não é com carta registada e essa carta extraviou-se. Eu, como achei que estava a demorar tanto tempo, fui ver o que se passava. E disseram-me que faltava. Aquilo tem um prazo de 10 dias úteis para responder. Eu nunca cheguei a receber essa carta e, entretanto, tive que reiniciar o processo todo de novo. Já ando nisto há um ano e tal. Estou à espera para ir à junta médica porque meti os papéis em setembro ou outubro (Rosário, 62 anos, incapacitada, 2017)

Identificam-se 3 situações de agravamento: Gonçalo, Natália e Fátima lamentam ter visto o seu rendimento mensal reduzido em consequência de alterações nos critérios de acesso ao Complemento Solidário para Idosos. Este corte

foi de tal modo sentido que, ainda que tenha sido já manifestado em 2014, porque ocorrido por essa altura, continua a ser apontado como um momento crítico das suas vidas.

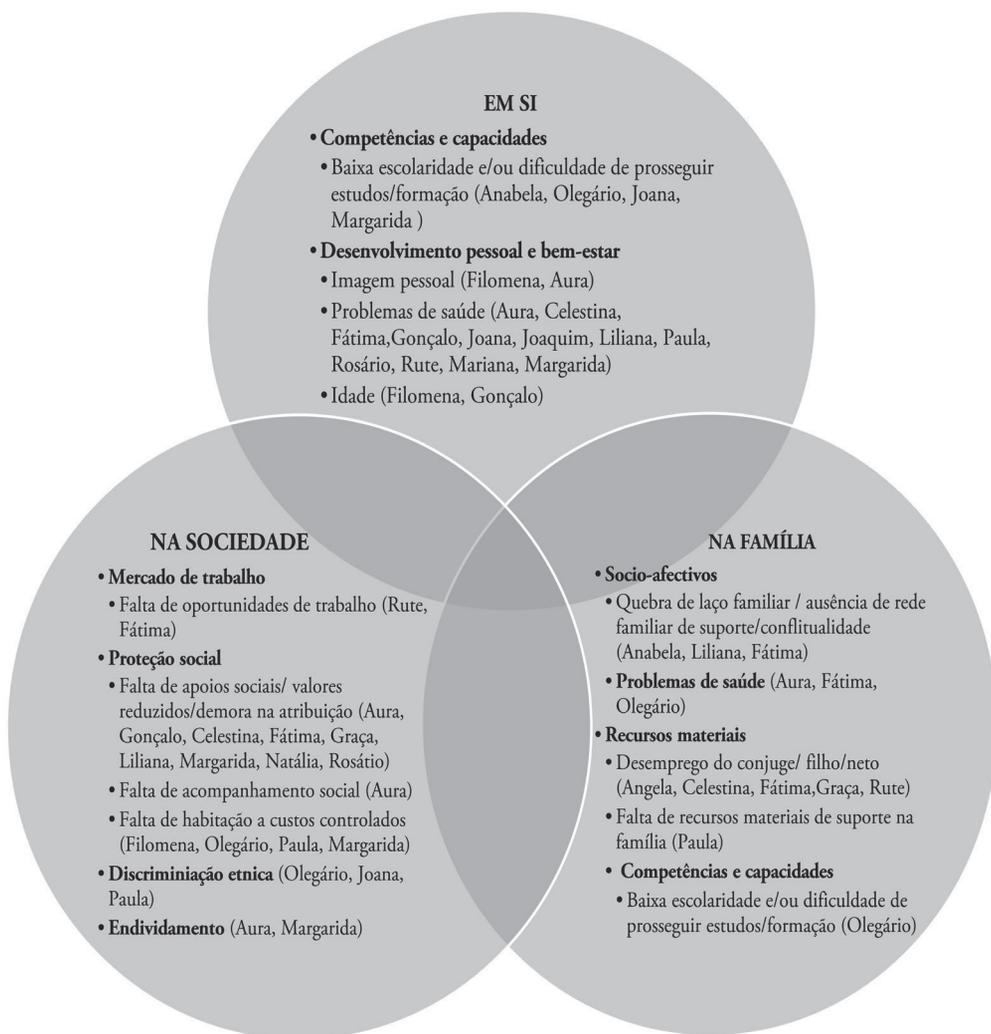
Os problemas associados à insuficiência dos apoios prestados são mais identificados por incapacitados e idosos, ou seja, por aqueles que mais dependem da assistência.

A área da **habitação** pública parece continuar a não responder às necessidades. Sem grandes alterações, como veremos no capítulo relativo à habitação, os problemas identificados mantêm-se e centram-se, sobretudo, na falta de acesso a habitação a custos controlados, sendo as 3 situações mais graves a de Olegário, que vive atualmente numa carrinha com dois filhos de 8 e 5 anos na sequência do agravamento do conflito com o sogro com quem partilhava casa; Paula, que ocupa abusivamente uma casa de habitação social e Filomena que coabita com a sogra, cunhada e sobrinhos.

É interessante constatar que os problemas relacionados com o endividamento bancário ou mesmo de rendas em atraso que emergiram entre 2011 e 2014 e apontados por Rute, Anabela, Joana e Aura, estão tendencialmente amenizados, resolvidos ou em processo de resolução. No caso de Rute, o crédito pessoal que nunca chegou a liquidar, nem é lembrado no contexto da entrevista. Anabela tem a situação de insolvência concluída, Joana e Aura encontram-se em situação de endividamento por rendas em atraso, mas já firmaram acordos de pagamento com a empresa municipal, GEBALIS. Aura, com rendas em atraso, tem uma dívida que ascende aos oito mil euros. Está a pagar este valor de forma faseada por acordo com a empresa municipal, mas aguarda há 2 anos a revisão da renda face aos atuais rendimentos.

É exceção um novo caso: Margarida recebeu recentemente um solicitador em casa que a informou que tinha os seus bens penhorados por uma dívida de cartão de crédito contraída em 2009 e não paga. Atribui ao banco a responsabilidade da situação, afirma que lhe deram um cartão que não pediu e sem identificação. Assume o uso do dinheiro, mas não tem como pagar a atual dívida que com juros de mora ascende a três mil euros.

Figura 3 – Pobreza persistente | Auto percepção dos problemas em 2017



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Como se constata, a análise da perceção dos problemas permite-nos concluir pela sua persistência generalizada. É, todavia, possível dar conta de duas alterações que importa destacar:

- ▶ 3 pessoas deixaram de sinalizar a falta de oportunidades de trabalho, em consequência de terem conseguido integrar o mercado de trabalho. Se em 2014 este grupo de pessoas contava apenas com 2 pessoas integradas: Filomena, que revende cobre e outros materiais, e Marisa, já saída da condição de pobreza; em 2017, 3 pessoas veem o seu desejo de uma oportunidade de trabalho concretizada: Aura, Anabela e Olegário.
- ▶ a existência de problemas de saúde do próprio ou no seu agregado familiar atinge atualmente quase todos os entrevistados, apenas 2 pessoas não registam casos de doença na família, Filomena e Marisa.

Entre a coresponsabilização dos problemas e uma resolução cooperante

A forma como os problemas são percecionados varia em função da identificação do principal responsável pelas situações de vulnerabilidade vivenciadas. A perceção das causalidades dos problemas com os quais os entrevistados se debatem oscila entre aquelas que dizem respeito às dificuldades que residem em si próprios, às criadas pela sociedade e ainda aquelas que decorrem do contexto familiar. Importa referir que se tratam de problemas identificados pelos entrevistados. Ou seja, trata-se de uma auto perceção dos problemas, logo com elevados níveis de subjetividade.

A perceção da origem dos problemas pode assim variar entre uma 1) **Autoapreciação responsabilizante** em que os problemas sentidos são vistos como dependentes exclusivamente do indivíduo ou do seu contexto familiar (em si ou na família); 2) **Autoapreciação co responsabilizante** em que os problemas dependem de uma situação individual/familiar, mas também decorrem de fatores sistémicos exteriores à vontade e ação das pessoas; e 3) **Autoapreciação desresponsabilizante** em que os problemas sentidos dependem exclusivamente da forma como o sistema funciona.

Por seu turno, as estratégias de ação para lidar com os problemas identificados podem ser *passivas*: marcadas pelo imobilismo, conformismo ou resignação, onde apenas o sistema poderá atuar para fazer face às vulnerabilidades sentidas ou *ativas* em que os recursos para a ação dependem exclusivamente do

indivíduo (*ativa individualizante*) ou da conjugação de recursos individuais e sociais (*ativa cooperante*).

A análise dos quadros abaixo permite verificar que entre 2011 e 2017 os entrevistados incapacitados, desempregados e trabalhadores pobres aumentam a sua coresponsabilização, ou seja, assumem que a situação em que vivem é inerente a si, nomeadamente por problemas de saúde (Joana e Rute) e do sistema por falta de oportunidades de trabalho (Margarida e Paula). Já os idosos aumentam a sua desresponsabilização sobre a sua atual condição de vulnerabilidade e atribuem ao sistema a total responsabilidade da sua situação.

Quando se trata de escolher o responsável pela resolução, os entrevistados tendem a colocar o foco ao mesmo nível, ou seja, os idosos consideram não ter condições para individualmente reverter a condição de necessidade em que vivem. É exceção Gonçalo que, reconhecendo as suas competências ao nível das línguas, considera que apesar da sua idade avançada poderia valer-se desta competência, encontrar um trabalho e melhorar o seu orçamento mensal. Por sua vez, os restantes, incapacitados, desempregados e trabalhadores pobres, colocam quase sempre o ónus na inserção no mercado de trabalho. Joana, Margarida, Filomena e Aura consideram que a sua integração, e dos elementos dos seus agregados familiares em idade ativa, no mercado de trabalho constitui a alavancagem necessária para a inserção social plena das suas famílias. Olegário e Paula, os mais jovens, com 30 e 27 anos, respetivamente, acrescentam necessidades formativas, que por sua vez permitiriam uma melhor integração no mercado de trabalho.

Quadro 6 – Pobreza Persistente | Perceção dos problemas, por perfil (2011, 2014 e 2017)⁴

Perceção dos problemas	2011			2014			2017		
	Respons.	Desrespons.	Co respons.	Respons.	Desrespons.	Co respons.	Respons.	Desrespons.	Co respons.
Incapacitados	0	2	3	0	0	4	0	1	4
Desempregados	0	0	2	0	0	2	0	0	2
Trabalhadores pobres	1	0	3	0	0	4	0	0	4
Idosos	2	3	2	3	1	3	0	5	2
Trabalhadora	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	5	10	3	1	13	0	6	12

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

⁴ Neste quadro estão contabilizadas 18 pessoas, estando excluída Marisa que pelo facto de ter saído da pobreza em 2014 não se aprecia do ponto de vista da responsabilização do problema.

Quadro 7 – Pobreza persistente | A estratégia de ação, por perfil (2011, 2014 e 2017)

	Estratégia de ação 2011			Estratégia de ação 2014			Estratégia de ação 2017		
	Individualizante	Cooperante	Passiva	Cooperante	Passiva	Individualizante	Cooperante	Passiva	
Incapacitados	0	2	3	3	1	0	2	3	
Desempregados	0	2	0	2	0	0	2	0	
Trabalhadores pobres	1	3	0	4	0	0	4	0	
Idosos	0	2	5	2	5	0	1	6	
Trabalhadora	0	1	0	1	0	1	0	0	
Total	1	10	8	12	6	1	9	9	

Fonte: Os totais apresentados para cada ano são diferentes (2011=19; 2014= 17; e 2017=18) porque Marisa só integrou os totais de 2011 pelo facto de ter saído da condição de pobreza entre a fase I e a fase II do estudo e porque Rosário só integra os totais de 2011 e 2017, não tendo sido entrevistada em 2014

Quadro 8 – Pobreza persistente | A perceção do problema e a estratégia de ação, por perfil (2017)

Perceção do problema	Estratégia de ação 2017	
	Cooperante	Passiva
Desresponsabilizante	0	6 Idosos – Celestina, Fátima, Graça, Mariana, Natália Incapacitados - Rosário
Co responsabilizante	9 Trabalhadores Pobres - Olegário, Aura, Anabela, Filomena Idosos – Gonçalo Incapacitados – Joana, Joaquim Desempregados–Margarida, Paula	3 Idosos – Ângela Incapacitados- Liliana, Rute
	9	9

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Da responsabilização ao impacto na disposição para a ação

A condição de vulnerabilidade socioeconómica é um traço com que estas pessoas convivem desde terra idade, em grande medida condicionada pelo percurso e ciclo de vida e condições sociais, familiares e individuais. Neste sentido, identificados os problemas que os aprisionam na condição de vulnerabilidade e os responsáveis pela sua resolução, sempre na perspetiva dos próprios, importa compreender quais os impactos da exposição contínua a contextos de pobreza e exclusão.

As diversas formas de perspetivar o contexto em que vivem, a leitura que fazem das oportunidades e a avaliação das capacidades de que dispõem, despoleta nestes entrevistados diferentes disposições para a ação que se revestem de grande complexidade. Como veremos, condições idênticas de vulnerabilidade traduzem-se em disposições para a ação e estratégias distintas. Identificar

os fatores desencadeadores de uma maior ou menor acomodação às circunstâncias é o que se procura aqui explorar.

De modo genérico, encontramos três tipos de disposição para a ação⁵. Estas disposições são estados alteráveis onde a exposição à vulnerabilidade, à incerteza e ao risco pode assumir diferentes posicionamentos face às múltiplas dimensões da vida individual e social. Esta tipologia foi já utilizada nas fases anteriores, pelo que procuramos aqui explorar a forma como, ao longo destes 7 anos, a disposição deste Painel se foi alterando, procurando compreender essas transformações/variações. Procura-se de seguida explicitar brevemente a tipologia utilizada.

Adaptação e conformação é uma das formas de se posicionar face à situação de vulnerabilidade vivida e caracteriza-se por uma desconfiança/descrença na sociedade e uma redução das aspirações, da atividade e da projeção no futuro como estratégia para viver com alguma serenidade. Ou seja, estas pessoas procuram ajustar as suas expectativas de vida aos recursos de que dispõem de forma a viver de forma mais apaziguada.

O segundo tipo de disposição para a ação é o que combina **frustração e stress** e consiste na dificuldade de os indivíduos encontrarem estratégias que solucionem as suas necessidades. Muitas vezes colocam o ónus da sua condição na sociedade, nomeadamente na instabilidade estrutural em que vivem, esperando, igualmente que a solução seja exterior a si, não necessariamente por via de apoios sociais, mas de uma rede de condições, oportunidades e direitos sociais que consideram que deveria existir. O constante confronto entre o que gostariam de ser/ter e a realidade incute-lhes um sentimento de frustração que, algumas vezes, verbalizam objetivamente, referindo que esta realidade teve um impacto negativo nas suas aspirações futuras, ou seja, quando olham para o passado constataam que tinham e/ou realizavam planos/projetos para o futuro e lamentam que a sua não concretização lhes tenha retirado essa capacidade.

Finalmente, encontramos um conjunto de indivíduos **ativos e resilientes** que norteiam a sua vida pela esperança num futuro melhor, de concretização de projetos e objetivos. Agem na certeza de que pelo seu esforço podem melhorar a sua condição de vida, procurando e aproveitando as oportunidades que o podem potenciar.

Uma parte significativa das pessoas que integram este grupo (11 pessoas) mantém a mesma disposição para a ação desde 2011.

⁵ As designações destas disposições retomam uma tipologia já explorada num outro estudo do DINAMIA/CET-IUL (cf. Pinto *et al.*, 2010)

Marisa, a única saída da pobreza neste grupo de 19 pessoas em condição de pobreza persistente em 2011, mantém desde então uma disposição ativa e resiliente. Continuando hoje a trabalhar nas limpezas, ainda que sem vínculo laboral, o que lhe levanta fragilidades futuras no que respeita a proteção social, o rendimento mensal que auferir permite-lhe ter uma vida desafogada.

Em 2017 fomos encontrar Rosário igualmente frustrada com a sua condição. Se em 2011, as dificuldades financeiras provocadas pelos baixos rendimentos, pelas dívidas e pelo facto de cuidar do marido acamado a colocavam nessa disposição, em 2017 outras motivações a colocam no mesmo estado de espírito: a morte do marido, um problema de visão (glaucoma) que lhe condiciona grandemente a vida, os baixos rendimentos de que dispõe e a demora na atribuição da pensão de invalidez que não compreende, manifestam-se atualmente num sentimento de insatisfação com a sua vida.

Das 11 pessoas que mantêm a mesma disposição desde 2011, 9 mantêm-se adaptadas e conformadas: 5 idosos (Mariana, Celestina, Natália, Ângela e Graça), 3 incapacitados (Rute, Joaquina e Joana) e 1 desempregada (Paula). Todos consideram que a sua situação económica regrediu desde 2014. Sem conseguirem perspetivar como a podem reverter, parecem conformados com a situação.

Pior, muito pior! Os miúdos estão a crescer já querem roupas diferentes já não querem aquelas roupas, tem que ser maiores, já tem que ser uma coisa mais preparada, mais bem-apresentada. Já sabem o que é bom, quando eram pequeninos vestiam aquilo de um euro, agora “Isso já não dá para mim mãe. Já sou crescido, já sou crescido mãe!” Vem um com uns ténis bons “Ai, mãe os meus ténis cheiram tão mal! Estão todos rotos!” não tenho! “Olha ali aquele de marca mãe!”, “Filho não dá, não dá. Vamos aos baratos!” (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

Por outro lado, 8 pessoas manifestam alterações na sua disposição, importando identificar essa mudança e compreendê-la. Fátima e Gonçalo, resignados com sua situação em 2011 e 2014, assumem atualmente disposições distintas, nomeadamente face à trajetória económica descendente que registam. Fátima com 85 anos, trabalhou até há 4 anos atrás na cozinha de um restaurante ao fim de semana, mas o seu encerramento e um braço partido em serviço fizeram-na abandonar essa atividade que lhe complementava financeiramente a reforma e auxiliava no apoio à filha com problemas de saúde que tanto a preocupa. Com menos recursos financeiros e sem resolução à vista

para a situação da filha, mostra-se muito preocupada e desanimada com a sua condição. Por sua vez, Gonçalo, cujo valor da reforma é inferior às suas necessidades, situação agravada pelo fim do Complemento Solidário para Idosos e o aumento do valor que tem que despende com o quarto, coloca a possibilidade de voltar a trabalhar como forma de complementar o valor da reforma. Trabalhar algumas horas na receção de um *hostel* parece-lhe ser um cenário possível, tendo em conta os idiomas que domina. Aguarda a oportunidade de falar com o proprietário de um estabelecimento para aferir essa possibilidade.

Liliana em 2011 cuidava do seu filho dependente e contava com a pensão de invalidez daquele para a subsistência de ambos, nestas condições apresentava-se acomodada à sua condição apesar das dificuldades financeiras e de logística com que lidava no seu dia-a-dia. Quando a encontramos em 2014, estava a recuperar do falecimento do filho e sem qualquer meio de subsistência, mantinha o conflito com o marido com quem partilhava casa, mas de quem estava separada, e com a filha que após o divórcio se tinha mudado para sua casa. Apresentava-se em stress e frustrada com a situação que vivia. Em 2017, tinha conseguido a sua pensão de invalidez e residia sozinha na sequência do marido e da filha terem ido viver para Castelo Branco. Apesar de considerar o valor da pensão inferior às suas necessidades e do seu estado débil de saúde, considera que a sua situação económica melhorou. É com agrado que hoje conta com um valor fixo para viver, ainda que insuficiente, apresentando-se resignada à sua condição.

Também Filomena se encontra novamente acomodada à sua situação. A frustração manifestada em 2014, é atualmente convertida em resignação. A subsistir com a pensão de viuvez e da revenda de materiais que recolhe com o companheiro, a viver em casa da sogra que partilha com a cunhada e os sobrinhos, tem dificuldade em acreditar que conseguirá alguma vez reverter a sua condição, sentimento que a idade e a imagem de que se envergonha pelos problemas de estomatologia, apenas reforçam.

Aura mantém-se frustrada desde 2014 com as suas condições de vida. A manutenção das dificuldades financeiras, dos problemas de saúde e a falta de apoios e são os principais motivos para manterem este estado de insatisfação com a sua vida. O facto de ter à sua guarda as duas netas, situação que passou de temporária em 2011 para definitiva por incapacidade da enteada para cuidar das filhas, poderá justificar a sua frustração.

Por seu lado, 3 pessoas convertem a sua frustração ou acomodação em resiliência (Margarida, Olegário e Anabela) e procuram uma solução para reverter a condição de necessidade em que vivem.

Margarida, frustrada em 2011 com a falta de habitação e o alcoolismo do marido, em 2014 separa-se e passa a viver só com o filho, cujo subsídio de desemprego permite pagar a casa que tinha, entretanto, arrendado. Em 2017, o filho parte para a Madeira, terra natal de Margarida, e esta reconcilia-se com o marido, que, com o apoio e persistência da técnica da Santa Casa, tinha iniciado o tratamento para o alcoolismo. Claramente motivada por esta mudança na vida do marido, Margarida espera conseguir um emprego, para além das parcas e irregulares horas de limpeza que faz. É interessante constatar que reflita este sentimento de desejo concretizado, o tratamento do alcoolismo do marido, numa trajetória económica ascendente, quando as suas condições económicas parecem manter-se.

Anabela depois de mais de trinta anos de violência doméstica consegue em 2014 libertar-se dessa condição. Atualmente, a trabalhar e com um novo companheiro, está determinada a reorganizar a sua vida, obter a guarda da sua filha menor e voltar a estudar.

Olegário, um jovem com 27 anos, casado e com dois filhos com 8 e 5 anos, continua sem aceder a habitação social para o seu núcleo familiar, contudo conseguiu encontrar emprego na área em que fez formação profissional e trabalha atualmente numa empresa de jardinagem.

Estes dados indiciam que a ligação ao mercado de trabalho tende a imprimir nos indivíduos ânimo e determinação para traçarem um percurso de fuga à vulnerabilidade, mas também a idade, o facto de se ser saudável e a existência de filhos menores, como Olegário e Anabela, revelam ser condicionantes importantes da resiliência demonstrada. Por oposição, a doença e a idade avançada parecem incutir sentimentos de inevitabilidade e acomodação aos indivíduos, como acontece com muitos dos idosos e incapacitados para o trabalho por motivo de doença.

Esta análise indicia uma organização destes entrevistados em três subgrupos: um conjunto de pessoas que se encontra *instalado na condição de necessidade* (12); um grupo *em trânsito em busca de oportunidades* para se libertar desta condição de necessidade (6); e uma entrevistada que através da integração do mercado de trabalho, ainda que sem vínculo, se libertou da condição de necessidade.

O quadro seguinte permite sistematizar a evolução da disposição para a ação destes indivíduos nos 3 períodos em análise.

Quadro 9 – Pobreza persistente | Perfil, idade, estado de saúde, trajetória económica e disposição para a ação em 2011, 2014 e 2017

Posicionamento face ao percurso de pobreza	Pseud.	Perfil 2017	Idade	Estado de saúde	Trajetória económica	Disposição para a ação		
						2011	2014	2017
Instalados na condição de pobreza	Mariana	Idosos	78	NA	↓	adaptação/conformação		
	Celestina	Idosos	79	NA	↓	adaptação/conformação		
	Natalia	Idosos	88	NA	↓	adaptação/conformação		
	Graça	Idosos	68	NA	↓	adaptação/conformação		
	Ângela	Idosos	87	NA	=	adaptação/conformação		
	Rute	Incapacitados	50	Limitativo	=	adaptação/conformação		
	Joaquim	Incapacitados	64	Limitativo	↓	adaptação/conformação		
	Joana	Incapacitados	41	Limitativo	↓	adaptação/conformação		
	Fátima	Idosos	85	Limitativo	↓	adaptação/conformação	frustração/stress	frustração/stress
	Gonçalo	Idosos	75	NA	↓	adaptação/conformação		
Liliana	Incapacitados	63	Impefitivo	↑	adaptação/conformação	frustração/stress	adaptação/conformação	
					adaptação/conformação	frustração/stress	adaptação/conformação	
Rosário	Incapacitados	62	Impefitivo	↓	frustração/stress			

Posicionamento face ao percurso de pobreza	Pseud.	Perfil 2017	Idade	Estado de saúde	Trajetória económica	Disposição para a ação		
						2011	2014	2017
Em trânsito em busca de novas oportunidades	Margarida	Desempregados	46	Limitativo*	↑	frustração/stress	adaptação/conformação	resiliência/ativação
	Paula	Desempregados	27	Limitativo*	↓		adaptação/conformação	
	Filomena	Trab. pobres	63	NA	↓	adaptação/conformação	frustração/stress	adaptação/conformação
	Aura	Trab. pobres	54	Irrelevante	=	adaptação/conformação	frustração/stress	
Saída da pobreza	Olegário	Trab. pobres	30	NA	↑		frustração/stress	resiliência/ativação
	Anabela	Trab. pobres	50	Irrelevante	↑	resiliência/ativação	frustração/stress	resiliência/ativação
	Marisa	Trabalhadora	46		↑		resiliência/ativação	

*O estado de doença de Margarida e Paula é temporariamente limitativo e impeditivo.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

3. Perfis de trajetórias

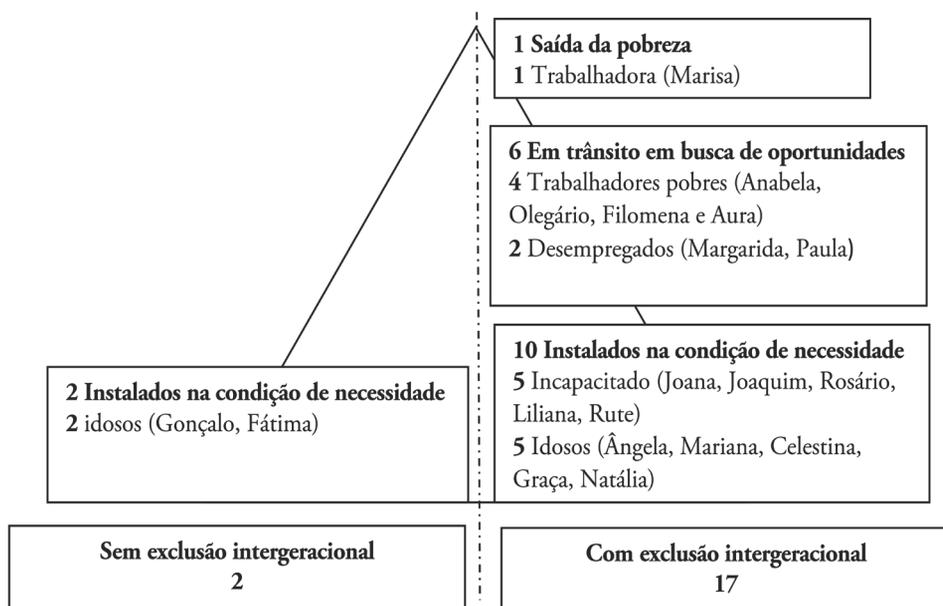
Em função das condições objetivas, como o estado de saúde, a idade, a inserção ou não no mercado de trabalho, e as condições subjetivas, tais como a forma como são identificados os principais responsáveis pelas situações de vulnerabilidade vivenciadas, as estratégias convocadas para a sua resolução e a disposição para ação, foi possível, como referido, organizar este grupo de entrevistados em três grupos distintos:

- ▶ 12 pessoas “instaladas na condição de necessidade” - pessoas que pela idade ou estado de saúde limitativo ou impeditivo para exercerem uma atividade profissional, dificilmente verão a sua situação de pobreza alterada e a sua relação com a assistência interrompida. Este grupo é o mais numeroso, com 12 pessoas, que integra 7 idosos e 5 incapacitados permanentes para o trabalho por motivo de doença que maioritariamente já se adaptaram à sua condição;
- ▶ 6 pessoas em “trânsito em busca de oportunidades” - 4 pessoas (2 trabalhadoras pobres, Filomena, Aura, e pessoas em situação de desemprego, Margarida e Paula) mantêm a expectativa de romper com o seu percurso de pobreza, nomeadamente da melhoria das condições laborais (Aura ou Filomena) ou através da inserção no mercado de trabalho (Margarida e Paula). Contudo, a falta de oportunidades associada à idade avançada, às baixas habilitações escolares ou à discriminação étnica que sentem não permite esse passo; e 2 pessoas (Anabela e Olegário) que já tendo conseguido a sua integração no mercado de trabalho, apesar de ainda não ser o suficiente para os afastar da condição de vulnerabilidade, já os fez interromper a sua relação próxima com os dispositivos de assistência;
- ▶ 1 pessoa (Marisa) conseguiu romper com a condição de pobreza persistente em que vivia, caso já relatado na fase II e cujas condições se mantêm⁶.

Este grupo de 19 pessoas regista, na sua generalidade, percursos de pobreza intergeracional. São exceção, como já mencionado, Gonçalo e Fátima que relembram um período de infância e juventude longe das malhas da pobreza.

6 O caso de Marisa será apresentado no capítulo D. Saída da Pobreza.

Figura 4 – Pobreza persistente | Perfis de trajetórias de vulnerabilidade



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Desbravados os problemas com que continuam a deparar-se, desde 2011, e que os faz permanecer na condição de vulnerabilidade, a forma como perspetivam a solução e o impacto desta combinação na sua disposição, importa agora observar para cada um destes grupos as condições de vida objetivas como: a relação com o mercado de trabalho, os rendimentos de que dispõem e respetivas fontes, nomeadamente os apoios auferidos, mas também as condições subjetivas que remetem para um conjunto de apreciações dos entrevistados, relativamente à relação com os dispositivos de assistência, às redes sociais informais, à autoimagem e à sua projeção no futuro.

3.1. Instalados na condição de necessidade

Confinados às prestações sociais - os principais ou únicos rendimentos

Em 2017, no que respeita aos rendimentos e respetivas fontes, as prestações sociais são os principais meios de sobrevivência deste grupo de 12 entrevistados, o que corresponde a pensões de velhice (Ângela, Graça, Mariana,

Celestina, Natália, Fátima e Gonçalo), pensões de invalidez (Liliana), pensões de viuvez (Rosário) ou Rendimento Social de Inserção (Rute e Joaquim).

Acrescem a estes rendimentos outras prestações atribuídas a outros elementos dos agregados familiares, nomeadamente prestações familiares - como o abono de família (neta de Ângela e filhos de Joana) e o subsídio por assistência de 3ª pessoa (Graça) - prestações substitutivas/complementares do rendimento do trabalho - como o subsídio de desemprego no caso do filho de Graça e do neto de Ângela. Verifica-se ainda a existência de prestações de ação social, nomeadamente através da atribuição de subsídios eventuais que procuram colmatar as necessidades não satisfeitas pelas restantes prestações (Rute). Como veremos pela análise que se segue, esta realidade não se distingue grandemente das fases anteriores.

Estes rendimentos são, em 2017, parcamente complementados com biscates nos casos de Joaquim, Liliana e Margarida.

Joaquim, em situação irregular em Portugal desde os anos 90, sobrevivia em 2011 e 2014 com um subsídio eventual atribuído pela Santa Casa, complementado por pequenos biscates que fazia para a vizinhança e para a Junta de Freguesia. Vê recentemente a sua situação regularizada, passando a ter autorização de residência, o que lhe permite requerer o Rendimento Social de Inserção. Continua a realizar alguns trabalhos para vizinhos e comerciantes que lhe valem algum dinheiro, bens ou alimentação.

Liliana vai tentando vender os panos que borda, como forma de complementar a magra pensão de invalidez conseguida em 2014. Até então vivia, em 2011, com a pensão de invalidez do filho de quem cuidava e o RSI, posteriormente cortado na sequência do marido começar a receber subsídio de desemprego. Entre o fim da pensão de invalidez do filho, com a sua morte, e a atribuição da sua, subsistia com apoios eventuais prestados pela Santa Casa. A aguardar a pensão de invalidez está Rosário que sobrevive apenas com a pensão de viuvez.

Rute e o filho contam com o RSI e o subsídio mensal para a renda atribuído pela Santa Casa que cobre a sua totalidade. Complementam este orçamento os rendimentos decorrentes de biscates que o filho faz num armazém, no Martim Moniz. Também Joana conta com o RSI e com os abonos dos filhos menores para a sua subsistência.

Os idosos isolados Gonçalo, Mariana, Fátima e Natália contam apenas com a sua pensão de velhice como único rendimento para fazer face às despesas. Rendimento que sofreu uma diminuição, no caso de Gonçalo e Natália, por alterações das condições de acesso ao Complemento Solidário

para Idosos, mantendo apenas as suas reformas de 398 euros e 200 euros, respetivamente. Dados os valores auferidos, compreende-se que este corte seja mencionado, em 2017, como um momento crítico recente nas suas vidas, apesar de já ter sido mencionado em 2014. Fátima e Gonçalo referem algumas ajudas pontuais monetárias dos irmãos em condições financeiras mais desafogadas.

Os idosos que integram agregados familiares com mais elementos, contam, como já referido, com outras fontes de rendimentos. É o caso de Ângela, Graça e Celestina, sendo que todas as situações parecem ter-se degradado financeiramente desde 2011. Ângela a viver com os dois netos e a filha em 2011, contava com o subsídio de doença da filha já doente à época, com o salário do neto, o abono de família da neta e a sua pensão. Em 2014, depois da morte da filha, continua a contar com o salário do neto, a sua pensão e a pensão de sobrevivência da neta menor para a subsistência da família. Com o desemprego recente do neto, o seu salário foi substituído pelo subsídio de desemprego, situação que a preocupa.

Graça, em 2011, vivia com os 3 filhos, duas eram jovens com deficiência profunda de quem cuidava. O seu agregado familiar contava com a sua pensão de viuvez, o salário do filho e as pensões de invalidez das duas filhas e do subsídio de assistência a 3ª pessoa por cuidar de ambas. Com a morte de uma e o desemprego do filho contava, em 2014, com a pensão de invalidez de uma filha, a sua pensão de viuvez e o subsídio de desemprego do filho. Graça tem como única esperança que ele consiga um emprego para melhorar a situação económica do agregado, mas receia pela sua deterioração, porque o subsídio de desemprego do filho terminará ainda durante 2017. Este sempre foi ajudante de padeiro, mas devido à sua idade, embora faça uma procura ativa de emprego, não consegue colocação.

Celestina, em 2011, contava com a pensão do marido e a sua para sustentar um agregado familiar de 4 pessoas: ela, o marido, a neta e um bisneto. Em 2014, com a ida do marido para casa de um filho porque não tinha condições físicas para cuidar dele, conta com a sua pensão e o salário da neta para um agregado de 4 pessoas. Este rendimento era complementado, pontualmente, em situações de necessidade aguda, com apoios eventuais atribuídos pela Santa Casa. Em 2017, a situação económica deste agregado degradou-se: com a neta desempregada, Celestina é a única com rendimentos num agregado familiar de 4 elementos, 2 deles crianças, pontualmente apoiados pelo pai de uma das crianças, que não pagando pensão de alimentos ajuda quando necessário.

Os apoios institucionais não pecuniários complementares

Os fracos rendimentos destes entrevistados e das suas famílias, provenientes na sua maioria de apoios pecuniários institucionais, são complementados por outros apoios não pecuniários, igualmente institucionais: 8 pessoas beneficiam de habitação social (Celestina, Mariana, Rosário, Fátima, Natália, Joana, Joaquim e Liliana), 2 pessoas recebem, desde 2011, bens alimentares (Rute e Joaquim), Rosário também recebia bens alimentares, em 2011, mas a mudança de instalações da Associação Auxílio e Amizade que lhos disponibilizava e as suas dificuldades de visão, não lhe permitem deslocar-se até lá.

Há também 5 pessoas que continuam a beneficiar de equipamentos e dos serviços prestados por estes: Fátima, Gonçalo, Ângela, Natália e Graça. Com exceção de Graça, que apenas beneficia de apoio domiciliário diário prestado à filha, os restantes frequentam centros de dia da Santa Casa, usufruindo das atividades e de duas refeições diárias, almoçam no centro e levam para casa o jantar. Também o filho de Liliana beneficiava, em 2011, de apoio domiciliário prestado pela Santa Casa.

Um apoio não pecuniário e transversal a estes entrevistados é o cartão de saúde da Santa Casa que dá acesso a consultas de especialidade e nalguns casos a medicação, não sendo claro os que têm acesso a medicação gratuita por via desse mesmo cartão. Apenas Natália, Ângela e Rute referem claramente o acesso a medicação gratuita.

Mas quanto aos apoios da saúde prestados pela Santa Casa surgem algumas críticas, nomeadamente no que respeita à demora das consultas de estomatologia e à dificuldade de poder aceder às próteses dentárias, como refere Filomena.

É possível, ainda, referir outros apoios pontuais que emergem das entrevistas e que procuram colmatar necessidades agudas. É o caso de Rosário que contou com o Apoio Psicológico existente na Associação Auxílio e Amizade num momento de depressão. Também as Juntas de Freguesia, são uma âncora a que os entrevistados parecem recorrer cada vez mais. Rosário, refere o apoio da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior na compra dos óculos, Rute menciona o pagamento de despesas, como eletricidade e água, e Gonçalo o pagamento da medicação de forma regular.

Deste modo, no que respeita aos rendimentos destes entrevistados podemos concluir pelo agravamento das condições económicas dos seus agregados familiares, nomeadamente pelas situações de desemprego que assolam alguns dos elementos destas famílias; por outro lado, a continuidade dos apoios

recebidos com predominância para as pensões de velhice ou invalidez e a habitação social. As pensões surgem como os pilares económicos, e com o qual podem contar de forma regular, apesar de insuficientes para as necessidades. Os restantes rendimentos surgem de forma mais pontual, como os biscates, ou datados no tempo, como os subsídios de desemprego ou eventuais.

O quadro abaixo ilustra os apoios auferidos pelos entrevistados em condição de pobreza persistente nas três fases em análise (2011, 2014 e 2017).

Quadro 10 – Pobreza persistente | Instalados na condição de necessidade - Evolução dos apoios institucionais recebidos (2011, 2014 e 2017)

	2011	2014	2017
Prestações de subsistência	2 RSI - Rute, Joana		
	1 Liliana		1 Joaquim
	1 Subsídio de desemprego (filho de Graça)		
			1 Subsídio de desemprego (neto de Ângela)
	3	3	5
Pensões/reformas (invalidez, velhice, viuvez)	8 Fátima, Ângela, Natália, Graça, Mariana, Gonçalo, Rosário, Celestina		
	1 Liliana (pensão de invalidez filho)		1 Liliana (pensão de invalidez própria)
	9	8	9
Prestações familiares	1 Mariana		1 Graça
	3 Joana, Ângela, Graça		
	4	4	4

	2011	2014	2017
Prestações de Ação social	3 Liliana, Joaquim, Graça		
		1 Celestina	
	1 Rosário		
		2 Rute, Graça	
	4	6	2
Habitação social	8 Celestina, Mariana, Rosário, Fátima, Natália, Joana, Joaquim, Liliana		
	8	8	8
Géneros	3 Rute, Joaquim, Graça		
	1 Rosário	2 Fátima	2 Gonçalo, Rosário
	4	5	5
Equipamentos	5 Fátima, Gonçalo, Ângela, Natália, Graça		
	1 Liliana		
	6	5	5

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Este grupo de pessoas caracteriza-se por ter longos períodos de relação com o sistema de proteção social, seja por via de apoios pecuniários auferidos, seja por via de outros benefícios, nomeadamente a habitação social em consequência de processos de realojamento.

Convém relembrar, tal como se referiu na anterior publicação, que para a maioria dos entrevistados que acederam a habitação social a perceção deste benefício não surge nos seus discursos como um ‘apoio social’, sendo geralmente encarado como o resultado do exercício do direito à habitação, sobretudo, quando tal acontece no contexto de realojamentos de bairros de barracas. Também com o recurso a apoios sociais à infância, à educação e à saúde se constatou que estes pareciam não implicar a aquisição do estatuto de “beneficiários”. No entanto, para **identificação da data de início** do primeiro

contacto com os dispositivos de assistência social/sistema de proteção social, considerou-se **todo o tipo de prestações/apoios sociais**, independentemente da entidade à qual se recorre, ao passo que para caracterizar o **tipo de relação** excluíram-se as pensões de velhice, viuvez, de invalidez e de alimentos, bem como a habitação social por não implicarem, de uma maneira geral, um contacto direto com os dispositivos de assistência.

Gonçalo e Natália afastam-se daquele padrão de uma relação mais prolongada com o sistema. No caso de Gonçalo, foi um episódio de doença grave e o conseqüente pedido de reforma que o aproximou aos 67 anos dos serviços de ação social e no caso de Natália foi a morte do marido e o fim de qualquer meio de subsistência que colocou a descoberto as suas vastas necessidades de rendimento e habitação.

Figura 5 – Pobreza persistente | Instalados na condição de necessidade - Trajetória de vida de Gonçalo: idoso

Gonçalo		
Percurso educacional e profissional	Faz curso de veterinária em Angola que não termina, faz curso superior de engenharia de Minas no Canadá e posteriormente um curso de cozinha. Aponta diferentes atividades profissionais, como professor, empresário, cozinheiro	reformado
Local residência	Madeira, Angola, Canadá e Portugal (Algarve)	Lisboa
Apoios Sociais	Sem apoios sociais	Pensão de velhice e apoio de um Cento de dia onde recebe a alimentação
Incidentes Críticos		Problema de saúde grave que o faz reformar-se
Idade	0-67 anos	68 anos
Data	1942-2010	2010 – até ao presente

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Os restantes entrevistados referem relações próximas com a assistência, que remontam há mais de 15 anos. Apenas nos casos de Ângela e Joaquim não é perceptível há quanto tempo dura este vínculo.

Esta longevidade poderá justificar a facilidade na adesão aos apoios sociais que quase todos revelam desde 2011. Percebe-se em muitos discursos que esta adesão, quando mais refletida, indicia um sentimento de inevitabilidade que se instalou.

Quando se analisa o tipo de adesão às prestações e benefícios assistenciais tem-se em consideração a perceção por parte dos entrevistados do que é adquirir o estatuto de “beneficiário”, ou seja, aceder a algumas das medidas de garantia de rendimentos no âmbito dos regimes de proteção e cidadania a apoios económicos e materiais atribuídos por via da rede de assistência social seja ela privada ou pública. Embora para a análise da adesão se contemple apenas estes dois domínios, quando se trata de compreender as **estratégias institucionais** que são convocadas e o tipo de apoios auferidos inclui-se também as prestações do sistema previdencial⁷, tendo sempre por referência as pessoas que integram o Painel do Barómetro, ficando deste modo excluídos os restantes elementos que compõem o agregado familiar.

A necessidade obriga a procurar apoio junto da ação social, mas alguns, quando confrontados com a questão de como se sentem nessas alturas, demonstram um sentimento de vergonha, principalmente os que têm referências passadas bem distintas das necessidades que passam atualmente, como Fátima.

Mas eu agora vou ver se consigo ir lá falar a Santa Maria Maior, às vezes paga-me a luz e paga-me a água. Sabe, eu custa-me muito pedir. Custa-me, porque a minha casa... , Dra, a minha casa foi uma casa rica, a casa dos meus pais, a casa da minha família. A minha mãe era a santinha do bairro, dava-se de comer a toda a gente. (Fátima, 85 anos, idosa, 2017)

⁷ Embora se considere os dois sistemas - proteção e cidadania e previdencial – é relativamente ao primeiro que as pessoas mais se manifestam quando se trata de falarem da forma como aderem e acedem aos apoios previstos. Importa clarificar o que inclui cada um destes sistemas: ao sistema de proteção e cidadania compete: i) a efetivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica; ii) a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão; iii) a compensação por encargos familiares; iv) a compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência. Englobando três subsistemas: i) o de Ação Social concretiza-se nos seus principais objetivos, através de serviços e equipamentos sociais; programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais; atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em condições de excecionalidade e prestações em espécie; ii) o de Solidariedade abrange um conjunto de eventualidades (ex.: invalidez, velhice, morte, insuficiência de rendimentos...) e de situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdencial (ex.: RSI, CSI pensões sociais, subsídio social de desemprego...); iii) o de Proteção Social assegura a compensação de encargos familiares quando ocorrem determinadas eventualidades (encargos familiares no domínio da deficiência e da dependência). O sistema previdencial garante prestações substitutivas de rendimentos de trabalho das pessoas com carreira contributiva, nas seguintes eventualidades: doença; maternidade, paternidade e adoção; desemprego; acidentes de trabalho e doenças profissionais, velhice e morte.

Contrariamente, Rosário e Mariana demonstram resistência e recusa face aos apoios sociais. Rosário depois dos apoios prestados por diferentes entidades, como a Santa Casa e a Associação Auxílio e Amizade, resiste atualmente a pedir apoio. Pela sua experiência ao longo dos anos, a sua boa imagem fá-la não merecer/precisar de apoio aos olhos dos técnicos de ação social, pelo que tenta não o solicitar, o que sente como injusto. Mas recorre pontualmente em momentos de necessidade aguda à Junta de Freguesia, onde tem a possibilidade de ser recebida pelo seu presidente semanalmente. Foi a esta instituição que recorreu quando precisou de comprar os óculos e não tinha meios para os pagar. Mas a referência à vergonha que sente quando precisa de o fazer vai acompanhando o seu discurso. Esta resistência atual pode também ser explicada pelo facto de aguardar a sua pensão de invalidez que somada à pensão de viuvez será um rendimento suficiente, segundo a própria, para a sua subsistência, tendo em conta que dispõe de habitação social cuja renda são 20 euros mensais.

Sempre tive muita vergonha de pedir porque sempre fui uma pessoa muito independente no sentido de sempre ter trabalhado. Nunca tive uma vida muito desafogada, mas também nunca tive as falhas que comecei a ter a partir da altura em que deixei de trabalhar. Era só o meu marido e depois foi piorando, piorando e eu tive que aprender a viver assim. [A sua expectativa é receber a pensão de invalidez.] Sim, porque assim as coisas já vão começar a equilibrar um bocadinho. Às vezes vou falar com as assistentes e elas regulam-se muito pela aparência da pessoa. Eu não tenho culpa de ter boa aparência. Não visto roupas muito caras. As roupas que visto são todas do chinês. Ou são de uma namorada de um sobrinho meu. É uma pessoa que vive razoavelmente bem e dá-me muitas coisas. Porque eu também não tenho possibilidades de comprar roupas e quando tenho vou ao chinês. Mas as assistentes vão muito pela aparência. [Recebe apoio da Santa Casa?] Não, mas já recebi. Depois foi-me retirado. Foi na altura que o meu marido estava acamado. (Rosário, 62 anos, incapacitada, 2017)

O outro caso de resistência a solicitar apoios sociais identificado em 2011 e de recusa desde 2014, é Mariana. Enquanto cuidou da sua mãe acamada, Mariana, na época em que ainda trabalhava, teve algum apoio da Santa Casa, a disponibilização de fraldas e apoio domiciliário para os seus cuidados diários, mas demonstra-se insatisfeita com esse apoio e pela dificuldade em obtê-lo. Atualmente diz que se precisasse de apoio pediria à assistência social, embora desacredite na sua eficácia para a resolução das situações.

E escuso de ir pedir a qualquer lado porque a mim nunca me deram nada! [Não sentiu necessidade?...] Senti necessidade, mas nunca mais fui lá pedir nada. Porque sinto-me envergonhada. Tenho vergonha porque fazem muitas exigências para uns e não fazem para outros e depois é das negas. Porque as assistentes sociais por vezes ajudam aquelas que não necessitam, não aquelas que precisam. A assistente social complica-me com o meu sistema nervoso. Sabe porquê? Porque quando me virem a pedir alguma coisa a alguém, eu estou por aqui (pelo pescoço). Porque eu não gosto de pedir. (Mariana, 78 anos, idosa, 2017)

Esta relação é para a maioria permanente. É exceção Liliana que atualmente não têm qualquer relação com a assistência social. No passado tinha fraldas gratuitas e apoio domiciliário para os cuidados de higiene diários do seu filho, mas com o seu falecimento esses apoios cessaram. Entre este momento e o reconhecimento da sua incapacidade para trabalhar por motivos de saúde com a atribuição da pensão de invalidez em 2014, teve apoio pecuniário da Santa Casa.

Como referido, a relação destes entrevistados com os serviços de ação social é longa, mas poucos são os casos em que satisfaz na totalidade as necessidades manifestadas. Com exceção para Rute, Fátima e Ângela todos consideram que os apoios que recebem ficam aquém das necessidades sentidas.

[Tem mais algum apoio? Do banco Alimentar ou...] Não tenho, mas bem precisava. (Ângela, 87 anos, idosa, 2017)

Rute precisaria de cerca de mais 100 euros mensais para um dia-a-dia mais facilitado, mas considera que os apoios que recebe são os necessários, havendo sempre espaço para ajustar às necessidades sentidas.

Há meses que não é. Precisava de mais um quanto. Mais 100€ chegava-me bem. 700€ dava-me bem para pagar a água, luz, MEO, telemóveis e comer. Às vezes apetece-me comer mais qualquer coisa de diferente e não como. Poupo muito porque como muito à base de frango e carne de porco que são as mais baratas. Já não como um bife...no primeiro mês que vim para aqui comprei duas costeletas de novilho. Arrependi-me logo. e depois andei o mês todo óh pai, óh pai. [Os apoios que tem são os que considera que precisa?] São. Lá está, eram os mais 100€. Mas lá nisso acho que tenho 10, sou uma pessoa rica. Nesse aspeto não tenho problemas. Preciso de medicação e dá-me, a não ser que não tenham.

Quando peço qualquer coisa à assistente social, dá. Tenho o passe, ajuda para a alimentação. Tenho um valor x que ainda posso pedir extra, mas este ano já usei essa verba e fiquei agarrada à luz. há certos valores a que tenho direito pelo Luís, mas já atingi porque com esta coisa das mudanças gastei muito dinheiro e tive de pedir mais vezes. (Rute, 50 anos, incapacitada, 2017)

Também Fátima e Ângela apontam necessidades que sentem no quotidiano e que muitas vezes não têm como resolver, mas tendo em conta os apoios que já recebem e que muito valorizam, não consideram que deveriam ser satisfeitas através de mais apoios. Consideram antes que se trata de gerir e ajustar os rendimentos de que dispõem às carências que vão sentindo.

Isto não é a Santa Casa da Misericórdia, isto é uma casa santa! Eu levo todos os dias uma refeição para a minha filha. Daqui. [centro de dia SCML] Está marcado. Mas devo ser a única pessoa a quem eles fazem isso. À sexta-feira, levo uma refeição e todos os dias levo uma sopa e uma refeição para a minha filha. E sábado e domingo não temos sopa, ninguém. Porque eu ao sábado e ao domingo só como sopa ou quando me convidam, ou vou à minha irmã ao Barreiro. (Fátima, 85 anos, idosa, 2017)

Eu precisava de comprar uns sapatos... Ele para a irmã compra tudo, para ele e para a irmã... Os casacos que tenho agora estão largos, deram-me este Kispo escuro. (Ângela, 87 anos, idosa, 2017)

Estratégias de gestão da privação⁸ face à ausência de rendimentos do trabalho

Face ao cenário traçado, em que todos os entrevistados deste grupo subsistem graças a prestações sociais, é possível afirmar que todos utilizam uma estratégia de gestão da privação **ativa institucional**, de forma a colmatar a falta de rendimentos do trabalho. De facto, apenas dois agregados contam com os rendimentos de pequenos trabalhos que filhos e cônjuges executam e que se traduzem em valores reduzidos e irregulares (Rute). Deste modo, compreende-se a facilidade com que os entrevistados se autoidentificam como pessoas e famílias pobres, o que parece decorrer de uma avaliação objetiva das suas condições de existência, que muitos associam, tal como em fases anteriores, à privação económica.

⁸ As designações destas estratégias recuperam a tipologia utilizada num estudo anterior (Castro e Guerra et al., 2010: 89-90) e também utilizada na Fase I e II do Barómetro. De referir que a designação do conceito tem implícita a ideia de ação.

Não me sinto pobre de cabeça, mas sinto-me pobre de... Eu nem sei! (Fátima, 85 anos, idosa, 2017)

Miserável não me sinto, pobre sinto-me. (Gonçalo, 75 anos, idoso, 2017)

A percepção das atuais privações é, muitas vezes, realizada por comparação com períodos anteriores, seja por oposição seja por continuidade.

Agora vivo com mais dificuldade do que quando o meu marido era vivo, eu tinha a pensão dele. (Ângela, 87 anos, idosa, 2017)

Eu sinto-me uma pessoa pobre porque nunca fui rica. Nasci numa família pobre e hei- de morrer pobre toda a vida. Mas sinto-me feliz! (Mariana, 78 anos, idosa, 2017)

Sou [pobre], não deixo de ser. Sou, porque, olhe, às vezes acaba..., chego à última semana e não tenho dinheiro nenhum. Eu mesmo que queira beber um cafezito, tenho aqui amigalhas que me pagam o café, mas eu custa-me. Mas como a minha vida foi toda, no tempo do meu pai, quando o meu pai não podia trabalhar, eu é que ia com uma combinaçãozinha, o casaco e a boina do meu pai, ia bater de porta em porta, saía às 5 e meia da manhã, e entrava em casa às 7 da noite. Corria ali Sete Rios, depois ia para cima, corria aquilo tudo, para levar alguma coisa para casa. Isso tudo... (Natália, 88 anos, idosa, 2017)

Contrariamente, Celestina e Liliana associam pobreza exclusivamente à falta de dinheiro para a alimentação, e não sendo essa a sua condição, recusam identificar-se como pobres.

Quer dizer, pobre, pobre, pobre, pobre, não me posso sentir, não é? Porque ainda tenho um tostão para comer. O pior era se eu não tivesse nada. Por isso, eu digo, eu estou remediada. (Liliana, 63 anos, incapacitada, 2017)

Olhe basta ter comer para comer já estou bem já estou bem e para dar comer aos meus pequenitos e dar alguma coisita à minha neta que precise... Tendo comer para comer e tendo coisas para fazer para comer já estou bem. (Celestina, 79 anos, idosa, 2017)

Quando confrontados com uma escala de 1 a 10, em que 1 corresponde ao nível de pobreza mais baixo e 10 ao nível de riqueza mais elevado, Celestina, Liliana e Rute posicionam-se a meio da tabela, no nível 5. Dos restantes que se auto posicionaram na escala, Gonçalo e Joana referiram o nível 1, e Graça e Mariana o 4. A forma como avaliam a sua trajetória económica parece aqui ser um fator influenciador deste posicionamento. Gonçalo, Joana e Joaquim consideram que ela é descendente, ou seja, têm atualmente piores condições financeiras do que em 2014, por oposição, Liliana considera que a sua trajetória é ascendente e Rute que se mantém.

A estratégia ativa institucional, como se constatou, não se cinge ao sistema de proteção social, mas estende-se a outros apoios formais pecuniários, ou não, de Juntas de Freguesia e outras instituições de solidariedade social e que permitem aliviar as despesas com atribuição de alimentação, fraldas ou medicação.

Por outro lado, quase todos mantêm uma rede social ativa que os apoia em momentos agudos de necessidade, o que se consubstancia numa *estratégia solidária*.

Estes apoios são prestados por familiares, amigos ou vizinhos que, dentro das suas possibilidades e capacidades financeiras, vão contribuindo para minimizar as necessidades sentidas por estas pessoas na gestão do seu dia a dia.

Joana e Fátima referem o apoio das irmãs, ainda que em moldes e com capacidades distintas, Joana em momentos de maior carência pede à irmã que a venha visitar, visita que se traduz em apoio financeiro para a alimentação, no cuidado aos filhos e gestão da casa.

Naquele dia tive que pedir a minha irmã, dois dias antes tive que pedir para ela vir cá a minha casa e ela foi-se embora hoje de manhã...se podia tomar pelo menos conta dos dois. Para que houvesse comida para os dois, porque ela também não tem muito, mas ajudando naquele dia, trouxe o pãozinho que a gente não tinha pão, e alguma coisa que tivesse. Ela depois também arranjou comida para os sobrinhos, pronto, ajudou-me. Lavou a casa toda e agora tem a vida dela, tem a casa dela, não tem filhos, mas tem a casa dela ali para o lado de Loures. E então a minha irmã diz-me “Olha, a mana vai-se embora hoje, e assim que puder, se tiver alguma coisinha, eu volto cá outra vez!” (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

Fátima, que em 2011 e 2014 também trabalhava num restaurante aos fins-de-semana como forma de complementar o seu orçamento familiar, depois de ter partido o braço e do restaurante ter fechado, resta-lhe, em 2017, a solidariedade da família e dos amigos. Todos os meses visita a irmã e recebe o apoio monetário desta e, pontualmente, alguns amigos também lhe dão alguns apoios, seja em bens ou dinheiro.

Porque eu ao sábado e ao domingo só como sopa ou quando me convidam, ou vou à minha irmã ao Barreiro. Mas ela, coitadinha, o que é que ela me pode dar? 50 euros por mês de vez em quando. No Natal deu-me cem euros, vá lá, mais os cinquenta euros. Quando tenho um amigo que me telefona e ‘Olha, anda jantar comigo ou almoçar comigo...’ Às vezes lá vem um amigo: ‘Olha, tens dinheiro para o telemóvel?’, ‘Não’, ‘Então eu vou pôr-te dinheiro no telemóvel’, e põe-me dinheiro no telemóvel. ‘Olha, estás bem de massas?’, ‘Ah, assim, assim’, ‘Olha, então eu vou pôr no NIB e manda-me’. Não é muito, é 100, 150, mas ajuda. (Fátima, 85 anos, idosa, 2017)

Mas este apoio é muitas vezes recusado, ou disfarçada a sua necessidade, como refere Rosário e Gonçalo.

E depois eu não quero preocupar os meus filhos. Eu posso não ter coisas em casa mas eu não sou capaz de pedir coisas a ninguém ou pedir aos meus filhos. Prefiro ir pedir a pessoas que eu sei que emprestam mas com juros. Não gosto de preocupar os meus filhos. Porque eu sei que eles têm a vida deles. Normalmente quando uma pessoa precisa os pais é que devem ajudar e não os filhos ajudarem os pais. (Rosário, 62 anos, incapacitada, 2017)

O apoio prestado assume também outras configurações para além da monetária, como a disponibilidade para apoiar em tarefas que por alguma razão, nomeadamente limitação física, não conseguem fazer, ou apoio emocional, não só porque é também deste que estão carentes e que muitos valorizam, mas também porque é o possível, dadas as fragilidades económicas de quem o presta.

Amigas, amigas, amigas, tenho uma rapariga que mora ali ao pé do Pingo Doce que é muito amiga, desde pequenina que o meu Zé anda com a menina dela na escola e somos amigas de verdade pronto a rapariga tem o trabalho dela e eu tenho a minha vida de vez em quando encontramos-nos, é uma amizade de verdade. Ela não me dá nada porque ela também não tem! Ela não vai deixar faltar à filha para me dar a mim! Não! Mas é uma rapariga que me dá muito apoio pela amizade, pelo carinho. Não é para me dar shampoos, não é para me dar nada! (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

Os vizinhos estão sempre prontos para me ajudarem. Quando eu vou às compras então... É o meu filho que me faz as compras, mas, às vezes, ele é segurança da Prossegur, e às vezes tem horários que não calha e, então, tenho que ir eu. Mas eles estão sempre prontos: 'Dona Natalina, quando vier, bata-me à porta, que eu vou levar-lhe as compras'. Se eu vou ao indiano, o indiano também me vai pôr as compras à porta. (...) Por exemplo, a minha vizinha de baixo, porque ela tem o coiso... disso... que dão aquelas compras. Pois, o filho recebe. E então ela dá-me, divide comigo qualquer coisa, umas latas de feijão ou... ou arroz e massa, frasco com doce... Ela distribui comigo. (Natália, 88 anos, idosa, 2017)

Por seu turno, Liliana e Mariana, que não dispõem de qualquer apoio informal, assumem posturas diferentes face às necessidades. Mariana gere e prioriza as suas carências, consubstanciando-se **numa estratégia de gestão da privação passiva:**

Mas "comerzinho" graças a Deus vou tendo. A gente vai ao mais barato, mas o que é preciso a gente comer e não dever nada a ninguém. Eu vou orientando a minha vida... (Mariana, 78 anos, idosa, 2017)

Por sua vez, Liliana através da venda de bens que produz, borda panos e vende, complementa o seu orçamento. Trata-se neste caso de uma **estratégia autonomizante.**

Porque uma vez também fui à assistente social para me ajudar na medicação, e ela disse que a minha reforma que dava para isso, que não podia dar nada. E então, pronto, olhe... por isso é que eu às vezes faço paninhos e vendo-os.

Às vezes vendo, porque, pronto, muita gente quer e dá, agora, com a vida da maneira que está, que está muito complicada, a gente tem que contar os tostões muito bem contadinhos. (Liliana, 63 anos, incapacitada, 2017)

Também Joaquim continua a acionar uma estratégia autonomizante com a realização regular de pequenos trabalhos aos vizinhos e comerciantes de Alfama em troca de, nomeadamente, alimentação.

À falta de alternativa, 5 pessoas pedem dinheiro emprestado em momentos de maior necessidade (Rosário, Joana, Graça, Rute e Celestina). São empréstimos que fazem junto de vizinhos, família ou comerciantes, de modo a garantir a alimentação ao longo do mês. Todas referem a preocupação de pagar o valor em dívida assim que recebem as prestações sociais de que beneficiam.

A dívida da água e da luz está para aí que também não paguei porque não deu. Tive que pagar a mercearia, pagar ao talho, tive que pagar a certas pessoas também, à senhora do Pingo Doce também, porque ela também tira do ordenado dela para me emprestar, nós temos também que ver isso, foi uma ajuda muito grande. A rapariga também não pode! Também tem a casa dela! Tem a filha dela, a rapariga fez mesmo os possíveis... viu que eu estava mesmo aflita, porque disse que estava a esperar pelo rendimento. Este mês tive que pagar outra vez à rapariga! (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

A luz que tenho andado a pagar em prestações também. E a mercearia não, porque quando eu recebo chego e deixo logo lá o resto que trago, é para ali que fica (mercearia). Um mês pago uma coisa, outro mês pago outra... vou fazendo assim. (Graça, 68 anos, idosa, 2017)

Quando não tenho dinheiro venho aqui, depois quando recebo pago. Não tenho problemas. Venho pagar, chego aqui avio, temos agora tenho os correios aqui ao pé, chego aqui pago. Pronto, sou sempre servida. Tenho uma vida assim um bocadinho complicada (Celestina, 79 anos, idosa, 2017)

Se os casos de empréstimos referidos assentam no princípio de solidariedade, Rosário dá conta de um negócio informal que subsiste à conta da necessidade

e da vulnerabilidade das pessoas. Pessoas que emprestam dinheiro cobrando juros por isso.

Sim. Não são amigos. São pessoas que emprestam dinheiro a juros. Elas não pedem para nós irmos lá. Nós temos necessidade de ir e vamos. (Rosário, 62 anos, incapacitada, 2017)

O quadro abaixo permite verificar que as estratégias se mantêm ao longo do período em análise, sendo a institucional e a solidária as mais convocadas.

Quadro 11 – Pobreza persistente | Instalados na condição de necessidade - Estratégias de privação (2011, 2014 e 2017)

Estratégia de gestão da privação		Nº	Entrevistados
Institucional	2011	12	Todos os entrevistados
	2014	11	
	2017	12	
Solidária	2011	8	Gonçalo, Natália, Ângela, Graça, Celestina, Joaquim, Liliana, Rosário
	2014	10	Gonçalo, Natália, Rute, Ângela, Graça, Celestina, Joaquim, Liliana, Fátima, Joana
	2017	10	Gonçalo, Natália, Ângela, Graça, Celestina, Joaquim, Rosário, Fátima, Joana, Rute
Hipotecada	2011	3	Graça, Fátima, Rosário
	2014	5	Graça, Fátima, Joaquim, Rute, Liliana
	2017	5	Graça, Celestina, Joana, Rute, Rosário
Autonomizante	2011	3	Mariana, Fátima, Joaquim
	2014	3	Mariana, Fátima, Joaquim
	2017	2	Mariana, Joaquim

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Perante as necessidades diárias, projetar-se no futuro é contaminado pela luta diária e perspectivado genericamente de forma apreensiva. No caso dos idosos, a preocupação e o receio com o futuro recai sobre os descendentes, que na sua maioria já protagonizam atualmente situações de vulnerabilidade. Apenas Gonçalo (idoso) tem uma postura otimista quanto a si próprio e espera que o futuro seja melhor, os seus desejos para o futuro passam por voltar a conseguir ler, uma das atividades que mais gosta.

Enfim, mais este ano que vem vai andar. Estou convencido que se for operado às cataratas, vou começar a ler pelo menos durante uma temporada. (Gonçalo, 75 anos, idoso, 2017)

Por sua vez Joaquim prefere não planear nada para o futuro.

Ah, o futuro... agora com esta doença já não, já não, eu quero estar em paz. Quero só estar em paz com as pessoas. Eu já estou velho para estar a pensar no futuro. Passar o dia a dia já é muito bom. (Joaquim, 64 anos, incapacitado, 2017)

Outros entrevistados dão conta da impossibilidade de fazer projetos para o futuro porque isso obrigava a despesas que não têm como suportar. Não sendo possível, evitam essa divagação e aceitam o que o rendimento que têm lhes permite.

Olhe, agora gostava de ir, por exemplo, eu gosto muito de ver museus, adoro ver museus. Gostava de poder ir a Belém comer uns pastéis de nata, beber um cafezinho, pronto. Gostava de ir, por exemplo, até Cascais, lá à beira-mar, adorava também, que não posso ir. Tenho que andar aqui por esta área, que remédio! [Risos] (Natália, 88 anos, idosa, 2017)

Este dinheiro quando comprei a casa andava a juntar para ir fazer uma viagem. Dizia assim “Nunca andei de avião!” [E foi?] Não fui nada! Então! Gastei tanto dinheiro! Não tinha dinheiro como é que eu havia de andar de avião. (Mariana, 78 anos, idosa, 2017)

Joana com 41 anos, a mais jovem deste grupo, tem o desejo de trabalhar, apesar das limitações provocadas pelo seu estado de saúde, o seu desejo para o futuro prende-se com a inserção no mercado de trabalho, que considera inclusivamente que lhe faria bem à saúde.

Isso é minha paixão, eu sempre trabalhei, agora vejo-me parada! Eu além de ser doente e ter imensos problemas, eu acho que a minha doença melhorava.
(Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

Figura 6 – Pobreza persistente | Instalados na condição de necessidade - Trajetória de vida de Joana: incapacitada por motivo de doença

Joana				
Percurso educacional e profissional	Completo o 1º ano do 1º ciclo Trabalhou como ajudante de cozinha			Não voltou a fazer formação ou integrar o mercado de trabalho
Local residência	Prior Velho, barraca	2 de maio, Ajuda, barraca	Horta Nova (Carnide)	Bairro do Armador (Marvila)
Apoios Sociais			Habitação social+ Rsi + abono de família	
Incidentes Críticos		1º casamento, Separação do 1º marido e união com 2º companheiro	Problemas de saúde emergem com a 1ª gravidez	
Idade	0-16 anos	16 -18 anos	29 anos	33 anos – 41 anos
Data			2005	2008 - 2017

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Por seu lado, Rosário, depois de quase 20 anos de cuidadora de diferentes elementos da sua família, apenas anseia por alguma serenidade na sua vida.

Gostava de levar uma vida mais tranquila. Porque eu sou uma pessoa alegre por natureza e gosto de brincar com as coisas más que me acontecem,

porque dizem que se falamos das coisas más pelo lado negativo, ainda atraímos mais coisas más. E como sou uma pessoa mais espiritual. (Rosário, 62 anos, incapacitada, 2017)

3.2. Em trânsito em busca de oportunidades

Com idades compreendidas entre os 27 e os 63 anos, idade de Filomena, a mais velha deste grupo e também a única que não tem menores a cargo, este grupo é constituído por 6 pessoas em idade ativa, com filhos menores a cargo e sem problemas de saúde que os impeça totalmente de trabalhar. São exceção, atualmente, Margarida e Paula em situação de desemprego e que se encontram, temporariamente doentes.

Aura, Anabela, Olegário e Filomena são trabalhadores pobres, os primeiros 3, afastados do mercado de trabalho, em 2014, por doença ou desemprego, estão, em 2017, a trabalhar, com vínculo laboral com as entidades patronais. Olegário e Anabela trabalham a tempo inteiro com contrato de trabalho, Aura trabalha a meio tempo numa empresa de limpezas e complementa este horário com trabalho de limpezas em casas particulares, sem vínculo laboral. Só Filomena mantém, desde 2011, uma relação intermitente com o mercado de trabalho, revendendo materiais que recolhe com o marido.

Quadro 12 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Intensidade do trabalho e relação contratual (2017)

	Tempo de trabalho 2017		
	Irregular	Tempo inteiro	Total
Com vínculo		Aura, Anabela, Olegário	3
Sem vínculo	Filomena		1
Total	1	3	4

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Quadro 13 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Relação com o mercado de trabalho nos períodos em análise (2011 a 2014 e 2014 a 2017)

Período	Relação com o mercado de trabalho		
	Com trabalho	Intermitência	Sem trabalho
2011-2014		2 Aura, Filomena	4 Olegário, Anabela, Margarida, Paula
2014-2017	3 Olegário, Anabela, Aura	1 Filomena	2 Margarida, Paula

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Uma análise mais fina dos agregados familiares destes entrevistados, no que respeita à relação com o mercado de trabalho, indicia uma melhoria. Se em 2014 dos 6 agregados familiares 5 tinha, no total, 8 pessoas desempregadas, em 2017 dos 6 agregados, 3 têm pessoas em situação de desemprego, num total de 5 pessoas. Todavia, daqueles 3 agregados, 2 continuam com ambos os elementos do casal desempregados, Paula e Margarida.

Quadro 14 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Número de elementos dos agregados familiares dos entrevistados em situação de desemprego (2014 e 2017)

Período	Nº de pessoas desempregadas na família			Total do nº de elementos	Total do nº de agregados
	NA	1	2		
2014		Aura, Anabela	Paula, Margarida, Olegário	8	5
2017		Olegário	Paula, Margarida	5	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Apesar desta melhoria no que respeita à integração no mercado de trabalho, nenhum destes agregados familiares conseguiu alterar a sua condição de vulnerabilidade.

Todos assumem uma postura cooperante para reverter a situação em que se encontram quer pela integração no mercado de trabalho, quer pela frequência de formação. Paula, Olegário, Anabela e Filomena, com 27, 30, 46 e 63 anos, respetivamente, têm a expectativa de que a frequência de formação escolar e profissional lhes permita incrementar as suas competências e, portanto, aumentar as probabilidades de sucesso no mercado de trabalho.

Para Filomena e Anabela a chave para a saída desta condição de vulnerabilidade em que vivem só será possível através da inserção no mercado de trabalho, mas também pela formação escolar e profissional que lhes permita ganhar competências para disputar o mercado de trabalho. Anabela, gostaria de *fazer o curso de geriatria*. Filomena gostava de tirar um curso de informática, de inglês e trabalhar numa copa, porque gosta de lavar loiça, mas tem noção das dificuldades em arranjar emprego por causa da idade.

No caso de Olegário, o reconhecimento da importância da escolaridade para aceder a um emprego manifesta-se no seu percurso escolar, mas também no desejo que tem de a mulher poder voltar a estudar. Olegário, em 2011, apesar de ter o 3º ano não sabia ler nem escrever. Em 2014 tinha completado o 5º ano e, em 2017, tinha iniciando a concretização de um dos projetos manifestados em 2011: tirar a carta de condução. Reconhece que a certificação a este nível é fundamental para o emprego que tem, já que as deslocações em trabalho são hoje garantidas por um dos seus colegas.

Falta-me fazer duas aulas de código e começar a estudar para o exame. Mas tem de ser, tenho de conseguir. O homem disse que eu não precisava de ir às aulas agora, só lá ia assinar e podia estudar em casa. Marcar o exame e tentar. É uma coisa que fazia muita falta. Era outro objetivo. [Era importante para o trabalho que tem agora?] Sim. Porque o meu colega a qualquer momento pode arranjar outro trabalhinho e eu ficar lá. Tenho que resolver. (Olegário, 30 anos, trabalhador pobre, 2017)

Caso existisse um curso de alfabetização para adultos gostaria que a sua mulher frequentasse, no sentido de também ela poder vir a ter um emprego. A integração no mercado de trabalho dos dois é a única alternativa que vê para a sua família sair da condição de pobreza em que vive. Nas mesmas condições está Paula, sem

saber ler e escrever. Está inscrita na escola, mas na sequência de uma depressão, com ataques de pânico e uma tentativa de suicídio foi aconselhada pela professora/técnica da SCML a ser acompanhada numa consulta de psicologia/psiquiatria no hospital de Santa Maria e retomar posteriormente, continuando sem o 1º ciclo e sem saber ler e escrever. Considera que será um curso de alfabetização que lhe dará acesso a uma oportunidade de emprego. No entanto, as situações de discriminação têm também contribuído para atrasar o seu ingresso no mercado de trabalho, bem como o do seu marido, que possui o 3º ciclo e carta de condução mas mantém desempregado por falta de oportunidades de trabalho.

Contrariamente, Aura e Margarida acham que já não têm idade, paciência e saúde para formações. O desejo de ambas é melhorar os rendimentos por via do trabalho, seja por melhor remuneração, seja por mais horas de trabalho.

[Fez alguma formação profissional nos últimos tempos?] Não. Olhe, já estou velha tenho 54 anos. (Aura, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Uma vez chamaram-me, fui para ali para ao pé da Siemens, para ao pé do Calvário. Ai, filha, eu disse 'Alto e para, eu escola não quero!', se fosse para trabalhar queria. Não gosto da escola. Não gosto! Sinto-me muito parada, eu gosto de lidar. Também recebia, cento e tal euros, mas se eu faltasse não recebia nada. Não se podia faltar. E também não gosto. Estive três meses e quinze dias, foi o máximo. Acabou! ... Trabalho! Eu queria ir trabalhar. Limpezas. Adoro limpezas. (Margarida, 46 anos, desempregada, 2017)

As fontes de rendimento: das prestações sociais aos salários

Estes 6 entrevistados dividem-se entre:

- ▶ Aqueles que subsistem exclusivamente com rendimentos provenientes das prestações sociais (Paula);
- ▶ Os que no essencial subsistem com as prestações sociais, complementando, por vezes, este rendimento com valores provenientes de trabalhos pontuais (Margarida e Filomena);
- ▶ Os que subsistem apenas com o salário (Anabela); e
- ▶ Os que fundamentalmente contam com o salário auferido, complementado pelas prestações sociais (Aura e Olegário).

Paula, desde 2009 que recebe RSI, altura em que se autonomizou do agregado familiar da mãe. Atualmente subsiste com esta prestação (cerca de 400€) e os abonos dos filhos, com 2 e 6 anos. Refere que nem sempre o dinheiro chega.

Margarida, hoje com 50 anos, manteve-se sempre como desempregada e a receber RSI. O balanço realizado por Margarida face a 2014 é positivo, não só por o valor da **prestação do RSI ser mais elevado** e de conseguir complementar o rendimento do agregado familiar com trabalho informal em limpezas e com os biscates do marido, mas também porque este conseguiu **resolver o problema de alcoolismo**, graças à assistente social da SCML que andava “sempre em cima dele”. Com uma condição habitacional, atualmente, mais adequada e a pagar 400€ de renda, contou com o apoio da SCML para suportar os encargos iniciais do contrato de arrendamento.

Fátima, trabalhadora pobre com 63 anos e um percurso de vulnerabilidade que remonta à infância, vive com o companheiro, uma cunhada e dois sobrinhos em casa da sogra, uma casa de habitação social. Vive da pensão de viuvez e da revenda de cobre e do alumínio que recolhe com o marido para depois vender. Sem qualquer outro apoio social procura gerir no dia-a-dia as necessidades que sente. Com uma trajetória económica descendente, considera que a sua situação poderia melhorar se encontrasse um emprego, mas que a idade e a imagem não facilitam.

Anabela, cuidadora informal em 2011, consegue iniciar a quebra de um ciclo de pobreza e exclusão intergeracional, onde a **estabilidade no emprego** é o fator crítico de sucesso. Trabalha, atualmente, 7 horas diárias com vínculo laboral a uma empresa de limpezas, auferindo um salário que lhe permite subsistir, juntamente com o companheiro, também a trabalhar a tempo completo. Para Olegário, o acesso a um emprego na área da jardinagem, desde o início de 2017, é igualmente o aspeto que destaca no seu discurso para revelar a sua trajetória económica ascendente, ainda que a precariedade das suas condições habitacionais (vive numa carrinha com a mulher e os dois filhos), não lhe permitam romper com a situação de exclusão social.

Para estes dois entrevistados, Olegário e Anabela, importa detalhar o conjunto de circunstâncias que permitiram alavancar positivamente as suas vidas e que poderão vir a romper com o ciclo de exclusão persistente e intergeracional.

Anabela, hoje com 50 anos, residiu sempre em Alfama, até ao dia em que resolveu pôr fim a um longo passado de violência doméstica, concretamente em dezembro de 2014. A sua infância e juventude também foram conturbadas. Depois de 30 anos a viver na então freguesia de Santo Estêvão, a família de Anabela muda-se para uma casa numa freguesia vizinha, na sequência do

marido se ter apercebido de a possibilidade de poder aceder a uma casa camarária. Iludidos com a melhoria repentina das condições físicas da habitação iniciam um processo de endividamento para a compra da mobília e equipamentos domésticos, ficando com um encargo mensal de 860€, apenas capaz de ser liquidado com o apoio financeiro que recebiam da SCML, juntamente com a pensão de invalidez do marido, a quem foi diagnosticado a doença bipolar.

O afastamento do mercado de trabalho por parte de Anabela andou associado ao nascimento sucessivo de filhos, mas também aos ciúmes do marido e a situações discriminatórias no acesso ao mercado de trabalho, pela sua aparência física (com problemas de obesidade e problemas de estomatologia). Através do Programa Novas Oportunidades conseguiu, entre 2011 e 2014, concluir o 9º ano. Em 2011, mostrava uma grande força de vontade de conseguir melhorar a sua aparência física e de se qualificar, no sentido de aceder ao mercado de trabalho e demonstrar aos outros que o apoio recebido tinha tido impactos positivos.

O pedido de insolvência realizado em 2013 fez reduzir o encargo mensal às entidades credoras para 200€, levando a SCML a cessar o subsídio eventual de 250€. Também o apoio alimentar fornecido por uma associação foi cessado por terem recorrido ao Banco Alimentar e com esta alteração reduziu-se a frequência e a quantidade dos géneros fornecidos e o apoio à medicação do marido, mas sobretudo perdeu-se o suporte emocional que alguns técnicos da associação davam a esta família.

Independentemente das condições mais objetivas que originaram a redução dos apoios económicos e em géneros, em 2014, o seu discurso revelava como a intervenção de cariz generativa que se vinha desenvolvendo foi interrompida, levando a um desmoronamento dos níveis de confiança pessoal e da sua credibilidade face a si, à família e aos outros, com repercussões inevitáveis de se projetar face ao futuro e nas suas disposições e estratégias de ação.

Resiliente em 2011, com vontade de apostar na formação profissional para ser ajudante sociofamiliar e convicta que a vida iria melhorar, estava em 2014 frustrada, invadida por um sentimento de abandono pelo sistema de proteção social, à mercê de um estado de saúde debilitado e às dificuldades económicas que se avolumavam. Esta situação levou Anabela, no início de 2014, a procurar trabalho junto de várias empresas de limpeza para fazer face às despesas da família, acabando por conseguir garantir um contrato de trabalho. Esta situação é finalmente aceite pelo marido, contudo, este ficava com o seu ordenado e dava-lhe diariamente 1€. A violência doméstica continuava e é num dos locais de trabalho por onde passou que se dá uma aproximação com as colegas e adquire a energia necessária para pôr termo a um passado de violência:

Lidamos com outras pessoas e comecei a ver que aquilo não estava certo para mim. Queria ser eu, queria-me encontrar, a força que me davam era suficiente para me sentir apoiada. (Anabela, 50 anos, trabalhadora pobre, 2017).

Na sequência de uma queixa feita à polícia, consegue ser encaminhada para uma Casa de Abrigo em Lisboa, da SCML, e mais tarde para fora de Lisboa. Nos seis meses que antecederam o reingresso no mercado de trabalho contou com o apoio da SCML para a renda de casa. É neste período que conhece o amigo de um primo e, em maio de 2016, acabam por ir residir para a Amadora, onde antes vivia o atual companheiro.

Hoje, sente-se apoiada pelo companheiro e pela família, com quem já não falava há algum tempo, por o ex-marido a impedir, e retomou os apoios da associação que já a tinha apoiado quando residia em Alfama, nomeadamente recebendo géneros alimentares frescos semanalmente, e secos uma vez por mês, e contando ainda com apoio psicológico.

Figura 7 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Anabela: de cuidadora a trabalhadora pobre

Anabela			
Percurso educacional e profissional	4º ano	9º ano	Empregada de limpezas a tempo inteiro com contrato de trabalho
Local residência	Bica	Limpezas ocasionais em casas particulares	Casa alugada na Pontinha
	Alfama – casa dos pais	Alfama – casa da sogra com 14m ²	
Apoios Sociais		Alfama - habitação social	Apoios psicológica e alimentar da AAA
		Acesso a habitação social	
Incidentes Críticos		Abono, pensão de invalidez, géneros da AAA, banco alimentar, subsídio mensal SCML	Separação e saída de casa – queixa por violência doméstica
		Endividamento para mobiliar a casa	
Idade	0-2 anos	36 anos	48
Data	1967	1993	2015
		1980	
	1974	2011	2014
		44	47
		2011	2014

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Este percurso biográfico de Anabela obriga a questionar a adequação dos apoios sociais prestados ao seu agregado ao longo de quase 30 anos. Problemáticas do foro afetivo e relacional, nomeadamente a violência doméstica exercida pelo marido de Anabela e conhecida, parecem nunca ter sido equacionadas nas diferentes intervenções de que foram sendo alvo, ou pelo menos não emergem no relato biográfico de Anabela. Mas apenas intervenções muito centradas no apoio financeiro, alimentar e educacional. Parece ser, exatamente o fim deste tipo de apoios, a resiliência de Anabela e a rede informal que estabelece quando consegue trabalho, que a apoia e permite romper com o ciclo de violência doméstica sofrida há largos anos.

Olegário, hoje com 30 anos e dois filhos, nunca teve uma situação habitacional estável: em 2007 quando se casa vai viver com os sogros, numa casa de habitação social no Bairro Marquês de Abrantes, em Marvila, mas os conflitos familiares frequentes faziam com que muitas vezes tivessem de dormir numa carrinha. Depois de uma ocupação abusiva de uma habitação durante três anos e de não poder regressar a casa dos sogros, a única alternativa foi encontrar abrigo para si e para sua família numa carrinha emprestada. Apesar de estar inscrito para aceder a uma habitação social há dez anos, não compreende porque ainda não teve direito.

Sente vergonha da situação em que se encontra e relata as dificuldades sentidas por não conseguir garantir as melhores condições para os filhos, nomeadamente em termos de higiene e de condições para estudarem (filho com 9 anos vai passar para o 4º ano e já esteve no quadro de excelência). Graças a uma família vizinha consegue garantir os banhos da família (exceto o da mulher que vai ao balneário público da Madre de Deus) e o filho dorme várias vezes em casa de um amigo.

Se em 2014 sentia a discriminação no acesso ao trabalho por ser cigano, em 2016, através de um amigo arranjou trabalho como jardineiro. O contrato inicial de 6 meses já foi renovado por igual período, considerando que a qualidade do seu trabalho e a sua responsabilidade foram condições para aceder e garantir a continuidade do emprego. Com um horário das 8h às 17h, aufero o salário mínimo nacional. Esta rotina incutiu-lhe uma perspetiva diferente da vida e, nas suas palavras, “até a cabeça começou a trabalhar diferente”. Este salário coloca-os na possibilidade de poder complementar o rendimento familiar com mais 200€, provenientes da prestação do RSI e do abono de família. A anterior assistente social iria tratar de fazer o pedido para apoio alimentar, mas como deixou de acompanhá-los, não houve mais desenvolvimentos a este nível.

Figura 8 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Olegário: de desempregado a trabalhador pobre

Olegário			
Percurso educacional e profissional	3º ano em CNO desempregado	Frequência escolar para obter 2º ciclo	Formação em jardineiro e colocação profissional como jardineiro
Local residência	Seixal	Bairro das Salgadeiras	
Apóios Sociais	Solicita o RSI com o nascimento do 1º filho + abono de família dos 2 filhos		
Incidentes Críticos		Falecimento da sogra agudiza o conflito com o sogro, ficando sem habitação	Depois do despejo de uma habitação social ocupada, vive atualmente numa carrinha com a mulher e dois filhos menores
	Idade	20 anos	27 anos
Data	0-20 anos	24 anos	30 anos
	1987-2007	2007	2013 2014 2017

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CEET-IUL, 2017

Também Aura, com 54 anos, evidencia um percurso de vida onde as dificuldades económicas parecem ser o cenário constante desde a infância, condições que permanecem na idade adulta. Incapacitada em 2014, apesar de manter alguns problemas de saúde, em 2017 já tinha retomado a sua atividade nas limpezas, e para além das 3 horas diárias que faz numa empresa de limpezas, com a qual tem um vínculo laboral, faz limpezas em casas particulares. Acresce ao seu salário o rendimento proveniente de outras fontes: a pensão de invalidez do marido e os abonos das duas netas de quem cuida.

Os apoios institucionais não pecuniários complementares

Os fracos rendimentos destes entrevistados e das suas famílias são complementados por outros apoios de natureza formal e informal. Os apoios institucionais de que beneficiam são géneros alimentícios (Margarida, Paula e Anabela) e habitação social (Aura e Filomena pela coabitação com a sogra). Anabela usufruiu de habitação social até 2014, no momento da separação. Também Aura recebia bens alimentares em 2014, mas a má qualidade da alimentação disponibilizada fê-la desistir de a aceitar.

[Tinha apoio da Cáritas.] Já não tenho, desisti de lá ir. Olhe, sabe porquê? Nosso Senhor me perdoe! Porque uma vez veio um cabelo na sopa. E eu sou pobre, eu ia lá buscar e depois deitava fora, e eu não gosto de deitar fora e então optei por não ir lá. Disse à Dra. “Olhe, eu não tenho tempo de cá vir”. (Aura, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Quadro 15 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Evolução dos apoios institucionais recebidos (2011, 2014 e 2017)

	2011	2014	2017
Prestações de subsistência	3 Margarida, Paula, Olegário		
Pensões/reformas (invalidez, velhice, viuvez)	2 Aura e Filomena		
	1 Anabela		
Prestações familiares	1 Anabela		
	2 Aura, Olegário		
Prestações de Ação social	2 Margarida		
Habitação social	1 Aura		
	1 Anabela		
Géneros	3 Margarida, Paula, Anabela		
		1 Aura	
Equipamentos			
			1 Paula

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Com longas relações com a assistência, apenas Filomena recusa usar esse recurso para melhorar a sua condição, os restantes demonstram alguma facilidade no recurso aos apoios sociais. Se atualmente quase todos aderem com facilidade, no passado, em 2011, Aura, Paula e Olegário também demonstravam resistência. A necessidade e a falta de oportunidades para reverter a condição de vulnerabilidade parecem ter enfraquecido a resistência que manifestavam.

Apesar da facilidade com que aderem à assistência social, isso não significa que considerem os recursos disponibilizados adequados, pelo contrário, quase todos os consideram dissonantes com as suas necessidades, apreciação que fazem desde 2011. É exceção Anabela que em 2011 avaliava como consonante os apoios recebidos com as suas carências. Em 2014, com o corte nos apoios que sofreu à época considerava-os dissonantes com as suas necessidades, o que se repercutia na apreciação negativa que fazia da relação com a assistência social. Em 2017, a trabalhar e a receber bens alimentares e apoio psicológico da Associação Auxílio e Amizade, Anabela considera os apoios prestados adequados. Para além destes apoios, tece apreciações positivas à relação com a assistência social, tendo em conta o apoio prestado na casa abrigo em que esteve em Lisboa, contrariamente ao retrato negativo da casa abrigo em que esteve no norte do país.

Apesar da dissonância genericamente manifestada, a avaliação que tecem sobre a relação com os dispositivos de assistência diverge. Margarida e Aura manifestam uma relação negativa, tal como já avaliavam em 2014. Aura, não compreende a falta de apoio que tem face às suas necessidades. Refere que não tem RSI porque a técnica desconfia dos rendimentos que o marido auferia enquanto membro da associação recreativa que explora um bar, e onde este presta serviço. Também Margarida se refere à incompreensão da técnica para com as suas necessidades.

Estou escaldada. A Santa Casa não ajuda a ninguém. Eu pedi a ela para ir ao dentista mais o meu marido, 'Ah está bem', já há tanto tempo. Vou lá assinar papéis, 'Oh Dra.', 'Ah sim, está bem, esqueceu-me, vou mandar o papel para a próteses'. Chegastes?! Até hoje! Eu e ele não temos dentes. Não está bem, que a Santa Casa tem dentistas. 'Ah esqueceu-me! Vou mandar pelo correio', mandastes?! Não vale a pena... A minha raiva é esta: as pessoas aqui em baixo, as romanas [romenas] têm tudo, ele trabalha nas obras, teve subsídio, pagou-lhe a casa, recebe os abonos e... (Margarida, 46 anos, desempregada, 2017)

Anabela, Olegário e Paula, referem, no entanto, ter uma relação de confiança e apoio com a assistência. A trajetória ascendente vivida por Anabela e Olegário poderá justificar esta posição, bem como o facto de Paula se ter mantido na casa que ocupa há algum tempo sem os recorrentes despejos de que era alvo em 2014.

Importa refletir aqui brevemente sobre a condição de Olegário. Apesar da recente inserção no mercado de trabalho, o seu agregado continua a braços com um problema fundamental, a falta de habitação. Até quando se manterá resiliente? Continuará o investimento na educação dos filhos e o empenho

profissional, apesar das dificuldades que a falta de habitação lhe acarreta no dia-a-dia? Perante a falta de respostas para este problema, restam interrogações que apenas o tempo virá a responder.

Os apoios informais complementares aos rendimentos

Os apoios informais que estas 6 pessoas recebem são prestados por família, amigos e vizinhos. Das 6 pessoas, 2 referem que, atualmente, as condições de vida de quem os ajudava degradou-se e que hoje já não podem contar com esse apoio, é o caso de Aura e Paula. Os restantes, continuam a contar com a ajuda desta rede mais próxima para lhe minimizar as necessidades agudas que surgem.

É o caso de Olegário que, a viver numa carrinha, conta com uma família amiga e vizinha para poder dar banho aos filhos, entre outras rotinas do dia-a-dia. Anabela que conta com o apoio emocional dos irmãos, das colegas de trabalho e do atual companheiro. Margarida vai contado com pequenos apoios financeiros de amigos e vizinhos, em particular uma senhora idosa, a quem carinhosamente apelida de *mãe* e Filomena conta com os vizinhos do prédio onde vive para pedir, pontualmente, alguns bens alimentares em falta.

Quer dizer tenho no andar de cima, que eu até chamo padrinho e madrinha que é mais velha que eu até. Que ela faz anos no dia 22 eu faço anos a 23 então às vezes há bonequitos que o meu marido apanha ou isso e vem a Páscoa dou-lhe e ela é dá-me também, é Natal e ela dá-me também, vem os anos dela dá-me também. Se precisar de um dentinho de alho... se precisar de uma couve, um dente de alho, um caldo de Knorr, vou lá e ela dá. Sei eu que eles são meus amigos do coração ... (Filomena, 63 anos, trabalhadora pobre, 2017)

As estratégias de gestão da privação

Como se depreende pela análise feita anteriormente, as estratégias de gestão da privação no dia a dia centram-se sobretudo nos apoios institucionais, mas grandemente complementada pela rede social destes agregados familiares. Família, amigos e vizinhos são um suporte importante na mitigação de necessidades imprevistas.

O meu primo disse-me: estás em tua casa, estás à vontade. E realmente era verdade. Deu-me todo o apoio aqui e nunca paguei nada, água, luz, comida. (Anabela, 50 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Mas, inevitavelmente pedir emprestado é também um recurso em momentos de aflição, principalmente porque também as famílias não têm condições para ajudar mais. É interessante constatar que esta estratégia é acionada por menos pessoas em 2017 (2) do que em 2014 (4).

Família, também não têm. Se tivessem davam. É aqui a dona do café. Muitas vezes estou a precisar e cheguei a ficar a dever aqui aos 500€, quando estava sem rendimento. E ela não me deixou pagar. Ele precisava levar coisas para a escola. Não tinha onde comprar mais barato. Ali é mais barato, Eu com 2€ faço lanche e pequeno almoço dele. Um pacote de 8 bolos e um pacote de sumos. Mas como não tinha, comia aqui que é um bocado mais caro. Era pão, os lanches, era para ela e para mim, para a menina também. Chegou aos 500€. Assim que recebi cheguei aqui: “quanto é que lhe devo? Obrigada”. Ela sabe, a porta nunca fecha. Esta senhora para mim é a minha família. É isso. (Olegário, 30 anos, trabalhador pobre, 2017)

Quadro 16 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades – Estratégias de gestão da privação (2011, 2014 e 2017)

Estratégia de gestão da privação		Nº	Entrevistados
Institucional	2011	6	Todos os entrevistados
	2014	6	
	2017	6	
Solidária	2011	4	Aura, Anabela, Olegário, Marisa
	2014	5	Margarida, Aura, Anabela, Olegário, Marisa
	2017	4	Margarida, Olegário, Anabela, Filomena
Hipotecada	2011	4	Aura, Anabela, Olegário, Filomena
	2014	4	Aura, Anabela, Olegário, Filomena
	2017	2	Olegário, Filomena

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA`CET-IUL, 2017

Desejos para o futuro – Casa, formação e trabalho

Este grupo de entrevistados, contrariamente ao grupo de pessoas instaladas em condição de necessidade, traçam projetos para o futuro que se centram, maioritariamente, em si e no seu núcleo familiar, como cônjuge e filhos. O facto de estarem em plena idade ativa, 4 deles integrados no mercado de trabalho, de serem mais novos e terem menores a cargo imprime-lhes ânimo e motivação para se projetarem no futuro com melhores condições de vida do que as que possuem atualmente.

Olegário e Paula, os mais jovens deste grupo, com 30 e 27 anos, ambos desejam para as suas vidas uma habitação, formação e trabalho para si e para os seus cônjuges.

[Uma casa?] Sim. E trabalho para a vida. Em primeiro lugar ela tem de estudar. [Mais filhos?] Não. Por enquanto não. A ver se ela arranja trabalho. Depois sim, gostava de ter mais um filho. (Olegário, 30 anos, trabalhador pobre, 2017)

Também Aura, apesar de demonstrar algum desalento, ainda não perdeu a capacidade de desejar uma vida melhor e aponta objetivos, como fazer formação em costura e computadores. No plano idílico, ajudar a família, em particular os filhos seria a prioridade se tivesse possibilidades financeiras para isso, como acertar na chave do Euromilhões. Anabela, que entre 2011 e 2014 conseguiu por via do Programa Novas Oportunidades concretizar o desejo de concluir o 3º ciclo, tem a ambição de concluir o 12º ano, e fazer um curso de geriatria. Na verdade, Anabela sente-se otimista em relação ao futuro e gostava de ter um trabalho em que ganhasse mais. No entanto, sente que ainda não está preparada psicologicamente, devido ao processo de regulação do poder parental. Pretende voltar a estudar, quando tiver esta questão fundamental da sua vida resolvida.

Ter a minha autonomia como pessoa, como mulher. Ter a minha própria casa e mandar. Mandar em mim própria sem imposições. E depois no campo sentimental, sentir-me amada. Sinto-me otimista. Para além destes processos todos, mas que vão acabar, queria sentir-me em paz comigo própria, também. E depois viver a minha vida. É a vida que eu quis viver sempre. (Anabela, 50 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Filomena e Margarida, com 63 e 46 anos, respetivamente, desejam trabalho, também elas para si e para os cônjuges.

Quando tiver os dentitos, sei lá... a ver se arranjo um trabalhinho...
(Filomena, 63 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Margarida, com a condição laboral sua e do marido resolvida, gostaria que os filhos viessem viver consigo, no plano idílico, se lhes saísse o Euromilhões, comprava uma casa para si e para cada filho.

Ajudar a família, em particular os filhos é o que todos desejam, principalmente se lhes saísse o Euromilhões. Fátima *“Ajudava a família”* e Aura refere: *“Ajudava as minhas filhas, ajudava as minhas enteadas, coitadas que também precisam...”*

Quadro 17 – Pobreza persistente | Em trânsito em busca de novas oportunidades – Perspetivas para melhorar a sua vida (2011, 2014 e 2017)

Pseudónimo	Perfil	Perspetiva 2011	Perspetiva 2014	Perspetiva 2017
Anabela	Trab. Pobre	<p>Ser ajudante sociofamiliar</p> <p>Reorganizar a situação financeira da família.</p>	<p>Encontrar emprego.</p>	<p>Sente-se otimista em relação ao futuro e gostava de ter um trabalho em que ganhasse mais. Gostaria de continuar a estudar (pelo menos fazer o 12º ano) e tirar o curso de geriatria ou trabalhar com pessoas.</p>
Olegário	Trab. Pobre	<p>Pensa que a sua vida pode melhorar se conseguir aumentar a escolaridade, arranjar um trabalho certo, em que ganhasse o suficiente para manter a casa sem que a mulher precisasse de ir trabalhar.</p> <p>Ter um diploma</p> <p>escolar. Gostava de tirar a carta de condução e abrir uma loja.</p>	<p>A formação escolar para si foi muito importante nomeadamente por saber agora ler as cartas que recebe e ter a possibilidade de ir tirar a carta de condução.</p> <p>Os seus projetos passam por arranjar trabalho.</p>	<p>Ter uma casa, continuar a trabalhar e a mulher voltar a estudar para também arranjar um emprego.</p>

Pseudónimo	Perfil	Perspetiva 2011	Perspetiva 2014	Perspetiva 2017
Filomena	Trab. Pobre	Gostava de ter uma casa sua e encontrar trabalho.	Encontrar trabalho e ter uma casa para si e o marido.	Continua a ter o desejo de uma casa só para si e para o marido. O seu maior sonho era tratar dos dentes porque acha que ganharia outro estímulo e autoconfiança para arranjar emprego. Gostava de tirar um curso de informática, de inglês e trabalhar numa copa, porque gosta de lavar loiça, mas tem noção das dificuldades em arranjar emprego por causa da idade.
Aura	Trab. Pobre	Desejava um trabalho.	Refere não ter um projeto específico, mas gostaria de poder dar melhores condições de vida às netas e de viver no Alentejo.	Tem medo de ficar desempregada. Gostava de ter mais um trabalho, de tirar um curso de costura, de ter a carta de condução e queria aprender informática.
Paula	Desempregada	O seu projeto de vida é, desde 2011, aprender a ler e escrever para ser mais fácil encontrar trabalho. Para que a sua vida pudesse melhorar precisava de uma casa. Gostava de trabalhar com crianças, mas não tem escolaridade, mas acha que vai conseguir voltar a estudar.		
Margarida	Desempregada	Encontrar um trabalho e uma casa para que pudesse ter os filhos a viver consigo.	O seu sonho era ter um trabalho fixo que lhe garantisse um rendimento regular e ter uma casa sem pagar renda.	Tem como projeto de vida a filha mais velha passar a viver com ela ou mesmo os três filhos e todos terem um trabalho.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

B. Pessoas em situação de pobreza episódica

1. Mudanças de perfil: a (des)vinculação com o trabalho e o reforço dos laços sociais

As 14 pessoas que integram em 2017 o grupo designado de pobreza “episódica ou acidental”, ou seja, aqueles que em 2011 consideravam se ter confrontado, em determinada altura das suas vidas, com um momento crítico que as colocou numa condição de necessidade e que as fez recorrer pela primeira vez a algum tipo de apoio social são maioritariamente mulheres (10), com idades compreendidas entre os 30 e os 62 anos (6 têm mais de 55 anos) e apresentam os níveis de escolaridade mais elevados face aos restantes grupos (4 completaram o 3º ciclo do ensino básico e 3 o ensino secundário). A maioria (11) mantém a sua residência nas zonas inicialmente selecionadas para inquirição (6 nas freguesias de Marvila/Santa Clara e 5 em Santa Maria Maior/S. Vicente), tendo 2 entrevistadas mudado para outra freguesia do concelho de Lisboa (Arroios) e 1, inicialmente para Loures e, mais recentemente, para o Seixal.

Apesar de em 2011 todas estas pessoas se encontrarem numa situação de vulnerabilidade, para a qual concorreu uma diversidade de incidentes críticos, para 6 a primeira vivência de situações de pobreza e exclusão social ocorreu já na vida adulta, enquanto os restantes 8 já tinham passado por situações de vulnerabilidade durante a sua infância e juventude, mas um acontecimento marcante ou uma sucessão de eventos desfavoráveis, já na vida adulta, arrastou-os novamente para uma situação de pobreza e/ou exclusão social. Em 2011, emergia, pois, nos discursos destas 14 pessoas os seguintes episódios que os arrastaram para a situação em que se encontravam, sobretudo, por não conseguirem uma inserção plena no mercado de trabalho:

- ▶ Roturas conjugais aliadas ao desemprego e à inexistência de experiência profissional para facilitarem o acesso ao mercado de trabalho (Tânia e Márcia);
- ▶ Prestação de cuidados a familiares dependentes ou a filhos menores (Celina, Filipa e Carolina);
- ▶ Problemas de saúde impeditivos do exercício de uma atividade profissional (Albano, Deolinda, Sofia);
- ▶ Desagregação familiar, fragilidade das redes de suporte informal e problemas de saúde mental ou outros (Abu, Hortense, Ramiro e Ilda);
- ▶ Despedimento de um emprego relativamente durável e a idade ou as baixas escolaridades a condicionar nova colocação no mercado de trabalho (Vasco, Verónica).

A pertença ou não ao mercado de trabalho em 2011 e a intensidade dos laços sociais (formais ou informais) permite-nos ter uma primeira aproximação à trajetória destes indivíduos nestas duas esferas. Desta forma, se em 2011 este grupo contava apenas com uma pessoa a trabalhar (Tânia), em 2017, para além da continuidade de Tânia no mesmo posto de trabalho, 5 encontraram inserção no mercado de trabalho (2 cuidadoras informais: Carolina e Filipa; 1 desempregada: Márcia; 1 desafiada: Ilda; 1 incapacitada: Sofia). Um outro aspeto relevante a destacar nas oscilações de perfil prende-se com a saída da condição de desafiado: se Ilda sem problemas de saúde incapacitantes para o trabalho conseguiu refazer a sua vida na esfera do trabalho e das redes sociais, também Abu, Ramiro e Hortense foram resgatados da rua e o acompanhamento social e de saúde regular que mantiveram ao longo dos últimos anos permitiu quebrar com o ciclo de isolamento a que estavam votados. O reconhecimento da existência de problemas de saúde limitativos ou impeditivos de acesso ao mercado de trabalho ou a processos de qualificação é feito pelos próprios, e no caso de Hortense viu a sua incapacidade ser reconhecida para aceder a uma pensão de invalidez.

É, ainda, de salientar a estabilidade no mesmo perfil ou a oscilação entre perfis nos três momentos de inquirição. Por um lado, Albano e Deolinda mantiveram a sua situação de incapacidade por motivos de saúde para ingressar no mercado de trabalho, ao passo que Celina manteve o seu estatuto de cuidadora informal. Por outro lado, Vasco e Verónica, ambos desempregados em 2011, passam a trabalhadores pobres em 2014 para, em 2017, voltarem a ficar afastados do mercado de trabalho, seja no caso de Vasco, de 57 anos, pelo agravamento do seu estado de saúde, seja no caso de Verónica, com 30 anos, e grávida do quinto filho, para prestar apoio à sua descendência. Também a trajetória de Filipa é marcada por oscilações do seu estatuto face à inserção na esfera do trabalho: de cuidadora informal de familiares entre 1998 e 2013, ano do falecimento da sogra, só em 2015 encontrou um trabalho, sem qualquer vínculo laboral, a cuidar de pessoas idosas.

Quadro 18 – Pobreza episódica | Entrevistados por tipo de perfil (2011, 2014, 2017)

Pseud.	Idade 2017	Perfil 2011	Perfil 2014	Perfil 2017
Abu	40	desafiliados	desafiliados	incapacitados
Albano	62	incapacitados	incapacitados	incapacitados
Carolina	47	cuidadoras informais	trabalhadores pobres	trabalhadores pobres
Celina	54	cuidadoras informais	cuidadoras informais	cuidadoras informais
Deolinda	58	incapacitados	incapacitados	incapacitados
Filipa	62	cuidadoras informais	desempregados	trabalhadores pobres
Hortense	61	desafiliados	desafiliados	incapacitados
Ilda	48	desafiliados	trabalhadores pobres	trabalhadores pobres
Márcia	60	desempregados	desempregados	trabalhadores pobres
Ramiro	37	desafiliados	desafiliados	incapacitados
Sofia	44	incapacitados	desempregados	trabalhadores pobres
Tânia	46	trabalhadores pobres	trabalhadora	trabalhadora
Vasco	57	desempregados	trabalhadores pobres	incapacitados
Verónica	30	desempregados	trabalhadores pobres	cuidadoras informais

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

2. A centralidade dos problemas de saúde e a falta de oportunidades de trabalho compatíveis com a condição de saúde

Uma análise comparativa dos diferentes tipos de problemas - problemas intrínsecos, contextuais ou sistémicos, porque exteriores à sua vontade e ação – que emergem, ao longo do período em análise, no discurso destes entrevistados permite, globalmente, constatar a manutenção da natureza das preocupações, bem como a quem é atribuída a responsabilidade e a resolução dos problemas.

Os problemas de saúde de si próprio (9 pessoas) ou de algum elemento da família (8 agregados) e a dificuldade de aceder a alguns tipos de cuidados e produtos de apoio nesta área (3 entrevistados), sobretudo, de estomatologia

e oftalmologia; a falta de oportunidades de trabalho para aumentar o rendimento disponível do agregado familiar (5 pessoas); e o desemprego de um ou mais elementos da família (5 agregados) dominam o discurso destes 14 entrevistados.

A condição de saúde frágil da maioria das pessoas que constituem este grupo, ainda em idade ativa (9), tem sido uma constante ao longo do período de observação, situação que, para alguns (Filipa, Ilda, Sofia e Vasco), não os tem impedido de vencer as dificuldades a ela inerentes e dedicar-se a uma atividade profissional, muitas vezes a tempo inteiro e exigente do ponto de vista físico. Por outro lado, sem alterações aparentes da condição de saúde registam-se os casos de Carolina, Márcia, Celina, Teresa e Verónica que se mantêm saudáveis. De referir, no entanto, a referência por parte de Carolina a estados depressivos, tanto em 2014, como em 2017, decorrentes da situação de privação económica do seu agregado familiar, da dificuldade de acompanhamento médico e de inserção laboral de uma das suas filhas com um défice cognitivo, mas também os exames médicos que teve de realizar pela suspeita de uma neoplasia.

Se excluirmos os 7 idosos que integram o grupo da pobreza persistente, constata-se efetivamente que este grupo concentra o maior número de pessoas com problemas de saúde e com evolução negativa do seu estado. Das 9 pessoas que identificam problemas de saúde, 3 pioraram a sua condição, devido a uma neoplasia no estômago, a hipertensão pulmonar e a infeção respiratória (Deolinda, Filipa e Vasco). Estas situações acabam por ser relatadas ao longo da entrevista como um dos principais momentos críticos entre 2014-17. O caso de Vasco é ilustrativo desta situação: com um percurso de estabilidade laboral prolongada, em 2006 viu-se numa situação de desemprego que só conseguiu contrariar em 2014, quando passou a trabalhar como assistente operacional numa escola. No entanto, passado pouco tempo é-lhe diagnosticado um problema de saúde que o faz afastar-se involuntariamente do mercado de trabalho. Embora tenha a sua incapacidade reconhecida para efeitos do acesso à pensão de invalidez, Vasco não desiste de procurar um trabalho que se coadune com a sua condição física. A manifestação desta preocupação é comum a outros entrevistados, nomeadamente com outro tipo de problemas de saúde.

Quadro 19 – Pobreza Episódica | Balanço do estado de saúde entre 2011 e 2017, por escalões etários

Escalões etários 2017	Balanço do estado de saúde 2011-2014			Balanço do estado de saúde 2014-2017			Total
	mantém-se saudável	mantém-se doente	piorou o estado de doença	mantém-se saudável	mantém-se doente	piorou o estado de doença	
até 35 anos	1 Verónica			1 Verónica			1
de 36 a 45 anos		2 Sofia, Ramiro	1 Abu		3 Abu, Sofia, Ramiro		3
de 46 a 55 anos	3 Celina, Carolina, Tânia	1 Ilda		3 Celina, Carolina, Tânia	1 Ilda		3
de 56 a 64 anos	2 Filipa, Márcia	4 Deolinda, Albano, Vasco, Hortense		1 Márcia	2 Albano, Hortense	3 Deolinda, Filipa, Vasco	7
Total	6	7	1	5	6	3	14

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CEFT-IUL, 2017

Estes dados vêm pôr em relevo não só o agravamento do estado de saúde ou a manutenção do seu estado débil, sobretudo, entre as pessoas com mais de 55 anos, mas também a fragilidade da condição física de pessoas que em 2017 ainda não tinham atingido os 45 anos e a quem foram diagnosticados problemas de saúde em idades precoces (Ramiro de 37 anos, Abu de 40 anos e Sofia de 44 anos). Embora estes três casos sejam distintos entre si, objetivamente a sua condição de saúde impede-os ou limita-os a ter uma inserção laboral plena. Também o caso de Ilda, hoje com 48 anos, portadora de HIV e hepatite C, e a viver com o seu filho menor, avalia a sua condição de saúde como irrelevante quando se trata de encontrar formas de garantir rendimentos, embora sinta alguma discriminação no acesso a determinados postos de trabalho. Efetivamente, em 2017, já **não estava a trabalhar na cantina porque não lhe renovaram o contrato quando souberam que é portadora de hepatite C.**

Quadro 20 – Pobreza Episódica | Grau de limitação da condição de saúde (2011, 2014, 2017)

	2011	2014	2017
Impeditivo	4 Abu, Albano, Deolinda, Hortense		
Limitativo	2 Ramiro, Sofia	3 Ramiro, Sofia, Vasco	
Irrelevante	2 Ilda, Vasco	2 Ilda, Filipa	
Não se aplica	6 Carolina, Celina, Filipa, Márcia, Tânia, Verónica		5 Carolina, Celina, Filipa, Márcia, Tânia, Verónica
Total	14	14	14

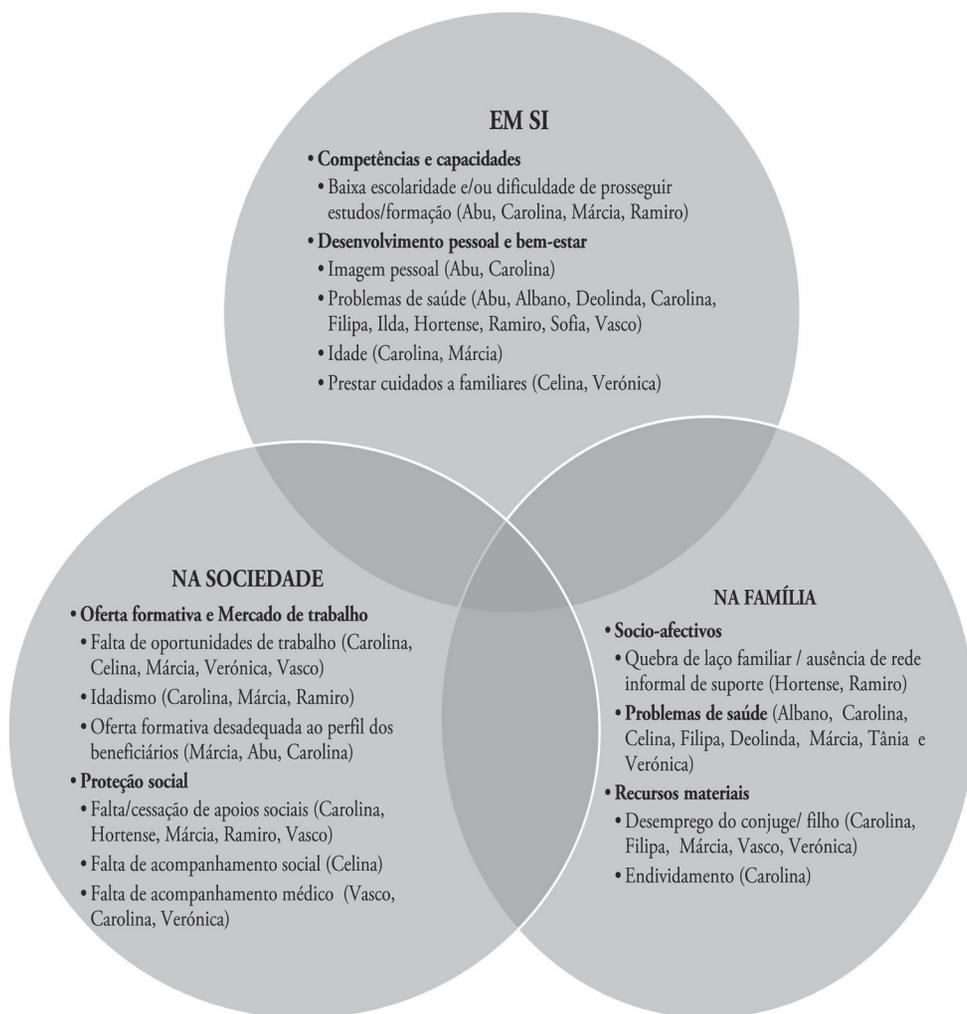
Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Para além da condição débil de saúde ter um lugar de destaque entre os problemas identificados e de se constituir como incidente crítico evidenciado ao longo das trajetórias de vida da maioria destas pessoas, também a falta de oportunidades de trabalho e o desemprego do cônjuge ou de filhos são referidos como preocupantes ou como um momento crítico ocorrido entre 2014 e 2017 (5 entrevistados).

Veja-se o caso de Filipa que deixou de ter garantido o pagamento da renda de casa pelo filho de 29 anos, que trabalhava numa multinacional e que foi despedido, e do marido, com 63 anos há mais de 10 anos desempregado.

Constatam-se, pois, pequenas alterações na natureza dos problemas, sendo de salientar a irrelevância assumida em 2017 pelos problemas de endividamento manifestados em 2014 por Ilda, Carolina e Vasco⁹.

Figura 9 – Pobreza episódica | Auto percepção dos problemas em 2017



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

⁹ Carolina, até ao final de 2017, encontrava-se a pagar uma dívida, que lhe era descontada diretamente do RSI, no valor de 53€ mensais.

Entre a coresponsabilização dos problemas e uma resolução cooperante

À predominância de uma atribuição coresponsabilizante para estes problemas, ou seja, intrínsecos a si próprios e decorrentes do modo de funcionamento do sistema corresponde, maioritariamente, a possibilidade da sua resolução cooperante, isto é, exige a mobilização de recursos e competências individuais, mas também a abertura do sistema de oportunidades.

Se os problemas de saúde remetem para um problema intrínseco a cada uma destas pessoas, com repercussões nalguns casos na sua autoimagem (Abu pela obesidade e Carolina pelos problemas estomatológicos), são vários os entrevistados a referir que uma prestação de cuidados mais célere por parte do sistema de saúde poderia fazer minorar algumas das situações. A forma como Carolina descreve as repercussões da falta de apoios na área da estomatologia é ilustrativa desta situação:

Da minha saúde só me preocupa a minha boca. [Tinha pedido apoio à Santa casa, não é?] Sim, mas até hoje não obtive resposta. Não sou só eu, são milhares de pessoas. A minha boca não me preocupa porque eu não me sinto doente por causa disso. Mas é a única coisa que me entristece, olhar-me ao espelho, que é raro fazê-lo. [Sente que isso pode ser uma limitação para o trabalho, por exemplo?] Sinto. Quem tem os dentes como eu tenho, acaba por ter maus odores, por mais vezes que lave a boca. Eu vejo na internet e sei perfeitamente. Estou em casa mas não sou burra. Estou sempre a lavar com listerine ou outra coisa qualquer. A única coisa que me entristece mesmo é a minha boca. (Carolina, trabalhadora pobre, 47 anos, 2017)

Do lado da esfera do trabalho, surgem como dificuldades atribuídas aos sujeitos e a obstaculizar a sua inserção laboral os seguintes fatores: i) o reconhecimento das baixas escolaridades e/ou dificuldade de prosseguir estudos/formação (Abu, Carolina, Márcia, Ramiro); ii) a imagem pessoal afetada pelos problemas dentários (Carolina); iii) problemas de saúde (Abu, Albano, Carolina, Hortense, Ilda, Ramiro, Sofia e Vasco); iii) a prestação de cuidados a familiares (Celina e Verónica); iv) a idade (Carolina e Márcia).

Apesar da racionalidade destas pessoas na enumeração de todos os seus problemas que concorrem para a sua situação de vulnerabilidade, estes entrevistados não deixam de atribuir responsabilidades à forma seletiva do mercado de trabalho quando se trata de recrutar pessoas acima dos 40 anos ou quando escasseiam as oportunidades mais flexíveis para enquadrar pessoas com a condição de saúde mais debilitada.

Fomos as duas [Carolina e a filha]. Nem uma nem outra. Em mim eu digo que é a idade. É de certeza. Eu vou responder a um anúncio para uma senhora. Eu digo-lhe a minha idade e que tenho um filho de 6 anos e elas: “depois eu digo-lhe alguma coisa”. Eu acho que 40 anos não é velhice. Pelo contrário. Aos 40 anos sabemos mais o que queremos do que aos 18. Temos mais responsabilidades na casa daquela pessoa do que se calhar a minha filha. Foi isto que eu disse a uma senhora porque eu vi que ela não me ia chamar. Eu vejo que a tudo a que eu vou responder, quando digo a minha idade, fica tudo com reticências. Eu não sei qual é a mentalidade das pessoas para darem trabalho aos outros. Então o que é que uma pessoa de 40 anos vai fazer? Reforma-se? E se uma pessoa não tem reforma para se reformar, o que é que faz da vida? No dia em que me sair o Euro milhões só ponho empregadas na minha casa acima dos 40! (Carolina, 47 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Eu fui a uma entrevista naquela pastelaria “A Brasileira” fui à entrevista, eles gostaram de mim chamaram-me. Mas depois ele pediu-me o bilhete de identidade para fazer o contrato. Quando ele olhou disse-me assim: “Olhe desculpe, mas só queremos até aos trinta anos”. (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Mas estou sem esperança [de encontrar trabalho] e às vezes tenho esperança. Tudo depende do dia em que acordo. Às vezes tenho uma sensação que é só chegar ali e pedir trabalho e que passado uns meses me chamam. Foi o que me aconteceu quando fui para a segurança. Fiquei à espera até que perdi esperança. Fui a 2 empresas: fui à Charon e à Prestibel. Nunca mais me chamaram. Mas também porque tomo medicação e eles não se interessam. (Abu, 40 anos, incapacitado, 2017)

Efetivamente, em todos os períodos de observação, e independentemente do tipo de perfil, se constata uma predominância da corresponsabilização dos problemas identificados, parecendo indiciar uma tendência para se sair da sua esfera pessoal na análise da situação em que se encontram, nomeadamente pelos casos de Ramiro e Sofia que, desde 2014, passam a assumir uma percepção coresponsabilizante dos problemas, nomeadamente pela falta de oportunidades de trabalho que se coadunem com a sua condição de saúde.

A não atribuição da responsabilidade do(s) problema(s) a si próprios são casos pontuais: Carolina, em 2011, porque estava com dificuldade de conciliar o trabalho com o horário da creche do filho com 15 meses (9h-16h),

Filipa, em 2014, por querer trabalhar e não encontrar uma colocação, mesmo que precária, e Ilda, em 2017, por considerar que a atual situação de vulnerabilidade é em grande medida responsabilidade da falta de apoios e bloqueios institucionais que sempre sofreu ao longo do seu percurso e, em contrapartida, tudo o que tem conseguido tem sido resultado do seu esforço, apesar das adversidades. Refere que a casa de habitação social que lhe atribuíram é num local com muitos problemas sociais que poderiam ter tido um impacto negativo na educação do filho hoje com 17 anos, se ela não tivesse conseguido orientá-lo. Também menciona a dificuldade que teve em ver reconhecido o direito do filho, órfão de pai, a uma pensão de alimentos da Segurança Social, e a falta de oportunidades de trabalho, pelo estigma social associado aos problemas de saúde que tem. Apesar disso, aceita todas as oportunidades de trabalho que lhe surgem, continua a apostar na sua formação para obter o 12º ano e mudará em breve de casa, depois de um longo período de insistência com a empresa municipal, para uma casa noutra bairro e onde terá condições para receber o seu filho com mobilidade reduzida.

Quadro 21 – Pobreza episódica | Evolução da auto perceção dos problemas (2011-14-17), por perfil de entrevistados em 2017

	Responsabilizante			Desresponsabilizante			Coresponsabilizante		
	2011	2014	2017	2011	2014	2017	2011	2014	2017
Incapacitados permanentes para o trabalho	1		1				2	2	4
Desempregados					1		3	2	
Cuidadoras informais				1			2	1	2
Trabalhadores pobres		1				1		3	4
Desafiliados	2	1					2	2	
Total	3	2	1	1	1	1	9	10	10

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Também ao nível da natureza das estratégias de ação que são mobilizadas para fazer face aos problemas identificados se constata uma predominância da estratégia cooperante, ou seja, aquela que conjuga a mobilização dos seus próprios

recursos com aqueles que o sistema disponibiliza. No entanto, face a 2014, verifica-se, em 2017, um aumento da estratégia individualizante em detrimento da estratégia cooperante. Se Tânia sempre manifestou esta postura e manteve um emprego estável como ajudante familiar num equipamento da SCML, Ilda, Márcia e Sofia, tendo rompido os laços com os dispositivos de assistência por motivos distintos, hoje contam apenas com a força do seu trabalho para sustentar o agregado familiar monoparental. Independentemente do grau de concordância com a inexistência de apoios sociais, estas três mulheres revelam uma autodeterminação na condução das suas vidas de forma autónoma.

Deolinda, Albano e Hortense mantêm, desde 2011, uma estratégia passiva na resolução dos seus problemas. Estes 3 entrevistados têm em comum uma condição de saúde muito frágil que os impede de trabalhar, ficando assim votados a uma resignação à dependência. Em 2014, Ramiro engrossava este grupo pela sua descrença em poder encontrar um trabalho compatível com os seus problemas de saúde mental: para além de ter deixado de procurar trabalho, também tinha um amigo que recorria ao banco alimentar e repartia consigo os bens alimentares. No entanto, em 2017, passa a manifestar uma atitude mais cooperante, resultante da oportunidade de vir a integrar um «atelier» da Santa Casa, no Centro de Apoio Social de São Bento e, por esta via, ter a possibilidade de deixar de depender de apoios sociais.

Quadro 22 – Pobreza episódica | Evolução das estratégias de ação mobilizada para fazer face aos problemas (2011, 2014 e 2017)

Estratégia de ação	Individualizante			Cooperante			Passiva		
	2011	2014	2017	2011	2014	2017	2011	2014	2017
Perfil 2017									
Incapacitados permanentes para o trabalho	1					3	2	2	3
Desempregados	1			2	3				
Cuidadoras informais	1			2	1	2			
Trabalhadores pobres	1		3		4	2			
Desafiliados				3	1		1	2	
Trabalhadora		1	1						
Total	4	1	4	7	9	7	3	4	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Quadro 23 – Pobreza episódica | Perceção dos problemas e estratégias de ação (2017)

Perceção problemas 2017	Estratégia ação 2017			Total
	Individualizante	Cooperante	Passiva	
Responsabilizante		Incapacitado (Abu)		1
Desresponsabilizante	TP (Ilda)			1
Coresponsabilizante	TP (Márcia, Sofia)	2 TP (Carolina, Filipa) 2 Cuidadoras (Celina, Verónica) 2 Incap. (Ramiro, Vasco)	2 Incap. (Albano, Deolinda, Hortense)	11
Total	3	7	3	13

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Da responsabilização ao impacto na disposição de ação: uma postura predominantemente resiliente em busca de oportunidades

Como referíamos no início desta secção, os problemas identificados, bem como a atribuição da responsabilidade para a sua existência e as estratégias de ação mobilizadas para a sua resolução tendem a ser relativamente constantes ao longo do tempo. Esta constatação tende a ser um pouco paradoxal face ao grupo aqui em análise, uma vez que se trata de pessoas que em determinada altura das suas vidas foram confrontadas com um momento crítico que as colocou numa situação de necessidade e, independentemente da ocorrência no tempo dessa situação, hoje tendem a manter a sua situação de vulnerabilidade.

Existe, no entanto, uma ligeira especificidade que se prende com os entrevistados que se encontram afastados da esfera do trabalho. À exceção de Vasco e Ramiro, as restantes pessoas que por motivos de saúde (Abu, Albano, Deolinda e Hortense) ou por necessidade de prestar cuidados a familiares (Verónica) se têm mantido afastadas do mercado laboral, tendem a manifestar uma disposição para a ação de adaptação/conformação e entre estes, como se constatou anteriormente, alguns destes, têm manifestado, desde 2011, uma estratégia de ação passiva (Albano, Deolinda e Hortense). No fundo, estas pessoas reconhecendo as limitações que imperam nas suas vidas, tendem a não ter grande esperança que algo possa inverter a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Por seu lado, Vasco e Ramiro embora reconheçam que a sua condição de saúde lhes traz dificuldades acrescidas para aceder a um trabalho, mostram-se, em 2017, resilientes, agindo na certeza de que pelo seu esforço podem melhorar a sua condição de vida. Se em 2014 Vasco manifestava alguma frustração por não conseguir ter um contrato de trabalho a tempo inteiro como assistente operacional numa escola, no período que mediou as duas entrevistas conseguiu ver concretizado o seu desejo, mas um problema de saúde impedi-o de continuar a exercer esta profissão. Apesar deste incidente e de já ter a pensão de invalidez, vai procurando um trabalho que lhe permita ocupar o tempo e complementar o rendimento do seu agregado familiar, já que vive com o seu filho desempregado.

Em 2017, esta disposição de resiliência e de ativação é transversal aos restantes entrevistados que integram este grupo. É de salientar que a alteração positiva registada por Filipa e Márcia, entre 2014 e 2017, se deveu à sua integração no mercado de trabalho, ao passo que para Ilda a conversão, em 2014, da sua frustração em resiliência se deveu a ter conseguido aceder à pensão de alimentos do filho e de ter começado a trabalhar com um carácter mais regular e, no caso de Sofia, por ter sentido necessidade, após a separação do marido, de reagir face ao problema de saúde que lhe tinha sido diagnosticado em 2011 e de iniciar a formação para ser taxista.

No fundo, constata-se que a disposição para ação mais ativa e resiliente, assente numa crença de que pelas suas capacidades e competências procuram e aproveitam as oportunidades disponíveis para melhorar a sua condição de vida e ter um futuro melhor, para além de estar mais presente entre as pessoas “em trânsito em busca de oportunidades” (Carolina, Ilda, Filipa, Márcia, Sofia) e naquela que saiu da situação de pobreza (Tânia), também é relevante o seu peso entre os “instalados na condição de necessidade (3 em 7, concretamente em Vasco, Ramiro e Celina). No fundo, estas 3 pessoas mantêm uma esperança, ainda que remota, de poder vir a ter um futuro melhor.

Uma leitura rápida da perceção da evolução da trajetória económica deste grupo de entrevistados (2011-17) permite constatar, para o conjunto das 14 pessoas que em 2011 se encontravam numa situação de pobreza episódica, uma evolução globalmente positiva: 8 consideram que a sua condição económica melhorou e 7 registam uma disposição para a ação favorável, não se registando em 2017 nenhum caso que tenha manifestado frustração/stress com a dificuldade sentida pelos indivíduos para encontrarem estratégias que solucionem as suas necessidades.

É certo que esta evolução favorável está muito condicionada pela avaliação positiva registada pelos trabalhadores pobres inseridos no grupo de entrevistados

“em trânsito em busca de oportunidades” (Ilda, Filipa, Carolina, Sofia) que deixaram a condição de desemprego, pela única pessoa que saiu da zona de vulnerabilidade (Tânia), mas também pelas pessoas, que embora afastadas do mercado de trabalho ou com inserções mais precárias, registaram um aumento dos apoios sociais (2 incapacitados – Deolinda e Hortense, 1 trabalhadora pobre - Carolina e 1 cuidadora informal - Verónica).

Por oposição, aqueles que revelaram uma trajetória económica descendente viram os apoios sociais serem cessados ou reduzidos os seus montantes, como foi, por exemplo, o caso de Márcia ou Celina.

Tal como se pode observar pelo quadro seguinte, não é uma trajetória mais ou menos favorável que tende a influenciar a disposição para a ação destes entrevistados. O que parece estar, sobretudo, em jogo entre aqueles que se mostram mais resilientes são traços de personalidade que se conjugam com a necessidade de provir o sustento de agregados familiares compostos apenas por um adulto em idade ativa ou por outros adultos em idade ativa que apresentam menores probabilidades de integração no mercado de trabalho.

Quadro 24 – Pobreza episódica | Evolução da disposição para a ação, por perfil de entrevistado e trajetória económica (2011-2017)

Pseudónimo	Perfil 2017	Trajetória económica	Disposição para a ação		
			2011	2014	2017
Abu	Incapacitados	↓			
Verónica	Cuidadoras informais	↑			
Deolinda	Incapacitados	↑			
Albano	Incapacitados	↓			
Hortense	Incapacitados	↑			
Ilda	Trabalhadores pobres	↑	frustração/stress	resiliência/ativação	
Carolina	Trabalhadores pobres	↑	resiliência/ativação	resiliência/ativação	
Filipa	Trabalhadores pobres	↑	resiliência/ativação	frustração/stress	
Márcia	Trabalhadores pobres	↓	resiliência/ativação	resiliência/ativação	
Ramiro	Incapacitados	=	frustração/stress	frustração/stress	resiliência/ativação
Sofia	Trabalhadores pobres	↑	frustração/stress	resiliência/ativação	
Celina	Cuidadoras informais	↓	resiliência/ativação	resiliência/ativação	
Tânia	Trabalhadora	↑	resiliência/ativação	resiliência/ativação	
Vasco	Incapacitados	↓	resiliência/ativação	frustração/stress	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

As pequenas alterações registadas na natureza dos problemas, bem como a forma que assume a perceção da sua responsabilidade, as estratégias que são mobilizadas para a sua superação e as disposições manifestadas face ao futuro permitem identificar dois grandes grupos de entrevistados:

Um grupo constituído por 7 pessoas que se encontram *instaladas na condição de necessidade*, com poucas condições de saída da pobreza e para quem as políticas públicas têm um papel fundamental. A doença e a prestação continuada de cuidados informais a familiares são características desta situação, mas assiste-se a uma grande diversidade de interação com as redes sociais que, nas situações mais positivas, fez atenuar o peso da situação. A relação com a assistência é, frequentemente, racionalizada e considerada inevitável, dada a incapacidade de inserção no mercado de trabalho. Entre estas 7 pessoas, 3 reconhecendo que a natureza dos seus problemas não depende apenas deles próprios e já desistiram de encontrar estratégias para a sua superação (Deolinda, Albano e Hortense). Resignados face à situação de dependência dos dispositivos de assistência, vão aceitando as propostas institucionais com vista à dignificação das suas vidas. No entanto, Celina, Ramiro e Vasco reconhecendo a falta de oportunidades de trabalho compatíveis com a sua condição de saúde ou com a prestação de cuidados a familiares, vão mantendo a crença nas suas capacidades para aliviar a sua privação económica, estratégia também desenvolvida por Abu, mas acarretando em si o peso da auto-responsabilização dos seus problemas.

Melhorou em termos espirituais. Sinto-me uma pessoa mais confiante, uma pessoa com menos problemas de vozes e acho que um dia Deus há-de me ajudar e de endireitar-me as minhas veredas e então, sei lá, ter uma namorada um dia, ou casar-me, ou então, um dia regressar ao meu país, mas já com uma esperança de ter o meu emprego lá e voltar a trabalhar e a esquizofrenia, adeus. Não sei, tenho esperança. Vejo a vida cada vez que passa às vezes sem esperança e às vezes com esperança. Tudo depende das pessoas com quem eu lido. Depende da carga emocional de cada um. Porque um esquizofrénico às vezes associa as coisas, mas sem saber. (Abu, 40 anos, incapacitado, 2017)

A vontade de arranjar um part-timezinho, nem que fosse 200 euros... como porteiro de um condomínio, de um edifício. Eu tenho uma reunião marcada com o presidente da junta aqui de Sta. Maria Maior porque há vários amigos meus daqui de Alfama, para estar ali a fazer uma “vigilanzinha” como porteiro um part-timezinho para mim era excelente duzentos euros para mim... não preciso que me deem mais. (Vasco, 57 anos, incapacitado, 2017)

O meu problema para o trabalho fixo é só conseguir da parte da tarde. De manhã preparo o meu filho para o deixar. (Celina, 54 anos, cuidadora informal, 2017)

Um outro grupo, representado por um conjunto de 6 pessoas que se encontra *em trânsito em busca de oportunidades*, evidencia a permanência de uma crença em si e na sua capacidade de resolução de problemas. Sintomático desta situação é nenhuma destas pessoas manifestar uma estratégia de ação passiva e ser apenas neste grupo que se regista uma estratégia de ação mais individualizante, evidenciada por Márcia, Sofia e Ilda que tendem a evitar a ingerência de um acompanhamento social considerado intrusivo da sua privacidade. No fundo, assiste-se a uma recusa da desqualificação e da dependência, pois a crença nas suas capacidades apenas pede (mais) uma oportunidade ou a melhoria das condições de exercício das suas profissões.

Agora uma amiga já me telefonou para ir ter com ela segunda-feira. Mas eu já sei que não vou ficar. É um café que tem ali na Estrela, estão a pedir empregados. Mas eu já sei que não vou ficar, eles geralmente pedem a idade e acabou. Eu posso ter esta idade, mas eu consigo. Eu sou dinâmica, não tem nada a ver! (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

[A vida melhorou] Muito. Paguei minhas despesas, paguei tudo. Mudei de casa, mudei de carro, tenho meu trabalho. Os meus filhos continuam comigo, nunca nenhuma uma assistente social a bater uma porta. Melhorou e melhorou. Estando com meu nome limpo a nível financeiro para mim também é muito importante. [E acha que essa evolução dependeu mais, de apoios que recebeu, ou de si própria?] De apoios não foi de nenhuns. Tive o apoio foi mesmo de trabalhar. (Sofia, 44 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Para Carolina e Filipa os apoios sociais disponibilizados pelo sistema constituem um complemento fundamental aos rendimentos que auferem do seu trabalho, pois são as únicas nos seus agregados familiares a exercer uma atividade profissional, ao passo que Verónica, com 30 anos, e à espera do quinto filho, e cujo marido encontra-se temporariamente incapacitado para o trabalho, não lhe resta senão contar, nesta fase da sua vida, com os recursos das políticas públicas, mas com a esperança que em breve se conseguirá libertar desta situação:

[Durante quanto tempo é que acha que vai continuar a precisar de receber esses apoios?] Até ao meu marido arranjar trabalho e eu aí deixo de receber, porque há mais pessoas com mais necessidades do que eu. [Se pudesse, deixar de receber os apoios?] Deixava. Se o meu marido tivesse um trabalho em condições e eu também um trabalho fixo, eu deixava. [E porquê?] Porque acho que não há nada melhor do que um trabalho. Fazer descontos, ter as nossas regalias, e tudo. Você recebe o RSI, não faz descontos. Daqui a amanhã, quer reformar-se e não tem direito a nada. Um trabalho, pouco ou muito, é sempre bom. Preferia ter um trabalho do que o RSI, mas neste momento não consigo, não dá. (Verónica, 30 anos, cuidadora informal, 2017)

Quadro 25 – Pobreza episódica | Perceção dos problemas e estratégias de ação, por posicionamento face ao percurso de pobreza (2017)

Posicionamento face ao percurso de pobreza / Perceção dos problemas 2017		Estratégia de ação em 2017			Total
		Individualizante	Cooperante	Passiva	
Instalado na condição de necessidade	Responsabilizante		1 Abu		1
	Coresponsabilizante		3 Ramiro, Celina, Vasco	3 Deolinda, Albano, Hortense	6
	Total		4	3	7
Em trânsito em busca de oportunidades	Desresponsabilizante	1 Ilda			1
	Coresponsabilizante	2 Márcia, Sofia	3 Carolina, Filipa, Verónica		5
	Total	3	3		6
Total	Responsabilizante		1		1
	Desresponsabilizante	1			1
	Coresponsabilizante	2	6	2	10
	Total	3	7	2	13

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

3. Perfis de trajetórias

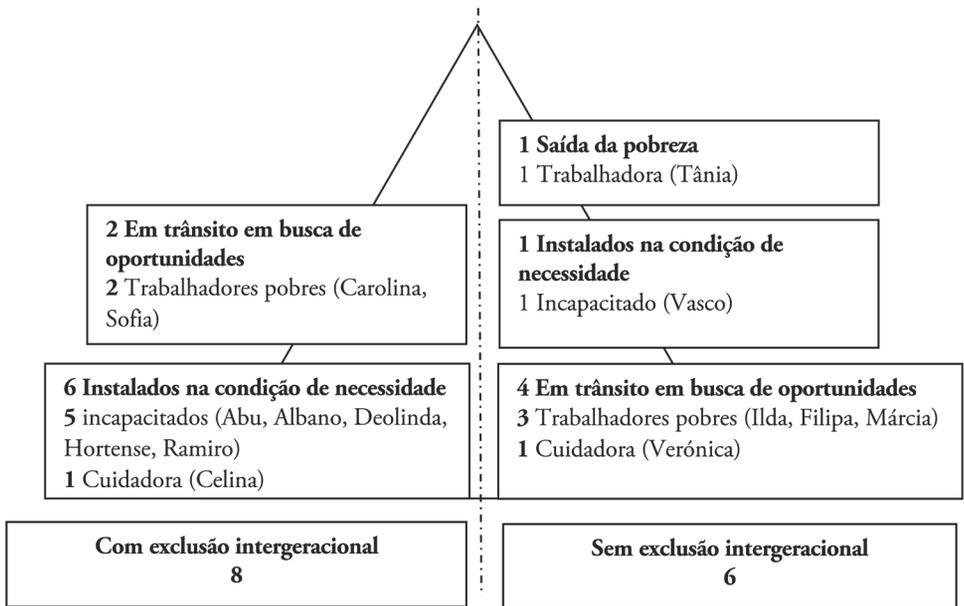
Como se constatou anteriormente, apenas pela análise da natureza dos problemas, da percepção da sua origem e as estratégias mobilizadas para lhes fazer face é possível agrupar os entrevistados em dois grandes grupos: *instalados na condição de necessidade e em trânsito em busca de oportunidades*. Interessa, agora, explorar para cada um destes grupos as condições mais objetivas de vida, como o nível de rendimentos, os apoios auferidos, as estratégias de gestão da privação e a relação com o mercado de trabalho, mas também as condições subjetivas que remetem para um conjunto de apreciações dos entrevistados relativamente à evolução da sua trajetória económica e da sua disposição para a ação, bem como a sua relação com os dispositivos de assistência e as redes sociais informais.

Neste grupo, encontramos uma pessoa – Tânia – que, desde 2014, se encontra fora da zona de vulnerabilidade, sendo a apresentação do seu caso feita num capítulo autónomo (D. Saída da Pobreza), juntamente com a outra situação pertencente ao grupo da pobreza persistente.

Torna-se, pois, relevante identificar as variáveis que permitem construir as respostas mais autónomas e responsáveis e as situações de dependência, não descurando o percurso de vida dos entrevistados que o Barómetro foi acompanhando desde 2011, mas também as vivências na infância e juventude.

Um aspeto que ressalta desde logo nestes perfis-tipo de entrevistados, que em 2011 consideravam que a sua situação de pobreza e/ou exclusão social remetia para a ocorrência de episódios ou acidentes no seu percurso de vida, é a menor expressividade da pobreza intergeracional: apenas 8, no conjunto de 35 pessoas que integram o Painel em 2017, vivenciaram situações de vulnerabilidade durante a sua infância e juventude. No entanto, não é por acaso que esta exposição precoce a contextos de privação económica e emocional se repercute numa maior expressividade das pessoas instaladas na condição de necessidade (6), face a apenas uma pessoa que encontramos entre aqueles para quem os incidentes críticos ocorreram já num período da vida adulta.

Figura 10 – Pobreza episódica | Perfis de trajetórias de vulnerabilidade



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

3.1. *Instalados na condição de necessidade*

O grupo de 7 entrevistados que designámos de *instalados na condição de necessidade* encontra-se globalmente, estabilizado na precariedade e com poucas perspetivas de construção de projetos. Aos insucessos decorrentes da exclusão profissional e económica, somam-se doenças mentais, doenças crónicas incapacitantes, a prestação de cuidados a familiares dependentes e a debilidade ou mesmo ausência de apoio familiar. Efetivamente, para 4 das pessoas que integram este grupo, o suporte familiar é inexistente ou muito fraco (Abu, Hortense, Ramiro e Vasco), ainda que sejam capazes de ativar a sua rede de relações para garantirem algum tipo de apoio (apenas 2 entrevistados registam não ter qualquer tipo de suporte informal: Albano, desde 2014 e Hortense, desde 2017). A capacidade de projeção autónoma no futuro é ténue ou inexistente. Ao conformismo a uma vida dependente manifestado por alguns (4: Abu, Deolinda, Albano, Hortense), soma-se a esperança de outros (3: Celina, Ramiro, Vasco) a alimentar uma maior resiliência para fazer face a situações de privação económica e/ou de sociabilidades.

A idade avançada, muitas vezes vista como uma variável determinante para a dificuldade de se construir projetos de vida mais autónomos dos dispositivos de assistência, não assume nestes casos um peso relevante. Efetivamente, estamos perante um grupo com idades compreendidas entre os 37 e os 62 anos, cujos percursos de vida são muito díspares, embora a grande maioria (6 pessoas) já tivesse passado por situações de vulnerabilidade na sua infância e/ou juventude. No entanto, depois de um percurso relativamente estável, um ou vários incidentes críticos colocou estas pessoas numa situação de vulnerabilidade. Apesar de não se vislumbrarem oportunidades para a construção de uma vida mais autónoma, importa perceber na grande diversidade de percursos de vida o papel fundamental das políticas públicas na garantia, para estas pessoas, da estabilidade necessária à sobrevivência.

As prestações sociais como principal fonte de rendimento complementadas com estratégias solidárias e hipotecadas

Efetivamente, neste grupo, as **fontes de rendimento**, ao longo do período em análise, são quase exclusivamente provenientes de prestações sociais. As exceções a esta exclusividade, ou seja, os casos que acumulam outro tipo de fontes com a das prestações sociais são pontuais: Vasco que em 2014 contava com o rendimento do seu salário, Celina que viu a prestação de RSI ser cessada em 2014, e que tem complementado o rendimento familiar com o valor pago por umas horas de limpeza em casa de particulares, e Ramiro que para além já ter conseguido algum rendimento extra a arrumar carros, hoje faz uns recados a um residente de Alfama. No fundo, a grande maioria das pessoas que integram este grupo tem tido uma **relação permanente com os dispositivos de assistência**, à exceção de Ramiro, que até 2014 iam tendo uma interação mais oscilante, e de Vasco, que em 2017, depois de ter tido acesso à pensão de invalidez, passa a uma relação pontual.

Entre 2011 e 2017, as alterações no **tipo de apoios sociais** auferidos recaem, sobretudo, no aumento das pensões de invalidez (4) em detrimento das prestações substitutivas/complementares de rendimentos do trabalho (de 6 para 3). O reconhecimento da incapacidade na atribuição da pensão de invalidez ocorreu para Albano, Deolinda, Hortense e Vasco quando estes ainda não tinham completado 60 anos.

As prestações de ação social, apesar da sua atribuição de carácter eventual em condições de excecionalidade, tendem, em alguns dos casos em análise, a uma atribuição que se prolonga no tempo: há mais de 7 anos nos casos de Abu,

Deolinda e Ramiro e, desde 2014, no caso de Hortense. Na maioria destas situações, a sua atribuição vem complementar o valor auferido por outras prestações sociais que se revelam insuficientes face às necessidades existentes, nomeadamente o RSI e a pensão de invalidez.

Perante este cenário, as **estratégias de gestão da privação económica** têm assentado para todos nos apoios institucionais¹⁰ e, maioritariamente, na rede de solidariedade informal para mobilizar recursos materiais, sociais e emocionais, sendo também expressivo o número de pessoas que apresenta uma estratégia hipotecada, ou seja, que recorrem a pequenos empréstimos junto de vizinhos, amigos, família ou outros para, sem alternativa à vista, resolver as situações imprevistas que lhes surgem (Abu, Deolinda, Ramiro e Celina). Celina, por exemplo, vai acumulando uma dívida de 3€ mensais junto de uma associação para poder ter apoio alimentar, estando também com rendas de casa e várias faturas de água e eletricidade em atraso. Abu, quando o dinheiro escasseia, também se socorre da mercearia para poder ir buscar géneros alimentares e da farmácia para lhe dispensar os medicamentos até receber o RSI. Deolinda e Ramiro, por exemplo, vai pedindo dinheiro a algumas das pessoas da sua rede de relações:

A gente sempre pede emprestado. A gente pede, tem sempre uma pessoa que empresta 20 ou 30 ou 50, e depois a gente dá, depois torna a pedir. Andamos nesta, um círculo vicioso. (Deolinda, 58 anos, incapacitada, 2017)

¹⁰ Contempla-se aqui o acesso a medidas de garantia de rendimentos, no âmbito dos regimes de proteção social e cidadania e previdencial, bem como os apoios económicos e materiais atribuídos pela rede de assistência pública ou privada.

Quadro 26 – Pobreza episódica | Instalados na condição de necessidade - evolução do tipo de apoios sociais (2011-2017)

Tipo de apoios sociais	Instalados na condição de necessidade		
	2011	2014	2017
Prestações substitutivas/complementares de rendimentos do trabalho	6 Albano, Celina, Deolinda, Hortense, Ramiro, Vasco	3 Abu, Albano, Ramiro	3 Abu, Celina, Ramiro
Pensões (invalidez/sobrevivência)	1 Vasco (P. sobrevivência)	4 Deolinda, Albano, Hortense, Vasco (P. invalidez)	
Prestações familiares	1 Albano (abono família)	0	1 Deolinda (apoio 3ª pessoa)
Prestações de Ação Social	4	6	4
		Hortense	
		Celina	
		Vasco	
	Abu, Deolinda, Ramiro		
Habitação social	4	3	3
	Ramiro		
	Abu, Albano, Celina		
Géneros	2 Deolinda, Albano	1 Celina	4 Abu, Celina, Deolinda, Ramiro
Equipamentos	2 Abu, Hortense		

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Quadro 27 – Pobreza episódica | Instalados na condição de necessidade: Estratégias de gestão da privação (2011-17)

Estratégias de gestão da privação	Anos	Instalados na condição de necessidade (7)	Entrevistados
Institucional	2011	7	Todos
	2014	7	
	2017	7	
Solidária	2011	6	Todos menos Celina
	2014	6	Todos menos Albano e Hortense
	2017	5	
Hipotecada	2011	2	Deolinda, Ramiro
	2014	3	Deolinda, Ramiro, Celina
	2017	4	Abu, Deolinda, Ramiro, Celina

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Importa, pois, compreender de que forma as políticas públicas têm conseguido responder à situação das pessoas que apresentam os maiores índices de vulnerabilidade deste grupo, concretamente: Abu, Hortense e Ramiro. Desde 2011 que estes três casos se incluíam no grupo dos desafiados, mas em 2017, considerou-se que a situação de incapacidade permanente para o trabalho era mais ajustada à sua realidade. Mesmo não vislumbrando formas autónomas de contrariar a falta de recursos, passados estes anos o seu discurso vai revelando a importância dos laços que mantêm com o sistema de proteção social e de que forma este contacto os tem feito perceber uma existência social mais digna e com capacidade de gerir o seu quotidiano de forma autónoma face aos recursos que lhes são disponibilizados pelo sistema.

Estas três pessoas têm um traço comum - a doença mental. Ao isolamento ditado pelas patologias que lhes foram diagnosticadas, somam-se roturas relacionais ou a morte dos familiares que constituíam as suas redes de apoio.

Apenas **Hortense**, hoje com 61 anos, não tem a sua infância e juventude marcada por abandono familiar, embora tenha saído da casa do pai aos 14 anos para ir viver com a mãe. Foi após a morte desta que iniciou a sua queda meteórica. Tinha 37 anos e entre 1993 e 2014 teve um percurso de vida

errático, a viver entre a rua, albergues e hospitais psiquiátricos. Em 2011, pernoitava no centro de abrigo de Xabregas, no qual se sentia muito insegura, e era acompanhada pela Associação Cais. Recebia RSI e aguardava a pensão de invalidez. A sua perspetiva era conseguir arrendar um quarto para ter a sua privacidade e conseguir um companheiro, situação que se veio, parcialmente, a concretizar em 2014, com o arrendamento, por 200€, de um quarto, sem janelas, numa pensão junto à Almirante Reis. A pensão de invalidez, no valor de 235€, tinha sido atribuída e contava com um apoio de 150€ da SCML, valor que viria a decrescer, em 2017, para 100€. Tem contado também com o apoio para medicamentos da SCML.

Considera que a sua vida melhorou graças à segurança da pensão de invalidez que recebe todos os meses, com a alteração da sua situação habitacional e com a perspetiva de não regressar, novamente, à rua. Entre 2014 e 2017 ainda esteve três dias a viver na rua, na sequência da expulsão da pensão onde vivia por ter fumado no quarto e ter disparado o alarme de incêndios. Apesar de referir que não teve apoio institucional para solucionar a sua situação, procurou pelos seus próprios meios uma alternativa e arrendou, na mesma zona, o quarto onde atualmente reside. Pagando o mesmo valor de renda, o quarto está inserido num apartamento e dispõe de melhores condições, pois tem janelas.

Se em 2014 mantinha uma relação próxima com uma professora de ioga da Associação Cais que a ia buscar para praticar esta modalidade, em 2017 Hortense passa os dias num Centro de Dia da SCML onde almoça e lancha. Apesar de referir que foi obrigada pela SCML a frequentar o centro de dia, considera que se sente melhor, talvez também pela alteração registada na sua medicação. Está apreensiva quanto ao seu futuro porque houve uma mudança na assistente social e na diretora do equipamento, receando que seja cessado o subsídio mensal que recebe.

Ramiro foi criado pela avó paterna e diz ter sido abandonado pela mãe e pelo pai alcoólico quando estes se separaram. A avó morreu quando Ramiro tinha catorze anos e este momento foi um “grande trauma” para si. Estudou até ao 2º ciclo e abandonou a escola. Teve um percurso profissional instável: trabalhou no MacDonalD’s e em vários estabelecimentos de restauração. Reconhece a importância da doença mental na sua incapacidade para a continuidade num posto de trabalho. À esquizofrenia diagnosticada somou-se um conjunto de afastamentos e roturas familiares, que o lançaram na rua em 2004 e de onde só saíria em 2011. Entre maio de 2011 e 2013, Ramiro esteve integrado no programa Casas Primeiro. Na sua situação concreta, a falência do projeto está associada, como refere, à sua dificuldade em manter-se afastado de pessoas oportunistas que frequentavam a sua casa e a usavam para fins diversos.

A habitação rapidamente ficou degradada e com problemas de higiene. Após a saída do projeto, viveu em diferentes quartos arrendados ou cedidos por amigos, até ter estabilizado em 2013, num quarto na Mouraria.

Em 2011, com 31 anos concluiu o 9º ano ao abrigo do Programa Novas Oportunidades. Em 2014 e em 2017, as suas expectativas passavam por tirar o 12º ano e estabilizar a sua vida emocionalmente, nomeadamente arranjando uma namorada. Reconhecendo que a sua incapacidade o impede de estar muitas horas fechado no mesmo sítio e que esta situação o tem impedido de procurar trabalho e frequentar algumas ações de formação (como foi o caso, em 2014, do programa ocupacional GIRA para pessoas com problemas de saúde mental), está expectante com aquilo que poderá vir a receber por começar a frequentar um «atelier» da Santa Casa, no Centro de Apoio Social de São Bento e, por esta via, ter a possibilidade de deixar de depender de apoios sociais.

Ao longo deste período as suas fontes de rendimento têm sido o RSI e o subsídio mensal, no valor de 200€, da SCML. Tem tido apoio alimentar quer por via de familiares e amigos, quer pelo recurso a polos de distribuição como era o caso em 2017, através da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. É também esta junta que lhe assegura o pagamento dos medicamentos. Tendo deixado de receber algum rendimento extra da sua atividade de “arrumador de carros”, por o pai não o permitir, em 2017, complementava os apoios sociais por via de recados que fazia a um senhor residente em Alfama.

Também a vida de **Abu** é marcada pela doença mental e pelo afastamento familiar. Aos nove anos veio da Guiné-Bissau com uns tios e primos com quem cresceu; no arquipélago, ficou a sua família de sangue. A dificuldade de adaptação a Portugal fê-lo reprovar várias vezes. Aos 22 anos e com o 9º ano completo, vai para o Alentejo trabalhar na construção civil. Emigrou para Inglaterra seguindo um primo e trabalhou numa fábrica de carnes e numa loja de eletrodomésticos. Por conselho de um ‘astrólogo’ viu-se enredado num esquema de correio de droga que o levou a cumprir pena em Londres. Foi sem-abrigo nesta cidade e correu alguns centros de acolhimento. Acabou por ser deportado para Portugal e passou uns tempos entre a rua e albergues, incapaz que era de ativar a rede com os tios que o criaram. A esquizofrenia e a condição de sem-abrigo levam-no a ser acompanhado por psicólogos e referenciado para o programa Casas Primeiro, da AEIPS, do qual é beneficiário desde fevereiro de 2011. Em 2017, a ligação com a AEIPS continua, quer através das visitas domiciliárias de acompanhamento, quer através do grupo de ajuda mútua. A ligação à terra natal mantém-se e sempre que consegue envia algum dinheiro para a sua família.

Desde que integrou o programa vive em Alfama, tendo mudado de casa uma vez. Diz conhecer os vizinhos, com quem mantém uma relação cordial e apoia-se na mercearia e farmácia local para lhe disponibilizar os bens pretendidos até receber o RSI. Tem contactos regulares com a família de criação, recebendo sobretudo suporte emocional e alguns apoios em géneros.

As várias formações e estágios profissionais em que se envolveu foram sendo interrompidos por agravamento do seu estado de saúde mental. No entanto, não desiste da sua eventual frequência futura, embora em 2017 já não esteja muito crente, tal como estava em 2014, de encontrar um trabalho compatível com o seu estado de saúde. Reconhece que o seu problema de esquizofrenia o impede de manter a estabilidade necessária no emprego, mas com os apoios de que beneficia conseguiu concretizar um projeto da sua vida e para qual está focado em manter: ter uma casa e sentir-se seguro e abrigado. O reconhecimento da sua incapacidade para efeitos de acesso à pensão de invalidez é um assunto que pretende continuar a insistir com o apoio da psiquiatra que o acompanha.

Hoje, com 40 anos e há quatro anos a fazer estudos bíblicos com as Testemunhas de Jeová, está otimista face ao futuro. Apesar de já não vislumbrar, como mencionava em 2014, o regresso à Guiné, onde poderia vir a casar-se, mantém a esperança de encontrar uma namorada e, acrescenta em 2017, que “ir para o paraíso” faz parte dos seus projetos.

Tal como já tínhamos evidenciado, o caso de Abu e de Ramiro são ilustrativos de como perante situações mais extremas de pobreza intergeracional foi possível manter, entre os três momentos de inquirição, as medidas que evitam o desprendimento da vida social e foi possível reconstruir a confiança pessoal e a credibilidade de si face aos outros. No discurso de Abu emerge a necessidade de revelar que a aposta que o sistema fez nele valeu a pena e que o facto de ter tido acesso a uma vida com maior dignidade exige agradecimento.

Figura 11 – Pobreza episódica | Trajetórias de vida: de desafiados a incapacitados permanentes para o trabalho

Hortense					
Moçambique Angola	Lisboa coresidência com o pai	Lisboa coresidência com a mãe	Lisboa Rua, albergues, hospitais psiquiátricos	Lisboa Quarto de pensão	Lisboa Quarto em casa partilhada
		Morte da mãe e perda de suporte de outros familiares			Frequência centro de dia
Local de nascimento e estudo	Toxicod dependência e problemas saúde mental		Problemas saúde mental		
	Sem apoios institucionais		RSI, apoio da Cais	Pensão de invalidez, subsídio mensal e apoio para medicamentos da SCML	
1956-1973	1973 - 1993		1993-2014	2014	2017

Ramiro						
Lisboa	Lisboa coresidência com os pais	Lisboa coresidência com a avó	Lisboa Rua e albergues	Lisboa Partilha de quarto com amigo	Lisboa Integra Projeto Casas Primeiro	Lisboa Partilha de quartos
Local de nascimento	Pai alcoólico Mãe abandonada-o	Morte da avó	Problemas saúde mental			
			Suporte da rede informal (pai, tia)			
	Sem apoios institucionais				RSI, apoio para medicamentos da SCML	RSI, subsídio mensal da SCML, apoio para medicamentos da JF
1980	1981 - 1994		1994 - 2011		2011-2014	2014-2017

Abu						
Guiné Bissau	Lisboa coresidência com familiares	Alentejo Trabalho na construção civil	Inglaterra rua e albergues	Lisboa rua e albergues	Lisboa Integra Projeto Casas Primeiro	Lisboa Continua integrado no Projeto Casas Primeiro
Local de nascimento	Completa 9º ano		Problemas saúde mental			
			Penal de prisão, deportado		Suporte da rede informa	
	Sem apoios institucionais				Subsídio Mensal	RSI, Subsídio Mensal, grupo de ajuda mútua, apoio géneros alimentares
1977	1986-1999	1999-2011			2011-14	2014-2017

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Vasco, Deolinda, Albano, respetivamente com 57, 58 e 62 anos, são outros entrevistados que se encontram afastados do mercado de trabalho por motivos de doença e a quem já lhes foi reconhecida a incapacidade e atribuída a pensão de invalidez. Nos três períodos de inquirição apesar de terem sempre manifestado problemas de saúde impeditivos ou limitativos para o exercício de uma atividade profissional, só entre 2014 e 2017 conseguiram passar a receber a pensão de invalidez.

À exceção de Vasco, Deolinda e Albano têm percursos profissionais pautados por fatores de instabilidade e/ou precariedade que se traduziram na falta de vínculo laboral na atividade que exerciam - a venda ambulante - e na imprevisibilidade dos rendimentos. Esta situação repercute-se hoje no valor baixo das pensões que auferem.

Deolinda, natural da zona histórica de Lisboa, depois de concluir o 2º ciclo começa a trabalhar desde os 12 anos com a mãe no mercado de legumes. Com o casamento afasta-se desta atividade profissional para a vir a retomar após o divórcio e duas filhas a cargo. Em 1998, um acidente de viação deixa-a

incapacitada para o trabalho. Incapaz de prover o sustento das filhas, resta-lhe o recurso aos apoios sociais.

Se em 2011, a viver com a sua filha, em situação de desemprego, e dois netos, esta família subsistia com o Rendimento Social de Inserção, o subsídio de desemprego da filha e os apoios sociais prestados por diferentes entidades (a renda comparticipada pela Santa Casa e os alimentos pela Associação Auxílio e Amizade), em 2014 este agregado apenas podia contar com a pensão de invalidez de Deolinda, no valor de 215€, do apoio da Associação e da rede informal, em forma de empréstimo para fazer face às despesas da casa. O cartão de saúde da SCML tinha caducado e tardava a ser renovado e o apoio da SCML para a renda tinha sido cessado.

Em 2017, considera que houve uma evolução positiva da sua situação económica, decorrente do aumento dos apoios sociais e da alteração na composição do agregado familiar. Com um cancro do estômago, diagnosticado em 2016, e a viver apenas com uma neta que se encontrava a frequentar o 12º ano, refere que a assistente social foi compreensiva em relação à sua situação e a apoiou, propondo o requerimento do complemento por dependência¹¹ que lhe dá mais 90€/mês e atribuiu-lhe o subsídio mensal de apoio à renda (170€), valores que complementam a prestação auferida pela pensão de invalidez e o apoio alimentar. Apesar de já ter cartão de saúde da SCML, não sente necessidade de recorrer às unidades de saúde daquela instituição, pois tem médico de família. Ter tido uns óculos oferecidos pela SCML foi também uma mais-valia que fez questão de referenciar na entrevista. A Junta de Freguesia tem também desempenhado um recurso importante, não só na manutenção da casa, como no apoio pontual para pagamento de faturas de medicamentos, eletricidade, gás ou água.

Albano, analfabeto, com 62 anos, casado e com cinco filhos, apesar de residir numa habitação social na freguesia da Ameixoeira, descreve um percurso de vida desafogado, cujo sustento provinha da venda ambulante. A degradação do seu estado de saúde e da mulher, começada a sentir-se em 2009, e a diminuição da rentabilidade do negócio, decorrentes de uma atividade profissional em crise, colocou este agregado numa condição de carência económica. Desde 2011, que sempre manifestou uma estratégia de ação passiva e descrente na possibilidade de conduzir a sua vida pelos próprios meios. A dificuldade em compreender porque lhe são negados alguns tipos de apoios (pensão de invalidez requerida em 2011 e apoio alimentar pela AMI), levam-no a revelar uma fraca confiança institucional e a manifestar uma reduzida capacidade de resiliência que se traduz em baixos níveis de aspirações, e que o fazem aguardar passivamente, e sem esperança, uma oportunidade que o alivie da situação de privação económica.

¹¹ Esta prestação destina-se aos pensionistas que precisam da assistência de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas do dia-a-dia.

Vasco, hoje com 57 anos, começou a trabalhar aos 11 anos. Aos 14 anos foi estudar à noite e concluiu o 9º ano. Já na vida adulta, ingressou no processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e concluiu o 12º ano. O seu percurso laboral foi marcado pela estabilidade: trabalhou a maior parte do tempo como encarregado em sapatarias e descontou para a segurança social durante 34 anos. No entanto, em 2006, com 46 anos, viu-se numa situação de desemprego. Depois de esgotado o tempo do subsídio de desemprego, teve de requerer o RSI e o Banco Alimentar. Em 2014, conseguiu a colocação numa escola a trabalhar como assistente operacional. Passado pouco tempo é-lhe diagnosticado um problema de saúde que o faz afastar-se involuntariamente do mercado de trabalho. Embora tenha a sua incapacidade reconhecida para efeitos do acesso à pensão de invalidez, Vasco não desiste de procurar um trabalho que se coadune com a sua condição física.

Celina é a exceção ao perfil de incapacitados para o trabalho por motivo de doença, a sua limitação para poder trabalhar decorre da necessidade de ter de prestar cuidados ao filho dependente. Veio da Guiné, em 2001, na sequência do seu filho ter sido vítima de um acidente. Pouco tempo depois de ter chegado a Portugal, requereu o RSI, por sugestão do médico que acompanhava o filho. Através da Fundação Gil acedeu a uma habitação social na Ameixoeira, cuja renda foi comparticipada por esta fundação, durante pelo menos seis anos. Desde a chegada a Portugal que vai tendo alguns trabalhos esporádicos na área das limpezas ou na prestação de cuidados a pessoas dependentes. Apesar da relação permanente com os dispositivos de assistência, nem sempre as prestações pecuniárias auferidas se mantêm no tempo: é o caso do RSI que volta e meia é cessado por falta de apresentação de declarações (procura ativa de trabalho, renovação do visto de permanência...) ou do subsídio eventual por não apresentar justificativos das despesas mensais. Por outro lado, a burocracia inerente ao requerimento de determinados apoios, como é a pensão de invalidez a que o filho teria direito, desmobiliza-a no acesso. Esta irregularidade dos rendimentos acaba por se repercutir numa acumulação de dívidas: na associação onde vai buscar alimentos, no pagamento de rendas de casa e de faturas de água e eletricidade.

Nos períodos em que se encontra sem apoios, são os familiares residentes na Guiné que lhe enviam dinheiro que complementa com algumas horas de limpeza em casa de particulares.

A sua luta (leia-se projeto) é pela sobrevivência quotidiana e para conseguir trazer uma das filhas da Guiné.

Figura 12 – Pobreza episódica | Trajetórias de vida: de trabalhadores pobres a incapacitados permanentes para o trabalho

Deolinda							
Lisboa (antiga freguesia de S. Vicente)	Lisboa Conclui 2º ciclo EB e inicia venda ambulante com a mãe	Alverca Casamento Deixa de trabalhar	Lisboa Divórcio Retoma venda ambulante	Lisboa Acidente de viação	Lisboa Coreidência com a filha desempregada e o neto	Lisboa Coreidência com a filha Coreidência com 2 netos	Lisboa Filha deixa agregado Coreidência com a neta
Local de nascimento	Apoio em géneros	Sem apoios institucionais	Sem apoios institucionais	RSI, Subsídio mensal e apoio à renda, géneros alimentares	Pensão de invalidez, géneros alimentares, apoio à 3ª, subsídio mensal de apoio à renda	Pensão de invalidez, géneros alimentares, apoio à 3ª, subsídio mensal de apoio à renda	
1960	1972-77	1977-1991	1991	1998	2011	2014	2017
Albano							
Lisboa Algés	Lisboa Galinheiras	Lisboa Ameixoeira (realojamento)	Lisboa Problemas de saúde do próprio e da mulher				
Local de nascimento	Venda ambulante Sem apoios institucionais	RSI	Pensão de invalidez				
1955	Até 2009	2009-2014	2014-17				

Vasco						
Lisboa, Alfama						
			Desemprego (fecho da sapataria)		Trabalho a tempo parcial, assistente operacional	Problema de saúde impeditivo de trabalhar
Nascimento	Início da vida ativa	Conclusão do 9º ano		RSI, Banco Alimentar, Subsídio mensal	Subsídio mensal	
1960	1971	1974	2006	2007-2014	2014-2016	Pensão de invalidez

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Os perfis de trajetórias enunciados revelam o papel das políticas públicas a diferentes níveis: para evitar o desprendimento social, no caso das pessoas que experienciaram situações de sem abrigo, e para aliviar a situação de privação económica, em momentos críticos das vidas dos entrevistados.

Do papel âncora das prestações sociais à percepção da sua dissonância face às necessidades

Apesar do papel das políticas sociais na estabilização da sobrevivência, a avaliação dos entrevistados sobre a adequação dos apoios às suas necessidades tende a manter-se negativa: se em 2011, nenhuma destas pessoas considerava que os apoios auferidos eram consonantes com as suas carências, em 2014 apenas os ex-desafiliados faziam uma avaliação positiva, para em 2017 apenas Abu estar satisfeito. Estas dissonâncias são, muitas vezes, transportas da relação mantida com os dispositivos de assistência social.

Veja-se o caso de Vasco, sempre resistente em ter de solicitar apoio, quando necessitou de ajuda alimentar, considerou que não teve um dos melhores atendimentos:

“Vá ali á rua da Saudade almoçar e jantar “, “Ainda não cheguei a esse ponto” levou logo! “Mas, minha senhora, a senhora Dra. está a falar assim para mim para quê? Com essa arrogância, isso é uma falta de chá. Não mereço que me falem assim, não lhe venho pedir ajuda a si. Venho pedir ajuda à Santa Casa, ou a senhora é a dona da Santa Casa?”. (Vasco, 57 anos, incapacitado, 2017)

Por oposição, alguns entrevistados, mesmo mantendo necessidades por satisfazer, revelam a competência dos técnicos que os acompanham de avaliarem a sua situação e de procurarem encontrar nos recursos das políticas públicas a melhor solução. Poderá levantar-se a hipótese da existência de uma correlação entre uma apreciação positiva da relação com os dispositivos de assistência entre os entrevistados que vão mantendo, com carácter de regularidade, os subsídios mensais atribuídos pela SCML e neste sentido terem um grau de confiança mais elevado nas instituições.

Quadro 28 – Pobreza episódica | Instalados na condição de necessidade - Avaliação da adequação dos apoios e da relação com os dispositivos de assistência

Pseudónimo	Auto percepção sobre a adequação dos apoios			Autoavaliação da relação com dispositivos de assistência	
	2011	2014	2017	2014	2017
Abu	dissonância	consonância	consonância	Aparece e é positiva	Aparece e é positiva
Hortense	dissonância	consonância	dissonância	Aparece e é positiva	Aparece e é negativa
Ramiro	dissonância	consonância	dissonância	Não aparece nos discursos	Aparece e é positiva
Deolinda	dissonância	dissonância	dissonância	Não aparece nos discursos	Aparece e é positiva
Albano	dissonância	dissonância	dissonância	Aparece e é negativa	Aparece e é negativa
Celina	dissonância	dissonância	dissonância	Não aparece nos discursos	Aparece e é negativa
Vasco	dissonância	dissonância	dissonância	Aparece e é negativa	Aparece e é negativa

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Abu, Ramiro e Deolinda são três dos entrevistados que manifestam uma boa relação com os dispositivos de assistência e que manifestam os níveis mais elevados de confiança nas instituições. Deolinda, por exemplo, para além de avaliar positivamente o papel da sua assistente social no momento crítico da saída da sua filha do agregado familiar, nomeadamente por ter acionado o complemento por dependência e um subsídio mensal de apoio à renda de 100€, ter tratado da atribuição de uns óculos e de um produto de apoio para o seu problema na perna, também refere o papel crucial da Junta de Freguesia para colmatar algumas necessidades pontuais:

A gente teve uma zanga as duas [Deolinda e a filha], prontos, porque eu não estava à espera que ela me fosse embora sem me dizer, assim sem me ir avisando, foi uma coisa assim de chofre, foi logo em cima da hora e eu fiquei um bocadinho chateada com ela. Pois claro, a gente não está à espera, não é? Mas depois, prontos, tudo se resolveu, a Dra. assistente social lá me tentou ajudar da melhor maneira. Não foi a melhor naquela altura, mas... prontos, agora, graças a Deus. Estavam-me a dar duzentos e qualquer coisa euros, agora dão-me mais noventa euros para ajuda de alguém que me ajude a fazer as coisas. Prontos, e temos a assistente social, tenho a assistente que, agora, em virtude de ver a minha situação, no fim dá-me mais um bocadinho. Vou à Junta, temos um bom presidente atualmente. Vamos à Junta e ele, por exemplo, se a gente precisar de medicamentos, que eles provem como a gente não tem nada, não é? Aliás, a gente está lá inscritos, eles sabem, e ajudam a pagar a luz, se a gente tiver uma dificuldade um mês, ajudam-nos a pagar o gás. Eu, por exemplo, tive que tomar uns medicamentos que eram muito caros, aquilo não eram medicamentos, era fortificante e o senhor presidente deu logo à ordem para a senhora doutora..., a assistente social da Junta, deu logo ordem para irem buscar os medicamentos. A Dra. prontificou-se logo, mandaram logo buscar os medicamentos, foram-me buscar os medicamentos todos que eram necessários. Nunca me disseram que não, nunca me disseram que não. Aqui há dois anos, o senhor presidente [da junta de freguesia] andou lá no meu beco e eu chamei-o, mas a casa é particular, não é da Câmara não é nada, é particular, mas eu pedi-lhe a ele se me podia ir lá ver a casa, que aquilo estava cheio de humidade. Aquelas casas têm muita humidade! E, então, ele mandou lá alguém pintar aquilo. Mas já voltou outra vez as humidades (Deolinda, 58 anos, incapacitada, 2017)

Independentemente destes 7 entrevistados manifestarem uma disposição de ação mais conformista ou resiliente, a dificuldade de **projetar um futuro** sem a presença dos apoios sociais tende a ser transversal à diversidade de experiências

de vida encontradas. Expressões como “o futuro a Deus pertence”, “o futuro só Deus é que sabe” são comuns e tendem a ser como que uma espécie de refúgio para se confiar num destino mais ou menos traçado. Nalguns casos, ainda reside um certo otimismo, fruto também de se ter consciência de alguns projetos que foi possível concretizar:

Um dia há de surgir um emprego. Mas isso depende da saúde. É curar-me primeiro e depois ter o meu desejo: trabalhar e todos os dias chegar a casa. E depois é uma namorada, eu não vejo outra saída, não posso ficar sozinho a esconder-me. Tenho desejo de ter uma namorada. Eu consegui concretizar sair da rua. Foi o que consegui mesmo a 100%. Consegui também ter a minha higiene e o meu banho. Todos os dias dormir bem, alimentar-me. São coisas que eu sentia medo quando eu era criança. Não ter sítio para dormir, não ter comida. Porque são coisas que me faltaram desde criança. (Abu, 40 anos, incapacitado, 2017)

No plano idílico, ou seja, face à possibilidade de se poder vir a receber uma quantia considerável de dinheiro não deixam de surgir ideias por concretizar, aparecendo entre as prioridades a melhoria das condições habitacionais ou a construção de uma casa de sonho (casa de madeira), a resolução de problemas de emprego de familiares e a promoção da solidariedade com aqueles que mais precisam.

[aos netos] não era dar-lhes dinheiro, era dar-lhes uma ferramenta para eles trabalharem. Dinheiro não, porque o dinheiro fácil gasta-se depressa e também não se dá valor. Era pôr-lhes um estabelecimento bom, uma coisa boa. Uma coisa assim para eles trabalharem. Trabalharem e darem emprego também, darem emprego... E uma casinha para mim, também tinha direito, para não pagar renda. Uma casinha, não queria grande, uma pequenina. Punha uma pessoa lá a tomar conta de mim, uma companhia, era tratada como se fosse minha irmã, fosse quem fosse, desde que me respeitasse. Olhe, e ajudava assim a mais umas pessoas, mas com dinheiro não sei se ajudaria muita gente. (Deolinda, 58 anos, incapacitada, 2017)

3.2. *Em trânsito em busca de oportunidades*

O grupo de 6 entrevistadas que integram o perfil de *em trânsito em busca de oportunidades* apesar de apresentar uma diversidade de acidentes de percurso e de modalidades diferentes de inserção no mercado de trabalho, nada as parece impedir de crerem em si mesmas e na sua capacidade de resolução de problemas. Embora tenham rompido com algumas esferas das suas sociabilidades, contam ainda com uma rede familiar ativável que diminui o impacto da pobreza e exclusão social. Com idades compreendidas entre os 30 e os 62 anos, estas mulheres buscam oportunidades para se afastarem da dependência económica dos apoios sociais. Embora reconheçam ter dificuldades pela frente, conseguem desenhar o futuro em que reaverão a sua autonomia, e esse é o seu maior desejo.

À exceção de Filipa, a viver com o marido e o filho de 29 anos, todas as restantes mulheres integram agregados familiares com menores, sendo três destes agregados monoparentais (Ilda, Márcia e Sofia). As suas idades estão compreendidas entre os 30 e os 62 anos, tendo as duas mulheres mais velhas (Márcia e Filipa, respetivamente com 62 e 60 anos) o ensino secundário, Sofia, com 44 anos, o 3º ciclo do ensino básico e as restantes entrevistadas o 2º ciclo. Ilda, tal como Sofia, é mais uma mulher que já em plena idade ativa entra num percurso de qualificação escolar: encontra-se a fazer um curso de costura que lhe dará equivalência ao 9º ano.

Uma inserção laboral precária que não dispensa o apoio das políticas públicas

Verónica, atualmente com 30 anos, é a única pessoa deste grupo que se encontra excluída do **mercado de trabalho** por se encontrar grávida do quinto filho. O seu marido com um percurso profissional instável, do qual se conta apenas o registo de inserções pontuais na área da construção civil, em 2017, estava incapacitado por ter sido baleado nas pernas, numa rixa ocorrida no bairro social onde residem. Apesar deste agregado familiar ter quatro menores a cargo, Verónica considera que os apoios auferidos são adequados às suas necessidades e que atualmente não se considera pobre. Concretamente recebe: RSI (650€), abono de família (218€) e mais apoio para pagamento de água e eletricidade por parte da mãe e da sogra. Pensa que esta dependência dos apoios sociais será provisória até ambos os elementos do casal conseguirem encontrar um trabalho:

Até ao meu marido arranjar trabalho e eu aí deixo de receber, porque há mais pessoas com mais necessidades do que eu. Se o meu marido tivesse um trabalho em condições e eu também um trabalho fixo, eu deixava. Porque acho que não há nada melhor do que um trabalho. Fazer descontos, ter as nossas regalias, e tudo. Você recebe o RSI, não faz descontos. Daqui a amanhã, quer reformar-se e não tem direito a nada. Um trabalho, pouco ou muito, é sempre bom. Um trabalho sempre distrai a cabeça, sai-se um bocadinho do ambiente do bairro. Acho que um trabalho é bom. Preferia ter um trabalho do que o RSI, mas neste momento não consigo, não dá. (Verónica, 30 anos, cuidadora informal, 2017)

Tendo iniciado a relação com o RSI aos 22 anos, foi mantendo até 2014 uma relação oscilante com os dispositivos de assistência social, fruto das suas entradas e saídas dos trabalhos precários de limpezas que foi fazendo. A retoma do estatuto de beneficiária do RSI dá-se em 2016, depois de mais de um ano interrompido, mas compensado com o subsídio eventual de 300€ que auferiu.

Entre as restantes pessoas encontramos Márcia, a única com vínculo laboral, mas apenas trabalha 3 horas por dia, para uma empresa de limpezas. O trabalho a tempo inteiro de Filipa, a prestar cuidados a uma pessoa idosa dependente, e de Sofia, como taxista, contrasta com a irregularidade do trabalho de Ilda, trabalhos esporádicos de limpeza, confeção de comida para fora ou engomar roupa e, com as três horas semanais, três vezes por semana, de trabalhos domésticos que Carolina presta na casa de um particular.

Quadro 29 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades - vínculo e intensidade laboral

	Tempo no Trabalho_2017				Total
	Horas semanais	Irregular	Parcial	Tempo inteiro	
Com vínculo			Márcia		1
Sem vínculo	Carolina	Ilda		Filipa, Sofia	4
Total	1	1	1	2	5

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Uma análise diacrónica permite contactar uma melhoria generalizada entre as pessoas que integram este sub-grupo: aumenta o número de pessoas com trabalho (passa de 1 para 3) e diminuem as situações de intermitência com o mercado laboral (passa de 4 para 2).

Quadro 30 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades - Relação com o mercado de trabalho nos períodos em análise (2011 a 2014 e 2014 a 2017)

Período	Com trabalho	Intermitência	Sem trabalho
2011-2014	1 Ilda	4 Carolina, Filipa, Márcia, Verónica	1 Sofia
2014-2017	3 Filipa, Márcia, Sofia	2 Carolina, Ilda	1 Verónica

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A esta instabilidade e precariedade no trabalho soma-se o desemprego de elementos do agregado familiar (cônjuge ou filhos), tal como já tínhamos enunciado no ponto 2, deste capítulo. Uma leitura apenas quantitativa dos números do quadro abaixo, poderia parecer indicar que houve melhorias na inserção laboral de alguns dos elementos que compõem estas famílias. No entanto, estas situações, concretamente as de Sofia e de Márcia, traduzem alterações na composição do agregado familiar: Sofia deixou de coabitar com a filha que se encontrava desempregada e Márcia viu os seus três filhos emigrar para Inglaterra. Por outro lado, no caso de Filipa, se em 2014 o elemento em situação de desemprego do agregado familiar era o marido, em 2017, este já não se encontra em idade ativa e é o filho que passou à situação de desempregado. Constata-se, pois, que a situação económica efetiva destas famílias não melhorou pela redução do número de elementos desempregados, existindo outras variáveis que explicam a sua perceção de uma trajetória económica ascendente (5 em 6). Se para Filipa e Sofia o balanço positivo registado se prende com uma maior intensidade laboral, as restantes entrevistadas valorizam o aumento dos apoios sociais.

Quadro 31 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades:
Número de pessoas desempregadas na família

	Nº de Pessoas Desempregadas na Família				Total nº elementos	Total nº agregados
	NA	1	2	4		
2014	Ilda	Sofia, Verónica	Carolina, Filipa	Márcia	10	5
2017	Ilda, Sofia	Filipa, Márcia	Carolina, Verónica		4	4

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Interessa, pois, explorar com maior detalhe a relação destas mulheres com as políticas sociais, pois as situações contrastantes registadas do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho são também acompanhadas por uma grande diversidade de **relações com os dispositivos de assistência** e com o **número e tipos de apoios sociais** auferidos. De facto, se os parcos rendimentos do trabalho não permitem a estas entrevistadas garantir todas as suas necessidades, não lhes resta senão desenvolver múltiplas estratégias para a gestão da sua privação no quotidiano. E à semelhança do anterior grupo, para além de a estratégia institucional e dos apoios sociais serem cruciais, também neste grupo assume igual preponderância o peso da estratégia solidária, mas a hipotecada tem um peso menor.

À exceção da situação de Márcia que em 2017 já não auferia qualquer tipo de apoio, todas estas mulheres contam com o apoio das políticas sociais para complementar os rendimentos do trabalho. No entanto, entre 2011 e 2017, encontram-se diferentes tipos de situações relativamente à permanência no RSI:

- Ilda passou a auferir outro tipo de prestações (conseguiu obter, por parte da Segurança Social, a pensão de alimentos do filho de pai incógnito e mantém a pensão de viuvez);
- A alteração da composição do agregado familiar de Márcia (os filhos emigraram para Inglaterra) e, no caso de Sofia, o início da atividade profissional de taxista e o valor que passou a receber da pensão de alimentos dos filhos colocaram estas mulheres sem condições de elegibilidade à medida;
- Verónica teve um período sem receber por terem identificado descontos para a segurança social de rendimentos do trabalho auferidos pelo marido, passando posteriormente a beneficiária;
- Filipa e Carolina mantêm-se na medida desde 2014.

Se Márcia e Sofia interrompem a relação com os dispositivos de assistência, Sofia apenas conta com o abono de família. Existem, contudo, outros casos em que os rendimentos do trabalho informal conseguem ser complementados com outras prestações (Carolina, Filipa e Ilda). Carolina e Filipa com o RSI e Ilda com a pensão de viuvez são exemplos de como as prestações pecuniárias, mesmo no caso de pessoas com rendimentos do trabalho, desempenham um papel fundamental na estabilização à sobrevivência.

Eu quando os pedi senti mesmo que estava com necessidade. Já estava sem água, sem luz e já tinha rendas em atraso. Senti mesmo que se eu não recorresse, eu iria para a rua, ou já estava a viver em casa de alguém. Iria ser tudo muito diferente. O meu marido teve muita vergonha. Ainda hoje tem. (Carolina, 47 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Um traço comum a estas três entrevistadas (Carolina, Filipa e Ilda) reside no pouco contacto que vão mantendo com a assistente social. Filipa em dois anos diz ter conhecido três técnicas e embora reconheça que são simpáticas, não sente que lhe resolvam o seu problema de privação económica, nem na identificação de uma melhor oportunidade na área do emprego:

Não, claro que não [resolvem o meu problema]. Fazem só uma declaração do que estou a dizer e enviam para a Segurança Social e dizem para voltar depois de um ano pela mesma altura. [No rendimento social de inserção havia umas ações que tinham de ser cumpridas. No seu não põem nada?] Não. Só dizem para procurar emprego. (Filipa, 62 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Carolina, por seu lado, regista positivamente o aumento do valor do RSI:

O RSI são 620€. Subiu. Foi o governo que me deu. Ele sabia que eu merecia. [Mas foi para todos...] Sim, para todos. Eu até fiquei bastante surpreendida. [Então como é que acha que melhorou?] Eu sinto que já não tenho necessidade de pedir dinheiro para a luz, que era das coisas que eu mais pedia à minha mãe. E para a água. Isso deixei de pedir. Melhorou isso. E sobra mais uns troquinhos para comprar qualquer coisa que eles gostem. (Carolina, 47 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Quadro 32 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades - evolução do tipo de apoios sociais (2011-2017)

Tipo de apoios sociais	Em trânsito em busca de oportunidades		
	2011	2014	2017
Prestações substitutivas/complementares de rendimentos do trabalho	4 Ilda, Márcia, Sofia, Verónica	3 Carolina, Filipa, Márcia	3 Carolina, Filipa, Verónica
Pensões (invalidez/viuvez)	2 Ilda, Filipa		
Prestações familiares	5 Carolina, Filipa, Márcia, Sofia, Verónica	4 Carolina, Ilda, Sofia, Verónica	
Prestações de Ação Social	1 Verónica	1 Márcia	
Habitação social	2 Carolina, Ilda		
Géneros	1 Filipa	2 Márcia, Verónica	1 Carolina
Sem apoios			Márcia

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Estamos perante situações muito distintas do ponto de vista dos **rendimentos** destes agregados, bem como do seu padrão de despesas, nomeadamente pelo peso distinto das despesas com a habitação, consoante a área de residência e de ser ou não beneficiário de habitação social. Filipa, sendo aquela que consegue garantir um nível de rendimento mensal *per capita* mais elevado (cerca de 400€), é a que tem a renda de casa mais elevada (450€) e deixou de contar com o apoio do filho, desempregado há mais de um ano, e do pai que a apoiava com géneros alimentares. Sofia e Márcia, também arrendatárias no mercado privado de habitação apresentam rendimentos *per capita* mais baixos, 220€ e 135€, respetivamente, pagando valores inferiores de renda. Sofia, em 2017, optou por ir residir para o Seixal, onde paga 350€ de renda e a água é mais barata face a Loures. Márcia, depois de ameaçar sair de uma casa com vários problemas de habitabilidade, passou de 450€ para 400€ de renda.

A relação com os dispositivos de assistência e estratégias de gestão da privação

Dentro deste subgrupo, encontramos Carolina e Ilda com uma relação mais prolongada com os dispositivos de assistência (mais de 10 anos), ao passo que Filipa, Márcia, Sofia e Verónica têm um percurso mais recente.

Para a maioria das entrevistadas, até 2014, a relação que mantinham com os dispositivos de assistência era avaliada negativamente, no entanto, a apreciação para o período 2014-17 aparece positiva nos casos de Márcia e passa a ter uma conotação neutra nos casos de Filipa e Verónica.

Quadro 33 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades: evolução da avaliação da adequação dos apoios sociais e da relação com os dispositivos de assistência (2011-2017)

Pseudónimo	Autoperceção sobre a adequação dos apoios			Autoavaliação da relação com dispositivos de assistência	
	2011	2014	2017	Até 2014	2014-2017
Ilda	Dissonância	Consonância	Consonância	Não aparece nos discursos	Não aparece nos discursos
Carolina	Dissonância	Dissonância	Dissonância	Aparece e é negativa	Não aparece nos discursos
Filipa	Dissonância	Dissonância	Dissonância	Aparece e é negativa	Aparece e é neutra
Márcia	Dissonância	Dissonância	Dissonância	Aparece e é negativa	Aparece e é positiva
Sofia	Dissonância	Dissonância	Dissonância	Aparece e é negativa	Não aparece nos discursos
Verónica	Dissonância	Dissonância	Consonância	Aparece e é negativa	Aparece e é positiva

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Márcia já em 2014, depois de ultrapassar uma fase de resistência na adesão aos apoios sociais, relatava a inevitabilidade de ter de recorrer aos dispositivos de assistência, apontando, no entanto, com desconforto a invasão da privacidade e a perda de dignidade. O depoimento recolhido em 2017 continua a revelar o mesmo tipo de desconforto, mas o facto de ter encontrado trabalho pelos seus

próprios meios e de acreditar que a sua força de vontade e competências ainda lhe permitirão vir a conseguir melhorar a sua situação económica, levam-na a fazer um balanço mais positivo em ter um trabalho, mesmo auferindo um rendimento muito baixo, em detrimento de depender do RSI para a sua sobrevivência.

A única coisa que eu queria mesmo era uma ajuda só para a renda da casa e pronto. Porque isto de ter inserção é muito chato e complicado, apresentações, reuniões e não sei quê, sempre a preencher papéis e coisas. Pronto, o que eu gostava mesmo era de uma ajuda para a casa, que me arranjassem uma casa, pronto, uma casa melhor que esta. Isto aqui não é uma casa. Isto era um sótão. Aqui nem se pode andar em pé, temos que andar todas curvadas. É bichos por todo o lado nem uma janela posso abrir porque me entram ratos pela janela. É, ratos, é aranhas, é lagartixas, é moscas, é mosquitos. Eu fico louca! (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

O seu discurso é muito claro relativamente às implicações que os vários benefícios sociais têm na vida das pessoas e de como uma área crítica das políticas públicas, como a habitação, coloca esta entrevistada numa situação de grande vulnerabilidade emocional e privação económica. Efetivamente, considera que não tem “perfil” para adquirir o estatuto de beneficiária do RSI ou de outros apoios sociais que exijam uma relação próxima com os dispositivos de assistência. Esta era a situação que a incomodava em 2014 e que a fazia avaliar negativamente a relação com a assistência. Hoje, retrospectivamente, avalia de forma positiva:

A assistência social foi uma ajuda porque se não fosse ela eu não tinha emprego, não tinha conseguido alugar esta casa. Porque davam-me metade da renda. (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

No entanto, continua a considerar que a melhoria da sua situação passaria por ter um apoio na área da habitação. Entre 2011 e 2014, Márcia ainda se candidatou três vezes para aceder a uma habitação social em Lisboa, mas os pedidos foram indeferidos. Apesar da assistente social ter reforçado a necessidade de renovação do pedido, Márcia desistiu. Ainda tentou Odivelas, mas a assistente social do município desmobilizou-a da eventual mudança residencial para o concelho.

E sabe uma coisa a que eu assisti a última vez em que eu fiz o meu pedido à Câmara? Eles disseram para eu ir a Odivelas que era mais fácil. O meu filho mais velho foi fazer o pedido da casa, veio a assistente social e disse que não tinha mais

casa nenhuma. Nós fomos por causa de um colega do meu filho, porque ele disse: “Olha, eu meti os papéis e já me deram uma casa, 7 euros por mês de renda. Por isso vocês vão lá”. Nós fomos disseram-nos logo que não tinham mais casas. Chegou um senhor de cor, mesmo ao nosso lado e ela (a assistente) correu logo e perguntou o que é que vinha fazer se vinha tratar dos documentos para meter para pedir uma casa. Ela deixou-nos ali e foi lá dentro a correr buscar os papéis, ficou com ele a preencher os papéis, e nós ali. Nem acabou a entrevista connosco... O homem teve direito a casa, para ele houve casa (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Márcia é uma das pessoas do painel com uma das relações mais curtas com os dispositivos de assistência. Recorde-se que o seu incidente crítico acontece em 2008 com a separação do marido, depois de 25 anos de casamento e sem nunca ter trabalhado. Este expulsa-a de casa e juntamente com os seus quatro filhos maiores vão viver com o padrasto de Márcia que se encontrava doente. Em 2011 começa a receber RSI e após o falecimento do seu padrasto, em 2012, encontrou a casa onde atualmente reside. Entre 2011 e 2014 fez vários cursos de formação profissional. Apesar de gostar do convívio proporcionado, os cursos não tiveram qualquer impacto na sua empregabilidade e apenas os frequentou por receio de perda do RSI. Em 2017 refere que “qualquer curso está fora de questão. Não vale a pena pensar em cursos. Eu não posso perder esse tempo.” No fundo, não pode perder “esse tempo”, pois na sequência da emigração dos seus três filhos para Inglaterra que lhe enviam 200€ mensais e de ter passado a receber 200€ pelo trabalho de limpezas, deixou de reunir condições de elegibilidade aos apoios sociais e “todo o tempo” terá de ser dedicado a incrementar o seu rendimento mensal. Ainda equaciona tirar um curso de inglês, pois no fundo, neste momento, o seu sonho passa por “conseguir sair daqui para Inglaterra. Tenho fé em Deus”¹².

Em 2017, Márcia sentia que ela e a sua filha estavam completamente “isoladas”, não contando com qualquer apoio da rede informal e afirmando inclusivamente que não tinham amigos. Durante a semana, quando já não tem dinheiro pede fiado na mercearia local e há momentos do mês que ela e a filha não jantam. Já foi vendendo alguns bens pessoais para poderem ir sobrevivendo e o próximo parece ser um dente de elefante:

“Já tive que vender coisas de casa para pagar a renda e manter despesas. Por exemplo este dente [de elefante] quase que o vendo agora. Se não fosse ele [ex-marido] mandar-me alguma coisa este mês este dente já tinha voado! Este

¹² Dois dos três filhos de Márcia emigraram para Inglaterra em 2015 e um em 2016. Encontraram trabalho na área da prestação de cuidados de saúde. Em Portugal iam fazendo trabalhos precários e esporádicos em *call centers*, tendo um dos filhos ficado com uma infeção grave num dos ouvidos, devido à má higienização dos equipamentos.

mês não tinha mesmo como me virar. Esse dente está aí guardado mesmo para um caso de necessidade.” (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Quadro 34 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades: evolução das estratégias de gestão da privação (2011-2017)

Estratégias de gestão da privação	Anos	em trânsito em busca de oportunidades (6)	Entrevistadas
Institucional	2011	6	Todas
	2014	6	
	2017	5	Todas exceto Márcia
Solidária	2011	6	Todas
	2014	6	
	2017	5	Todas exceto Ilda
Hipotecada	2011	1	Filipa
	2014	3	Filipa, Sónia, Verónica
	2017	2	Márcia, Sónia

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

No seio do grupo destas 6 mulheres, Ilda e Verónica são as únicas que em 2017 consideram que os apoios auferidos estão em consonância com as necessidades sentidas e também elas (2 de 3) passaram a considerar-se não pobres. Verónica considera que a sua vida melhorou dado estar a receber RSI, no valor de 650€, complementado com 218€ do abono de família e mais apoio para pagamento de água e luz. O rendimento mensal é suficiente para si e para a sua família, contando ainda também com a ajuda da mãe e da sogra. Já Ilda conta com uma bolsa por se encontrar a fazer um curso de costura que lhe dará equivalência ao 9º ano. Para além dos rendimentos provenientes de reforma de viuvez, pensão de alimentos do filho e abono de família, vai fazendo alguns trabalhos esporádicos que lhe dão algum dinheiro complementar. Recusa perentoriamente pedir apoio institucional e diz também não contar com ninguém. Vai conseguindo gerir a sua vida por ela própria, poupando para cada objetivo que tem: “eu luto pelas coisas e consigo!”.

O caso de **Ilda** pode aqui ser convocado pela ambivalência subjacente à recusa de apoios institucionais, quando ao longo do seu percurso de vida vemos o papel das políticas públicas a servirem de rede fundamental para a superação das suas dificuldades.

Em 2011, Ilda incluía-se neste perfil de pessoas em situação de pobreza episódica por ter revelado que o seu incidente crítico se deveu a “ter caído na droga e na prostituição”, em 1998, na sequência do seu marido, toxicod dependente ter falecido. No entanto, tudo tem feito para ultrapassar as dificuldades e construir uma nova vida. Veio para Lisboa com o pai aos dezasseis anos e não fez mais do que o 8º ano de escolaridade. Foi por essa altura que se perdeu. Apaixonou-se, casou-se aos 19 anos e teve três filhos. Estes tempos são nebulosos, mas sabemos que o marido era toxicod dependente e esteve preso pouco tempo após o casamento, que Ilda trabalhou como socorrista e que ficou viúva em 1998. Nessa altura, foi a sua vez de cair nas drogas. Os filhos, esses, foram viver com a avó materna no Algarve. Tentou uma comunidade terapêutica, mas fugiu. A prostituição tornou-se inevitável. E foi nessa altura que se deu o acontecimento que lhe permitiu mudar a vida: engravidou do seu filho mais novo.

Quando o filho nasceu, foi-lhe retirado. E aí começou a sua luta. Viveu na rua e em albergues, pediu ajuda a uma associação para ter o filho de volta e através de um programa de metadona libertou-se da droga. Ilda recuperou o filho e começou a viver numa casa cedida pela Câmara através dessa associação, um ano após ter iniciado o processo. Há aí uma história confusa de uma alegada fraude e da intervenção da então provedora da SCML, que terá culminado na nova casa de habitação social na Ameixoeira onde ainda hoje vive com o filho mais novo. No entanto, já que a atual casa não permite o acesso do seu filho mais velho que, institucionalizado em Borba depois de um acidente aos 23 anos que o deixou paraplégico, se desloca em cadeira de rodas.

Os outros dois filhos moram ainda com a avó materna, com quem Ilda tem uma má relação. Ilda vive com as sequelas dos seus anos sombrios – a culpa pelo abandono dos filhos, a seropositividade, a hepatite C. Apesar do restante apoio familiar ter sucumbido às suas escolhas erradas, Ilda tem ainda o filho mais novo. Foi por ele que se recuperou, que lutou para ter casa, que obteve inicialmente o RSI, que vai tendo alguns trabalhos esporádicos e outros mais permanentes e que conseguiu obter da Segurança Social a ‘pensão de alimentos’ para o filho, registado como filho de pai incógnito.

Hoje, com 48 anos, continua no perfil de trabalhadora pobre, tendo deixado o “estatuto” de desafiada já em 2014.

Figura 13 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades - Trajetória de vida de Ilda: de desafiada a trabalhadora pobre

Ilda						
Percurso educacional e profissional	8º ano	Trabalha como socorrista	Prostituição	Trabalhos esporádicos de limpeza. Recuperação e venda de móveis	Trabalho regular de limpezas	Curso de costura com equivalência 9º ano. Trabalhos esporádicos (limpeza, comida para fora, engomar roupa)
Local residência	Alentejo	Lisboa	Rua e Albergues		Ameixoeira	
Apoios Sociais	Sem apoios sociais				Pensão de viuvez	
				Apoio de uma instituição para recuperar o filho e acesso a casa. Frequência de programa de metadona. RSI		Pensão de alimentos da Segurança social para filho
						Bolsa da formação profissional

Ilda						
Incidentes Críticos /momentos chave de inflexões de percurso		Casa-se. Marido toxicodependente, tem 3 filhos: 1 tetraplégico institucionalizado e 2 a residir com a mãe	Falecimento do marido. Início do consumo de drogas. VIH e hepatite C	Nascimento do filho. Retirada do filho		
Idade	16 anos	16-30 anos	30-33 anos	33 anos	33-43 anos	43-47 anos
Data	1968-1984	1984-1998	1998-2001	2001	2001-2011	2011-2016
						2016-2017
						47-48 anos

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Sofia é outro caso que tem de ser convocado para uma maior descrição, já que depois de um período de rutura familiar e de problemas de saúde graves, encontra-se num percurso ascendente com vista à autonomização dos apoios sociais, desde que a sua condição física não se venha a agravar. Efetivamente, em 2017, já não se considerava pobre e, em termos institucionais, apenas contava com o abono de família. Da sua rede informal, referia o apoio emocional dos filhos e o apoio monetário pontual de familiares.

Aos 16 anos, com o 8º ano, começa a trabalhar numa pizzaria e sempre que consegue garantir melhores condições laborais, vai mudando de ocupação: restaurantes, escritório de advogados, taxista. Com o nascimento da quarta filha, aos 22 anos, é-lhe diagnosticado um problema cardíaco que a impossibilita de trabalhar. Sem direito a subsídio de desemprego, segundo a própria, injustamente, e apenas dispondo do salário de taxista do marido para um agregado familiar de seis pessoas, resta-lhe recorrer ao Rendimento Social de Inserção até que o seu estado de saúde melhore, o que apenas acontecerá por via de um transplante de coração. Apesar de doente, e com o 3º ciclo incompleto, Sofia, por iniciativa própria e por razões de autoestima, decide voltar a estudar e conclui o 3º ciclo ao abrigo do Programa Novas Oportunidades.

Em 2014, já sem RSI e a viver em Loures numa casa arrendada a pagar 465€ separa-se do marido. A situação de privação económica era grande, mas contava com o apoio da família e amigos. Depois de alguns meses de litígio com o marido para conseguir a pensão de alimentos, consegue passar a receber mensalmente 240€. Concluída a certificação para ser taxista, inicia, em 2014, a atividade por conta de outrem, mas sem vínculo laboral. Decide mudar de residência para o Seixal, onde paga 350€ de renda e a água é mais barata face ao anterior local de residência. Apesar de estar a ser seguida em cardiologia e pneumologia, considera que o seu estado de saúde está estável. No entanto, sente arritmias quando se encontra a trabalhar, atribuindo à má alimentação e a não priorizar a compra dos seus medicamentos, mas sim os dos filhos que sofrem de alergias. Gostava de fazer o 12º ano, aprender inglês e ir de férias com os filhos. Em termos laborais preferia trabalhar na área do secretariado ou ser comercial, pois seria mais benéfico para a sua saúde.

Figura 14 – Pobreza episódica | Em trânsito em busca de oportunidades
Trajetória de vida de Sofia: de incapacitada a trabalhadora pobre

Sofia				
Percurso educacional e profissional	3º ciclo incompleto	Conclusão do 3º ciclo nas Novas Oportunidades	Curso de Certificação para taxista	Início da atividade de taxista por conta de outrem (sem vínculo)
Local residência	Arredores de Lisboa	Ameixoeira (compra de casa)	Loures	Seixal
Apoios Sociais		RSI		
		Abono de família		
Incidentes Críticos		Problema de coração. Deixa de trabalhar	Separação do marido	
Idade		22	40	44
Data	1973	1995	2013	2017

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A hipótese levantada no anterior grupo de entrevistados relativamente à correlação entre uma apreciação mais positiva da relação com os dispositivos de assistência e uma manifestação de níveis de confiança mais elevados nas instituições com a atribuição de prestações de ação social, tende aqui a ser corroborada. Apesar do papel das políticas públicas também aqui ter algum peso e de se reconhecer, em algumas situações, a importância desempenhada em momentos críticos do percurso de vida, estas mulheres manifestam um nível de confiança nas instituições fraco ou inexistente. Embora refirmem que participam nos atos eleitores (exceção recai apenas em Márcia), esta participação representa, em alguns casos, um carácter instrumental:

Voto sempre naquele mais pequenino, que eu sei que não vai ganhar. Mas voto sempre. Só voto porque se eu precisar de alguma coisa da Junta eles vão ver se eu voto ou não. Voto sempre só por isso, mas nunca voto naquele que eu sei que vai ganhar ou que possivelmente pode ganhar. Não está lá nenhum que eu me arrependa de o ter lá posto. Porque eu não confio em nenhum. (Carolina, 47 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Embora a **confiança interpessoal** manifestada por estas pessoas seja, ao longo dos anos, tendencialmente fraca, elas mantêm, nem que seja pontualmente, o apoio monetário (em forma de doação ou empréstimo) ou o apoio em géneros de familiares, amigos e vizinhos.

Se um dia me falha [o RSI] está tudo estragado. É a minha base e dentro disso vou gerindo. Uma vez por outra vou pedir alguma coisa à minha mãe. Tenho uma irmã no Forte da Casa que volta e não volta traz-me alguma coisa. Estas 3 horas que faço a senhora paga as horas e sempre vai dando uma coisa ou outra de comida porque ela sabe da nossa situação. [Quanto é que recebe?] [5€ à hora. Ela também vê que não me está a pagar muito e tenta compensar-me. Quando sente dificuldades em pagar as suas despesas como é que procura ajuda?] Ligo para lá, para a companhia. Ainda no mês passado liguei por causa da luz. Liguei a dizer que tinha dificuldades em pagar e eles metem-me um bocadinho a mais nas faturas seguintes. (Carolina, 47 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Filipa e Ilda estão apreensivas face ao futuro e Carolina, embora reconheça que a melhoria da sua situação passaria por ela e o marido encontrarem um trabalho, prefere não pensar como será a sua vida daqui para a frente.

A apreensão de Filipa face ao **futuro** decorre da precariedade da sua inserção laboral. A trabalhar a tempo inteiro, mas sem vínculo, e sendo a única pessoa do seu agregado familiar a trabalhar, não sabe como conseguirá vir a sustentar a sua família, caso a pessoa a quem presta cuidados vá para um lar. Com 62 anos e manifestando já alguns problemas de saúde, apenas vislumbra como alternativa possível ser empregada doméstica, não equacionando sequer como será a sua vida quando já não tiver capacidade para exercer uma atividade profissional:

Se o senhor for para um lar é mesmo muito complicado. Não sei se terei de entregar a casa. Ou então é assim, como eu não costumo desanimar é questão de ver mais umas horas aqui ou acolá, mas claro que não era isso que eu desejava para a minha vida, andar a fazer limpezas, mas teve de ser! (Filipa, 62 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Ilda, por seu lado, está apreensiva porque apesar de se achar lutadora para conseguir concretizar os seus objetivos de vida, acha que todas as dimensões

da sua vida que dependerem do sistema não melhorarão. No fundo, não vislumbra um futuro promissor para si e para os seus filhos, principalmente para o filho portador de deficiência, pela falta de respostas sociais adequadas.

Já Carolina, com o marido desempregado e ela com uma intensidade laboral muito baixa, considera que o melhor é nem pensar como será o futuro, centrando a sua vida na gestão do quotidiano:

As melhoras virão. Eu costumo dizer-lhe ao fim do dia quando vou para a cama: o dia de hoje já foi. Amanhã logo se vê. Tem de ser um dia de cada vez. Agora fui umas horinhas a casa da Vera e ela deu-me 10€ e estes 10€ já vão dar para o pão e outras coisas que nós precisamos. Quem se contenta com a sorte é feliz até à morte. E eu acho que estou contente com a minha. [Quais acha que são as suas competências mais fortes?] Gosto mesmo de ser mãe. Eu não lhe vou dizer que tenho objetivos porque não os tenho. Não os vejo à minha frente. (...) Acho que as pessoas sem trabalho, sem uma base, nunca conseguem pensar no que querem fazer, nunca conseguem dar o salto. Por exemplo, se eu ganho 800€ por mês e o meu marido ganha 900€. Ao fim do mês dá para isto e isto e pensamos: já podemos fazer aquilo. Mas se não há essa base, nunca vamos pensar no que queremos ou deixamos de querer. (Carolina, 47 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Filipa, Ilda e Sofia são as únicas destas 6 mulheres que manifestam ter concretizado alguns dos seus projetos, sobretudo, porque a sua capacidade de ação e resiliência lhes permitiram sair da situação de inatividade face ao trabalho e minimizar o impacto de alguns dos seus problemas de saúde na esfera do trabalho.

O conjunto destas mulheres tem sempre centrado as suas **estratégias de ativação** pelo emprego ou conjugado a inserção no mercado de trabalho com investimentos noutros domínios das suas vidas, como é o caso de Ilda, Carolina, Márcia, Sofia e Verónica. Na Fase II do Barómetro, a maioria destas mulheres estava desempregada o que explica a aposta em estratégias de ativação que não passavam exclusivamente pelo emprego.

Apenas no caso de Sofia a estratégia de qualificação teve impacto direto na sua inserção profissional. Ilda, por seu lado, tem vindo a aumentar os seus níveis de escolaridade, sem, no entanto, se repercutir na sua forma de inserção no mercado de trabalho, nem na forma como vai perspetivando o futuro com vista à melhoria das suas condições de vida.

O quadro abaixo permite constatar, ao longo do tempo, a centralidade da dimensão do trabalho quando estas entrevistadas perspetivam o futuro. A única exceção vai para Ilda, ex-desafiada, que conseguindo ir desenvolvendo algumas atividades que lhe garantem alguns rendimentos, valoriza outros aspetos que tendem para uma melhoria do seu estado emocional. Importa também destacar, em 2014, o caso de Filipa, onde se destaca o suporte da rede informal, nomeadamente através da possibilidade de ir viver para uma outra localidade onde o pai tem uma casa, caso não venha a conseguir a desejada inserção profissional. Márcia, com um percurso migratório em África e Brasil, vai manifestando a possibilidade, tanto em 2011, como em 2017, de emigrar.

Quadro 35 – Pobreza Episódica | Em trânsito em busca de oportunidades – perspetivas para o futuro

	Perfil 2017	Perspetiva 2011	Perspetiva 2014	Perspetiva 2017
Ilda	Trabalhadores pobres	Obter da Segurança Social pensão de alimentos para o filho mais novo. Ir para o Alentejo ou para África com o filho mais novo	Ter paz interior e capacidade de vir a viver com os seus dois filhos que vivem com a mãe e um numa instituição	Poupar dinheiro para concretizar alguns desejos (ex. visitar a irmã na Holanda) Completar 9º ano
Carolina	Trabalhadores pobres			Encontrar trabalho para si e para o marido
Filipa	Trabalhadores pobres	Ter trabalho a meio tempo e mudar para uma casa melhor	Mudar para uma casa que o pai tem numa aldeia em Famalicão, caso não encontre trabalho. Trabalhar como empregada doméstica	Trabalhar como empregada doméstica, caso venha a perder o atual trabalho
Márcia	Trabalhadores pobres	Continuar a procurar trabalho e gostaria de ser empregada de escritório. Ter acesso a habitação social	Emigrar para um país tropical e abrir um negócio por conta própria.	Emigrar para Inglaterra para junto dos 3 filhos e trabalhar como empregada doméstica ou na prestação de cuidados. Ter apoio social para habitação Tirar curso de inglês
Sofia	Trabalhadores pobres	Montar um negócio para poder gerir e não depender muitos esforços que ponham em causa a sua saúde	Tirar um curso (CAP) que permita ter a atividade de taxista Prosseguir os estudos até ao 12º ano	Prosseguir os estudos até ao 12º ano Fazer um curso de inglês Encontrar trabalho na área comercial ou secretariado
Verónica	Cuidadoras informais	Acabar formação	Tirar carta de condução	Encontrar trabalho para si e para o marido

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Como se constatou, o exercício de uma atividade profissional está presente no quotidiano destas mulheres. No entanto, as condições em que exercem as suas profissões (informalidade, intermitência, penosidade, fraca intensidade...) fazem com que continuem a centrar as suas estratégias de ativação e as perspetivas de melhoria das suas condições de vida na integração no mercado de trabalho. São também as condições de exercício destas profissões que as impedem de se soltar das amarras da assistência e quando isso ocorre, como vimos no caso de Márcia, não significou que tivesse encontrado uma via satisfatória de obtenção de recursos.

Os casos aqui relatados permitem questionar a qualidade das medidas de ativação, já que a permanência relativamente prolongada na assistência social tende a corroborar a ideia de que se trata de um efeito “quer da ausência de políticas ativas de emprego eficazes, quer das estratégias dos beneficiários que, face à baixa generosidade dos benefícios assistenciais, procuram combinar as prestações assistenciais com os recursos provenientes de empregos informais, dando origem a um *mixed use of welfare resources and informal jobs* (Gustafsson et al., 2002:231) que tende a reproduzir-se num ciclo pouco virtuoso” (Branco, 2015: 236).

C. Percursos de Pobreza Oscilantes

1. Estabilidade de perfil: manutenção da relação com o trabalho

A não linearidade dos percursos de pobreza constitui uma das características dos processos de vulnerabilidade. No painel do Barómetro identificam-se 13 pessoas cujas trajetórias foram percecionadas pelos próprios, em 2011, como sendo marcadas pela oscilação entre períodos mais difíceis e fases durante as quais foi possível melhorar as suas condições de vida.

Neste segmento encontram-se 4 homens e 9 mulheres, com idades compreendidas entre os 39 e 63 anos de idade. As baixas qualificações caracterizam uma parte significativa dos elementos deste grupo (9) que não prosseguiram além do 1º ciclo, embora dois tenham o 2º ciclo e dois tenham atingido o 3º ciclo de escolaridade.

As zonas de residência mantiveram-se inalteradas para 10 entrevistados deste grupo (5 residentes nas freguesias de Marvila e Santa Clara e 4 residentes em Santa Maria Maior). No entanto, três pessoas saíram das suas habitações arrendadas na Zona Histórica para as freguesias do Beato e Penha de França e uma emigrou para Inglaterra.

Embora a maioria carregue consigo uma herança de vulnerabilidades vivida pelos seus pais, existem três (Antero, Miguel e Rita) onde não se observa exclusão intergeracional.

Do total dos 13 entrevistados que têm vivenciado as situações de pobreza de uma forma oscilante, 9 mantiveram os seus perfis sociais sendo, com exceção de Antero, trabalhadores pobres cujos rendimentos não têm sido suficientes para a saída da zona de vulnerabilidade.

Entre os que alteraram o seu perfil social, entre 2014 e 2017, encontram-se Valentina e Teolinda, ambas no final da sua vida ativa (com 63 e 57 anos, respetivamente) que entraram numa situação de desemprego, embora em contextos muito diferenciados, passando de trabalhadoras pobres a desempregadas.

Também Pedro, que viu a sua vida melhorar na medida em que após vários anos desempregado, conseguiu encontrar um trabalho, alterou o seu perfil social e, Amélia, cuidadora desde 2011, imigrou e é hoje uma trabalhadora pobre.

Embora adiante exploraremos os incidentes críticos e os fatores que mantêm este conjunto de pessoas em situação de vulnerabilidade social, verifica-se a partir das variáveis de caracterização uma forte ligação entre a natureza das situações oscilantes e as baixas qualificações escolares e profissionais que os constroem no acesso a segmentos do mercado de trabalho com maior estabilidade e retorno económico.

É, ainda, relevante, que no percurso de vida de 9 destes 13 entrevistados tenham existido períodos nos quais se observaram situações de estabilidade laboral (mais de cinco anos a trabalhar para o mesmo empregador) que possibilitaram, em determinados momentos, melhores condições de vida.

Este grupo é, assim, constituído por 10 trabalhadores pobres, 1 incapacitado e 2 desempregados.

Apesar das alterações referidas, entre 2014 e 2017, a que acresce apenas uma entrevistada cuja pertença à esfera do trabalho se alterou entre 2011 e 2014 (o caso de Camila que em 2011 era incapacitada por motivos de saúde e, em 2014, ultrapassou os seus problemas tendo conseguido trabalho na área das limpezas), verificamos a estabilidade do perfil social de 8 pessoas com percursos de pobreza oscilantes nos perfis encontrados em 2011.

Quadro 36 – Pobreza oscilante | Entrevistados por perfil social (2011, 2014 e 2017)

Nome	Idade	Perfil 2011	Perfil 2014	Perfil 2017
Antero	41	Incapacitado	Incapacitado	Incapacitado
Miguel	37	Trabalhador Pobre	Trabalhador Pobre	Trabalhador Pobre
Rita	58	Trabalhador Pobre	Trabalhador Pobre	Trabalhador Pobre
Alda	54	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre
Camila	61	Incapacitada	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre
Julieta	51	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre
Maria da Graça	59	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre
Elvira	43	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre
Roberto	38	Trabalhador Pobre	Trabalhador Pobre	Trabalhador Pobre
Valentina	63	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre	Desempregada
Teolinda	57	Trabalhadora Pobre	Trabalhadora Pobre	Desempregada
Amélia	37	Cuidadora	Cuidadora	Trabalhadora Pobre
Pedro	53	Desempregado	Desempregado	Trabalhador Pobre

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

2. Causalidades, Responsabilização e Estratégias

Os problemas identificados em 2017 e o seu *locus* não deverão ser dissociados das causalidades que colocaram estas pessoas em situação de vulnerabilidade. Estas causalidades constituem situações reveladoras das flutuações nas biografias individuais marcadas por incidentes críticos, em consonância com a natureza oscilante da situação de pobreza percecionada pelos entrevistados que compõem este grupo.

O exercício diacrónico das causalidades para a situação de pobreza identificadas, em 2011, pelos entrevistados deste conjunto, possibilita elencar um conjunto de problemáticas:

- ▶ Baixos salários (Miguel, Amélia, Alda, Julieta, Elvira, Roberto, Valentina, Maria da Graça);

- Diminuição dos recursos financeiros na família por situações de desemprego, doença ou separação (Antero, Miguel, Rita, Alda, Camila, Julieta, Elvira, Valentina);
- Despedimento (Alda, Pedro, Roberto, Valentina);
- Problemas de saúde (seus ou de familiares) que condicionam negativamente uma maior intensidade de trabalho para auferir mais rendimento (Roberto, Valentina, Maria da Graça);
- Cuidados com menores, incompatíveis com horários de trabalho (Amélia, Camila);
- Problemas de saúde (seus ou de familiares) que impediram a (re) integração no mercado de trabalho (Antero, Camila);
- Endividamento (Rita, Pedro, Teolinda);
- Elevadas despesas de habitação e problemas de acesso à habitação com apoio público (Miguel, Alda);
- Problemas com a Justiça - detenção (Teolinda).

Como já descrito nas publicações anteriores, os baixos rendimentos constituem uma das razões que mantêm as pessoas em situação vulnerável, sobretudo quando associados a outros incidentes críticos. Estes rendimentos são ainda mais insuficientes quando se trata de trabalhos a tempo parcial e sem qualquer tipo de vínculo laboral. De acordo com as estatísticas europeias, 10,9% dos trabalhadores portugueses encontra-se em risco de pobreza¹³. Será, no entanto, importante referir que uma parte dos entrevistados do Painel do perfil social «Trabalhadores Pobres» não é considerado nestas estatísticas, dado que as suas ocupações profissionais não têm quaisquer vínculos formais com empregadores, bem como contribuições para a Segurança Social.

Entre os 10 trabalhadores pobres que constituem este grupo, 7 (Amélia, Maria da Graça, Alda, Miguel, Pedro e Julieta) têm vínculo laboral com a sua entidade empregadora, e 3 (Camila, Roberto e Elvira) não possuem qualquer contrato¹⁴.

Importa referir que os incidentes críticos com os quais as pessoas se deparam em determinados momentos dos seus percursos de vida são, genericamente, acompanhados por outros cujos impactos negativos são cumulativamente exponenciados.

13 EAPN, 2017, Indicadores Sobre a Pobreza – Dados Europeus e Nacionais, maio de 2017, consultado em <http://www.eapn.pt/documento/531/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>

14 Exclui-se desta contabilização Rita que tem um negócio por conta própria.

Alda, constitui um exemplo disso mesmo. Com duas separações conjugais (ambas com perda de bens e saída da habitação), uma situação de desemprego por redução de pessoal de um trabalho estável e de longa data e endividamento, Alda teve que recomeçar duas vezes a sua vida quase do zero. A qualificação escolar (12º ano) possibilitou o acesso a um trabalho melhor remunerado a tempo inteiro num supermercado. Contudo, persistiam, em 2014, problemas relacionados com as más condições de habitação e carência económica pelo encargo que tinha com os filhos desempregados. Em 2016, uma baixa por doença e problemas na sua nova relação conjugal atiraram Alda para uma depressão. Embora, em 2017 tenha mudado para uma casa melhor e a sua saúde tenha melhorado continuam presentes algumas questões críticas, nomeadamente: a situação de desemprego do filho com o qual coabita e o seu baixo salário.

O modo como as pessoas percecionam os seus problemas e a quem atribuem responsabilidades possibilita obter uma leitura da forma como os dispositivos de assistência estão ou não a contribuir para a sua desvulnerabilização, compreender como estas pessoas gerem as situações de privação no quotidiano, como se capacitam e como mobilizam recursos para sair da situação de pobreza.

Uma abordagem comparativa do *locus* dos problemas identificados nas três vagas de entrevistas (2011, 2014 e 2017) permite-nos globalmente concluir:

- Uma **maior perceção dos problemas centrados na sociedade**, principalmente pela **relevância da falta de apoios ou os seus valores reduzidos**. Para além dos entrevistados que, em 2014, já haviam referido este problema e que em 2017 o voltam a fazer (Alda, Antero, Camila, Julieta), existem 6 novos (Valentina, Elvira, Maria da Graça, Miguel, Roberto e Teolinda). Alda que recebe Banco Alimentar considera que a quantidade é muito insuficiente para as suas necessidades. Elvira reclama do Banco Alimentar por entregarem alimentos com validade expirada:

É só o Banco Alimentar que às vezes dá essas comidas caducadas que nem dá para comer. Tem que deitar fora mesmo. Você lá recebe, não pode negar, mas chega a casa, vê a data e não dá. Você quando come aquilo tem alergia mesmo, ainda tem de gastar mais dinheiro para ir ao hospital. Não vale a pena. (Elvira, 43 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Miguel cujo apoio que recebia, para além da ação social escolar, consistia num subsídio da SCML para apoio no pagamento da renda, viu este valor ser cortado. Tratava-se de uma situação recorrente – cortes sucessivos e retoma mediante novo pedido, mas desta vez desistiu e não quis solicitar novamente.

- **A persistência dos problemas em si relacionados com a saúde.** Se 4 dos entrevistados (Amélia, Julieta, Miguel e Teolinda) se mantêm saudáveis, os restantes debatem-se com problemas de saúde, sendo para 5 limitativos na sua atividade profissional (Camila, Maria da Graça, Roberto, Camila, Rita) e para 1 mesmo impeditivo (Antero).

Esses problemas decorrem, por vezes, das práticas profissionais, como é o caso de Alda que teve em 2015 de ser operada a uma mão e que após um período de baixa, no qual passou por muitas dificuldades e teve de pedir dinheiro emprestado à família, não teve outra alternativa senão regressar à sua profissão de peixeira num supermercado, em que o contacto com o gelo não ajuda à sua plena recuperação.

Maria da Graça descreve como a sua entrada precoce no mundo do trabalho e a execução de trabalhos pesados condicionaram de forma muito negativa o seu estado de saúde.

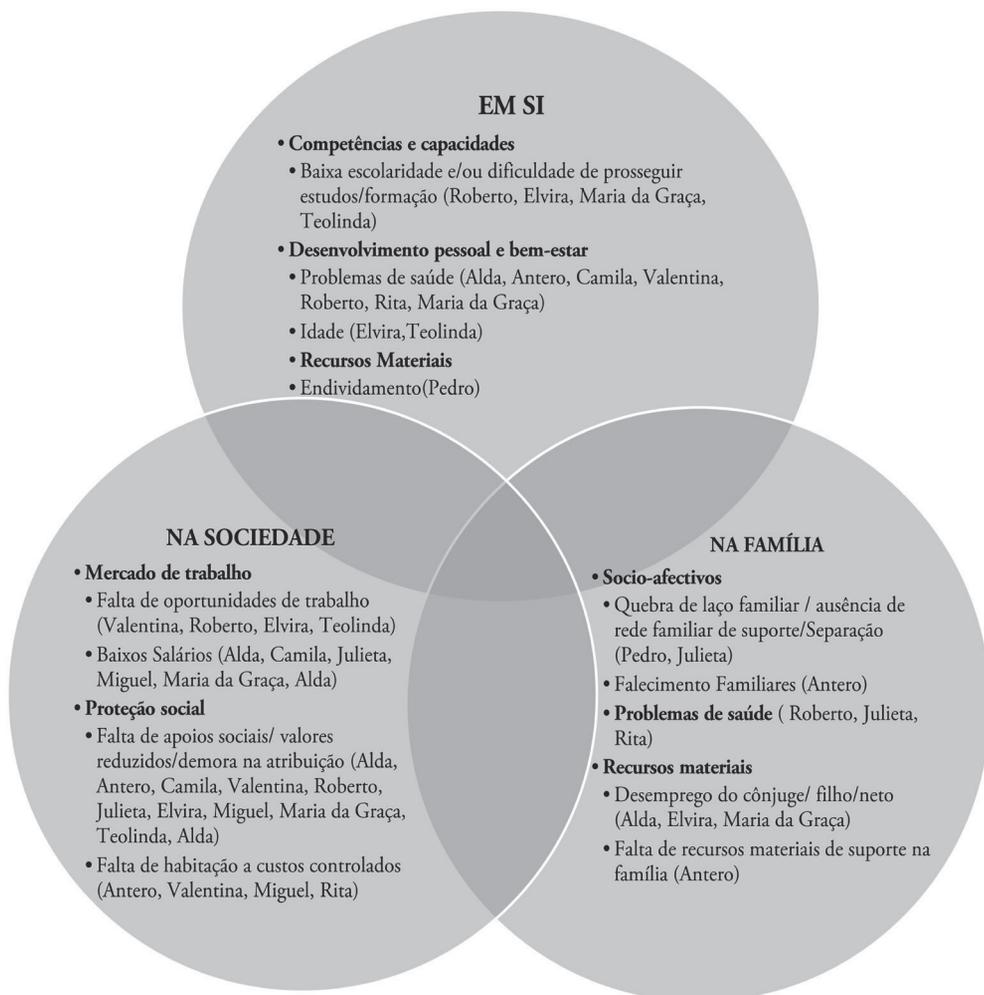
Não, porque eu trabalhei desde criança. Por isso deu cabo de mim. A minha mãe saía de manhã e só chegava à noite. Era eu que tomava conta dos mais novos, da casa. E depois comecei a trabalhar para também ganhar o meu dinheiro, com 14 anos. São trabalhos pesados e tudo isso agora está a afetar-me. (Maria da Graça, 59 anos, trabalhadora pobre, 2017)

- **A retração dos problemas de endividamento** (Teolinda, Rita e Miguel). Ao longo destes últimos sete anos estas pessoas conseguiram pagar as dívidas e, assim, ultrapassar um dos seus problemas mais críticos.
- **A oscilação dos problemas** relacionados com as dinâmicas **do mercado de trabalho**, dado nuns casos se ter verificado a inserção no mercado de trabalho (Amélia e Pedro) e noutros o inverso (Valentina e Teolinda), bem como os **problemas de habitação** que surgem como problema, em 2017, para Antero e Rita e deixam de o ser para Amélia e Alda.

Em suma, os problemas identificados na narrativa dos entrevistados remetem, sobretudo, para causalidades externas a si ou, mesmo que centradas em si, pouco ou nada poderão fazer, como é o caso dos problemas de saúde. Esta constatação reforça a natureza oscilante dos percursos de vulnerabilização deste grupo, dado que a responsabilidade dos problemas corresponde mais ao contexto societal e a fatores que estão fora do seu controle.

Eu todos os dias penso, eu todos os dias caio na cama: O que é que eu vou mudar? Eu levo muito tempo a pensar. Custa pensar. Mas estou sempre a pensar no mesmo. Eu tenho que mudar isto. Mas como é que eu vou fazer para mudar isto? Mas tem que ser mudado. Pego por ali? Ou pego por acolá? Eu tenho que pensar muito. Não! Eu vou melhorar isto. Como? (Alda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Figura 15 – Pobreza Oscilante – Auto percepção dos problemas em 2017



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A partilha da responsabilidade do problema e uma estratégia maioritariamente cooperante

Uma leitura diacrónica da identificação da responsabilidade do problema pelas pessoas que integram o grupo como percecionando a sua situação de pobreza como oscilante apresenta, tendencialmente, uma alteração ao longo destes sete anos de uma auto percepção desresponsabilizante para coresponsabilizante, ou seja, partilha de responsabilidades entre si e o sistema.

Quadro 37 – Pobreza oscilante | Auto percepção dos problemas (2011,2014 e 2017)

Auto Percepção Problemas	2011	2014	2017
Responsabilizante	3		1
Desresponsabilizante	5	2	3
Coresponsabilizante	5	11	9

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Já as estratégias de ação mobilizadas para lidar com os problemas correspondem, quase invariavelmente ao longo destes anos, a uma conjugação de recursos individuais e societais. A única exceção é protagonizada por Camila que, em 2011, na sequência de incidentes graves de saúde se encontrava num posicionamento imobilista. Esta estratégia altera-se em virtude da sua recuperação significativa e passa a ter uma estratégia de ação cooperante.

Quadro 38 – Pobreza oscilante | Estratégias de ação (2011, 2014 e 2017)

Estratégias de Ação	2011	2014	2017
Individualizante	0	0	0
Cooperante	10	11	11
Passiva	3	2	2

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A associação entre a quem cabe a responsabilidade de resolução dos problemas e a tipologia de estratégia que encontramos, em 2017, evidencia que para 9 dos 13 entrevistados, cujo percurso na pobreza é percecionado como oscilante, existe uma relação entre um posicionamento coresponsabilizante face aos problemas e uma estratégia de ação cooperante.

Porém, existem 4 entrevistados que se diferenciam deste tipo de correlação entre a partilha da responsabilidade dos problemas e a estratégia de ação:

- ▶ Miguel, trabalhador pobre, tendo melhorado a sua situação económica devido, sobretudo, à inserção no mercado de trabalho da sua esposa, pensa melhorar as suas condições de vida de modo autonomizante através de um projeto de negócio na área da informática em parceria com o seu filho.
- ▶ Teolinda (desempregada), Antero (incapacitado) e Valentina (desempregada) que têm em comum o seu afastamento do mercado laboral, assumem uma perspetiva desresponsabilizante na leitura dos problemas vivenciados. Teolinda assume, ainda assim, uma estratégia de ação cooperante na medida em que se encontra investida em ultrapassar a situação de desemprego onde caiu recentemente, depois de um percurso estável de trabalho na administração pública. Trata-se da intensificação progressiva dos seus processos de vulnerabilização.
- ▶ Para Antero e Valentina a solução dos seus problemas passará pela atribuição de reforma, dado que deixaram de acreditar que a melhoria das suas condições de vida se possa realizar através do acesso a um trabalho. Desde 2011, que ambos perspetivam necessitar de apoios sociais de forma permanente atendendo aos problemas críticos identificados: no caso de Antero o problema de saúde mental que o incapacitou para o trabalho desde os seus 29 anos de idade, no caso de Valentina tratou-se do fechamento das oportunidades de trabalho de limpeza devido à retração do comércio tradicional no centro histórico, e o facto de se encontrar no final da sua vida ativa.

Quadro 39 – Pobreza oscilante | Perceção de problema e estratégia de ação 2017

Perceção do problema	Estratégia Ação 2017	
	Cooperante	Passiva
Desresponsabilizante	1 Desempregada (Teolinda)	2 Desempregado (Valentina) Incapacitado (Antero)
Co responsabilizante	9 Trabalhadores Pobres – (Rita, Pedro, Julieta, Elvira, M ^a Graça, Roberto, Alda, Camila, Amélia)	0
Responsabilizante	1 Trabalhador Pobre (Miguel)	0
TOTAL	11	2

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Uma postura predominantemente resiliente em busca de oportunidades

Entre os 13 entrevistados, cuja natureza da sua situação de pobreza é oscilante, um conjunto de 8 (todos trabalhadores pobres) encontra-se resiliente e ativo na sua vida. Esta disposição relaciona-se não só com a sua pertença ao mercado de trabalho que contribui para a manutenção da sua energia na procura dos recursos para a melhoria das suas condições de vida, mas também com uma trajetória económica que regista melhorias entre 2014 e 2017.

Trata-se de momentos críticos positivos relacionados com a sua integração no mercado de trabalho (Pedro e Amélia) ou de familiares (Miguel e Camila), melhoria das condições habitacionais (Alda), resolução de situações de endividamento (Rita) e diminuição dos encargos familiares (Julieta).

Sinto-me melhor, sinto-me mais alegre porque o dinheiro já não falta tanto. É mais fácil e posso ir gerindo tudo até ao fim porque antes a gente chegava ao meio do mês e já não tinha nada. (Julieta, 51 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Rita, uma das entrevistadas que evidencia mais intensamente a alteração positiva nas suas condições de vida, melhora porque consegue mudar um dos locais de venda para o Martim Moniz. Tendo mais lucros conseguiu liquidar as suas dívidas e sente-se hoje liberta desses encargos.

Andei, andei, andei, consegui arranjar transferência para aqui para baixo para o Martim Moniz. Eu já sou vendedora há muitos anos, não é? Há quarenta anos que sou vendedora, então eles deram-me este lugarzinho em frente e começou a melhorar um bocadinho. Já ia trazendo o dinheiro para comer, já ia pagando as minhas despesaszinhas, entretanto arranjei o lugar dos gelados também. Ali fica o meu marido num lado, fico eu no outro, temos dois lugares no Martim Moniz: eu do lado da igreja e o meu marido do lado de cá. Pronto, com os dois lugares juntos, dá para sobrevivermos graças a Deus e com a reforma dele. Enquanto não paguei o que devia dos carros não dormíamos. Estávamos sempre aflitos. Entretanto já superamos isso tudo graças a Deus. (Rita, 58 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Roberto, apesar de resiliente na sua disposição de ação, constitui exceção, na medida em que não tendo a sua situação económica sofrido alterações ao longo do tempo, alterou, entre 2014 e 2017, a sua disposição: de uma postura de conformidade passou para uma postura ativa. De facto, identificámos na sua narrativa a perceção de que existem hoje mais oportunidades de trabalho, o que poderá contribuir para uma integração laboral efetiva. A relação de Roberto com o mundo do trabalho é caracterizada por uma das formas mais extremas de precariedade: trabalhos pontuais na área da construção civil ou dos serviços. Mantendo uma procura ativa de trabalho (junto do Centro de Emprego e da sua assistente social), bem como a disponibilidade para novas formações profissionais, como a carpintaria, Roberto diz sentir-se confiante quanto ao futuro e demonstra disponibilidade para agarrar as oportunidades que surgirem.

Elvira e Maria da Graça são duas trabalhadoras pobres que, também, não registando melhorias na sua trajetória económica, alteram a sua disposição para a ação: de uma postura de resiliência em 2011 e 2014, encontram-se, em 2017, frustradas e em stress.

Maria da Graça acumula, como fatores críticos, a falta de saúde, que a constrange na sua capacidade de trabalho, limitando a sua capacidade de fazer face aos elevados encargos familiares. Esta sobrecarga, sentida não só no que diz respeito a uma maior quantidade de recursos económicos que é necessário

angariar para sustentar famílias mais numerosas, é também responsável por uma maior pressão e stress, que caracteriza igualmente a disposição para a ação de Elvira.

Quadro 40 – Pobreza oscilante | Perfil, idade, trajetória económica em 2017 e evolução da disposição para a ação nas 3 fases (2011, 2014 e 2017)

Pseudónimo	Idade	Perfil 2017	Trajetória económica	Disposição para a ação		
				2011	2014	2017
Antero	41	Incapacitado	↑	adaptação/conformação		
Valentina	63	Desempregada	↓	adaptação/conformação		
Teolinda	57	Desempregada	↓	Resiliência/Ativação		Frustração/ Stress
Maria da Graça	59	Trabalhadora Pobre	=	Resiliência/Ativação		Frustração/ Stress
Roberto	38	Trabalhador Pobre	=	Resiliência/ Ativação	adaptação/ conformação	Resiliência/ Ativação
Elvira	43	Trabalhadora Pobre	↓	Resiliência/Ativação		Frustração/ Stress
Miguel	37	Trabalhador Pobre	↑	Resiliência/Ativação		
Rita	58	Trabalhadora Pobre	↑	Resiliência/Ativação		
Amélia	37	Trabalhadora Pobre	↑	Resiliência/Ativação		
Alda	54	Trabalhadora Pobre	↑	Resiliência/Ativação		
Camila	61	Trabalhadora Pobre	↑	Frustração/ Stress	Resiliência/ Ativação	
Julieta	51	Trabalhadora Pobre	↑	adaptação/ conformação		Resiliência/ Ativação
Pedro	53	Trabalhador Pobre	↑	frustração/ stress		Resiliência/ Ativação

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Os casos de Valentina, Teolinda e Antero indiciam que estes entrevistados se encontram numa situação de instalação na condição de necessidade. Valentina e Teolinda fazem um balanço negativo da sua situação económica que se deve à perda dos rendimentos provenientes do trabalho. Já Antero considera que a sua situação melhorou, na medida em que após o falecimento da avó lhe foi atribuído o RSI, bem como pelo facto de, mesmo após a mudança de local de residência, ter conseguido manter os apoios que tinha.

O impacto negativo dos incidentes críticos, a intensidade da relação com a assistência social, e a permanência numa condição de necessidade produz efeitos sobre o modo como as pessoas posicionam a sua capacidade de ação. Nos casos de Antero e Valentina, onde não tem lugar uma estratégia de ativação baseada na inserção no mercado de trabalho, as suas disposições para a ação são de conformação com o seu destino de pobreza, restando-lhes esperar pela reforma e pela manutenção dos apoios recebidos. Mesmo Antero, mais jovem, se em 2014 referiu gostar de ter um negócio por conta própria, em 2017 consolida a ideia de que o acesso à reforma será a sua salvaguarda.

Já Teolinda, com um percurso de trabalho estável interrompido muito recentemente, sem ligação aos dispositivos de assistência, como Antero e Valentina, e com uma estratégia de ativação baseada na obtenção de trabalhos que permitam complementar o valor da sua pensão, altera a sua disposição, pois a estratégia por si desenvolvida não tem sido profícua.

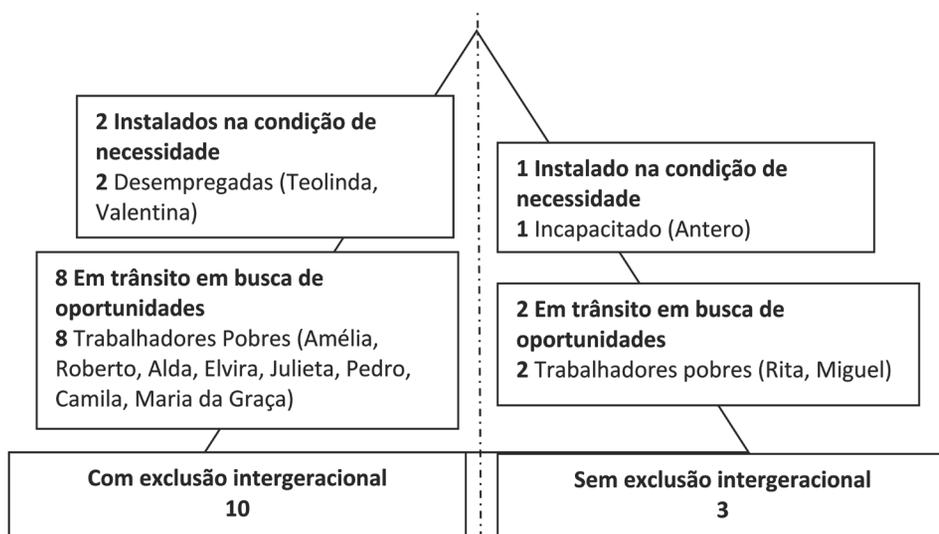
Porque com a reforma antecipada posso trabalhar. Só não poderia se tivesse de invalidez. E meti os papéis para a reforma. Foi em 2015. Fiquei reformada a partir do dia 1 de janeiro de 2016. Fez agora um ano. Só que trabalhar é mentira. Ninguém dá trabalho. Para limpezas querem o 9º ano e eu tenho o ciclo preparatório. Há pessoas que fazem equivalência ao 9º, mas muita gente também diz que não. Tenho andado a procurar. Tenho feitos uns biscates, mas é a substituir alguém que está de férias. Há aí uma senhora que trabalha numa empresa de angariar pessoal e ela tem o meu contacto. E quando estão aflitos ligam-me, mas não é nada certo (Teolinda, 57 anos, desempregada, 2017)

3. Perfis de trajetórias

Decorridos sete anos nas vidas destas pessoas, é possível distinguir 2 grupos:

- **Os instalados na condição de pobreza:** 3 pessoas que pela idade e ou estado de saúde, dificilmente verão a sua situação de pobreza alterada e a sua relação com a assistência interrompida. Trata-se de 2 desempregadas (Teolinda e Valentina) e 1 incapacitado (Antero);
- **As pessoas em trânsito em busca de oportunidades:** 10 pessoas (Miguel, Camila, Alda, Maria Graça, Pedro, Rita, Julieta, Roberto, Amélia, Elvira) para os quais permanece ativa a construção de um projeto de vida e a mobilização das suas capacidades para reverter as situações de vulnerabilidade social com que se confrontam ou confrontaram no seu percurso de vida.

Figura 16 – Pobreza oscilante | Perfis de trajetórias de vulnerabilidade



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

3.1. *Instalados na condição de necessidade*

Entre os entrevistados que em 2011 percecionaram a sua situação de pobreza como oscilante verificamos que em 2017, Antero, Valentina e Teolinda se encontram instalados numa condição de necessidade.

O perfil de **Antero** distingue-se não só pela sua idade mais jovem, como pelo facto de se tratar de uma pessoa incapacitada há vários anos. Uma das causalidades identificadas para a sua entrada num processo de vulnerabilização decorre da sua doença crónica, no âmbito da saúde mental, que conduziu Antero a uma situação de desemprego ainda na sua juventude. Com um histórico de internamentos em hospitais psiquiátricos, Antero passou parte do seu percurso de vida a cuidar de familiares e em situação de desemprego, por se encontrar incapacitado.

Em 2011, vivia com a sua avó e com uma irmã, em Alfama, na casa onde sempre havia vivido. O facto de a avó ter uma pensão de velhice impedia-o de aceder ao Rendimento Social de Inserção. Porém, eram apoiados pela rede institucional local (Paróquia e Junta de Freguesia) e Antero tinha o cartão de saúde da SCML.

Em 2014, a situação de Antero agrava-se, já que uma tia sua, residente em Benfica, fica também acamada e Antero passa a cuidar de duas familiares acamadas (avó e tia). Nesta altura, embora estivesse motivado para se qualificar através do Programa Novas Oportunidades, a falta de recursos económicos impede-o de se inscrever, dado necessitar do valor de 15€. Apesar de reconhecer as dificuldades de financiamento, tinha o sonho de abrir um restaurante. Ser “alfamista” era para Antero um orgulho e tinha uma participação ativa em associações e coletividades do bairro. Porém, a morte da avó, em 2016, faz com que Antero tenha deixado Alfama. O prédio onde morava foi convertido num hostel, feito por «grandes empresas». Em 2017, encontra-se a residir com a irmã no Beato, aguardando uma oportunidade para arrendar, também nesse local, uma casa para si, com uma renda acessível. Antero revela um sentimento de perda pela transformação de Alfama e quase não vai lá. No entanto, reconhece aspetos positivos na zona onde está, apesar de a casa e o bairro necessitarem de obras.

Depois aqui, aqui as pessoas são muito unidas também, dão muito apoio aqui na igreja, nesta zona do Beato. Tem muitas atividades também aqui neste bairro, esta zona. Parece que não, muita gente diz que não tem, mas tem bastante. (Antero, 41 anos, incapacitado, 2017)

Tanto ele, como a irmã recebem o RSI e são apoiados pelas instituições locais (Junta de Freguesia e Paróquia), continuando a ter cartão de saúde da SCML. O seu acesso à reforma por invalidez constitui, para si, a forma de se estabilizar.

Não vai alterar, vai alterar que estou no RSI que é menos uma despesa que o estado tem nesse aspeto. Depois vou ter que necessitar na mesma, das mesmas entidades que tenho. (Antero, 41 anos, incapacitado, 2017)

Sem expectativa de poder vir a ingressar o mundo do trabalho e consciente da natureza limitativa do seu problema de saúde, já em 2011, no percurso de vulnerabilização de Antero salienta-se, por um lado, a importância dos apoios sociais para a sobrevivência, mas também a sua insuficiência e incapacidade para que, aliada à sua ação individual, ser capaz de efetivamente melhorar as suas condições de vida e dar resposta a problemas como o acesso a uma habitação condigna.

Os momentos críticos revelados por Antero, entre 2011 e 2014, como foi o indeferimento do pedido de RSI e, entre 2014 e 2017, o problema da habitação por ter perdido o arrendamento por falecimento da sua avó, evidenciam como estes incidentes, que se acumulam, acabam por provocar um sentimento de acomodação e de ajustamento aos recursos disponíveis, limitando a sua capacidade de se projetar no futuro.

Figura 17 – Pobreza oscilante | Instalado na condição de necessidade - Trajetória de vida de Antero

Antero										
Percurso educacional e profissional	Finaliza per- curso escolar- -4ª classe	Início Trabalho - 14 anos	Vários trabalhos	Trabalho com contrato	Incapacitado para o trabalho					
Local resi- dência	Alfama na casa dos avós					Beato-Vila Dias com a irmã				
Apoios Sociais				Banco Alimentar Igreja (avó)	Subsídio de de- semprego+Banco Alimentar Igreja	Reparação Casa Junta de Freguesia+Banco Alimentar Igreja+Alimentos JF+Apoyo medicamentos SCML				
Incidentes Críticos					Problema saúde mental-interna- mentos	Falecimento avó; Cessação Contrato de arrendamento				
Data	1976-1990	1990-1998		1998-2002	2004-2008	2008-2011	2011-2014	2014- 2016	2016	
Idade	0-14	14-23		23-27	28	29-32	33-35	35-38	39-41	41

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza; Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Embora os percursos de vida de Valentina e Teolinda sejam muito distintos, é possível identificar algumas similaridades na situação em que hoje se encontram, nomeadamente, o seu ciclo de vida (final da sua idade ativa), a recente situação de desemprego e o facto de viverem sozinhas.

Valentina é proveniente de Viseu. Chegou a Lisboa com 14 anos para casa da irmã, que logo a colocou como empregada interna numa casa particular. Casou-se com 23 anos de idade, tendo o casamento durado 30 anos. Fez a 4ª classe já adulta. O seu processo de vulnerabilização situa-se, há cerca de 8 anos, quando o seu marido saiu de casa e simultaneamente perde um dos trabalhos de limpeza que tinha. Empregada de limpezas no pequeno comércio há 28 anos, diz que nunca esteve desempregada. A primeira vez que pede apoio foi em 2009 e por insistência da sua irmã. Em 2011, o apoio social recebido resumia-se ao cartão de saúde da SCML e as suas necessidades centravam-se nas despesas de saúde: medicação, necessidade de óculos e dentista. Com uma fraca rede de vizinhança, as suas relações sociais circunscrevem-se à irmã e às suas patroas.

Em 2014, Valentina tinha menos horas de trabalho e dificuldades em angariar mais horas como empregada de limpezas não só devido à idade, como também pelos problemas de saúde sentidos. Para além do apoio da SCML na área da saúde, tinha também o RSI e, através da igreja, acedia ao Banco Alimentar. A sua situação habitacional começa a ser problemática, na medida em que a sua idade e saúde dificultam a subida das escadas para aceder à sua casa, bem como começa a ficar incomodada com o barulho que, de ano para ano, se vai intensificando devido ao turismo. A estes aspetos negativos acresce a existência de humidades e o receio de um aumento do valor de renda.

Em 2017, Valentina, com 63 anos, estava desempregada e com um novo problema de saúde (diabetes). A loja onde fazia umas horas fechou. Vive agora do RSI e Banco Alimentar e conta com a ajuda da sua irmã. Permanece sem resposta ao pedido de substituição de óculos que havia realizado junto da SCML.

Os problemas com a habitação não só persistem, como se agravaram: a casa está mais degradada e o senhorio não faz obras, e cada vez lhe custa mais subir as escadas devido aos seus problemas de saúde. Sente-se também insegura – a sua casa fora já assaltada duas vezes. Já se inscreveu na CML para atribuição de habitação, mas não revela esta necessidade à assistente social da SCML por considerar que não é da sua competência ajudar neste domínio. Sente-se pessimista em relação ao futuro, mas acha que a sua entrada na reforma poderá ajudar a melhorar a sua condição de vida. Gostava de ir à sua terra natal – Viseu, mas não tem dinheiro para a viagem.

Os momentos críticos, entre 2011 e 2014, que consistem na diminuição dos rendimentos do trabalho por perda de trabalhos de limpeza e que se

intensificam, entre 2014 e 2017, com a ausência total de trabalho, bem como o agravamento dos seus problemas de saúde, conduzem a uma situação de total dependência de apoios sociais. O seu percurso profissional, marcado pela ausência de vínculos, condiciona hoje o acesso a prestações sociais como o subsídio de desemprego ou o pedido de reforma.

Figura 18 – Pobreza oscilante | Instalado na condição de necessidade - Trajetória de vida de Valentina

Valentina						
Percurso educacional e profissional		Início per- curso profis- sional – 14 anos como empregada interna	Trabalho em limpezas			Desemprego – 62 anos
Local residência	Viseu	Lisboa-Casa da Irmã	Casa arrendada em Lisboa com marido	Casa arrendada sozinha – Lisboa		
Apoios Sociais	Sem apoios sociais				RSI; Banco Alimentar; Cartão Saúde SCML	
Incidentes Críticos				Separação	Diminuição trabalhos limpeza- problemas de saúde- problemas habitação	Sem trabalho
Idade	0-14	14-23	23-53	53	57-60	61-
Data	1954-1968	1968-1977	1977-2007	2007	2011-2014	2015-

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A terceira entrevistada, com uma perceção de pobreza de tipo oscilante, instalada na sua condição de necessidade, é **Teolinda**. Nasceu em Lisboa e viveu na Quinta da Currealeira até 1997. A sua infância foi passada em vários colégios internos porque a mãe não tinha possibilidades económicas para a ter a viver

com ela, até que tendo descoberto que num dos colégios colocavam as crianças a pedir na rua, a retirou definitivamente. Os seus pais eram trabalhadores: a mãe trabalhava como empregada de limpezas na segurança social e o pai (já falecido) nos CTT. O seu percurso escolar terminou quando tinha 15/16 anos no 6º ano de escolaridade.

Começa a trabalhar com 18 anos como operária numa fábrica de escovas. Passou por um breve período de desemprego e depois, com 20 anos, ingressa na Segurança Social. Entre 1997 e 2002 esteve detida por tráfico de droga. Cumpru 3 anos e 9 meses de uma pena de 5 anos.

Quando sai da cadeia é realojada no Bairro dos Alfinetes e reintegrada no seu posto de trabalho, como assistente operacional, na Segurança Social, no qual se manteve até 2016. Considera que sempre teve uma vida muito difícil, mas as dificuldades acentuaram-se a partir de 2002, devido às dívidas que contraiu para mobilar e equipar a sua nova casa, na qual vive sozinha. Enquanto trabalhava tinha apoios informais dos colegas de trabalho e, até à sua mãe ficar doente, contou sempre com a sua ajuda. Recorreu apenas uma vez a apoio institucional (Banco Alimentar) e foi negado por, alegadamente, não se enquadrar nas condições de atribuição, tendo, desde então, uma postura de resistência em recorrer à assistência social, que perdura até hoje, mesmo na situação de necessidade em que se encontra. Recorde-se que Teolinda inicia a sua relação com os dispositivos de proteção social, em 2002, por via da atribuição de uma habitação municipal que constituiu o único apoio recebido.

Nada. É o que me dão as vizinhas. De instituições não tenho nada. Porque a gente para ir para alguma instituição tem de passar primeiro pela assistente. A assistente não sei o que achou. (...) Mandou-me ir a uma casinha, não me pergunte o nome. Uma casinha que há aqui em cima. Mandou-me ir lá ter com uma senhora que me mandou preencher uma ficha. Que me diria alguma coisa. Ainda fui lá duas vezes perguntar se tinha resposta para mim. A senhora disse que estava a aguardar que respondessem. Desinteressei-me. Eu não tenho que andar a mendigar. Se eu peço a primeira vez é porque necessito. Eu levo provas, não levo mentiras. Levo a realidade. A conclusão a que eu chego é que a gente na base da verdade não consegue nada. (Teolinda, 57 anos, desempregada, 2017)

Em 2011, Teolinda havia sido declarada insolvente com o apoio da DECO. Do seu vencimento líquido (537€), quase metade ia para uma prestação à CGD (240€). Esta prestação acabou no final de 2011. Tinha também dívida de rendas da habitação que se encontrava contratualizada com um acordo de regularização.

Em 2014, uma das maiores preocupações de Teolinda centrava-se na sua mãe que, devido a um diagnóstico de Alzheimer, vivia num lar para o qual Teolinda tinha que contribuir com 129€ mensais para complementar a pensão da mãe, pois como o lar não tinha alvará Teolinda não pode solicitar comparticipação à Segurança Social. Sentia-se deprimida e muito pessimista.

Em 2016, Teolinda aceitou a reforma antecipada proposta pela Segurança Social (409€ mensais). Já em 2014, devido ao processo de requalificação da Segurança Social, Teolinda tinha visto o seu vencimento diminuir em 40%. A sua decisão baseou-se na expectativa de conseguir trabalhar em limpezas, mas apenas tem conseguido fazer uns biscates. A idade e a falta de qualificações têm dificultado o acesso ao trabalho.

Não pede apoio social porque já teve muitas recusas e acha que não tem que «mendigar». Recorre ao apoio de vizinhas. Tem carências ao nível alimentar (apenas almoça e a refeição do jantar consiste num copo de leite e pão com manteiga).

Figura 19 – Pobreza oscilante | Instalado na condição de necessidade - Trajetória de vida de Teolinda

Teolinda						
Percurso educacional e profissional	Finaliza percurso escolar 6ºano – 16 anos	Início percurso profissional – 18 anos	Trabalho na segurança social – 20 anos	Estabelecimento Prisional-Detenção	Reingresso na segurança social – assistente Operacional	Reforma antecipada – 56 anos
Local residência	Bairro Curraleira			Estabelecimento Prisional	Realojamento em Habitação social no bairro dos Alfinetes	
Apoios Sociais	Sem apoios institucionais				Habitação social	Reforma + Hab. social
Incidentes Críticos				Detenção	Endividamento; Depressão; Mãe em Lar	Reforma antecipada – diminuição rendimentos
Anos	0-37			37-42	42-56	56-
Data	1960-1997			1997-2002	2002-2016	2016

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A longa espera pela reforma e os apoios insuficientes

Da análise dos apoios sociais concedidos a Antero e Valentina constata-se a existência de uma relação permanente com os dispositivos da assistência social, tanto de cariz nacional, como local. No caso de Antero, tanto a Junta de Freguesia de Alfama (da sua anterior residência), como a Junta de Freguesia do Beato são referidas como prestadoras de apoio alimentar, assim como as paróquias locais.

O papel desempenhado por estes apoios nas suas vidas permitiu a ambos suprimir carências ao nível da saúde e alimentação, e um mínimo de rendimento, mas trata-se de paliativos que do seu ponto de vista não substituem a falta de acesso a uma reforma.

Ser pensionista significa não estar sujeito a avaliações e renovações periódicas, nem ao escrutínio das suas vidas. Porém, tendo consciência dos valores insuficientes das reformas, não consideram viável a dispensa dos apoios que atualmente recebem ao nível do Banco Alimentar e acesso a medicamentos e consultas pela SCML.

No que respeita à adesão destes dois entrevistados que se encontram instalados na condição de necessidade aos dispositivos de assistência, os seus discursos evidenciam a inevitabilidade de recorrerem à assistência.

A tipologia de estratégias acionadas para lidar com as situações de privação destes 3 elementos mantém-se praticamente inalterada desde 2011. A gestão das necessidades no quotidiano, realizada por Valentina e Antero, combina o pedido de apoios institucionais com ajudas informais recebidas de familiares e amigos.

Note-se que a desvinculação do mercado de trabalho de Valentina e Teolinda trouxe também consigo a perda de apoios, através das relações estabelecidas com colegas de trabalho e patroas. No caso de Teolinda, a estratégia institucional configura-se exclusivamente pelo facto de esta residir numa habitação social cuja renda é calculada em função dos seus rendimentos.

Uma leitura mais atenta dos apoios informais destas pessoas, entre 2011 e 2017, permite percecionar a existência de um impacto negativo da situação de vulnerabilização nas redes de solidariedade informal. Senão vejamos: Antero, que em 2014 para além dos apoios da família mais próxima contava também com a ajuda pontual de vizinhos, vê, em 2017, os seus recursos informais serem circunscritos apenas à família. Teolinda que em 2011 contava com a solidariedade não só da sua família (mãe), como dos colegas de trabalho, perde em 2014 o apoio da mãe, tendo-se invertido os papéis. Hoje é Teolinda

que tem que complementar o valor da reforma da mãe para pagar o lar em que ela se encontra. Em 2017, com a sua desinserção laboral, recebe apenas ajudas em géneros das suas vizinhas. Também Valentina, tal como já referido, perde, com o trabalho, o apoio prestado pontualmente pelas suas patroas.

Em suma, foram identificados 3 entrevistados, no subgrupo das pessoas que caracterizaram a sua situação de pobreza como oscilante, que se encontram instalados numa condição de necessidade. A análise dos seus percursos de vida e das causalidades dos seus processos de vulnerabilização são significativamente heterogéneos. Mas, se os seus pontos de partida e percursos são diversos, a situação de vulnerabilidade em que hoje se encontram é bastante semelhante e interrogam a capacidade dos dispositivos da assistência no acionamento de medidas que possam ir além da garantia dos mínimos de subsistência.

3.2. *Em trânsito em busca de oportunidades*

Para os entrevistados cuja natureza da situação de pobreza é oscilante, e como estando em trânsito em busca de oportunidades, a capacidade de aproveitar as oportunidades e os recursos sociais na procura de melhores condições de vida constitui um traço comum. Trata-se de trabalhadores pobres, cujos rendimentos não têm sido suficientes para a saída da zona de vulnerabilidade: Miguel, Rita, Pedro, Maria da Graça, Roberto, Amélia, Alda, Camila, Julieta e Elvira.

Estas pessoas encontram-se em diferentes fases do seu percurso de vida e apresentam percursos profissionais igualmente diferenciados. Do ponto de vista etário, este grupo apresenta bastante heterogeneidade, na medida em que os seus elementos se distribuem pelos escalões de idade correspondentes à vida ativa.

Quadro 41 – Pobreza oscilante | Em trânsito - idade em escalões (2017)

Idade em escalões 2017		
de 36 a 45 anos	de 46 a 55 anos	de 56 a 64 anos
4	3	3
Amélia, Miguel, Roberto, Elvira	Alda, Julieta, Pedro	Camila, Maria da Graça e Rita

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Camila, Maria da Graça e Rita, que têm as idades mais avançadas deste grupo, referem, desde 2011, problemas de saúde limitativos da sua capacidade de trabalho. A estas, junta-se Roberto, na sequência da revelação, em 2017, de um problema de alcoolismo. Estes problemas impactam de forma decisiva na angariação de recursos. Maria da Graça e Camila sentem-se hoje incapacitadas para conseguir mais trabalho e, por essa via, aumentar os seus rendimentos, criando um elevado sentimento de insegurança relativamente ao futuro. O acesso a uma pensão de invalidez representaria, assim, a garantia de um mínimo de segurança. Maria da Graça sente-se injustiçada por terem negado a pensão de invalidez, mesmo tendo uma longa carreira de descontos para a Segurança Social.

Com a minha idade e a minha saúde, eu não sei o dia de amanhã. [Tem medo de deixar conseguir de trabalhar?] - Sim, é isso de que tenho medo. Tentei pedir antecipada [a pensão de invalidez]. Eu acho que é fazer pouco das pessoas, mas mandaram-me uma carta a dizer que se eu quero só tenho o direito de receber 120€. Eu já tenho 30 e tal anos de descontos na segurança social. Eu trabalhava com muitas firmas. Então não aceitei. Vou levando até onde eu puder. (Maria da Graça, 59 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Rita foi diagnosticada, em 2014, com problemas de diabetes. Em contraponto com uma narrativa, em 2014, marcada pela insegurança e o receio de não poder trabalhar, em 2017, os seus problemas de saúde foram passados para um plano secundário, dado que conseguiu pagar todas as suas dívidas do negócio de venda de gelados.

Não me sinto a 100% por causa da saúde que também não a tenho muita, mas também tenho o meu negócio. Não devo nada a ninguém, para mim é muito bom não me andarem a bater à porta já é muito bom. (Rita, 58 anos, trabalhadora pobre, 2017)

As qualificações escolares dos entrevistados pertencentes a este subgrupo são maioritariamente baixas (até ao 1º ciclo de escolaridade), destacando-se, porém, Miguel, Amélia e Alda que atingiram o 12º ano de escolaridade. Importa dar nota que apenas Roberto, Elvira e Maria da Graça, em 2017, consideraram que a falta de qualificações escolares constitui um obstáculo para a integração em melhores posições no mercado de trabalho e que, do total dos elementos deste grupo, apenas Rita regista, entre 2014 e 2017, a

frequência de um curso de informática que acabou por não concluir. Nenhum dos entrevistados deste conjunto integrou processos de qualificação escolar ou profissional entre 2014 e 2017.

Tal como já assinalado, alguns dos aspetos que diferenciam as pessoas que constituem este conjunto de entrevistados que se encontram mobilizados na busca de oportunidades, relacionam-se com as características da sua relação com o mercado de trabalho, nomeadamente, o tipo de percurso profissional realizado, a tipologia de vínculos laborais, a existência ou não de proteção em caso de doença e de projeção das suas reformas.

Neste grupo, 7 pessoas (Amélia, Maria da Graça, Alda, Miguel, Pedro e Julieta) têm vínculo laboral com a sua entidade empregadora, e 3 (Camila, Roberto e Elvira) não possuem qualquer contrato¹⁵. Porém, mesmo os que possuem vínculo laboral trabalham em regime parcial o que se traduz em menores salários. Observa-se uma relação já identificada, em anteriores publicações, entre baixos salários e/ou ausência de vínculos laborais com o segmento do mercado de trabalho no qual estas pessoas se posicionam, nomeadamente, nos serviços domésticos em casas particulares (Julieta, Camila), ou em empresas de limpezas (Amélia, Maria da Graça), cantinas (Julieta), recolha de resíduos urbanos (Pedro) e empresas de mudança (Roberto). Trata-se de trabalhos indiferenciados para os quais não são determinantes as qualificações escolares.

Mas, se a situação de não ocupação laboral a tempo inteiro é predominante entre estes trabalhadores pobres, há que destacar duas situações em que se verifica precisamente o inverso: uma sobrecarga horária de trabalho que permite a pessoas como Alda e Miguel a obtenção de mais rendimentos para lidar com as despesas correntes.

Trabalhar, eu neste momento estou a fazer doze horas por dia. Por acaso ontem fiz mais, mas são pontuais. Ela necessitou que eu fosse: - Venha mais cedo e tal. Ficou doente, portanto fiz tarde, fiz noite, estou aqui quase sem dormir. (Miguel, 37 anos, trabalhador pobre, 2017)

Nos tempos de folga, é. Então comecei a trabalhar numa casa onde, pronto, onde é um homem sozinho, um professor de química. Comecei a trabalhar lá, depois entretanto, apareceu-me umas escadas. Também trabalho muito. (Alda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

¹⁵ Exclui-se desta contabilização Rita que tem um negócio por conta própria.

Da observação da permanência no mercado de trabalho, nos períodos 2011-2014 e 2014-2017, constata-se que as alterações registadas dizem respeito a Amélia e Pedro. No caso de Amélia a sua relação com o mercado de trabalho modifica-se quando emigra para Inglaterra, mantendo-se a trabalhar como empregada de limpezas numa empresa, enquanto no período anterior a sua vida laboral era marcada por entradas e saídas devido às exigências dos cuidados com os filhos. No caso de Pedro, que se encontrava desempregado há 16 anos, a sua integração profissional faz-se através da junta de freguesia na área da higiene urbana.

Tanto Elvira, como Roberto registam uma inserção muito precária no mercado de trabalho com entradas e saídas. Elvira, angolana, chegou a Portugal em 2000. Após um período de sete anos com dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por não ter documentação, conseguiu emprego como empregada de limpezas numa empresa. Em 2014, já não estava a trabalhar na mesma empresa, mas numa outra em regime de substituição de uma trabalhadora que se encontrava de baixa. Após um período de desemprego encontra-se agora a trabalhar como doméstica numa casa particular algumas horas por semana, auferindo 230€ mensais.

Roberto, um dos elementos mais jovens deste grupo (38 anos de idade), começou a trabalhar com 16 anos, nas obras, como servente, e apenas com o 4º ano de escolaridade concluído. Apesar de ter frequentado, já com cerca de 30 anos, um curso de jardinagem, nunca conseguiu encontrar trabalho nessa área. A sua relação com o mundo de trabalho foi sempre caracterizada por uma das suas formas mais precárias: trabalho à jorna na construção civil ou em empresas de mudanças. Reconhecendo (apenas na última entrevista) ter um problema de alcoolismo, e necessitar de acompanhamento médico, revela ter entrado num processo de desistência. No entanto, demonstra ainda disposição para a ação dizendo querer tirar um curso de carpintaria e de estudar até ao 8.º ano. Considera também que a situação está a melhorar porque começam a chamá-lo mais vezes para trabalhar.

Quadro 42 – Pobreza oscilante | Em Trânsito em busca de oportunidades - relação com o mercado de trabalho 2011-2017

Período	Com trabalho	Intermitência	Sem trabalho
2011-2014	6 Alda, Camila, Julieta, Maria da Graça, Miguel, Rita	3 Amélia, Elvira, Roberto	1 Pedro
2014-2017	8 Alda, Amélia, Camila, Julieta, Maria da Graça, Miguel, Pedro, Rita	2 Elvira, Roberto	0

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Embora os restantes entrevistados deste grupo tenham tido uma inserção laboral contínua no mercado de trabalho, distingue-os a existência ou não de vínculo laboral.

A Roberto e Elvira, junta-se, na precariedade laboral, Camila, que embora tenha tido continuidade no trabalho nos períodos observados, não possui quaisquer vínculos laborais. **Camila** que inicia a vida ativa em tenra idade, afasta-se, com o casamento, do mercado de trabalho e muda-se de Lisboa para a Venda do Pinheiro com o marido, com o qual tem dois filhos. O isolamento geográfico e o desejo de voltar a trabalhar, recusado pelo marido, conduzem ao divórcio. Regressa a Alfama com os filhos, arranja trabalho e tem mais duas filhas de dois relacionamentos. Situações de desemprego e o nascimento das filhas, sem apoio dos respetivos pais, são apontados como momentos de grande dificuldade económica, mas que a inserção no mercado de trabalho consegue reverter. Trabalha como ajudante de cozinha durante cerca de 17 anos na mesma empresa. Contudo, a degradação da sua condição de saúde, depois de um AVC em 2004 e outro em 2008, traduz-se num regresso a situações de grande vulnerabilidade. Em 2014, a sua situação de vida altera-se novamente com a recuperação da sua saúde. Começa a fazer limpezas em casas particulares, passar a ferro e cuidar de uma pessoa idosa. Em 2017, encontrava-se na mesma situação, com aumento do número de locais de trabalho devido às oportunidades criadas pelo mercado de arrendamento turístico. Diz não ter mais trabalhos porque acompanha os netos, uma vez que a sua filha trabalha por turnos.

Quadro 43 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de oportunidades – intensidade laboral segundo o vínculo laboral (2017)

	Tempo Trabalho 2017	
	Horas Semanais, Irregular ou Parcial	Tempo Inteiro
Com vínculo	3 Amélia, Maria da Graça, Julieta	3 Alda, Miguel, Pedro
Sem vínculo	3 Camila, Roberto, Elvira	0

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

O grupo de entrevistados que registou continuidade no trabalho e a existência de uma relação laboral formalmente contratualizada divide-se em dois subgrupos. Por um lado, aqueles que tendo vínculo laboral com o empregador trabalham apenas uma parte do seu tempo disponível no âmbito desse contrato: Amélia, Julieta e Maria da Graça. Noutro subgrupo encontram-se aqueles que têm vínculo laboral a tempo inteiro: Miguel, Pedro e Alda.

Rita tendo um percurso profissional dedicado à venda de gelados distingue-se, deste ponto de vista, pela singularidade, dada a sua inserção laboral por conta própria onde gere o seu próprio tempo de trabalho.

Como já havia sido identificado, nas duas anteriores publicações do Barómetro, os encargos familiares constituem um dos maiores constrangimentos com que se depara uma parte destes trabalhadores pobres, distinguindo-se aqui três situações distintas, mas que por vezes se sobrepõem aumentando as exigências que se colocam a estas pessoas: a) situações de desemprego dos(as) cônjuges e/ou dos(as) filhos(as); b) apoio que prestam a outros familiares; c) problemas de saúde de pessoas do mesmo agregado familiar; d) cuidados com crianças e jovens em idade escolar.

Quadro 44 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de oportunidades – pertença a agregados com menores, a agregados com pessoas desempregadas ou a prestar apoio a familiares e/ou agregados com pessoas com problemas de saúde (2017)

Entrevistados	Pertencentes a agregados com menores	Pertencentes a agregados com pessoas desempregadas ou prestação apoio a familiares	Pertencentes a agregados com pessoas com problemas de saúde
Rita			X
Alda		X	
Elvira	X	X	
Camila	X		
Roberto	X	X	X
Miguel	X		
Amélia	X		
Julietta	x	X	x
Maria da Graça		X	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

No que diz respeito às situações de desemprego identificadas no seio destes agregados familiares, regista-se uma diminuição significativa do número de entrevistados que tinham pessoas desempregadas na família em 2014 (9: Amélia, Camila, Elvira, Miguel, Pedro, Alda, Maria da Graça, Roberto e Julieta), sendo que em 2017 contabilizam-se apenas 5.

Entre aqueles que registam ausência de situações de desemprego encontra-se Miguel, cuja esposa conseguiu integrar-se no mercado de trabalho, e Camila cuja filha conseguiu emprego. Nos casos de Amélia, Pedro e Maria da Graça trata-se da saída de pessoas do agregado familiar (nos dois primeiros por separação e no último por autonomização de uma filha).

Porém, no caso de Maria da Graça, os elevados encargos familiares tal como já referido, continuam a constituir um fator crítico.

Somos quatro. O meu neto que vem sempre. Depois tenho os meus sobrinhos que de vez em quando mando e a minha mãe também, de vez em quando mando. Quando tenho. Quando não tenho não mando. O meu marido também tem uma mãe doente. Ficou paralisada, quase. E eu tenho que ajudar, com medicamentos, com tudo. Está em Cabo Verde. (Maria da Graça, 59 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Para Elvira o problema do desemprego de familiares persiste, vendo-se confrontada com a necessidade de prover sustento, para além do filho menor, a duas filhas, que apesar da sua formação superior, não têm encontrado colocação no mercado de trabalho.

O percurso de Julieta ilustra como os encargos com os familiares podem condicionar a sua trajetória. Julieta começa a trabalhar bastante cedo, aos 14 anos de idade. Até 2002, o seu percurso laboral é marcado pela intermitência (períodos de desemprego – trabalho), até que começa a trabalhar como ajudante de cozinha numa cantina, no período da manhã. A este emprego somam-se trabalhos de limpeza em casa de particulares que vai arranjando para complementar o seu rendimento. Vive, desde 2002, numa casa social no bairro da Ameixoeira com o marido, dois filhos e uma sobrinha que assumiu como sua, e tem nos últimos anos sido o suporte de outros familiares, que vivem no mesmo bairro. Em 2014, Julieta sentia-se muito sobrecarregada, dado ser a única a trabalhar em casa (a sua filha mais velha e o marido encontravam-se desempregados). Também um filho em situação de desemprego e sobrinhos menores dependiam de si. Graças à sua eficiente gestão da economia doméstica, Julieta arranjava forma de conseguir distribuir o seu rendimento por todos, mesmo depois de ter visto reduzir as horas de trabalho como empregada de limpezas, e ter dificuldades em suportar os medicamentos que o seu filho menor necessitava devido a um corte no valor do abono de família.

Em 2017, Julieta afirma ter melhorado significativamente a sua vida devido a uma diminuição da sobrecarga familiar, uma vez que a sobrinha e a filha haviam saído de casa, e já não apoiava tanto, como anteriormente, os familiares que residiam no bairro. Conseguiu também mais horas de limpeza numa casa particular. Encontra-se, aos poucos a arranjar os seus dentes, projeto que já tinha há algum tempo. Um outro aspeto positivo foi o aumento do abono do seu filho que conseguiu com o apoio de uma médica que detetou que ele não estava a receber o abono a que teria direito, devido aos seus problemas de saúde.

Eu estou melhorzinha, graças a Deus. As minhas meninas saíram, a minha sobrinha e a minha filha e fiquei com menos despesas. Pois cinco pessoas ao meu cargo...era dose. Agora só tenho o meu filho e está mais estável. Estou muito melhor agora. Agora tenho mais tempo para mim e até estou a começar a tratar dos meus dentes. (Julieta, 51 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Apoios Informais – O papel da solidariedade

A configuração das redes de solidariedade informal para estas pessoas sempre se centrou mais no apoio da família. Nas suas narrativas surge a evidência de como a família tem constituído, ao longo das suas trajetórias de vida, uma importante âncora e como estes apoios são determinantes para ultrapassar determinados momentos críticos.

Quadro 45 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de novas oportunidades - fonte de apoios informais (2011, 2014 e 2017)

	Família	Amigos/Vizinhos
2011	8 Alda, maria da Graça, Miguel, Pedro, Rita, Roberto, Camila, Julieta	2 Elvira, Camila
2014	8 Alda, Maria da Graça, Pedro, Camila, Amélia, Elvira e Roberto, Rita	4 Camila, Amélia, Elvira e Rita
2017	7 Alda, Amélia, Miguel, Rita, Pedro Roberto e Camila	5 Elvira, Pedro e Roberto, Camila

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Pedro sempre contou com o apoio de familiares. Mesmo depois de ter conseguido trabalho continuou a necessitar de ter essa ajuda, bem como de recorrer por vezes a pequenos empréstimos junto do comércio local ou do seu irmão. Como forma de conter despesas almoça diariamente na casa dos pais que vivem no mesmo bairro.

Fui ter com o meu irmão. Quer dizer, pedi-lhe 150 euros. Para ele me arranjar 150 euros. Agora ando um bocado descalço, se surgir algum problema também tenho o meu pai que felizmente me pode ajudar. Chego ao dia 21 parecendo que não tenho as pessoas: «Olha vou levar uma garrafa de azeite - Ah, leva lá outra. Queres levar mais alguma coisa? Leva lá para o jantarinho. (Pedro, 53 anos, trabalhador pobre, 2017)

Alda relata como o apoio da sua família foi crucial na altura em que esteve de baixa médica, sem o qual não teria tido possibilidades de pagar a renda e adquirir bens alimentares.

Tive que pedir dinheiros emprestados à família para poder pagar a renda pelo menos daquele mês. A minha família ajudou-me a pagar aquele mês para eu pagar aos poucos depois. A minha família ajudou-me a pôr comida na mesa. Pronto aquela fase enquanto eu estive com baixa. Depois voltei ao trabalho, eu se estiver a trabalhar, estou mais ou menos. (Alda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Também Rita, residente na zona histórica da cidade desde que nasceu, tem uma rede de amigos e família que a têm ajudado a vencer as dificuldades nos tempos mais difíceis. Destaca-se o papel fundamental da solidariedade intergeracional que, neste caso, permitiu que Rita ultrapassasse um dos seus maiores problemas que eram as dívidas contraídas no âmbito do microcrédito:

Foi os meus filhos que me ajudaram, um dava cem euros, outro dava 50 euros para pagar as despesas ao fim do mês, enquanto não conseguia organizar, para a ajuda da minha renda (Rita, 58 anos, trabalhadora pobre, 2017)

No caso de Camila a interajuda entre si e a filha permitiram uma resolução satisfatória não só para o problema da habitação, depois de o seu contrato de arrendamento ter sido denunciado pelo senhorio, como também para o cuidado dos seus netos.

Então é assim, os miúdos estão na escola, eu vou trabalhar, às 17H30, 18h vou buscá-los, vêm para casa, vão jantar, entretanto quando a mãe chega já faz o resto e já come. Eu ponho 15 euros para a carne, a minha filha põe outros 15 euros. Eu muitas vezes no dia 10 já não tinha dinheiro, mas aguentava durante uma semana bem porque no dia 15 a minha filha recebia o abono. (Camila, 61 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Estamos perante pessoas com fortes redes de solidariedade familiar que permitem uma sustentação e uma segurança, mesmo nos momentos mais difíceis da sua vida. No entanto, no que diz respeito aos apoios providos de amigos e/ou vizinhos detetamos que as alterações de zona de residência podem trazer consigo uma diminuição deste tipo de suporte, como exemplifica o caso de Camila.

Nós estamos a ir para velhas, e eu sei como eu já tive muitas fatalidades em Alfama. Eu tinha muita gente a bater-me à porta fui ajudada por muitas vizinhas na altura em que eu precisei, e fui socorrida, por acidentes que eu tive. Agora ando sempre com o telemóvel na mão, tenho uma certa idade porque a ser aqui socorrida por vizinhos, aqui não vale a pena. E as saudades que eu tenho é isso, de Alfama. (Camila, 61 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Uma relação intermitente com a Assistência

Nenhuma das pessoas deste grupo tem, em 2017, uma relação permanente com a assistência social em Portugal. Apenas Amélia mantém ligação, mas em Inglaterra, país para onde emigrou.

Foi com a gravidez do seu segundo filho e após um percurso laboral bastante instável que Amélia pede apoio social pela primeira vez. Em 2011, com três filhos, Amélia tinha dificuldades em encontrar creches com horário compatível com os períodos laborais. Com a emigração do seu companheiro e de algumas pessoas conhecidas, é em si reforçada a ideia de que a saída passará por ir para outro país. Este projeto é concretizado em 2016 e Amélia reside, hoje, em Inglaterra onde tem dois part-times nas limpezas e usufrui de benefícios do estado britânico (*working tax benefit*) para criar os filhos e por se encontrar numa situação de monoparentalidade.

Quadro 46 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de novas oportunidades - tipo de duração da relação com a Assistência Social

	Permanente	Oscilante	Pontual	Interrompido por motivo trabalho
Até 2014	3 Amélia, Pedro, Roberto	4 Camila, Elvira, Miguel, Rita,	3 Julieta, Maria da Graça, Alda	
2014-2017	1 Amélia	4 Camila, Elvira, Julieta, Roberto	1 Maria da Graça	2 Miguel, Pedro

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Camila, com a alteração da sua zona de residência perdeu todos os apoios de que beneficiava em 2014: géneros e ajudas monetárias pontuais da Santa Casa da Misericórdia para pagamento das despesas de água, luz e gás, ou renda. Considera agora dirigir-se à sua nova Junta de Freguesia para solicitar apoio, não só no que diz respeito a alimentação e vestuário, como para acesso aos Programas de Férias.

Foi também numa consulta médica, na qual revelou que não toma medicamentos há três anos por falta de dinheiro, que foi encaminhada para a assistente social do Centro de Saúde que, por sua vez, a encaminhou para a Segurança Social.

Não tenho apoio de nada. Eu agora por acaso até queria ver se ia pedir à Segurança Social... tipo uma ajuda para a renda da casa, quer dizer vou me pôr a mim e aos meus netos porque não posso pôr a minha filha porque se eles vão ao computador e vêem que ela tem um ordenado, não me ajudam. Porque é assim, eu estou com ela, ela dá-me 200 euros, mas se de hoje a amanhã lhe dá qualquer coisa se vai embora e leva os filhos. Ou se vai ela embora, que isso já aconteceu, e deixar-me os filhos aqui. (Camila, 61 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Pedro, que se integrou no mercado de trabalho em 2015, deixou de receber os apoios que se haviam intensificando entre 2011 e 2014: apoio da Santa Casa para pagamento da renda da habitação, RSI e banco alimentar. Atualmente,

tem como único apoio o acesso a consultas de psicologia na Junta de Freguesia para ultrapassar os seus problemas decorrentes da separação.

Maria da Graça conta atualmente apenas com o seu rendimento do trabalho para sobreviver. Tendo beneficiado, desde 2011, de abono de família, bem como de bolsa de estudo para a sua filha, com a inexistência de menores, e o término do curso da filha, não recebe quaisquer apoios.

Miguel nasceu e cresceu num Bairro na Charneca do Lumiar, em Lisboa, onde viveu até aos 19 anos. Passa por um período de instabilidade habitacional (casa de familiares, casa de amigos) até casar e constituir família aos 21 anos de idade. A habitação sempre foi um problema na medida em que constituiu um encargo difícil de suportar. Iniciou a sua vida laboral com 16 anos. Desde 2009 que trabalha numa empresa de segurança com contrato de trabalho. A mulher, empregada de balcão e mesa no sector da restauração, tem passado por alguns períodos de desemprego que abalam as finanças familiares. Num breve período de desemprego da esposa receberam RSI que terminou quando esta encontrou trabalho. Em 2011 a esposa encontrava-se desempregada e viviam numa casa alugada em Alfama, local que não gostava por não ter sossego. Além disso, tinha muitas dificuldades em pagar a renda pelo que recebia apoio da SCML. A crise e os cortes nos salários vieram diminuir os apoios que recebia do seu pai. Consciente do elevado encargo com a habitação aguardava também resposta a um pedido de casa junto da autarquia, e encontrava-se mobilizado para frequentar um curso de informática que permitisse ter mais um trabalho para incrementar os rendimentos.

Em 2014, Miguel havia mudado para uma casa com melhores condições (maior e sem os problemas que a outra tinha), num local mais sossegado e pelo mesmo valor de renda. A sua esposa continuava desempregada e em busca de trabalho, e havia passado, entre 2011 e 2014, por um período de depressão. Miguel encontrava-se já efetivo na empresa de segurança onde trabalhava. Mantinha os mesmos apoios: apoio da SCML para a renda de casa, abono de família, cartão de saúde e apoio social escolar. Continuava, no entanto, a aguardar banco alimentar. Desistiu de estar inscrito na CML para atribuição de uma habitação social.

Estava a pagar dívidas antigas e tinha uma penhora sobre o salário. Porém, sentia que a sua situação tinha melhorado não só com a mudança de casa, mas também pela maior segurança dada pelo vínculo laboral com a entidade empregadora. Acabou por não tirar um curso de computadores (apesar de continuar interessado e ter pedido à assistente social), mas fazia uns biscates arranjado os computadores dos amigos. As suas perspetivas para o futuro centravam-se no pagamento das dívidas.

Em 2017, Miguel encontrava-se na mesma situação profissional. Porém, são assinaladas duas importantes melhorias: o estado de saúde da sua esposa e o facto de esta ter começado a trabalhar num refeitório. Estes acontecimentos conduzem-no a fazer um balanço positivo da sua situação, mesmo quando deixou de ter apoio da SCML para a renda de casa. Por este motivo, sente-se injustiçado, porque apesar da sua situação ter melhorado considera que ainda precisava de apoio social. Esta situação terá alterado o grau de confiança que Miguel depositava nas instituições que passou de média em 2014, para nula em 2017.

Já desisti. Dão sempre apoio a quem não precisa. Nota-se que há muita gente que não precisa. E quando há gente que tenta lutar, que tenta subir um pouco, cortam os pés às pessoas propriamente. Dão o apoio, mas depois cortam sem qualquer tipo de justificação e nem vão ver (Miguel, 37 anos, trabalhador pobre, 2017)

De uma forma geral, estes entrevistados fazem uma avaliação negativa dos dispositivos da assistência social, manifestando ter um sentimento de injustiça por não serem considerados elegíveis para receber determinados apoios.

Julieta que apenas conta com o abono do seu filho tem também um olhar crítico sobre a assistência de que decorre a inexistência de confiança interinstitucional:

Estava na lista de espera e nunca me chamaram. Para mim o Banco Alimentar é uma mentira porque vejo pessoas a ir lá buscar comida com bons carros e boas coisas. Só dão a quem não devem dar. Vejo pessoas que têm necessidade e não lhes dão. Ficam na lista de espera como eu. Não confio em nada. Eu já tive muitas dificuldades e quando precisei mesmo de ajuda não houve nenhuma igreja ou instituição que me ajudasse e eu senti-me muito revoltada. Só recebi recusas e desisti. (Julieta, 51 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Roberto viu a sua prestação de RSI cortada após seis anos. Desconhece os motivos da cessação e tem uma perspectiva bastante negativa da sua relação com a assistência:

*Cortaram e nem disseram porquê! Fui lá saber umas duas vezes, nem explicaram porquê. De resto não vale a pena eu falar com ela. [-E que vê nela?]
- Como inimiga. (Roberto, 38 anos, trabalhador pobre, 2017)*

Elvira denuncia a entrega de bens alimentares fora de prazo, único apoio que recebe, que considera ser responsável por alguns problemas de saúde que tem sentido:

Há dias melhores e dias piores em que a pessoa chora, “o que fazer? nada”. Ainda hoje o miúdo queria beber leite e eu fui tirar o leite que me tinham dado lá no Banco Alimentar e o prazo está expirado. Eu já disse que não dá. O miúdo já tem alergia, eu às vezes também apanho alergia com essas comidas estragadas. Então, não dá. Peguei e fui deitar fora. (Elvira, 43 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Alda, que sente vergonha quando vai receber o Banco Alimentar, sobretudo por receio de vir a ser reconhecida, pelas clientes do supermercado onde trabalha, avança com uma proposta de distribuição dos bens alimentares:

Assim: - Você vem buscar as suas coisas às duas horas. Às duas horas a gentes estava lá. Eu não tinha que estar a mostrar a minha cara. Porque ninguém tem nada a ver com isso, se eu preciso, se eu não preciso, se eu tenho, se eu não tenho. Eu tenho que me humilhar a lá ir buscar porque me faz falta, já me faz falta. E que necessidade é que eu tenho de mesmo no sítio onde trabalho dizerem assim: - Olha, aquela, vai lá buscar também. Exato, podia ser assim: - Você vem às duas. A outra família vem às duas e meia... (Alda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Rita contrasta com os restantes entrevistados na sua apreciação sobre a sua relação com a assistência social. Se em 2011, ainda com acompanhamento da SCML devido ao microcrédito, considerava sentir-se permanentemente escrutinada pela assistência, hoje com a vida mais desafogada, tem uma postura de reconhecimento.

A Dr.^a F. da Santa Casa da Misericórdia foi uma querida. Apoio-nos muito, sempre a telefonar-me para saber se estava tudo bem. Uma pessoa muito querida. (Rita, 58 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Com efeito, de uma forma geral, verifica-se uma retração do apoio social nestes entrevistados, entre 2014 e 2017, nomeadamente nas prestações da Ação Social, nos géneros alimentares e nas prestações familiares. Deste conjunto de pessoas, Maria da Graça, Miguel e Rita não tinham quaisquer apoios em 2017.

Quadro 47 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de oportunidades - evolução do tipo de apoios sociais (2011-2017)

	Prestações substitutivas ou complementares do rendimento do trabalho	Pensão/ Reforma	Prestações familiares	Prestações de Ação Social	Habituação social	Géneros	Sem apoios	Apoio psicológico/outros saúde
2011	Camila, Roberto	Roberto	Alda, Amélia, Elvira, Julieta, Maria da Graça, Miguel	Pedro, Rita, Alda, elvira, Julieta, maria da Graça, Miguel	Roberto, Julieta	Amélia, Camila, Alda		
	2	1	6	7	2	3	0	
2014	Roberto, Pedro	Roberto	Julieta, Maria da Graça, Miguel, Amélia, Elvira	Elvira, Pedro, Camila, Julieta, Maria da Graça, Miguel	Roberto, Julieta	Alda, Amélia, Camila, Elvira, Pedro	Rita	
	2	1	5	6	2	5	1	
2017	Amélia	Roberto	Camila, Elvira, Julieta, Amélia		Amélia, Roberto, Julieta	Alda, Elvira	Maria da Graça, Miguel, Rita	Pedro
	1	1	4	0	3	2	3	1

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A redução dos apoios sociais sentida pela maioria dos entrevistados deste grupo observa-se também pela diminuição de pessoas que acionavam uma estratégia de gestão das necessidades baseada nos recursos institucionais: se em 2011 a totalidade dos elementos (10) tinha uma estratégia de gestão da privação institucional, verifica-se que, em 2017, esse número reduz para 6. Tal como já assinalado, o recurso à solidariedade de amigos e familiares é uma realidade para todos os entrevistados em 2017, o que revela a importância deste tipo de apoios.

O recurso a empréstimos é utilizado por apenas 3 dos entrevistados, assumindo diferentes formas: empréstimos junto de amigos (Camila), fiado na mercearia (Pedro), ou contratação de empréstimo junto de uma entidade credora para fazer face à avaria de um eletrodoméstico:

Por exemplo, eu nunca tenho dinheiro para pagar as contas em mão. Há um frigorífico que avariou, tenho que ir comprar um e no fim do mês pagar as prestações. (Julieta, 51 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Quadro 48 – Pobreza oscilante | Em busca de novas oportunidades - estratégias de gestão da privação (2011-17)

Estratégias de gestão da privação	Anos	N	Entrevistados
Institucional	2011	10	Miguel, Rita, Maria da Graça, Roberto, Amélia, Alda, Camila, Julieta, Pedro, Elvira
	2014	9	Miguel, Maria da Graça, Roberto, Amélia, Alda, Camila, Julieta, Pedro, Elvira
	2017	6	Roberto, Amélia, Alda, Camila, Julieta, Elvira
Solidária	2011	8	Miguel, Rita, Roberto, Alda, Camila, Julieta, Pedro, Elvira
	2014	8	Maria da Graça, Roberto, Amélia, Alda, Camila, Julieta, Pedro e Elvira
	2017	10	Miguel, Rita, Maria da Graça, Roberto, Amélia, Alda, Camila, Julieta, Pedro, Elvira
Hipotecada	2011	2	Rita, Camila
	2014	4	Rita, Alda, Camila, Pedro
	2017	3	Camila, Pedro, Julieta

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Perspetivas de melhoria: habitação, trabalho e qualificação

A análise das perspetivas enunciadas pelos entrevistados, em cada momento, para a melhoria das suas vidas capta alterações na identificação de novas necessidades e projetos, nomeadamente na área da habitação, que constitui hoje uma prioridade para três dos entrevistados (Miguel, Amélia e Rita).

Na sequência da melhoria das suas condições de vida, Miguel e Amélia pensam agora na possibilidade de adquirir casa própria. No caso de Rita, a perspetiva de melhoria passa por conseguir encontrar uma habitação, com uma renda acessível, num piso mais baixo adequada à sua mobilidade e à evolução dos seus problemas de saúde.

[O que é que acha que ainda pode melhorar ao longo deste ano?] Para mim? Era sair daqui para um rés-do-chão. Era isso que eu queria, mas não consigo. Já pensei em perguntar á Santa Casa se me arranjava uma casinha da Santa Casa, mas já me disseram que não arranjam uma casinha da Santa Casa a pagar, que eu não me importava de pagar a renda se me arranjassem uma casa mais baixinha. Vou chegar a uma altura em que me meto em casa e já não saio. É um andar alto. Se me conseguissem arranjar uma casinha. Pagava a renda. Aqui também pago, não é? Eu vendia isto e ia para uma casa baixinha. A Santa Casa tem bastantes casas fechadas... (Rita, 58 anos, trabalhadora pobre, 2017)

A centralidade do trabalho e a sua importância na vida destes trabalhadores pobres revela-se através daqueles cuja perspetiva de melhoria passa pelo acesso a um trabalho com vínculo (Roberto e Elvira), por manter a situação profissional em que se encontram (Alda, Camila¹⁶ e Pedro) ou por conseguir mais trabalho (Julieta).

Para Maria da Graça a saída do processo de vulnerabilização passa por conseguir a reforma por invalidez devido aos seus problemas de saúde, mantendo igualmente a vontade de terminar o 1º ciclo para «aprender a ler e a escrever como deve ser».

Já, já dava um jeito [a reforma]. Dava pelo menos para descansar a saúde um bocadinho, mesmo que fizesse algumas coisitas, algumas casas. Mas já fazia menos. (Maria da Graça, 59 anos, trabalhadora pobre, 2017)

¹⁶ No caso de Camila, essa expectativa é dirigida para a sua filha.

Para além de Maria da Graça, apenas Roberto entende que um processo de qualificação profissional, na área da carpintaria, poderia ajudar nas suas possibilidades de integração laboral. Note-se que, em 2011, também Miguel e Elvira perspetivam melhorar as suas qualificações. No entanto, esses projetos são abandonados.

Eu acho que não tenho o dom de aprender. Tantas vezes já fui à escola e não sei. A memória não funciona bem. Toda a minha vida fui à escola, escola, escola. Mas graças a Deus, cheguei aqui a Lisboa e aprendi a ler algumas coisas. (Elvira, 43 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Quadro 49 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de oportunidades - perspetivas de melhoria 2011-2017

Entrevistado	Perfil	Perspetiva 2011	Perspetiva 2014	Perspetiva 2017
Miguel	Trab. Pobre	Conseguir uma casa da Câmara com uma renda social e que a companheira conseguisse trabalho. Gostaria de tirar um curso de informática certificado	Pagar as dívidas e continuar a investir nos biscates na área da informática	Criar uma empresa com o filho e adquirir casa própria
Rita	Trab. Pobre	Pagamento das dívidas e o acesso à reforma do seu marido	Pagamento das dívidas e procura de local como potencial de negócio	Necessita habitação a custos controlados por falta de adequação da sua a problemas de mobilidade
Pedro	Trab. Pobre	Melhorar imagem e arranjar emprego	Arranjar emprego	Ficar nos quadros da Junta
Maria da Graça	Trab. Pobre	Conseguir reforma e trabalho adequado aos problemas de saúde	Melhorar qualificações escolares/Ter um restaurante	Melhorar qualificações/ Ter a reforma e continuar a trabalhar
Roberto	Trab. Pobre	Mais apoios sociais e trabalho	Melhorar qualificações e trabalho regular	Melhorar qualificações e trabalho regular
Amélia	Trab. Pobre	Mudar de casa/ Encontrar trabalho/ Creche para filhos	Encontrar trabalho e Creche para os filhos	Manter o seu trabalho/ Poupar para comprar casa em Portugal

Entrevistado	Perfil	Perspetiva 2011	Perspetiva 2014	Perspetiva 2017
Alda	Trab. Pobre	Apoio social e qualificação escolar	Melhoria habitação e emprego para os filhos	Manter situação/ Voltar a casar
Camila	Trab. Pobre	Mais apoios sociais	Mais trabalho	Estabilidade trabalho filha
Julieta	Trab. Pobre	Receber mais e filha encontrar trabalho	Mais trabalho, filha encontrar trabalho e mais apoios sociais	Mais trabalhos de limpezas
Elvira	Trab. Pobre	Melhorar qualificações e trabalhar mais	Negócio por conta própria e regresso marido a Angola para trabalhar	Conseguir emprego

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A análise da trajetória destes 10 entrevistados, cuja situação de pobreza foi percebida como oscilante, e que se encontram em trânsito em busca de oportunidades, permite concluir que apesar da sua diversidade, encontram-se na sua maioria resilientes e ativos, registam melhorias na sua situação económica, têm relação com o mercado de trabalho e têm hoje menos apoios sociais.

Importa, agora, refletir sobre os constrangimentos que impedem a saída da pobreza destas pessoas.

Em primeiro lugar, identificamos obstáculos que decorrem dos incidentes críticos que em determinado momento ocorreram e cujos impactos perduram no tempo, sobretudo, quando conjugados.

O caso de **Pedro** ilustra como a entrada no mercado de trabalho, mesmo com contrato, pode não ser suficiente para a saída da pobreza, dado o acumular de situações ao longo dos anos e cujos efeitos ainda se fazem sentir (endividamento), bem como devido ao impacto de eventos críticos, no caso a separação conjugal.

Embora os pais de Pedro tenham passado por dificuldades, hoje têm a vida equilibrada o que permite apoiar o seu filho, nos momentos mais difíceis da sua vida, marcada sobretudo pela instabilidade laboral. Há cerca de 15 anos que, cumulativamente com a situação de desemprego, Pedro tem vindo a debater-se com a necessidade de pagamento de dívidas junto de bancos, da Segurança Social e de empresas de telecomunicações. A última destas dívidas

diz respeito a prestações do RSI indevidamente pagas, por não ter comunicado de imediato que se encontrava a trabalhar.

Residente em Alfama desde sempre, Pedro tem uma rede de familiares e amigos próxima à qual recorre com frequência como estratégia de gestão de privação. Entre 2010 e 2014 foi apoiado pela SCML, mas em 2014 consegue trabalho na higiene urbana da Junta de Freguesia, com consequente interrupção dos apoios. Em 2016 a mulher sai de casa e Pedro fica a braços sozinho com as despesas e com problemas socio-afetivos ainda por ultrapassar.

Figura 20 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Pedro

Pedro						
Percurso educacional e profissional	Estudou na infância até à 4ª classe	Começa a trabalhar: vários trabalhos dos quais 13 efetivo como fiel de armazém	Desemprego por despedimento	Subaluga café	Desemprego	Integra Mercado de Trabalho – Higiene Urbana Junta de Freguesia
Local residência	Nasceu e viveu sempre em Alfama			Arrenda casa onde vive atualmente		
Apoios Sociais					Apoio Santa Casa- Saúde e Subsídio Eventual+RSI+ Géneros	Apoio consultas psicologia Junta
Incidentes Críticos			Despedimento	Endividamento excessivo/ Falência negócio por conta própria		Separação/ Problemas psicológicos
Idade	0-16	16-40	40	42-46	47-50	50-52
Data	1964-1980	1980-2004	2004-2006	2006-2010	2010-2014	2014-2016
						2016

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Em segundo lugar, o baixo valor dos salários auferidos, sobretudo, nas áreas de atividade nas quais estes trabalhadores se encontram, constituem um sério constrangimento para a satisfação das suas necessidades. Este problema tem, obviamente, um impacto maior junto dos entrevistados pertencentes a agregados familiares com menores e/ou com pessoas desempregadas. É a situação de Alda, Julieta e Maria da Graça.

O percurso de Alda, já anteriormente descrito, exemplifica a resiliência e capacidade de ativação de uma parte destes entrevistados, na medida em que, pese embora as situações difíceis porque passou, foi tendo a energia para se qualificar em 2010, permitindo o seu (re)acesso a um emprego estável, bem como lhe permitiu arrendar uma casa com melhores condições para constituir uma nova família. Porém, os baixos rendimentos condicionam de forma decisiva a sua saída do território de vulnerabilidade.

Figura 21 – Pobreza oscilante | Em trânsito em busca de novas oportunidades - Trajetória de vida de Alda

Alda									
Percurso educacional e profissional	Finaliza percurso escolar-6ºano	Início Trabalho – 16 anos – Confeitaria da Ajuda		Trabalho em limpezas s/vínculo	Part-time Supermercado/ Termina 12ºano (2010)	full-time –Supermercado			
	Local residência	Almada	Chameca – barraca com pais	Almada-Casada e com 2 filhos	Casa arrendada com 2ª relação (s/inf local)	Casa arrendada Alfama – sozinha com 2 filhos	Casa arrendada Sta Maior c/companheiro e 1 filho		
Apoios Sociais					RSI		Banco Alimentar		
Incidentes Críticos					Endividamento		Baixa médica/ Depressão		
					Desemprego		Problemas Habitação/ Filho Desempregado		
Idade	0-16	16-20	20-33	33-43	43-45	45-48	48-51	51-54	
Data	1963-1979	1979-1983	1983-1996	1996-2006	2006-2008	2008-2011	2011-2014	2014-2017	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Por último, identificamos a precariedade laboral traduzida na ausência de vínculos laborais que torna estes trabalhadores pobres particularmente expostos à insegurança e ausência de rendimentos em caso de doença, bem como a reformas de valor muito reduzido. Camila, Roberto e Elvira encontram-se neste contexto.

Deste modo, apesar das melhorias sentidas, o conjunto destes trabalhadores pobres continua a viver situações de insuficiência de rendimentos.

Em termos financeiros há gente muito pior do que eu. Eu não consigo chegar com dinheiro ao fim do mês mas consigo pôr o essencial em casa. (Miguel, 37 anos, trabalhador pobre, 2017)

Não se come pescada come-se chicharro. E como está o preço da pescada! Faz-se uma panelinha de sopa e ficamos bem (Rita, 58 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Também já disse ao meu filho que este ano não íamos ter férias, mas também nunca vamos para lado nenhum. O dinheiro das férias é sempre para comprar mais qualquer coisa, roupa, sapatos. Eu nunca faço férias, vou só à praia de vez em quando. As minhas férias é apanhar o comboio, ir à praia e voltar. (Julieta, 51 anos, trabalhadora pobre, 2017)

D. Saída da pobreza

Os dois casos de pessoas que conseguiram sair da condição de pobreza referidos já em 2014 mantêm-se, são Tânia e Marisa.

Tânia tem a frequência do 3º ciclo de escolaridade. Aos 16 anos começou a trabalhar como florista. Com as gravidezes de risco chegou um período de instabilidade laboral. O negócio por conta própria neste ramo que tinha iniciado com o marido chegou ao fim com o divórcio, do qual resultou um período crítico. Nesta altura recorreu ao RSI do qual beneficiou durante 6 meses. Através de uma conhecida soube do curso técnico de auxiliar de geriatria subsidiado pela SCML e durante a formação viveu com pouco mais de 200€ do curso, a pensão de alimentos e a ajuda financeira dos pais. Em 2011, conseguiu começar a trabalhar numa estrutura residencial para idosos, de

administração direta da SCML, como ajudante de lar e centro de dia, onde se mantém até aos dias de hoje, com contrato sem termo e com um salário de 600€. Sente que este curso lhe revelou a sua vocação.

Em 2014, Tânia tinha-se juntado novamente com o marido e tinha tido mais um filho. Desde 2014, que o marido continua a trabalhar na construção civil em França e passa três meses fora e 15 dias em casa, auferindo 1500€ por mês. Têm ainda a despesa da casa que tinham em conjunto que estão a pagar ao banco, apesar de viverem na mesma casa que pertence aos pais da Tânia, juntamente com os três filhos. Não pensam ir para a casa que outrora compraram por ser muito longe e por ser mais pequena (apenas 2 quartos).

Os seus dois filhos mais velhos são a sua ajuda por causa do filho mais novo, já que trabalha no turno da tarde e chega a casa às 11h da noite.

Gosta do seu bairro e da casa que os pais lhe cederam para viver com o seu agregado. Considera-se determinada a enfrentar os seus problemas. Nunca gostou de estar dependente e considera que saiu da situação de pobreza. Sente-se satisfeita com o que tem e não ambiciona mais nada porque sente uma segurança financeira e emocional que supera qualquer vontade de vir a realizar grandes mudanças na sua vida.

Marisa com 46 anos e o 1º ciclo de ensino básico, era em 2011 a única cuidadora que não residia com os familiares de quem cuidava, a mãe e sobrinha. Nunca considerou que alguma vez tivesse sido pobre, no entanto, o seu percurso de vida revela um contexto de exclusão que culminou com a sua prisão em 2001, ainda que tivesse uma família de origem desafogada que ao longo da vida lhe serviu muitas vezes de apoio.

Pobreza, pobreza de dizer assim eu quero comer e não tenho, não. Com a idade que tenho não sei o que é fome. Já vivi com algumas dificuldades, mas fome não sei o que é. E não sei o que é, dizer assim, “Eu quero um pacote de arroz” e que eu não tivesse dois, não posso dizer isso. Mesmo quando era só o meu marido a ganhar eu tinha os meus pais de retaguarda, eles eram pessoas que sempre tiveram uma boa vida. (Marisa, 46 anos, trabalhadora, 2017)

Com a saída da prisão passados 6 anos, ainda pensou procurar trabalho, mas a mãe pediu que a apoiasse. Prestou-lhe cuidados durante cerca de sete anos, até que conseguiu angariar um conjunto de casas particulares, para as quais faz limpezas, conseguindo ocupar todo o tempo de trabalho durante a semana, embora sem vínculo laboral. A vantagem de ter carro, permiti-lhe gerir de

uma forma mais eficaz o seu tempo de forma a poder acumular diferentes trabalhos. O marido acabou por arranjar emprego numa garagem de um dos patrões e a filha, ainda a estudar em 2014, é atualmente esteticista. É provavelmente esta integração no mercado de trabalho do marido e da filha que a faz considerar que a sua condição económica melhorou desde 2014.

Marisa é um dos dois casos que saiu da zona de vulnerabilidade já em 2014, contanto o seu agregado familiar, composto por três pessoas, com 2.300€ mensais. Nunca se tendo considerado pobre, perante uma escala de 10 níveis, em que 1 corresponde ao nível de pobreza mais baixo e 10 o nível mais alto de riqueza, auto posiciona-se no meio, no nível 5. Afirmando-se determinada e poupada, o que lhe permitiu comprar a casa onde habita com a sua família.

Para aí num 5, mas não sou rica. Nós ao longo do tempo fomos juntando e por isso pude comprar a minha casa, por isso eu também pude fazer obras e não devo nada a ninguém! (...) Eu sou uma pessoa muito determinada, é assim eu tenho a minha semana toda programada, tenho tudo programado. (Marisa, 46 anos, trabalhadora, 2017)

Com uma postura sempre resiliente face às dificuldades e de recusa de apoios sociais, considera que é pelo emprego que soluciona as suas necessidades e que frequentar formação não lhe melhoraria a condição económica.

Comecei a trabalhar a dias e é por aí que eu quero ficar. Ainda me disseram uma vez para eu fazer um curso de cabeleireira, mas não estou para isso! As minhas primas fizeram, trabalhavam a dias, e uma acabou o curso e voltou a trabalhar a dias. Ela dizia-me: “não é no cabeleireiro que eu ganho dinheiro!” (Marisa, 46 anos, trabalhadora, 2017)

Refere que não faz planos para o futuro, mas no decurso da entrevista vai dando conta de projetos e de uma gestão financeira tendo em vista, por exemplo a realização e uma viagem à Dinamarca para visitar um enteado ou a troca de carro.

Não faço projetos! Não! Este ano não vamos ter férias. Eu para juntar dinheiro não faço férias. Por exemplo este ano o meu marido vai ter férias em setembro e a minha filha em agosto. E eu não vou de férias e deixar a miúda aqui! Eu para tirar férias tenho de tirar uma semana, porque se não trabalhar não ganho! No próximo ano o meu marido vai estar de férias em junho, a minha filha está a trabalhar. Se calhar em julho somos capazes de ir de férias. Ai somos capazes de ir à Dinamarca que ele tem um filho na Dinamarca, porque o meu marido tem mais um filho. (...) Vamos ver se para o ano ou daqui a 2 anos vamos lá, mas podemos não ir, podemos ir a outro lado qualquer. Também estou com a ideia de ir a Cabo Verde, tenho lá a mãe da minha cunhada, que está farta de dizer para a gente ir lá. Vamos ver. Neste momento a coisa mais importante que eu queria era comprar a casa e fazer a obra. Agora mais para a frente quero trocar o meu carro, porque o meu carro já é de 1999. (Marisa, 46 anos, trabalhadora, 2017)

Importa referir que Marisa não tem qualquer vínculo com os empregadores, não beneficiando por isso de qualquer direito na qualidade de trabalhador, para além da remuneração pelo trabalho que desempenha, como subsídio de férias ou Natal. Mas este défice de direitos reflete-se, com impacto ainda mais gravoso, nos direitos ao nível de proteção social em situação de doença ou no cálculo da reforma futura. Se Marisa por alguma inevitabilidade (de saúde ou outra) ou pela idade deixa de poder trabalhar, terá de recorrer a pensões mínimas, já que não tem nenhum vínculo laboral. Qual a “sustentabilidade” da sua situação de saída da pobreza?

II Resultados dos apoios na satisfação das necessidades

A capacidade do sistema de proteção social inculzir qualidade e eficácia nas medidas de ativação não se restringe apenas aos recursos materiais que são acionados, mas também aos recursos relacionais que é possível imprimir no acompanhamento. Desta forma, a avaliação realizada pelas pessoas que integram o Painel sobre a relação já tida com a assistência, mas também sobre o nível de consonância dos apoios face às suas necessidades, são dois indicadores cruciais que traduzem o desenho e o nível de desempenho institucional dos esquemas de assistência social e do sistema de proteção social.

Tal como fomos constatando ao longo dos últimos capítulos, um conjunto de variáveis concorrem para a avaliação que os entrevistados fazem da relação que mantêm com os dispositivos de assistência. Se objetivamente é possível isolar um conjunto de fatores, como o perfil do técnico, a sua capacidade de gerar empatia, de compreender a situação apresentada e acionar os recursos disponíveis, existem outras condicionantes que interferem na apreciação desta relação e que traduzem a diversidade de histórias de vida em diferentes conjunturas históricas, com modos de socialização muito díspares, mesmo quando ocorrem em contextos urbanos, e, particularmente, no contexto da cidade de Lisboa.

Um dado que ressalta desta subjetividade, inerente à apreciação que é feita dos dispositivos de assistência, decorre da diversidade que assume a adesão aos dispositivos de assistência, o tempo de permanência na dependência de determinado tipo de apoios sociais e as expectativas que se geram face à intensidade e tipo de relações que se vão mantendo.

Constata-se que o número de pessoas que têm demonstrado facilidade na adesão a determinados tipos de apoios sociais tem oscilado entre as 25, 31 e 28, diminuindo o número de pessoas que revelavam resistência nesta adesão (passa de 16 para 7) e aumentado aqueles que se recusam a manter uma relação com estes dispositivos (passa de 2 para 6).

Também não é de menosprezar nesta análise, o número de pessoas que mantêm uma relação permanente com a assistência – 22, número que se tem mantido estável ao longo do período de observação, repartindo-se os restantes até 2014 por uma relação oscilante (14) e pontual (6), para em 2017 se assistir a uma redução dos casos que mantinham a relação mais oscilante com o sistema de proteção social. De facto, importa referir que em 2017 se verifica, pela primeira vez, a existência de um conjunto de 6 entrevistados sem qualquer tipo de apoios, ainda que alguns possam registar carências em algumas das dimensões da sua existência. Entre estas pessoas sem apoios, encontramos, concretamente, 2 trabalhadoras (Tânia e Marisa) e 4 trabalhadores pobres (Márcia, Maria da Graça, Miguel, Rita).

Globalmente, e ao longo dos três períodos de inquirição, os entrevistados manifestam que os apoios auferidos não vão ao encontro de todas as suas necessidades. A dissonância é generalizada à maioria dos entrevistados: em 2011, 39 pessoas; em 2014, 37 e em 2017, 33. No entanto, constata-se uma ligeira melhoria dos níveis de consonância face aos apoios auferidos: se em 2011 apenas 2 entrevistadas (Anabela e Filomena) faziam uma avaliação positiva, em 2014 encontramos 6 respostas neste sentido (Abu, Ilda, Hortense, Rute, Fátima e Ramiro), para em 2017 se registarem 8 pessoas: Amélia, Abu, Anabela, Ilda, Ângela, Rute, Fátima e Verónica.

Na multiplicidade de fatores que intervêm nesta avaliação, nem sempre é fácil perceber o peso que assume cada um deles quando se trata de avaliarem a relação que mantêm com os dispositivos de assistência. No entanto, uma leitura meramente quantitativa permite-nos identificar que a relação das pessoas que integram o painel teve uma evolução de sinal positivo no período 2014-2017 face ao registado até 2014 e que se traduz objetivamente no colmatar de necessidades em diferentes áreas da sua existência.

Quadro 50 – Avaliação da relação com os dispositivos de assistência (até 2014 e de 2014 a 2017)

	Não aparece nos discursos		Aparece e é positiva		Aparece e é negativa		Aparece e é neutra		NA		NS/NR	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Não se considerava em nenhum grupo	1											1
Episódica ou Acidental	4	3	2	5	7	4	1		1			1
Oscilante	4	6	1		7	6					1	
Persistente	4	3	1	9	7	4			2	2	5	1
Total	13	12	4	14	21	14	1	1	3	4	6	2

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Quadro 51 – Tipo de adesão aos dispositivos de assistência (2011-2017)

	Tipo de Adesão											Total		
	Resistência			Facilidade			Inevitabilidade			Recusa				
	2011	2014	2017	2011	2014	2017	2011	2014	2017	2011	2014		2017	
Não se considerava em nenhum grupo	1	1	1										1	
Episódica ou Acidental	5	3	3	6	7	8	3	2					1	14
Oscilante	6	1	2	6	10	6				1	1	3		13
Persistente	4	1	1	13	14	14	1			1	3	2		19
Total	16	6	7	25	31	28	4	2	2	2	5	6		47

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

1. Carências ainda por colmatar

Independentemente do tipo de políticas que estão em causa, os quadros seguintes pretendem destacar como as pessoas que integram o Painel avaliam o nível de satisfação das suas necessidades na sua relação com as oportunidades que são disponibilizadas pelo sistema de proteção social. Para o efeito, considerou-se relevante identificar os diferentes domínios manifestados como problemáticos pelos entrevistados (rendimentos, alimentação, cuidados de saúde, habitação, formação profissional e emprego) e referenciar os resultados quer na forma como o sistema reconhece (ou não) as carências manifestadas pelas pessoas na sua relação com os dispositivos de assistência/proteção social, quer na forma como é possível (ou não) tornar as oportunidades mais acessíveis, disponibilizando-se para o efeito um conjunto de recursos adequados às necessidades do seu público. Coloca-se, assim, em relevo a forma como os recursos para a inserção chegam (ou não) aos seus potenciais destinatários e são por eles apropriados.

Refira-se que uma “carência não reconhecida” decorre da manifestação dessa carência junto dos dispositivos de assistência/proteção social e para a qual não foi despoletada qualquer solução pelo não reconhecimento da sua relevância. A partir do momento que é acionada uma resposta, mas mantém-se um estado de carência, ou não foi acionada uma resposta, apesar do reconhecimento da sua relevância, assumimos que se trata de uma “carência latente”, mais ou menos prolongada no tempo, consoante os casos.

Uma leitura rápida do conjunto das áreas problemáticas permite corroborar a apreciação generalizada de dissonância dos apoios disponibilizados para satisfazer o estado de carência em que as pessoas se encontram. Apesar de estarmos perante uma avaliação que não engloba a totalidade das pessoas que integram o Painel – nem todos recorreram aos recursos disponibilizados pelo sistema e nem todos sentem carências em algumas áreas específicas, nomeadamente pela sua idade ou condição de saúde - constata-se um número muito reduzido de pessoas que revelaram, tanto em 2014, como em 2017, que o seu estado de carência foi ultrapassado face às que manifestam carências latentes. A exceção vai para a área da saúde que em 2017 regista uma evolução positiva, com 18 entrevistados a revelarem que as necessidades sentidas neste domínio foram satisfeitas.

De referir, no entanto, que apesar desta evolução positiva na área da saúde mantém-se, desde 2014, um número considerável de pessoas a manter uma carência latente há pelo menos cinco anos (16 pessoas). Situação semelhante se passa na área dos rendimentos e da alimentação:

- ▶ se em 2014, 33 dos entrevistados revelavam necessidades monetárias, em 2017, passam a ser 18, tendo 16 destas pessoas uma carência latente há mais de 5 anos e apenas 7 registam a satisfação da sua necessidade nesta área;
- ▶ Ao nível das carências alimentares regista-se um aumento, de 2014 para 2017, de 1 pessoa a aumentar o seu nível de necessidade e com apenas 8 entrevistados a identificar que as suas necessidades nesta área foram satisfeitas;
- ▶ Outra área a registar uma evolução positiva, entre 2014 e 2017, é a habitação: passa de 4 para 8 pessoas com esta carência satisfeita.

Quadro 52 – Resultados dos apoios por área problemática

	Rendimentos		Alimentos		Saúde		Habitação		Educação		Emprego	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Carência satisfeita	6	7	6	8	5	18	4	8	2	6	2	0
Carência não reconhecida	2	7	2	3	1	0	6	1	0	1	9	0
Carência latente – 5 anos	7	2	7	5	12	9	5	4	3	0	1	1
Carência latente + 5 anos	26	16	6	9	4	7	6	7	2	6	3	12
Total	41	32	21	25	22	34	21	20	7	13	15	13

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

1.1. Rendimentos

Na área dos rendimentos, a existência de uma carência latente é uma realidade, em 2017, para 18 dos entrevistados que compõem o Painel, registando-se, em 2014, 33 pessoas que assinalaram que se encontravam nesta situação, ou seja, que necessitavam de um valor complementar para o pagamento de despesas correntes.

Esta situação é particularmente sentida, em 2017, por 8 incapacitados, 5 trabalhadores pobres, 3 idosos, 1 incapacitado e 1 cuidadora. A este conjunto de 18 pessoas com carência latente na área dos rendimentos, acresce 7 entrevistados que referem que a sua necessidade não foi reconhecida pelo sistema ou, tendo sido, não foi acionada nenhuma resposta para fazer face à situação de carência. Encontram-se nesta situação 6 trabalhadores pobres (Alda, Elvira, Julieta, Márcia, Maria da Graça e Miguel) e 1 incapacitado (Albano).

Dos 4 trabalhadores pobres do Painel que deixaram de ter apoios sociais (Márcia, Maria da Graça, Miguel e Rita), todos, com exceção de Rita, não deixaram de sentir privação económica.

Quadro 53 – Resultados dos apoios – Rendimentos (2014, 2017)

	Carência não reconhecida		Carência satisfeita		Carência latente - 5 anos		Carência latente + 5 anos	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença		1	2	2	2	1	6	7
Desempregados				2			2	1
Cuidadoras informais				1	1		1	1
Trabalhadores pobres	2	6	1	2	4	1	11	4
Idosos			1				6	3
Desafiliados								
Trabalhadora			2					
Total	2	7	6	7	7	2	26	16

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A necessidade de um complemento ao rendimento que auferem consubstancia-se nas faltas que sentem ao nível da dieta alimentar, dificuldade em pagar todas as contas mensais ou bimensais, como água, eletricidade ou gás, ou mesmo suprir necessidades básicas com as crianças dos seus agregados a nível de material escolar, não enquadrado nos apoios escolares, de vestuário, calçado e de medicação não comparticipada.

Pagar todas as despesas é uma dificuldade sentida, por exemplo, por Camila e a sua filha, ambas empregadas e sem apoios sociais. Num agregado familiar de quatro pessoas (mãe, filha e dois netos), Camila explica como se organiza para manter as despesas pagas:

Eu este mês pago os recibos da luz, para o outro mês pago os recibos da água e não pago o da luz, porque se eu vou pagar... (...). Porque se eu vou pagar os dois, então é que fico sem um tostão. Não me chega, percebe? (Camila, 61 anos, Trabalhadora Pobre, 2017)

Amélia, membro de uma família monoparental com três filhos em idade escolar, só conseguiu superar esta conjuntura, quando decidiu emigrar há três anos para o Reino Unido. O seu horário de trabalho como assalariada numa cantina, não lhe permitia ter mais nenhuma atividade para complementar o rendimento e o abono de família não era suficiente para colmatar essa falta.

O que podia fazer por mim para mudar a situação era trabalhar mais horas. Porque eu tinha que levá-los e ir buscá-los, estava limitada. Das 9:00 até às 17:00, 17:30, a hora em que o mais pequenino saía. Eu? Para viver aqui? Agora estou bem e tenho mais qualidade de vida para os meus filhos. Tem que se dar graças a Deus ao que temos todos os dias. Exato!? O pão nosso de cada dia... Os meus filhos a pedirem-me “quero isto”, “não, não posso”, a continuarem a ouvir o tal “não”. Só pago o almoço (...). Medicação, óculos, livros para a escola não compro. (Amélia, 37 anos, cuidadora, 2017)

Efetivamente, em agregados em que apenas um adulto trabalha e onde acresce a fraca intensidade laboral e os baixos salários esta necessidade ganha grande acuidade. Veja-se, por exemplo, o caso de Márcia com 60 anos, a viver com uma filha e uma neta de três anos em regime de guarda partilhada. Recebe 200 euros a trabalhar para uma empresa de limpezas três horas por dia, tem a ajuda

dos filhos, que estão emigrados, e que a apoiam na renda da casa. Márcia está à procura de mais um emprego para aumentar o rendimento familiar.

1.2. Alimentação

A alimentação continua a ser, em 2017, uma área que revela um aumento da existência de situações de carência latente há mais de cinco anos (passa de 6 para 9 pessoas), registando-se mais uma pessoa a referir que esta necessidade não foi reconhecida (passa de 2 para 3 pessoas). Também nesta área o grupo dos trabalhadores pobres e dos incapacitados aparecem com a maior manifestação desta carência. Quando falamos do registo desta necessidade há menos de 5 anos, encontramos 5 pessoas (menos 2 face a 2014).

Se para 8 pessoas esta carência encontra-se satisfeita, convém lembrar que nem sempre ficam reunidas as melhores condições para a sua satisfação, tal como ilustra o testemunho de Abu:

É uma boa ajuda. Ajuda-me sempre. O problema é que as coisas estão em cima da data, ou fora do prazo, ou é uma data do dia seguinte, e eu tenho que me desenrascar com isso. [Quantas vezes vai buscar?] Uma vez por mês, de 3 em 3 meses. É quando eles chamam. [São eles que chamam, não é?] Exato. [E nunca recorreu às carrinhas?] Às carrinhas continuo a recorrer. Já não vou há muito tempo, mas continuo a ir sempre. Por exemplo, hoje há uma às nove e meia que tenho que ir que é para poder ter alguma coisa aqui para comer. (Abu, 40 anos, incapacitado, 2017)

Alguns dos entrevistados referiram que, mesmo depois de ter feito o pedido, essa carência não foi satisfeita, como refere Joana:

No Banco Alimentar!?! Há tantos anos que eu estou lá inscrita! Não quero mentir, não posso dizer que são três que podem ser dez! Eu sei que há bastante tempo... no Natal ligaram para ir buscar umas postinhas de bacalhau... uma coisa muito simples... (Joana, 41 anos, incapacitada, 2017)

Quadro 54 – Resultados dos apoios – Alimentação (2014, 2017)

	Carência não reconhecida		Carência satisfeita		Carência latente - 5 anos		Carência latente + 5 anos	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença	2	2	1		2	5	1	3
Desempregados			2				1	1
Cuidadoras informais			1	1				1
Trabalhadores pobres		1	2	4	5	1	3	4
Idosos				2			1	
Desafiliados								
Trabalhadora								
Total	2	3	6	7	7	6	6	9

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

1.3. Apoios à saúde

Observa-se que existe, em 2017, um aumento dos entrevistados que apresentam uma carência satisfeita na área da saúde, passando de 5 para 18 pessoas, não se registando nenhum caso de carências não reconhecidas.

Refira-se, a título de exemplo, alguns discursos emblemáticos do colmatar de necessidades nesta área:

Estes óculos foi a Dra... a Dra. da Santa Casa que mos deu. E é assim, senão não via nada, não via um palmo à frente dos olhos. Mas ainda tive que esperar um tempinho. Ando aqui com a bota, que eu já não posso andar com esta bota, já precisava de uma nova, ela mandou-me tratar dos papéis, mas isto é tudo estas burocracias, demora muito tempo, muito tempo, muito tempo. Olhe, e vamos andando assim, faz de conta que a gente é feliz. (Deolinda, 58 anos, incapacitada, 2017)

Eu amo a X. Já passei por muito, chorei muito. Passei muitos dias, muitas noites a chorar. A minha psicóloga da junta, ia lá todas as semanas, agora ando a ir de 15 em 15 dias. (Pedro, 53 anos, trabalhador pobre, 2017)

É também de referir que a carência latente há mais de cinco anos, aumentou de 4 para 7 casos entre 2014 e 2017, sendo 4 novas situações (Joaquim, Margarida, Filomena e Camila), mantendo-se as necessidades por satisfazer para Anabela, Carolina e Valentina.

Já as situações de carência latente há menos de 5 anos diminuíram de 12 para 9 casos, registando-se este nível de carência, independentemente do seu prolongamento no tempo, por trabalhadores pobres, desempregados e incapacitados.

Alguns dos entrevistadores referiram a necessidade de arranjar um dentista (ex.: Márcia, Carolina, Filomena) ou mesmo saber onde se dirigir para ter acesso a uma consulta psiquiátrica (Márcia). Algumas destas questões revelam desconhecimento de como proceder para ter acesso a um serviço de saúde que respondesse às solicitações, referenciando alguns que não tinham cartão de saúde da Santa Casa da Misericórdia (ex.: Márcia, Carolina, Aura, Filomena, Graça) ou que não sabiam se tinham médico de família no Centro de Saúde do seu local de residência. Outros referiram mesmo que não conseguiam pagar a deslocação ao seu Centro de Saúde.

Uma das situações mais recorrentes foi a chamada de atenção para a dificuldade na aquisição de medicamentos. Camila, que já teve dois acidentes vasculares cerebrais, foi encaminhada pelo seu médico de família para a assistente social, porque lhe referiu que não se medicava por não ter recursos financeiros.

Pagar a renda pago, e depois a água, a luz e essas coisas? Por isso é que eu queria um apoio, porque eu deixei de tomar medicação do AVC, porque todos os meses eu gastava 75 euros, 80 euros de medicação. Eu tomei durante uns anos, depois deixei de tomar, e agora, quando eu fui ao médico, eu disse-lhe que há uns três anos que não tomava medicação, que deixei de tomar derivado à minha situação e disse-lhe que não estava a tomar medicamentos e ele então pôs-me a falar com a assistente social lá (Camila, 61 anos, trabalhadora pobre, 2017)

O mesmo refere Aura sobre medicamentos não comparticipados para o marido. Ou seja, embora não tenha manifestado para si própria esta carência, ela é latente para um dos elementos do seu agregado familiar:

O meu marido, dali daquelas pernas que de vez em quando também ficam em ferida. Cada caixa de pensos para as feridas é quase seis euros, só traz cinco, é nas duas pernas... é na alimentação... nos medicamentos... medicamentos então para ele não se fala! (...). Sim, muitos medicamentos não têm desconto da Caixa. Não têm. Tenho que pagar do meu bolso certos medicamentos. (Aura, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Estas dificuldades foram referenciadas também por quem tem familiares a cargo, como é o caso da Graça que vive com uma filha acamada:

Tenho cartão da Santa Casa para a minha filha, mas ela tem direito às fraldas é à medicação, só que em certa medicação já não tem participação. (Graça, 68 anos, idosa, 2017)

Quadro 55 – Resultados dos apoios – Cuidados de Saúde (2014, 2017)

	Carência não reconhecida		Carência satisfeita		Carência latente - 5 anos		Carência latente + 5 anos	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença			4	8	2	2	3	1
Desempregados				1	1			2
Cuidadoras informais								
Trabalhadores pobres			1	5	8	6	1	4
Idosos	1			4	1	1		
Desafiliados								
Trabalhadora								
Total	1		5	18	12	9	4	7

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

1.4. *Habitação*

A habitação, em 2017, revela uma avaliação positiva face às necessidades que foi possível colmatar. Face a 2014, regista-se um aumento do número de pessoas a fazer uma avaliação positiva na cobertura desta necessidade: passa-se de 4 para 8 casos, sobretudo enfatizado pelas pessoas em situação de incapacidade (4) e pelas cuidadoras informais (2). Encontram-se aqui os casos de Abu, Hortense e Ramiro, anteriormente em situação de desafiados, que viram a sua situação habitacional mais estabilizada e com melhores condições de habitabilidade, mas também os casos de Amélia que ao emigrar para o Reino Unido teve acesso ao parque habitacional público naquele país e de Verónica que conseguiu regularizar o seu acesso formal à habitação social (até aqui ocupava abusivamente uma habitação).

Para onde me vão dar casa, para a Alta de Lisboa, aquilo é um espetáculo. Eu tenho lá amigos que você não tem uma cebola, toda a gente lhe quer dar. Ali as pessoas são muito diferentes. Se você disser: guardem-me a casa que eu vou sair, eles guardam. Aqui não, se puderem deixar roubar, deixam. (Verónica, 30 anos, cuidadora informal, 2017)

A habitação representa ainda uma carência latente para 11 dos entrevistados (3 incapacitados; 5 trabalhadores pobres; 3 idosos)¹⁷ e 1 que refere que esta necessidade não foi reconhecida (Paula). Estas carências estão por vezes relacionadas com os valores dos arrendamentos, insalubridade ou problemas de mobilidade associados à saúde, como são os casos de Camila, Rita e Celestina. O testemunho de Rita ilustra a dificuldade de adequação das habitações às condições de saúde de alguns dos entrevistados:

[O que é que acha que ainda pode melhorar ao longo deste ano?] Para mim? Era sair daqui para um rés-do-chão. Era isso que eu queria, mas não consigo. Já pensei em perguntar á Santa Casa se me arranjava uma casinha da Santa Casa, mas já me disseram que não arranjam uma casinha da Santa Casa a pagar, que eu não me importava de pagar a renda se me arranjassem uma casa mais baixinha. Vou chegar a uma altura em que me meto em casa e já não saio. Se me conseguissem arranjar uma casinha. Pagava a renda. Aqui também pago, não é? Eu vendia isto e ia para uma casa baixinha. A Santa Casa tem bastantes casas fechadas... (Rita, 58 anos, Trabalhadora Pobre, 2017)

¹⁷ Aura, Joana, Joaquim, Olegário, Natália, Fátima, Celestina, Deolinda, Filipa, Rita e Márcia.

Aura foi obrigada a fazer um plano de pagamento para permanecer na casa de renda social onde habita com o seu agregado, pois devia 8.000 €, e reclama da falta de celeridade com que a entidade gestora e a assistente social estão a tratar do caso, revelando um caso de dissonância relativamente ao apoio que recebe para resolver este problema.

De casa, pago 227 euros por causa do acordo que fiz... com a assistente já falei. (...) Já fui à Gebalis e pedem-me mil e umas coisas... há mais de dois anos que fui meter os papéis para abaixar a renda. E até hoje... (Aura, 54 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Quadro 56 – Resultados dos apoios – Habitação (2014, 2017)

	Carência não reconhecida		Carência satisfeita		Carência latente - 5 anos		Carência latente + 5 anos	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença	1		4	4	1		2	3
Desempregados	1	1		1				
Cuidadoras informais	1			2			1	
Trabalhadores pobres	2			1	4	2	3	3
Idosos	1					2		1
Desafiliados								
Trabalhadora								
Total	6	1	4	8	5	4	6	7

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

1.5. Formação profissional

A formação profissional foi uma carência satisfeita para 2 entrevistados (Ilda e Rita), mas manteve-se uma carência latente, há mais de cinco anos, para Abu, Ramiro, Aura, Anabela, Carolina e Roberto. Observou-se que, em 2017, a

carência latente, há mais de 5 anos, triplicou pela necessidade de reformular percursos de habilitação profissional, com vista à maior empregabilidade.

Márcia, embora não tenha manifestado necessidade de qualificação profissional, sente vontade de frequentar um curso de inglês com vista a ter mais oportunidades de trabalho caso venha a emigrar:

Eu estou com um pé fora para me ir embora para ter com os meus filhos. Só que, como eu lhe disse, tenho que ter o inglês - o básico. O meu filho diz-me: “mãe, já tenho emprego para ti, mas tens que aprender inglês”. Ele tem emprego para mim, já. A senhora dava-me três horas, sem saber inglês, só o básico, 900 libras! (Márcia, 60 anos, trabalhadora pobre, 2017)

Roberto, por exemplo, fez uma formação em jardinagem, mas nunca conseguiu encontrar emprego na área. Por continuar desempregado, pensa agora inscrever-se num curso de ajudante de carpinteiro, pois, como já faz alguns biscates, considera que esta formação vem valorizar o seu trabalho, tornando-o mais regular.

Quadro 57 – Resultados dos apoios – Formação profissional (2014, 2017)

	Carência não reconhecida		Carência satisfeita		Carência latente - 5 anos		Carência latente + 5 anos	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença				2	1		1	2
Desempregados				1	1			
Cuidadoras informais								
Trabalhadores pobres			2	3	1		1	4
Idosos								
Desafiliados								
Trabalhadora		1						
Total		1	2	6	3		2	6

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

1.6. *Emprego*

O emprego aparece como a área onde não se regista qualquer caso de carência satisfeita em 2017. Embora entre as pessoas que compõem o painel 8 tenham consigo aceder ao mercado de trabalho, conseguiram-no pela mobilização de estratégias individuais.

Verónica, caso não se encontrasse grávida, e se concretizasse a proposta de trabalho apresentada pelo Centro de Emprego, talvez pudesse vir a ilustrar uma situação da aposta do sistema na concretização dos projetos de empregabilidade de alguns dos entrevistados que integram o painel.

Tenho uma carta do centro de emprego que chegou na quinta-feira com uma proposta de trabalho para ganhar 530 euros nas limpezas, mas pronto. Nem sei como devo fazer, se vou ao centro de emprego dizer que estou grávida (Verónica, 30 anos, cuidadora informal, 2017)

Efetivamente, tanto em 2014, como em 2017, não se regista nenhuma situação que configure a abertura do sistema de oportunidades de emprego. E se em 2014 encontrávamos 9 entrevistados que referiam ter manifestado essa carência junto dos dispositivos de assistência/proteção social e para a qual não tinha sido despolexada qualquer solução, pelo não reconhecimento da sua relevância, em 2017, não se registaram este tipo de situações. Entre estas 9 pessoas, 2, Filipa e Liliana, já estão inseridas profissionalmente e outras 2, Vasco e Filomena, simplesmente não manifestaram essa necessidade junto dos organismos adequados. Mas para 5 pessoas, Joana, Joaquim, Margarida, Celina e Márcia, a manifestação da sua carência há mais de 5 anos ainda não surtiu qualquer efeito.

A carência latente há mais de cinco anos na área do emprego é manifestada, sobretudo, por pessoas enquadradas no perfil de “incapacitados permanentes para o trabalho por motivo de doença” (5). Como fomos constatando ao longo dos capítulos precedentes, alguns dos entrevistados que se encontram neste perfil reconhecem que o seu estado de saúde os impede ou limita grandemente no exercício profissional, no entanto, ainda não perderam a esperança de vir a encontrar um trabalho compatível com a sua condição e, nesse sentido, vão manifestando esta necessidade junto dos dispositivos de assistência/proteção social, como são os casos de Abu, Ramiro, Joana, Joaquim e Rute. Também os trabalhadores pobres tendem a manter esta carência há mais de 5 anos, concretamente Carolina, Márcia e Roberto, bem como as cuidadoras informais (Celina e Verónica) e as desempregadas (Paula e Margarida).

Na situação concreta destas pessoas encontramos diferentes formas de os vários organismos reagirem: é acionada uma resposta, mas mantém-se um estado de carência, ou não foi acionada uma resposta, apesar do reconhecimento da sua relevância.

Estou inscrita há muitos anos e o meu marido também [centro de emprego]. E vou lá e aperto com elas por causa de trabalho, não têm... Então, eu fui lá buscar o papel para o Rendimento Mínimo e 'Veja aí se me arranja trabalho' e ela disse 'Não tenho', ela olhou e disse 'Não tenho trabalho'. Não têm. (Margarida, 46 anos, desempregada, 2017)

Quadro 58 – Resultados dos apoios – Emprego (2014, 2017)

	Carência não reconhecida		Carência satisfeita		Carência latente - 5 anos		Carência latente + 5 anos	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Incapacitados permanentes por motivo de doença	4				1		1	5
Desempregados	1							2
Cuidadoras informais	1							2
Trabalhadores pobres	3		2			1	2	3
Idosos								
Desafiliados								
Trabalhadora								
Total	9		2	0	1	1	3	12

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

III A situação habitacional

A habitação constitui uma área crítica na vida das pessoas que integram este painel, tanto pelas condições materiais das habitações como pelos preços do mercado de arrendamento. Tratando-se de uma dimensão muito presente na maioria das entrevistas e ocupando uma boa parte dos discursos das pessoas que integram o painel, desde a Fase I, a informação recolhida permite-nos conhecer a evolução da situação habitacional dos entrevistados ao longo do período em análise (2011, 2014 e 2017): os casos de mobilidade residencial, o estatuto de ocupação, as condições de habitabilidade, as alterações decorridas no período em análise e as motivações e estratégias acionadas para essa mudança.

1. A mobilidade e a saída dos bairros históricos contrastam com a estabilidade da habitação social

Como referido na fase anterior, entre a fase I e a fase II deste estudo, deu-se uma reorganização administrativa dos territórios alterando-se as designações e os limites territoriais das freguesias que integravam as duas zonas em estudo. Recordando, em 2011 a Zona 1 correspondia às freguesias de Marvila e Ameixoeira, atualmente este mesmo território corresponde às freguesias de Marvila (que mantém o mesmo território) e a atual freguesia de Santa Clara, que integra as antigas freguesias de Ameixoeira

e Charneca. No que respeita à Zona 2, as freguesias que a integravam em 2011 correspondem no novo mapa administrativo às freguesias de Santa Maria Maior e São Vicente¹⁸.

Em 2014, as mudanças residênciais ocorreram maioritariamente por parte dos habitantes da freguesia de Santa Maria Maior/São Vicente onde predomina o arrendamento privado, com rendas elevadas e fracas condições de habitabilidade. É interessante verificar que, em 2014, estas mudanças aconteciam tendencialmente dentro da mesma freguesia, tendo-se constatado, em 2017, um cenário um pouco distinto. Se em 2014, apesar da falta de uma resposta social ao nível da habitação, os laços e as redes estabelecidos nestes territórios imperavam como critérios de permanência na zona, em 2017, apesar desse enraizamento social dos moradores, já identificado na fase I do Barómetro, arrendar uma habitação no mercado privado tornou-se praticamente impossível, dada a crescente procura de habitações para o arrendamento turístico. Das 21 pessoas que residiam naquele território, 5 mudaram de freguesia ou concelho.

O sentimento de “expulsão” do seu território está bem patente no discurso dos entrevistados residentes naquela zona, que continuam aí a residir, como Deolinda, ou se tenham visto obrigados a mudar de freguesia, como Antero que reside atualmente na freguesia do Beato, para onde também Rute se mudou depois de a termos encontrado na freguesia da Misericórdia em 2014. Com poucos rendimentos para alocar à habitação, as freguesias afastadas do centro histórico tornam-se a única alternativa viável.

Porque acho que isto também já é uma chachada, é tudo para estrangeiros, só estrangeiros, só estrangeiros! A gente agora vem aqui a um café beber um café, por exemplo, pagávamos 50 cêntimos, agora é um euro que é para os estrangeiros! Pelo menos lá ao pé de mim é assim. Aquilo eu acho uma estupidez, a gente já não tem um café onde se possa sentar um bocadinho e beber um café a 50 cêntimos, agora é tudo tapas não sei quê e..., tudo para estrangeiros. A gente se for lá beber um café, paga o mesmo preço que os estrangeiros, por isso não se pode. (Deolinda, 58 anos, 2017)

18 A atual Freguesia de Santa Maria Maior incorporou as seguintes freguesias: Castelo, Madalena, Mártires; Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro. A atual freguesia de São Vicente incorporou as freguesias da Graça, Santa Engrácia e São Vicente de Fora.

A minha opinião, eu acho muito mal, porque nós estamos a ficar todos sem casa, toda a gente que é juventude. Há um contrato de arrendamento, num valor que é aceite, mas só nos fazem contrato de um ano e ao fim de um ano dizem para a gente sair, aquilo é renovado de ano a ano. Depois, temos que sair e ficamos sem nada na zona, temos que procurar noutras juntas de freguesia de Lisboa mais baratas. (Antero, 41 anos, incapacitado, 2017).

Em 2014, o fenómeno de gentrificação surgia como um dos responsáveis pela expulsão deste grupo mais vulnerável, fenómeno que se vem manifestando, nos últimos 20 anos, nestas áreas da cidade e que se traduz na requalificação urbana, no aumento de procura de habitação e do preço das rendas. Em 2017, acresce o fenómeno de turistificação, que consiste na procura de habitações para recuperar e arrendar por períodos de curta duração em regime de alojamento, assumindo os mesmos impactos da gentrificação: o aumento dos preços da habitação, a quebra e a fragmentação das redes de vizinhança, a dificuldade dos naturais do bairro permanecerem na zona por não terem capacidade financeira para os arrendamentos praticados e os consequentes impactos emocionais da saída involuntária do bairro.

Porém, apesar do sentimento de expulsão manifestado pelas pessoas que residiam no centro histórico e mudaram involuntariamente, pode existir alguma ambivalência na perceção dos seus efeitos no seu contexto de vida. Camila, nascida e criada em Alfama, e onde criou as suas filhas, viu em 2016 o seu contrato de arrendamento ser denunciado pelo senhorio e negociou uma saída antecipada com uma indemnização de 1600€. Através de um conhecimento arrenda uma casa na freguesia de Penha de França na qual está a fazer obras. Apesar de revelar aspetos negativos da mudança, nomeadamente a perda do apoio das suas vizinhas, considera que a mudança de habitação deu um novo impulso à sua vida:

Tenho uma nova perspetiva na minha vida, até tenho mais entusiasmo, gosto da casa, gosto de arranjar mais «-E acha que tem a ver com o facto de ter saído da outra casa, porque está outra vez a trabalhar...?» As condições que eu tinha da casa não me dava para evoluir mais e agora nesta já me dá para pensar mais, para fazer mais... (Camila, Trabalhadora Pobre, 2017)

O quadro abaixo permite constatar a redução do número de entrevistados a residir na zona histórica (Santa Maria Maior/S. Vicente): de 24 em 2011, passam a 16 em 2017, o que contrasta com o maior imobilismo residencial dos moradores nas atuais freguesias de Marvila/Santa Clara, onde predomina a habitação social.

Quadro 59 – Local de residência dos entrevistados segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017)

		Não se considerava em nenhum grupo	Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente	Total
Zona 2011	Ameixoeira/Marvila	1	7	5	10	23
	Zona histórica		7	8	9	24
	Total	1	14	13	19	47
Zona 2014	Marvila/Santa Clara	1	6	5	10	22
	Santa Maria Maior/São Vicente		5	8	8	21
	Outro concelho		1			1
	Outra freguesia		2		1	3
	Total	1	14	13	19	47
Zona 2017	Marvila/Santa Clara	1	6	5	10	22
	Santa Maria Maior/São Vicente		5	4	7	16
	Outro concelho		1		1	2
	Outra freguesia		2	3	1	6
	Outra situação		0	1	0	1
	Total	1	14	13	19	47

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

2. O reforço do vínculo no estatuto de ocupação das habitações

Quanto ao estatuto habitacional, verifica-se que existe mais um entrevistado proprietário da habitação social em que residia, é o caso de Marisa, saída da pobreza.

Os titulares de contrato de arrendamento no mercado privado aumentaram de 10 em 2011, para 11 em 2014 e 12 em 2017, tendencialmente residentes da Santa Maria Maior/São Vicente. Por sua vez, os titulares de habitação social também aumentaram, passando de 15, em 2011, para 17, em 2017. Os casos de coabitação social diminuíram de 6, em 2011, para 2, em 2017. Também a coabitação ou a não titularidade do contrato de arrendamento no mercado privado decresceu de 8, em 2011, para 6, em 2014, e 4, em 2017. Em quartos arrendados continuam 3 pessoas: Gonçalo, Hortense e Ramiro. Com carácter de continuidade no Programa Casas Primeiro encontra-se apenas Abu, pois Ramiro acabou por se desvincular do Programa.¹⁹

Todavia, outras formas pouco dignas de habitação persistem por falta de alternativas:

- ▶ A ocupação abusiva de habitação social de Paula e Verónica: Paula não dispõe de quaisquer condições habitacionais; e Verónica está em processo de negociação com a Gebalis para atribuição de uma habitação;
- ▶ A situação de Olegário que coabitava em 2011 com os sogros e atualmente vive numa carrinha.

Deste modo, conclui-se que relativamente ao estatuto ocupacional, a tendência para a vinculação que se verificou em 2014 se mantém.

¹⁹ Jerónimo era uma outra pessoa que integrou este Programa e que fazia parte do Painel, mas que em 2017 não foi possível contactar.

Quadro 60 – Estatuto de ocupação da habitação dos entrevistados segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017)

		Não se considerava em nenhum grupo	Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente	Total
Estatuto de ocupação da habitação 2011	Proprietário			3	2	5
	Arrendatário - habitação social (titular)	1	3	2	9	15
	Coabitação social		2	1	3	6
	Arrendatário - mercado privado (titular)		2	5	3	10
	Arrendatário - mercado privado (não titular)		6	2	0	8
	Ocupação abusiva				1	1
	Outra situação		1			1
	Arrendatário - quarto				1	1
	Sem informação				0	0
	Total	1	14	13	19	47
Estatuto de ocupação da habitação 2014	Proprietário			3	2	5
	Arrendatário - habitação social (titular)	1	3	2	8	14
	Coabitação social		1	1	3	5
	Arrendatário - mercado privado (titular)		3	5	3	11
	Arrendatário - mercado privado (não titular)		4	2		6
	Ocupação abusiva		1		1	2
	Arrendatário - quarto		2		1	3
	Total	1	14	13	18	46

		Não se considerava em nenhum grupo	Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente	Total
Estatuto de ocupação da habitação 2017	Proprietário			3	3	6
	Arrendatário - habitação social (titular)	1	5	3	8	17
	Coabitância social			1	1	2
	Arrendatário - mercado privado (titular)		4	4	4	12
	Arrendatário - mercado privado (não titular)		2	2	0	4
	Ocupação abusiva		1		1	2
	Arrendatário informal de quarto				1	1
	Arrendatário - quarto		2			2
	Sem residência (carrinha)				1	1
	Total	1	14	13	19	47

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Da análise da evolução das condições habitacionais das pessoas que integram o Painel, em traços gerais, conclui-se que as condições se mantiveram ou se tornaram mais adequadas. Nesta situação estão 34 das 47 pessoas entrevistadas em 2017. Todavia, há ainda um conjunto importante para quem as condições habitacionais continuam a ser um problema que persiste nas suas vidas e que acresce a outras dimensões problemáticas: 3 pessoas continuam a residir em habitações sobrelotadas e 5 em casas sem as condições mínimas de habitabilidade.

Apesar das aparentes melhorias habitacionais, a perceção da habitação como um problema nas suas vidas emerge, em cada nova fase da pesquisa, para mais pessoas, com particular destaque para os idosos, decorrente do agravamento dos seus problemas de saúde.

Quadro 61 – Balanço das condições habitacionais entre 2014 e 2017 face às condições habitacionais em 2017 dos entrevistados segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017)

Perceção Situação Pobreza 2011						
Balanço das condições habitacionais 2014-2017	Condições habitacionais 2017	Não se considerava em nenhum grupo	Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente	Total
Melhorou	adequada		2	3	2	7
Manteve-se	adequada	1	9	4	13	27
	sobrelotada		1	1		2
	sem condições de habitabilidade		1		3	4
	sem informação			1	1	2
Piorou	adequada			2		2
	sobrelotada		1			1
	sem condições de habitabilidade			1		1
	sem informação			1		1
Total	adequada	1	11	9	15	36
	sobrelotada		2	1	0	3
	sem condições de habitabilidade		1	1	3	5
	sem informação		0	2	1	3
	Total		1	14	13	19

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Quadro 62 – Perceção dos problemas com a habitação segundo a perceção do trajeto na pobreza (2011, 2014 e 2017)

Perceção de problemas com a habitação		Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente	Total
2011	Sim	5	3	5	13
2014	Sim	5	5	7	17
2017	Sim	5	5	8	18

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

3. Habitação como medida de política social – os apoios escassos face às necessidades

No conjunto das pessoas que integram o painel encontram-se diferentes tipos de apoios ao nível da habitação, como foi sendo exposto ao longo dos capítulos anteriores: o acesso à habitação social, os subsídios mensais da SCML e o Programa Casas Primeiro da AEIPS, dirigido especificamente a pessoas sem-abrigo com experiência de saúde mental. Dos entrevistados que permanecem no Painel, e como já referido, apenas 1 integra este programa.

Das 47 pessoas que integram este painel, 21 beneficiam, como titulares ou não, de habitação social (estão aqui incluídas as 2 situações de ocupação abusiva de habitações). Dos restantes 26, apenas 8 estão inscritos para acesso a habitação social. Daqueles 26, em 2014, 9 beneficiavam de apoio regular à renda, número que decresceu em 2017 para 6.

Quadro 63 – Apoios regulares à renda segundo a perceção do trajeto na pobreza (2014 e 2017)

	Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente	Total
Apoios regulares à renda 2014	5	2	2	9
Apoios regulares à renda 2017	4	1	1	6

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

IV Conclusão

Esta é a terceira fase de uma pesquisa assente numa abordagem qualitativa longitudinal, iniciado em 2011, cujo propósito é o estudo e a interpretação dos processos de mudança social ao longo de um período de 10 anos. Partindo de um grupo de pessoas em condição de pobreza e exclusão social, explora-se a interação que ocorre entre constrangimentos estruturais, medidas de política social, entendimentos subjetivos e processos de decisão. De facto, considera-se que as **abordagens de percursos de vida são de particular relevância no quadro de uma avaliação de políticas, uma vez que permitem uma melhor compreensão de como as intervenções, num dado momento, afetam os resultados futuros**. Este interesse crescente pelas pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na esfera política prende-se com o facto da resposta às perguntas *Porquê* e *Como* ficarem por responder ou serem respondidas de forma incompleta ou insatisfatória por via dos métodos estatísticos (Holland, 2006).

Por seu lado, as pesquisas longitudinais abrem perspetivas renovadas nas arenas da inquirição social, prestando atenção aos processos psicológicos e biográficos (“viver através da experiência”) e de como os resultados são gerados e mediados. Deste modo, as pesquisas longitudinais, encorajando o uso de métodos biográficos ao longo do tempo, permitem:

- **Abordagens holísticas para a política**, focando no indivíduo e procurando perceber a interação, muitas vezes subtil, dos fatores que moldam determinados processos, como a exclusão social, a resiliência e o risco;

- Evidenciar o interesse na **noção de carreira** na sua relação com áreas como o trabalho, rendimentos, saúde, confiança social, saúde mental e outras, colocando em relevância **o impacto inevitável das teorias da individualização que sugerem um corte entre o agente e a estrutura**, renovando o interesse nos processos biográficos, em que os indivíduos criam os seus próprios projetos (Henwood, 2003).

O grande manancial de entrevistas realizadas desde 2011 (74, em 2011; 57, em 2014 e 47, em 2017), e as conclusões que possibilitam tirar, reforçam a importância deste tipo de abordagem, permitindo identificar dinâmicas sociais fortemente marcadas por condicionantes individuais e familiares, sistémicas e estruturais, cuja combinação e impacto é fundamental perceber para a definição de políticas públicas consonantes com as mudanças económicas e sociais e as necessidades dos indivíduos.

Importa referir que, em 2017, das 47 pessoas que compõem o painel desta investigação, apenas 2 pessoas conseguiram sair da sua condição de pobreza. O Barómetro continuará a acompanhar estes casos até à quarta e última fase prevista para 2020, tal como se espera seguir os restantes 45, pois, como sabemos, a manutenção do painel de inquirição é o grande desafio dos estudos longitudinais qualitativos. Tal como referido na fase II, a manutenção do grupo de entrevistados é a principal dificuldade e desafio deste tipo de abordagem e sobre a qual vários metodólogos se têm debruçado. Os estudos realizados não são unânimes nas suas conclusões, parecendo indiciar o que esta pesquisa tem também revelado: a variabilidade dos contextos sociais, aliada à especificidade dos grupos de pessoas a inquirir ou aos traços de personalidade de pessoas singulares, são fatores relevantes a ter em conta que exigem a adequação de estratégias em função da singularidade de cada caso. No entanto, existem evidências de que o estabelecimento de uma relação entre as pessoas e a organização promotora do estudo, ou mesmo com os entrevistadores, é relevante para a motivação para a participação no mesmo (Natalino, 2015). A manutenção do contacto com as pessoas que integram o painel entre os momentos de inquirição, via redes sociais virtuais, email, telefone ou encontros presenciais, revela-se fundamental.

1. Condenados à pobreza mesmo quando o mercado de trabalho os absorve

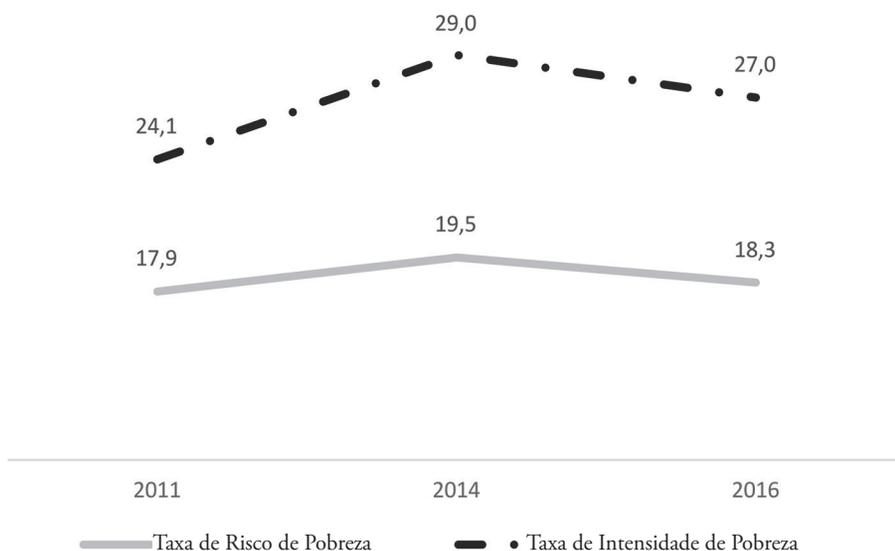
É conhecido que o debate sobre a pobreza é complexo, sujeito a controvérsias e desafios que decorrem em larga medida da definição do conceito e da multidimensionalidade do fenómeno. O Observatório tem vindo a tentar clarificar os contornos desses debates a partir deste estudo qualitativo que segue, há já 7 anos, trajetórias de vida, atravessando conjunturas socio económicas diferentes e difíceis.

É essa dinâmica temporal que tem permitido compreender mais profundamente a relação entre as conjunturas históricas e as várias faces da pobreza, bem como, a forma como ela é entendida e vivenciada pelos próprios e apoiada pelas políticas sociais.

Na análise da pobreza, vários autores salientam a importância do mercado de trabalho e das políticas sociais como os dois pilares essenciais para o combate à pobreza. Em Portugal, a fragilidade destas duas dinâmicas tem penalizado a população que apresenta, ainda hoje, e de forma persistente, uma percentagem elevada de pessoas em situação de pobreza.

Como refere Carlos Farinha Rodrigues (2016) *“A retração dos rendimentos familiares ocorrida em Portugal entre 2009 e 2014, na ordem dos 5% em termos nominais, esteve em contraciclo com a evolução verificada no conjunto da União Europeia, onde os rendimentos familiares cresceram 6,5% (entre 2009 e 2013) (...) As consequências sociais da profunda crise económica e do processo de ajustamento traduziram-se não somente num acréscimo da população em situação de pobreza, mas igualmente numa pronunciada deterioração dos recursos da população pobre.”* (Rodrigues, 2016:13 e 17). Mais recentemente, as estatísticas oficiais sobre a pobreza em Portugal apontam para um decréscimo da taxa de risco de pobreza em 2016, concretamente 18,3% (INE, 2017), contra os 19,5% verificados em 2014. Todavia, esta proporção continua a apresentar-se elevada, destacando-se a taxa de intensidade de pobreza, que mede em termos percentuais a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, e cujo valor apresenta ainda uma elevada distância face ao registado em 2011, quando iniciámos o Barómetro.

Gráfico 2 – Taxa de Risco de Pobreza após transferências sociais e Taxa de Intensidade de Pobreza 2011, 2014, 2016

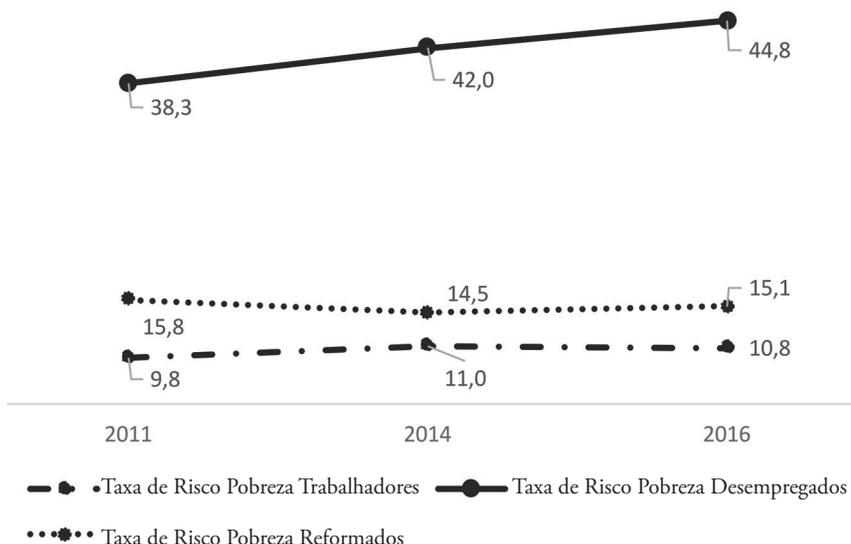


Fonte: EU-SILC 2012, 2015 e 2017

É neste contexto difícil que as primeiras conclusões desta fase III do Barómetro (2017) vêm comprovar resultados de fases anteriores, ou seja, este *grupo selecionado* de pessoas em situação de pobreza tem permanecido globalmente na mesma situação (desde o início do Barómetro apenas 2 pessoas podem ser consideradas como tendo saído da pobreza, ambas em 2014). Mas essa permanência em grupos de fragilidade observa-se apesar do aumento do número de elementos integrado no mercado de trabalho. Entender esse paradoxo é uma das questões centrais desta análise.

Uma percentagem de pobreza tão significativa e tão persistente tem estado associada ao reconhecimento da persistência do desemprego e da desqualificação dos empregos, o que não é de estranhar, na medida em que a pobreza está intimamente associada ao estatuto de atividade: quanto mais os sujeitos estão afastados do mercado de trabalho maior a taxa de pobreza. Veja-se a este propósito os últimos dados publicados relativos à taxa de pobreza entre os desempregados (44,8%) e outros inativos (32,3%), quando o valor nacional é de 18,3%, e entre os empregados de 10,8% (EU SILC, 2017, dados provisórios). Assim, frequentemente, seja a nível nacional, seja a nível europeu, a luta contra a pobreza tem sido associada à luta contra o desemprego e as políticas públicas têm insistido no reforço da capacidade de inserção dos ativos na vida económica ou em estratégias de ativação para este efeito.

Gráfico 3 – Taxa de Intensidade de Pobreza após transferências sociais Trabalhadores, Reformados e Desempregados, 2011, 2014 e 2016



Fonte: EU-SILC 2012, 2015 e 2017

Em Portugal, como de resto na Europa e no mundo, as conjunturas históricas têm-se alterado muito rapidamente depois da crise do *sub-prime*²⁰, não apenas no que se refere às dinâmicas macroeconómicas (como os défices nacionais, reestruturação dos aparelhos de Estado e recuo das políticas públicas), como também face às características do funcionamento do mercado de trabalho.

O início do Barómetro em plena crise (2011) refletia as condições generalizadas de desemprego e/ou de incapacidade para enfrentar a procura de emprego (como a doença, a desafiliação e incapacidades várias).

A análise mais atual agora terminada vem colocar em evidência duas dinâmicas complementares no novo contexto socioeconómico:

- ▶ por um lado, a entrada no mercado de trabalho de um número significativo de entrevistados em 2017 (8). Essa inserção, no entanto,

²⁰ Desencadeada em 2007 a **crise do subprime** é uma crise financeira motivada pela concessão de empréstimos hipotecários de alto risco. Esta prática conduziu vários bancos para uma situação de insolvência o que teve um impacto negativo sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

faz-se em condições tão precárias que nenhum consegue sair da situação de pobreza;

- ▶ por outro lado, todos os perfis sociais contribuem para essa inserção: dos 8 entrevistados que se encontram, em 2017, integrados no mercado de trabalho, em 2011, 3 eram cuidadores informais, 1 estava enquadrado no perfil de desafiados, 1 era desempregado e 2 estavam em situação de incapacidade física, demonstrando bem a volatilidade das situações e como são mutantes as condições de vida que, como se afirma frequentemente, são “processos” e não estádios fixos e estáticos.

De facto, em 2017, as alterações nas dinâmicas do mercado de trabalho trazem, mesmo para as populações em situação de pobreza, um aumento significativo de inserção laboral. No total dos entrevistados, 8 iniciaram trabalho e, no conjunto dos 40 em idade ativa, mais de metade (22) estão inseridos no mercado de trabalho, embora, como já referido, apenas dois deles com remunerações que lhes permitem sair da categoria de “trabalhadores pobres”. Note-se que, neste conjunto de entrevistados (47), apenas 4 estão desempregados. Assim, nesta fase histórica de retoma económica, aumentou o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho de 17, em 2014, para 22, em 2017, registando-se, no entanto, por diferentes razões, o afastamento do mercado de trabalho por parte de 4 pessoas: situações de desemprego (2), incapacidade (1) e cuidadora informal (1).

No caso da entrada em situação de desemprego de duas entrevistadas destaca-se o facto de estas se encontrarem no final da sua vida ativa. No entanto, os motivos para o desemprego diferenciam-se: se num caso trata-se de uma consequência das políticas de redução dos quadros de pessoal da administração pública, o outro reflete o declínio do comércio tradicional no centro histórico de Lisboa e de uma relação com o mercado de trabalho fundada na precariedade, aliada a limitações de saúde.

Quadro 64 – Evolução dos perfis de ocupação das pessoas que em 2011 estavam em idade ativa - 40 (2011, 2014 e 2017)

2011		2014		2017	
Trabalhadores Pobres	12	Trabalhadores pobres	12	Desempregados	2
				Trabalhadores Pobres	10
		Trabalhadora	1	Trabalhadora	1
Cuidadores Informais	9	Desempregados	4	Incapacitados	2
				Trabalhadores pobres	2
		Cuidadores	2	Cuidador informal	1
				Trabalhador pobre	1
		Trabalhadora	1	Trabalhadora	1
		Trabalhadores pobres	1	Trabalhadores pobres	1
		Idosos	1	Idosa	1
Desempregados	7	Trabalhadores pobres	1	Incapacitado	1
		Trabalhadores pobres	1	Cuidador Informal	1
		Desempregado	5	Trabalhadores pobres	3
				Desempregados	2

2011		2014		2017	
Incapacitado	8	Incapacitado	7	Trabalhador pobre	1
				Incapacitado	6
		Desempregado	1	Trabalhador pobre	1
Desafiliado	4	Desafiliado	3	Incapacitado	3
		Trabalhador pobre	1	Trabalhador pobre	1
	40		40		40

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Notas:

1. A sombreado e cinzento estão os casos que mantêm a trajetória; com fundo preto os inseridos no mercado de trabalho.
2. Estão excluídos deste quadro o conjunto de entrevistados (7) que integravam em 2011 o perfil social Idosos.

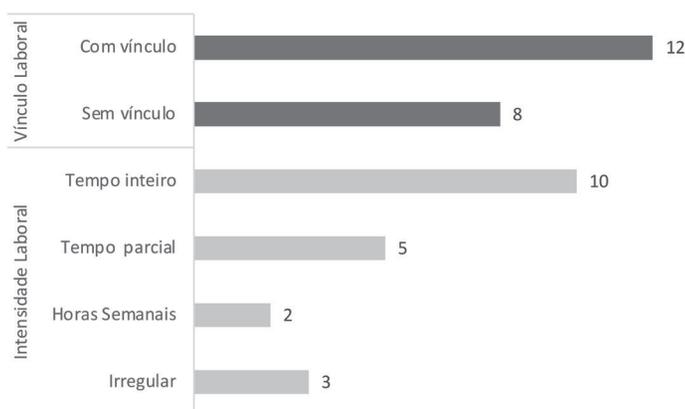
Esta mobilidade chama a atenção para duas dimensões da situação de pobreza, inserindo-a na “nova questão social” problematizada por Robert Castels (1995). Para este autor a nova questão social assentava em três metamorfoses centrais que alteravam, decisivamente, a estrutura social: i) a “desestabilização dos estáveis” que ameaçava a classe operária e era um fenómeno coletivo e não individual; ii) a “instalação da precariedade” que enviava muitos para situações instáveis de trabalho e de rendimentos; e iii) o “défice de lugares” na estrutura social que gerava uma série de “normais inúteis”.

O que se verifica no período compreendido entre 2014 e 2017 é, por um lado, a horizontalidade da situação de pobreza que faz com que a inserção no mercado de trabalho seja mal remunerada e, embora melhorando a situação económica familiar, não é suficiente para fazer sair da situação de pobreza, o que acontece com uma massa alargada de trabalhadores. Mas essa categorização factual observada não deve obscurecer as dimensões subjetivas que **assentam na auto percepção da sua própria evolução e o reconhecimento de que essa integração no mundo do trabalho reforçou dimensões positivas de inserção, nomeadamente aumentando os níveis de rendimento, de autoestima e de socialização.**

Peões de um jogo que não dominam, estes entrevistados são simultaneamente vítimas e atores de um mundo laboral em transformação. De facto, a desigualdade social e a precarização do trabalho têm estado em acelerada evolução e atingem grandes grupos populacionais a partir de baixos salários, trabalho sem contrato, penosas condições laborais, nomeadamente em termos de horários e outras. São alterações estruturais que penalizam o “equilíbrio” fordista entre capital e trabalho na criação da riqueza e que tendem a fazer cair a remuneração do trabalho para níveis historicamente baixos, impossibilitando mesmo condições de vida dignas. No interior do trabalho assalariado desenvolvem-se novas formas de desigualdade com a existência do subemprego, de intermitências entre tempo de trabalho e desemprego, entre outras.

A conjugação da desvalorização do trabalho assalariado com o crescimento das desigualdades salariais e os baixos salários permite explicar a manutenção, e até o reforço, dos “trabalhadores pobres”. **Mas, curiosamente, no caso do Barómetro, não é tanto pela precariedade dos vínculos, mas mais pela realidade dos baixos salários e pela fraca intensidade laboral que a situação de pobreza não se altera: dos recém-entrados no mercado de trabalho 6 têm vínculo e trabalham a tempo inteiro. No seu conjunto o grupo dos ativos divide-se: a maioria dos trabalhadores pobres têm vínculo laboral (12) e trabalho a tempo inteiro (10), mas os restantes têm uma baixa intensidade laboral (trabalho parcial, algumas horas semanais ou sem regularidade).**

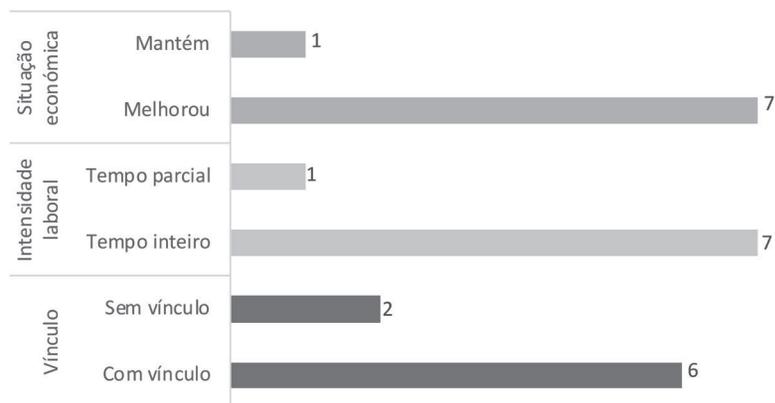
Gráfico 4 – Tipo de inserção no trabalho e apreciação da sua situação económica dos trabalhadores pobres no mercado de trabalho (20²¹) – 2017



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

21 Dos 47 entrevistados que integram o painel do Barómetro, 20 são pessoas integradas no mercado de trabalho, mas cujos baixos rendimentos, os confina a categoria de trabalhadores pobres.

Gráfico 5 – Tipo de inserção no trabalho e apreciação da sua situação económica dos recém-entrados no mercado de trabalho (8) - 2014-17



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

O trabalho a tempo parcial involuntário, ou subemprego, é uma realidade que abrange um vasto grupo de população ativa em Portugal e na Europa, com maior incidência nas mulheres e nos grupos menos escolarizados, como podemos verificar nos quadros apresentados abaixo.

Quadro 65 – Composição dos indicadores suplementares de desemprego nos países europeus, pop. 15-74 anos, por sexo (2016) (%)

	Tempo Parcial involuntário		Indisponíveis para o trabalho		Disponíveis para trabalhar, mas sem procura ativa (Desencorajados)	
	H	M	H	M	H	M
Alemanha	27,8	72,2	53	47	46,8	53,2
Áustria	30,6	69,4	51,9	48,1	47,9	52,1
Bélgica	27,7	72,3	44,9	55,1	53,8	46,4
Bulgária	52,5	47,9	45,3	54,7	54,9	45,1
Chipre	51,7	48,3	45,9	54,1	37,6	62,4
Croácia	49,6	50,4	42,9	56,5	41,5	58,5
Dinamarca	41,3	58,7	43,4	56,6	53,9	46
Eslováquia	48,7	51,3	40,4	59,6	44,3	55,7
Eslovénia	32,3	67,7	52,6	47,4	44,8	55,2
Espanha	33	67	41,7	58,3	32,6	67,4
Estónia	41,2	58,8	47,6	52,4	48,2	51,8
Finlândia	37	63	45,6	54,4	54,7	45,3
França	28,2	71,8	43,5	56,5	48,4	51,6
Grécia	45,3	54,6	42,4	57,3	32	68
Holanda	35,7	64,3	42,7	57,3	47,8	52,2
Hungria	40,3	59,5	37,5	62,5	50,4	49,6
Irlanda	45,8	54,2	52,8	48	57	43
Islândia	40,7	59,3	31,6	63,2	41,2	57,4
Itália	40,8	59,2	46,7	53,3	40,6	59,4
Letónia	43,2	56,8	42,6	57,4	50,6	49,6
Lituânia	37,3	62,7	49,6	50,4	58	42,6
Luxemburgo	27,1	71,2	39,7	61,8	45,5	54,5
Malta	42,9	57,1	-	-	35,7	71,4
Noruega	35,7	64,2	52,1	47,9	51,2	48,9
Polónia	36,6	63,4	46,6	53,5	45,2	54,8
Portugal	37,9	62,1	48,3	51,7	44,6	55,4
R. Checa	23,1	76,5	37,3	62,7	45,1	54,9
R. Unido	37,1	62,9	45	55	46,9	53,1
Roménia	66,5	33,5	-	-	46,3	53,8
Suécia	36,6	63,4	47,8	52,2	51,9	48,2
Suíça	27	73	47,3	52,6	42,3	57,7
EU-28	34,7	65,3	46,4	53,6	43,5	56,5

Fonte: Dados recolhidos em Employment and unemployment statistic, EU-Labour Force Survey (Eurostat), acedido em 2018.

Quadro 66 – Composição de dois dos indicadores suplementares de desemprego nos países europeus, pop. 15-74 anos, por nível de escolaridade (2016) (%)

	Tempo Parcial involuntário			Disponíveis para trabalhar, mas sem procura ativa (Desencorajados)		
	Básico	Sec. e PS	Sup.	Básico	Sec. e PS	Sup.
Alemanha	19,9	61,2	18,7	34,4	48,1	16,9
Áustria	16,6	51,4	32	26,3	51,1	22,7
Bélgica	25,8	46,4	27,8	42,3	36,5	21,4
Bulgária	47,9	43,3	-	49,1	44,8	6,1
Chipre	23,7	38,5	38,2	24,2	46,3	29,5
Croácia	22,9	50,7	26,3	23,5	61,6	14,9
Dinamarca	30,5	41,8	22,3	50,8	31,5	13
Eslováquia	39,1	56,7	4,3	28,6	60,6	10,7
Eslovénia	9,3	58,8	31,5	23,4	59,9	16,7
Espanha	41,7	26,9	31,3	57,6	23,4	19
Estónia	14,1	47,1	38,8	21,6	56,7	21,6
Finlândia	18	53,8	28,2	38,8	41,9	19,3
França	23,9	51,1	24,6	42,2	43,4	13,8
Grécia	26,4	48,1	25,6	28,2	54,6	17,2
Holanda	23,8	46,8	28,2	46,6	36,1	16
Hungria	25	63,6	11,4	43	48,9	8,2
Irlanda	18,9	47,4	30,7	44,8	33,5	18,6
Islândia	44,4	33,3	21	54,4	32,4	13,2
Itália	39,5	45,9	14,6	52,9	38,6	8,5
Letónia	12,6	59,3	28,1	20,7	62,6	17
Luxemburgo	25,4	35,6	25,4	41,3	27,3	20,7
Malta	54,3	34,3	11,4	-	-	-
Noruega	25,8	41,5	32,7	56,6	30,1	13,3
Polónia	10,4	63,6	26,1	18,2	68,6	13,2
Portugal	55,4	22,8	21,8	66,7	21,8	11,6
R. Checa	15,3	60,8	23,9	18,1	67,4	14,5
R. Unido	19,7	47,9	32,4	30,2	47	22,6
Roménia	49,9	48,8	-	47,1	48,2	4,7
Suécia	22,3	51,7	25,7	59,7	28,2	11,6
Suíça	19	51,5	29,1	29,7	48,7	21,2
EU-28	27,3	47,3	25,1	45,2	41,6	13

Fonte: Dados recolhidos em Employment and unemployment statistic and Education and training statistics, EU-Labour Force Survey (Eurostat), acedido em 2018.

No que respeita ao Painel do Barómetro, como se pode também analisar, e é de alguma forma inesperado, em todos os perfis houve entrada na vida económica, mesmo em perfis que se considerava de difícil inserção, como os incapacitados ou desafiados. Houve evidentemente alguma estabilidade e permanência na situação, sobretudo, para os mais idosos (6), incapacitados (4) e desempregados (2).

Esta informação salienta, sobretudo, que, embora haja populações em situação de pobreza cujas condições de idade ou de saúde não lhes permite sair da zona de vulnerabilidade, **a grande maioria apresenta potencial para a empregabilidade. O que impede o seu acesso ao emprego não é a sua incapacidade, ou pressuposta não empregabilidade ou falta de motivação, mas o olhar e o lugar que a sociedade atribui aos *normais inúteis*.** A inserção no mercado de trabalho que aqui verificamos é, ao mesmo tempo, um triunfo e uma conquista individual onde se joga a capacidade de ação, e se torna ainda mais visível e dramática a inexorável força do *destino de classe* dos mais vulneráveis. De facto, em 2014, apenas encontramos 2 pessoas que saíram da situação de pobreza: a inserção no mercado de trabalho permitiu-lhes auferir o rendimento suficiente para uma vida condigna.²²

Esta condição de pobreza, que a inserção no mercado de trabalho não consegue dissipar, é uma realidade nacional e europeia para mais de 10% dos trabalhadores europeus (Eurofound, 2017), uma realidade preocupante e sobre a qual o poder político nacional e europeu precisa de se debruçar. Como refere o estudo do EuroFound - *A pobreza na população trabalhadora na EU*: “Na maioria dos Estados-Membros os esforços têm-se centrado em inserir as pessoas no mercado de trabalho. Não obstante o facto de ter trabalho, em termos gerais, melhorar a situação das pessoas, isso não constitui, por si só, solução para o problema da pobreza na população trabalhadora. Na realidade, centrar os esforços na inserção das pessoas no mercado de trabalho pode, até, aumentar a pobreza na população trabalhadora, se não se prestar atenção aos rendimentos desses trabalhadores e dos respetivos agregados familiares.” Acrescentam, ainda, “Já antes do início da crise financeira de 2008, um número considerável de trabalhadores europeus era pobre. Desde então, verifica-se uma disparidade cada vez maior nas taxas de pobreza na classe trabalhadora nos diversos Estados-Membros.” (EuroFound, 2017: 2). Foi neste sentido, de um maior equilíbrio entre as dimensões económicas e sociais da União Europeia, num esforço conjunto de convergência ascendente, que

22 Estes 2 casos de pessoas saídas da condição de pobreza integram agregados familiares com 3 e 5 elementos (este último com 3 menores), e contam aproximadamente com 2100 euros e 2300 euros de rendimento mensal, respetivamente.

foi assinado e proclamado a 17 de novembro de 2007, por todos os Estados-Membros da União, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.²³

Os que melhoram a sua condição de vida são, na sua grande maioria, os que estão integrados no mercado de trabalho (15 em 21), o que significa que este facto tem vindo a gerar melhorias de rendimentos, pese embora sejam insuficientes para garantir a saída da pobreza. De facto, a segmentação crescente do mercado de trabalho no contexto europeu tem gerado uma maior atenção sobre a questão social dos “trabalhadores pobres” fazendo questionar as próprias políticas europeias²⁴ e desencadeando recomendações aos estados-membros para limitar e regular o mercado de trabalho e reduzir os efeitos mais penalizadores, nomeadamente através do aumento dos salários mínimos e de medidas fiscais. Hoje, defende-se a integração de objetivos de inclusão social nas políticas económicas e de emprego, mas as dinâmicas do mercado económico e as rápidas alterações sentidas continuam a produzir impactos na desregulação dos vínculos laborais, na manutenção de baixos salários, persistindo no caso português uma economia informal muito enraizada que absorve um número significativo de ativos, que vê o seu futuro comprometido.

Outra dimensão sobre a qual importa refletir são os custos associados à habitação e à presença de menores de idade e outros dependentes nas famílias. Estas duas dimensões podem conduzir agregados familiares à condição de pobreza, devendo ser acauteladas ou ponderadas na definição de medidas de proteção social, evitando a lógica de reprodução de pobreza por falta de investimento nas habilitações escolares dos próprios e dos descendentes ou por persistirem condições inadequadas de habitação. **O estudo revela como a falta de investimento nestas duas dimensões das políticas públicas – educação e habitação – acaba por se repercutir negativamente ao nível da saúde, das dinâmicas familiares e dos percursos escolares e profissionais.**

Efetivamente, a avaliação das políticas públicas é crucial para melhor compreender até que ponto as medidas de promoção da coesão social, de redistribuição e de combate à pobreza são eficazes no combate à pobreza no trabalho, reflexão complexa e condicionada pela dificuldade de definir e medir a pobreza na população trabalhadora. Limiares de pobreza uniformes podem constituir uma abordagem mais simples na comparação das tendências da pobreza na

23 O objetivo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais é conferir aos cidadãos novos direitos, mais eficazes. Baseia-se em 20 princípios fundamentais estruturados em torno de três categorias: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; proteção e inclusão social.

24 Em 2017, a União Europeia com 28 estados membros registava uma taxa de 9,6% de trabalhadores pobres.

população trabalhadora, ao longo do tempo, nomeadamente transnacional, mas o seu cálculo deve ser ponderado e refletir as diversidades nacionais e regionais.

A reter...

2014-2017: uma conjuntura que permite um reingresso no mercado de trabalho, mas insuficiente para a saída ou redução da situação de vulnerabilidade.

As mudanças de perfil das pessoas que integram o Painel desde 2011 demonstram bem a volatilidade das situações e como são mutantes as condições de vida que, como se afirma frequentemente, são processos e não estádios fixos e estáticos, aliás, bem patente na inserção no mercado de trabalho de pessoas de todos os perfis, mesmo em perfis que se considerava de difícil inserção, como os incapacitados ou os desafiados.

Todavia, esta inserção não é suficiente para retirar os trabalhadores da situação de pobreza. Este é um problema social emergente em toda a Europa que exige reflexão política específica por parte dos governos e dos parceiros sociais. Urge acompanhar cuidadosamente a evolução da pobreza entre estes trabalhadores e suas famílias, de forma a avaliar as suas necessidades e riscos, garantindo os mesmos direitos, nomeadamente o mesmo acesso à proteção social, em caso de desemprego, invalidez ou velhice dos trabalhadores com vínculo laboral ou dos trabalhadores a tempo parcial involuntário. Também é importante refletir sobre o acesso às pensões de invalidez quando se verificam problemas de saúde impeditivos do acesso ao mercado de trabalho.

2. A solidariedade de proximidade: Família, as Instituições locais e o Estado - o indispensável reforço da cooperação?

Desde a fase I do Barómetro que se questiona o papel das redes de solidariedade e, muito particularmente, a função da família restrita e alargada em situações de vulnerabilidade. De facto, a questão da inserção relacional tornou-se uma problemática central na discussão da pobreza. Os múltiplos estudos sobre a exclusão social (Paugam, 1996; Donzelot, 1992; Castel: 1995; entre outros) iam sublinhando a “desafiliação” que era gerada pela incapacidade económica dos pobres de ativar as redes de solidariedade formal ou informal.

Igualmente, desde o início do Barómetro que nos interrogávamos: a precariedade socioeconómica arrastaria consigo um processo de enfraquecimento das relações familiares? a precariedade socioeconómica propicia um processo de isolamento e fechamento individual, como estudos noutros países têm demonstrado? até quando famílias, também elas em situação de pobreza, aguentariam o esforço de suporte económico, mas também afetivo e emocional aos parentes na mesma situação?

Na fase II do barómetro, em 2014, concluíam-se “*Ora, o que esta pesquisa vem demonstrar é a manutenção dos laços familiares (e outros) e diluir esse receio de esbatimento do capital social, ou seja, neste caso a rede de suporte não institucional parece ter aumentado e ter-se diversificado entre 2011 e 2014, havendo mais pessoas a recorrer ao suporte da rede informal, diversificando-se as fontes desta rede. Deve, no entanto, referir-se que a qualidade desta rede não revela, na maioria das situações, uma grande solidez. Por um lado, mais de metade dos entrevistados manifesta um grau de coesão familiar médio ou fraco, por outro lado, são sobretudo aqueles que têm os laços familiares mais fracos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade e de longa duração. Por fim, os apoios conseguidos por via da rede informal raramente permitem proporcionar outras oportunidades de vida e suprir a privação sentida*” (Costa et al, 2014: 242).

Quadro 67 – De quem recebe apoios informais (2014 e 2017)²⁵

	2014	2017
Família, amigos, vizinhos e outros	41	38
Sem apoios informais	5	8
Sem informação	1	1
Total	47	47

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

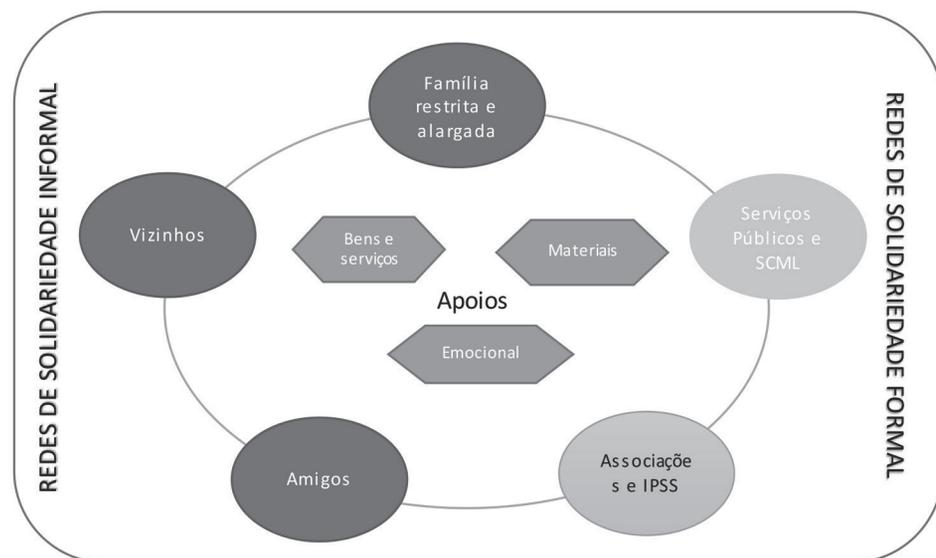
A trajetória de vida das pessoas incluídas em 2011 no perfil de desafiados é um exemplo paradigmático das conclusões acima enunciadas. Por via da continuidade da sua relação com os dispositivos de assistência, bem como pelo reatar de relações com a família, e pela estabilidade da sua condição habitacional, o conjunto de 4 entrevistados que em 2011 estavam no perfil desafiados, encontra-se em 2017, distribuído por incapacitados (3) e trabalhadores pobres (1). No percurso de vida deste grupo específico verifica-se «*uma busca constante de aproximação à normatividade social*» (Amaro, 2015: 192-93).

Estas dimensões positivas de manutenção das relações de proximidade não devem obscurecer que a vivência da pobreza traz consigo profundas alterações das formas de vida e de relacionamento:

- ▶ o desemprego separa o sujeito da sua rede de relações laborais, por vezes a mais forte do ponto de vista temporal no quotidiano;
- ▶ os suportes das redes de proximidade geram, frequentemente, um sentimento de dependência, de obrigação a contrapartidas e de humilhação;
- ▶ o facto de se estar bem inserido em redes de relações alargadas não impede, frequentemente, o sentimento de solidão e de mal-estar.

²⁵ Este quadro compara os tipos de apoio recebido em 2014 e 2017 pelas pessoas que integram o barómetro nesta fase III.

Figura 22 - Principais redes de solidariedade e tipo de apoios



Constata-se que as redes familiares e de proximidade jogam um papel essencial e múltiplo na capacidade de lidar com as situações de pobreza, tanto mais que nestas populações as “redes locais” são mais significativas face à maior desterritorialização encontrada para a população com mais recursos.

Mas a análise demonstra ainda a importância das políticas públicas e o papel das organizações do terceiro sector neste suporte. Aliás não se trata de problemáticas separadas, pois a crise económica, bem como as correntes de neoliberalismo foram argumentando sobre a repartição de competências entre o Estado e estas redes de proximidade, questionando a quem competiria verdadeiramente a responsabilidade de tomar conta dos seus. Esta questão coloca-se face à pobreza, mas também face aos mais velhos, às crianças, aos jovens sem trabalho, entre outros, onde o Estado verifica a importância destes apoios informais e não monetários fornecidos pela rede de solidariedade informal e pelo terceiro sector.

Para apreciar o sentido e os fundamentos da entreaajuda pode ser interessante verificar a lógica das trocas entre o Estado, as organizações do terceiro sector e as famílias. De facto, ao Estado²⁶ compete o suporte material significativo, sistemático e controlado das transferências monetárias (RSI,

²⁶ No caso de Lisboa, em grande medida, algumas destas funções são asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Subsídio de desemprego, Pensão de invalidez, velhice, entre outras). Esse apoio não é dispensável na situação de carência destas famílias. As organizações do terceiro sector contribuem com outro tipo de apoios, como a ajuda em bens alimentares e géneros, a operacionalização de projetos específicos, como o *Housing First*,²⁷ que integra em habitação pessoas em situação de sem-abrigo, o cartão de saúde da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que permite aceder aos serviços de saúde da instituição e, em alguns casos, à cedência gratuita de medicamentos, entre outros apoios prestados localmente. As famílias são um suporte indispensável do ponto de vista emocional, mas também material e de cuidado na doença e nas várias fragilidades pessoais e sociais, suportando muitos das necessidades da vida quotidiana.

Se esta repartição de responsabilidades entre Família e Estado ainda está numa tensão crítica ligada a fatores demográficos e financeiros, mantém-se a questão de saber até que ponto é legítimo reenviar responsabilidades sociais e financeiras para as famílias, também elas em situação de pobreza. A função desempenhada pelos cuidadores informais é a este título ilustrativo: o importante papel social que assumem no seio das famílias no cuidado a pessoas dependentes repercute-se no seu empobrecimento, no curto e longo prazo, e na redução dos custos para o Estado, nomeadamente relativos à sua institucionalização ou à prestação de cuidados formais no domicílio, mas também no valor futuro das pensões de velhice, dada a curta carreira contributiva. Como se sabe as bonificações de prestações, atualmente existentes, relativas à deficiência ou à monoparentalidade são manifestamente insuficientes para colocar uma parte significativa destas famílias acima do limiar de pobreza²⁸.

27 Na cidade de Lisboa existem dois Projetos assentes na abordagem Housing First, um desenvolvido pela Associação para o Estudo e Integração Psicossocial - AEIPS (Casas Primeiro) e outro pela Associação Crescer (É uma Casa). Estes Projetos visam apoiar pessoas em situação de sem-abrigo no arrendamento e manutenção de uma habitação estável e integrada na comunidade, disponibilizando, consoante as necessidades, um conjunto diversificado de serviços de suporte no contexto habitacional.

28 Em Portugal, em 2016, 33,1% dos agregados composto por um adulto com pelo menos uma criança encontrava-se em risco de pobreza. (EU-SILC 2017, dados provisórios, disponíveis em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281441156&DESTAQUESmodo=2&clang=pt)

A Reter...

- A rede de suporte encontrada inclui a família restrita e alargada, mas também, vizinhos, amigos, colegas de trabalho e instituições;
- A família restrita é fonte de suporte, motor para sair da situação e procurar alternativas, mas também, nalgumas situações, funciona como âncora problemática, onde a presença de dependentes a precisar de cuidados, ou a conflitualidade entre cônjuges acaba por agravar as situações;
- A relação é por vezes interativa, pois do ponto de vista material alguns dos entrevistados contam no seu orçamento, cumulativamente ou não, com contribuições que são atribuídas a outros membros do agregado familiar, nomeadamente pensões de invalidez, doença, velhice, abonos de família, entre outros;
- A manutenção dos laços familiares e do suporte material e afetivo está presente em quase todas as situações, não se evidenciando o isolamento como fator que reforce as situações de exclusão social, mas os limites dos apoios familiares estão igualmente muito presentes;
- O suporte é sobretudo dos colaterais (irmãos e ascendentes), havendo algum constrangimento, embora essa situação também esteja presente, em recorrer aos filhos.

Relativamente ao papel dos cuidadores informais, importa não só dar continuidade às iniciativas parlamentares²⁹ referentes a esta matéria (estatuto do cuidador informal, regime de trabalho com redução de horário laboral, medidas de informação, formação e apoio psicossocial, benefícios fiscais e sociais, entre outros), como também discutir os mecanismos de financiamento e de equidade no acesso a direitos inerentes à repartição de “tarefas” entre Estado, Famílias e Terceiro Sector.

29 É possível destacar um conjunto de iniciativas parlamentares de diferentes grupos partidários, nomeadamente os seguintes projetos de resolução: n. os228/XIII (1.ª) Recomenda ao Governo a promoção de apoio estruturado aos cuidadores informais, bem como a criação do Estatuto do Cuidador Informal (CDS/PP), 235/XIII (1.ª); Pelo reforço dos apoios aos cuidadores informais (PCP), 306/XIII (1.ª) Recomenda ao Governo a criação do Estatuto do Cuidador Informal (PS), 308/XIII (1.ª) Recomenda ao Governo a tomada de medidas de apoio aos cuidadores informais e a aprovação do seu estatuto (PSD) e 310/XIII (1.ª) Cria o Estatuto do Cuidador Informal (BE) que deram lugar à Resolução da Assembleia da República n.º 136/2016 - Recomenda ao Governo a criação do estatuto do cuidador informal.

3. Doentes porque são pobres ou pobres porque são doentes?

A relação entre pobreza e desemprego e/ou doença é conhecida há longo tempo, e é objeto de inúmeras pesquisas que a confirmam, quer nos países pobres, quer nos países ricos (Rousseau, 2015; Lund, 2017, entre outros). As condições de vida, da alimentação à habitação, o acesso aos bens de saúde, e as condições de trabalho, sendo mais deficientes, têm impactos negativos sobre a saúde a todos os níveis e repercussões nos estilos cognitivos: percepção do futuro descontínuo, tomada de decisão afetada pelos recursos disponíveis ou estados emocionais marcados por stress e ansiedade (ver, entre outros, Haushofer *et al.*, 2014).

Esta associação revela um laço de causalidade num duplo sentido: a pobreza desencadeia uma saúde frágil e uma saúde frágil desencadeia também a pobreza. Mas a noção de desigualdades sociais na saúde acentua a constatação de que as diferenças de saúde no seio de uma população não são fruto do azar ou de constantes biológicas, mas explicam-se também pelo lugar na estrutura social (Rousseau, 2015). Falar de desigualdades na saúde significa que qualquer que seja o indicador retido (socioeconómico, sanitário ou outros) as categorias menos favorecidas têm sempre menos saúde.

As tentativas de compreensão das desigualdades sociais em saúde têm já um longo historial de pesquisas que vão mostrando as complexas relações entre saúde e pobreza. O trabalho pioneiro de Black (1981) mostra desde logo que a pobreza não é suficiente para demonstrar a desigualdade de saúde, que esta relação não é linear e que há inúmeros fatores e formas de expressão específicas, quer da saúde quer da pobreza (IGAS, 2011).

Elaborado pelo Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS), o Relatório de Primavera 2017 tem como tema “*Viver em tempos incertos: sustentabilidade e equidade na saúde*” e afirma: “*O estudo de referência nesta área é de 1999, e tinha demonstrado que o sistema de saúde português estava marcado pela iniquidade no financiamento, com os pobres a gastar uma maior proporção do seu rendimento em saúde do que os ricos. Este resultado explicava-se essencialmente pelo peso elevado das despesas privadas no financiamento da saúde, que são tipicamente regressivas (...) Este capítulo mostra que as barreiras no acesso aos cuidados de saúde permanecem relevantes em Portugal, e sobretudo marcadas do ponto de vista socioeconómico. Foi observado um gradiente social, ligado ao rendimento, para os tratamentos médicos em geral, mas sobretudo um grau elevado de necessidades não satisfeitas, com um gradiente socioeconómico muito marcado, na saúde oral, na saúde mental e nos medicamentos. Em comparação com o resto da Europa, Portugal não sofre de maiores barreiras de acesso, mas estas barreiras estão mais marcadas do ponto de vista socioeconómico, em particular no que diz respeito às restrições financeiras*” (OPSS, 2017:83, 85)

Os modelos analíticos tendem a evidenciar as determinantes socioeconómicas na explicação das desigualdades de saúde das populações, mas a luta contra as desigualdades na saúde ultrapassa em muito as franjas de população em situação de pobreza, abrangendo grupos muito diferenciados de rendimentos. No entanto, vários autores reconhecem as especificidades das “doenças” ligadas à pobreza, não apenas ao nível físico, mas também mental e de dependências. Apesar disso, e embora muitos países, entre eles Portugal, tenham algumas medidas dirigidas para as populações mais fragilizadas (isenção de taxas, por exemplo), poucas são as medidas orientadas especificamente para esta população e as que existem deixam de lado outras variáveis determinantes da saúde, nomeadamente, condicionantes biológicos, como a idade e sexo, condicionantes sociais e económicas, (como os rendimentos e as condições laborais), ambientais (como a qualidade do ar e água em que habitam), os estilos de vida, (como os hábitos alimentares e de consumos), e o acesso aos serviços (tais como a educação, saúde, serviços sociais, e outros)

Como já se assinalou em relatórios anteriores, a omnipresença das situações de doença na população entrevistada não pode ser menosprezada, e não deixa de ser impactante a profusão de doenças reconhecidas pelos entrevistados. De entre elas, destacam-se as doenças de foro físico (doenças cardíacas e tensão alta; diabetes; doenças oftalmológicas, como glaucoma; doenças ortopédicas, coluna e debilidades físicas várias); as doenças do foro respiratório; a obesidade; as doenças estomatológicas; a neoplasia; o HIV e as doenças do foro psicológico, medicamente diagnosticadas, como a depressão; a doença bipolar e a esquizofrenia.

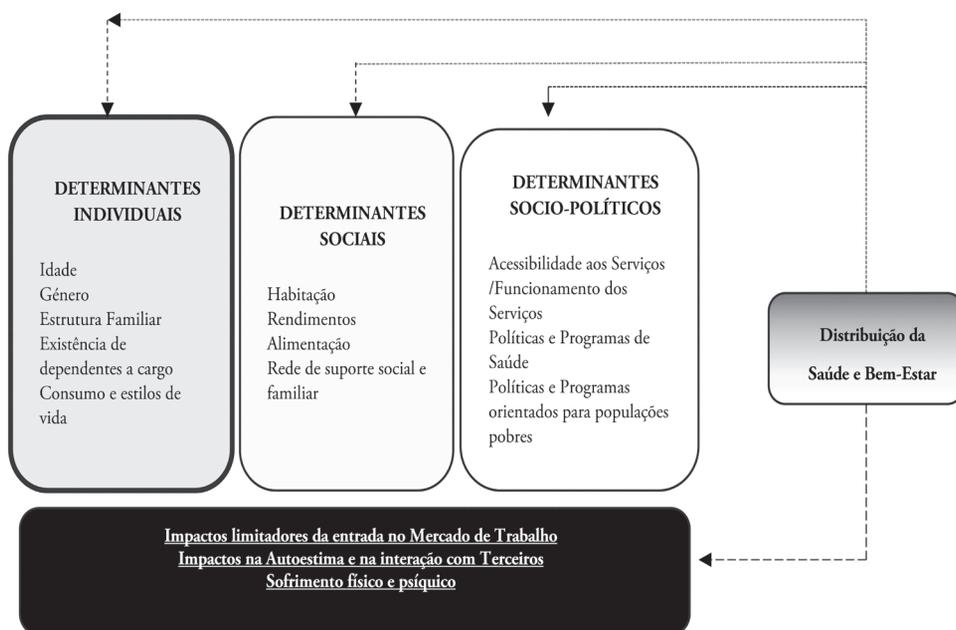
Trata-se de populações frágeis do ponto de vista dos recursos materiais, da saúde física e mental, que geram especificidades na exposição aos riscos. É na combinação entre estas capacidades e recursos sociais que se produzem as diferenças sociais de saúde.

Nos casos em estudo, que não resultam de uma análise profissional e sistemática sobre o assunto, mas apenas da identificação da auto percepção dos próprios sobre a sua situação de saúde, ressaltam fatores individuais e fatores ligados ao contexto social:

- ▶ **as determinantes «biológicas» do estado de saúde tendem a penalizar mais as mulheres, os mais idosos ou as pessoas com deficiência;**
- ▶ **as determinantes comportamentais que, ligadas ao contexto social, estão associadas a certos fatores de risco, como o consumo de álcool e de estupefacientes;**

- as determinantes familiares que perturbam a capacidade de lidar com a sua própria doença ou a de outros dependentes, tais como a ocupação stressante das cuidadoras informais, as pessoas com dependentes a cargo, muito especialmente filhos doentes e o alcoolismo dos cônjuges;
- as determinantes psicossociais que penalizam a autoimagem e a imagem pública de entrevistados com problemas de saúde de alta carga simbólica e de onde se salientam os problemas de estomatologia, a obesidade e o HIV;
- as determinantes sociais ligadas às condições de vida que penalizam a saúde (as más condições de habitação, alimentação, e outras);
- as determinantes estruturais de acesso aos bens e serviços, que incluem a acessibilidade aos cuidados de saúde, mas também a capacidade de fazer tratamentos ou comprar medicação.

Figura 23 – Determinantes de saúde e impactos encontrados na pesquisa



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Se a cada posição social corresponde um nível específico de recursos pessoais e sociais que determinam a gravidade da exposição às condições de risco, deve considerar-se a sobreposição, nalguns entrevistados, destes problemas. A omnipresença das situações de mal-estar difíceis de diagnosticar, como seja a identificação de tipos de doença, estão presentes em dois terços dos entrevistados (32 em 40 em idade ativa), sendo que em 8 são consideradas impeditivas de um trabalho, e é precisamente a incapacidade para o trabalho por motivo de doença que está na origem da sua situação de pobreza episódica ou acidental. Se por vezes a doença surge também, como justificativo das dificuldades em encontrar trabalho, também há uma subvalorização das situações de ansiedade e de stress.

Importa também refletir sobre as dificuldades de acesso a pensões de invalidez daqueles que por motivo de doença se encontram impedidos de trabalhar, na medida em que esta permitiria uma estabilidade financeira mais garantida e maior dignificação pessoal em contraponto com a volatilidade e escrutínio do RSI e a dependência de familiares ou de outras pessoas ou instituições.

Quadro 68 – Grau de limitação imposta pelos problemas de saúde no desempenho de uma atividade profissional por perfil (2017)

Perfil 2017	Impeditivo	Limitativo	Irrelevante	Não se aplica	Total
Incapacitados permanentes por motivo de doença	7	5	0	0	12
Desempregados	1	2	0	1	4
Cuidadoras informais	0	0	0	2	2
Trabalhadores pobres	0	5	6	9	20
Trabalhadora	0	0	0	2	2
Total	8	12	6	14	40

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Nota: Este quadro apenas contabiliza os elementos em idade ativa.

A Reiter...

Os resultados desta Fase III do Barómetro reforçam a ligação entre pobreza e saúde, vasta vezes afirmada por estudos e reflexões de natureza política e científica, nacional e internacional. De facto, a relação entre problemas de saúde e as condições ambientais, sociais, políticas e económicas condicionam a vidas das pessoas e devem por isso ser tidas em consideração nos diagnósticos, nas orientações gerais e nas ações estratégicas no âmbito da saúde. Por outro lado, importa ter presente que instalada a condição de doença na população ativa as famílias entram numa espiral descendente de rendimentos, resultado da redução de rendimentos por via do afastamento do mercado de trabalho por doença e o aumento de despesas associadas à mesma, agravando a situação de risco e vulnerabilidade, em particular de pessoas que possuem rendimentos baixos.

Se a equidade no acesso à saúde e a sua qualidade não parecem ser questionadas pelos entrevistados, a falta ou a insuficiência dos recursos disponibilizados e a débil cobertura dos impactos da doença são vastas vezes manifestadas pelo Painel desde a Fase I e permanecem nos discursos em 2017. Ou seja, o Serviço Nacional de Saúde, tendencialmente gratuito, tende a diagnosticar os casos de doença, mas não disponibiliza os recursos terapêuticos necessários para o seu restabelecimento, controlo ou mitigação, como medicação, óculos, próteses dentárias, entre outras ajudas técnicas necessárias. Esta carência é, por vezes, minimizada pelo apoio prestado por outras entidades³⁰, nomeadamente com consultas e ajudas técnicas ou com a comparticipação de medicamentos. Todavia, este apoio parece ser muitas vezes desajustado no tempo ou mesmo desatualizado. Se os idosos valorizam o apoio prestado por instituições como a SCML, outros, demonstram-se mais críticos com o tempo de espera para consultas, nomeadamente na área da estomatologia, ou a falta de respostas relativas a ajudas técnicas e a óculos.

Deste modo, no que respeita às políticas de saúde as críticas recaem sobre dois níveis: i) a falta de alternativa face à incapacidade económica destas pessoas para pagarem medicamentos e exames complementares de diagnóstico e ii) a demora ou mesmo não reconhecimento da incapacidade para o trabalho por motivo de saúde.

³⁰ A entidade prestadora deste tipo de apoio maioritariamente referida é a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e, pontualmente, as Juntas de Freguesia.

4. Perceção das carências: melhoria no acesso aos serviços públicos, mas manutenção de grande privação ao nível da subsistência familiar (rendimentos e alimentação)

Um dos focos de atenção do Barómetro é analisar as trajetórias de vida e a possibilidade de grupos em situação de vulnerabilidade saírem dessa condição. Nesta caminhada interessa tanto as ações objetivas como as subjetivas que se traduzem na auto perceção que se vai tendo das suas necessidades e da capacidade de ação para encontrar alternativas. Assim, importa analisar a perceção da satisfação das carências básicas do sistema de proteção social quando manifestadas junto dele, as estratégias e a motivação para a mudança e a perceção dessa mudança na situação de pobreza ocorrida entre a fase II e III.

Recorde-se que a fase em análise, de 2014 a 2017, apresenta, de alguma forma, um período pós-crise com uma lenta recuperação do PIB, aumento das exportações e do emprego que se tornam significativas, nos últimos dois anos, quando terminam os procedimentos por défice excessivo e melhoram o posicionamento do país.

Mas a recuperação é lenta, devido à crise prolongada de mais de 10 anos, e a capacidade financeira das famílias está longe de recuperar ou voltar à situação antes da crise. Como refere o INE, reportando ao Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, a despesa total anual média dos agregados familiares foi de 20 363€, menos 28€ do que a despesa média obtida em 2010/2011 (20 391€). O referido relatório mostra também o aumento de despesas estruturais, pois, em conjunto, as três principais componentes da despesa (habitação, alimentação e transportes) concentravam 60,3% da despesa total anual média das famílias residentes em Portugal em 2015/2016, ou seja, mais 3,3 pontos percentuais relativamente ao início da década (57,0%).

Mais uma vez o inquérito aos orçamentos familiares chama a atenção para a penalização dos rendimentos das famílias com crianças, onde a despesa total anual média dos agregados com crianças dependentes (25.254€) era cerca de 44% superior à dos agregados sem crianças dependentes (17.494€)³¹.

31 INE (2017), Inquérito às Despesas das Famílias, INE, Lisboa in https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250499556&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Apesar do já referido aumento de entrevistados que integram o mercado de trabalho, as condições de vida continuam a ser muito deficitárias nesta fase III a níveis básicos - de rendimentos, de saúde e de alimentação - e mantêm estes indivíduos e famílias num nível de pobreza significativo e preocupante após trajetórias de 7 anos. Refira-se que, ao longo de todo o período analisado (2011 a 2017) apenas 2 entrevistados saíram da situação de pobreza.

Embora se constatem ligeiras melhorias no acesso a serviços básicos como habitação e saúde, são ainda muitos os entrevistados que mantêm carências latentes na maioria dos domínios fundamentais para garantir o seu bem-estar.

Quadro 69 – Resultados dos apoios por área problemática

	Rendimentos		Alimentos		Saúde		Habitação		Educação		Emprego	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Carência Satisfeita	6	7	6	8	5	18	4	8	2	6	2	0
Carência não reconhecida	2	7	2	3	1	0	6	1	0	1	9	0
Carência latente – 5 anos	7	2	7	5	12	9	5	4	3	0	1	1
Carência latente + 5 anos	26	16	6	9	4	7	6	7	2	6	3	12
Total	41	32	21	25	22	34	21	20	7	13	15	13

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

Nota: “Carência não reconhecida” decorre da manifestação dessa carência junto dos dispositivos de assistência/proteção social e para a qual não foi despoletada qualquer solução pelo não reconhecimento da sua relevância. A partir do momento que é acionada uma resposta, mas mantém-se um estado de carência, ou não foi acionada uma resposta, apesar do reconhecimento da sua relevância, assumimos que se trata de uma “carência latente”, mais ou menos prolongada no tempo, consoante os casos: menos de 5 anos ou mais de 5 anos.

Tanto em 2014, como em 2017, a área dos rendimentos regista a grande fatia dos entrevistados com a manutenção das suas necessidades (35 em 2014 e 25 em 2017), logo seguida pela saúde (17 em 2014 e 16 em 2017) e alimentação (15 em 2014 e 17 em 2017). Estas duas últimas áreas, entre estes dois períodos, oscilam entre 2º e 3º lugares com números similares de pessoas a registar carências a estes níveis. Reforça essa dimensão das necessidades o facto de um número considerável de entrevistados mostrar uma carência ao nível dos rendimentos há mais de 5 anos (26 em 2014 e 16 em 2017), ainda que se registre uma diminuição considerável neste período. Se na área da saúde e alimentação o sistema vai procurando responder às necessidades manifestadas, outras situações de carências persistem há mais de 5 anos - apesar do sistema as reconhecer, não consegue saná-las. Ou seja, ainda que sejam reconhecidas pelo sistema de proteção social este não consegue acionar as respostas e os recursos necessários à sua resolução.

Esta realidade é particularmente visível nos rendimentos e no emprego, dos 25 que manifestam necessidades ao nível do rendimento em 2017, elas persistem para 16 dos entrevistados há mais de 5 anos, sem que seja encontrada uma resposta adequada pelo sistema de proteção social. Tratam-se de pessoas para quem os valores das prestações sociais não são suficientes para colmatar as suas carências e também não conseguem uma inserção no mercado de trabalho cujo salário lhes permita fazer face às necessidades dos seus agregados familiares.

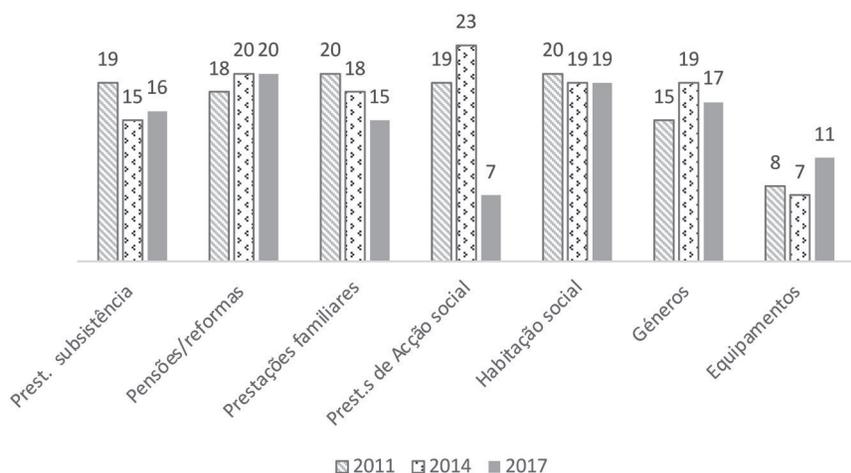
No que respeita ao emprego/trabalho, das 13 manifestações de carência, 12 existem há mais de 5 anos. Refira-se a este propósito, que **das 8 integrações no mercado de trabalho, nenhuma foi mediada pelos mecanismos sociais previstos, ainda que o registo dessa necessidade fosse do conhecimento do sistema. Isto revela que a ação dos dispositivos de assistência parece estar insuficientemente articulada com as políticas de emprego, e conseqüentemente para uma intervenção mais generativa, capaz de promover um processo de reintegração social e autonomização, que vá para além da «emergência social».**

A alimentação continua a ser, em 2017, um indicador que revela a existência de situações de carência, tendo subido ligeiramente face a 2014. O grupo dos trabalhadores pobres e dos incapacitados aparece com a maior manifestação desta carência, mostrando como alguns critérios de acesso aos benefícios sociais podem excluir população necessitada. O apoio alimentar, sendo essencialmente prestado pelas organizações da sociedade civil, parece nem sempre revelar a transparência e equidade necessárias relativamente às condições de acesso, sendo manifestado pelos entrevistados algum sentimento de incompreensão face aos critérios de acessibilidade e à forma de os aplicar na atribuição de apoios desta natureza.

Apesar destas dificuldades básicas, a área da saúde e da habitação parecem demonstrar uma melhoria das situações, sobretudo, no acesso aos serviços de saúde. Regista-se, em 2017, a melhoria das condições habitacionais para 8 pessoas que dela fazem uma avaliação positiva, e na saúde, com 18 entrevistados também a salientar melhorias. Embora a estes dois níveis as carências sejam preocupantes, mantendo-se no caso da saúde, entre 2014 e 2017 a situação de carência para 16 entrevistados e, no caso da habitação, para 11 pessoas.

O Estado e os vários tipos de prestações sociais estão presentes, como se tem vindo a observar nos estudos anteriores, mas manifesta-se também o declínio da capacidade interventiva do sector público a partir de 2011, decorrente do período de grave crise económica. Esta capacidade não tendo ainda sido reconstituída, apesar de alguma medidas recentes e das melhorias registadas pelos indicadores macroeconómicos, continua a revelar-se insuficiente para efetivamente apoiar a saída da condição de vulnerabilidade dos elementos do painel. Note-se que dos 47 entrevistados apenas 4 não têm qualquer apoio público em 2017. Francamente penalizador é o decréscimo das prestações da ação social que se relaciona também com a perda de acesso a estes benefícios por parte dos trabalhadores pobres que entraram no mercado de trabalho, mas cujo nível de rendimentos não é suficiente para dispensar os apoios sociais. **Isto significa que os efeitos da alegada retoma económica ainda não chegaram a estes trabalhadores e os critérios de acesso aos apoios sociais mantêm-se bastante restritos, obstaculizando a sua continuidade no sistema de proteção social.**

Gráfico 6 – Evolução do número de pessoas que usufruem dos Apoios Sociais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A Reter...

A apreciação sobre a satisfação das carências das pessoas que integram o Painel da Fase III permite concluir a generalizada dissonância entre os apoios disponibilizados e o estado de carência em que as pessoas se encontram. Apesar de estarmos perante uma avaliação que não engloba a totalidade das pessoas que integram o Painel – nem todos recorreram às respostas sociais disponibilizadas e nem todos sentem carências em algumas áreas específicas, nomeadamente pela sua idade ou condição de saúde - constatou-se um número muito reduzido de pessoas que revelaram, tanto em 2014, como em 2017, que o seu estado de carência foi ultrapassado face às que manifestam carências latentes. A exceção vai para a área da saúde que em 2017 regista uma evolução positiva, com 18 entrevistados a revelarem que as necessidades sentidas neste domínio foram satisfeitas, e para a área da habitação que entre 2014 e 2017, viu passar de 4 para 8 pessoas com esta carência satisfeita.

Embora o quadro económico português revele sinais de retoma, a ação pública em matéria de proteção social continua a evidenciar limitações na articulação sectorial de políticas para, de forma sustentada e efetiva, apoiar a saída da condição de pobreza dos entrevistados do Barómetro.

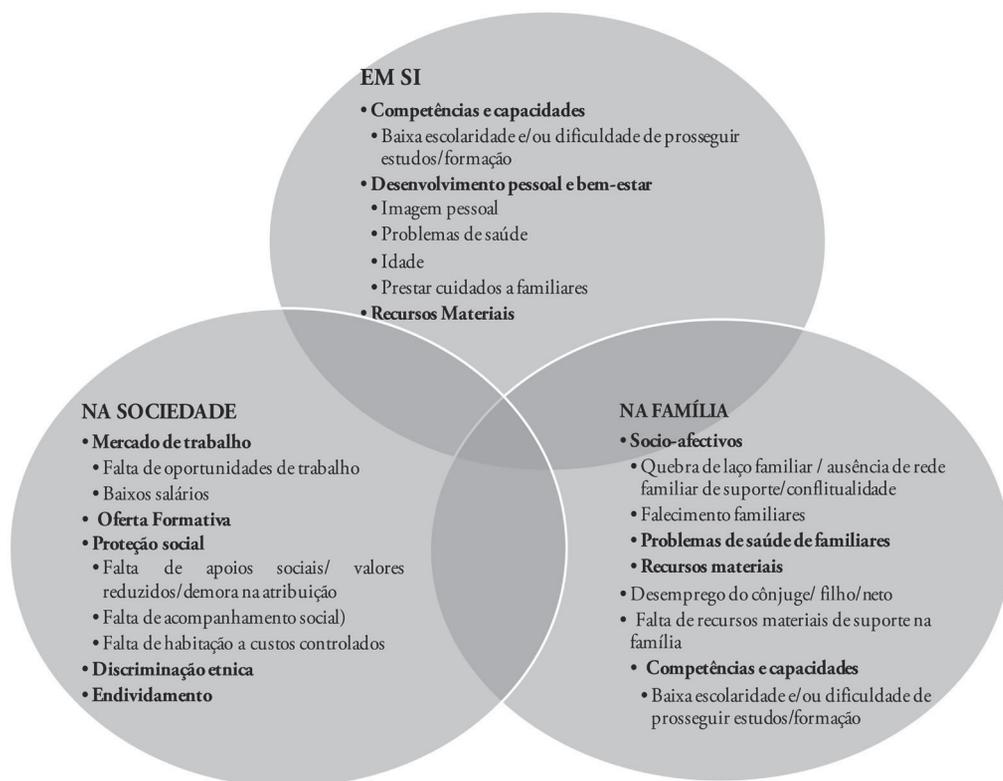
Por um lado, reforçar as condições de acesso e inserção no mercado de trabalho e, por outro, adequar as medidas sociais de modo a neutralizar as vulnerabilidades sociais e os eventos críticos que ocorrem nos percursos individuais e familiares dos cidadãos – a eliminação das carências manifestadas - são as duas variáveis que devem estar em causa no momento de definir políticas de combate à pobreza e de acionar os dispositivos de assistência.

5. Capacidade de ação: entre a adaptação e a resiliência, as condições “objetivas” são determinantes

Como se sabe, a percepção da pobreza tem dimensões objetivas e subjetivas e a identificação das determinantes da situação na perspectiva dos próprios é essencial para perceber como equacionam a sua capacidade de ação.

Os entrevistados encontram três dimensões estruturantes da pobreza em que se encontram, atribuindo a si próprios factos negativos, à sua família e à sociedade. As causalidades que auto atribuem a si próprios são, sobretudo, objetivas e encontram-se relacionadas com as qualificações, a situação de saúde ou de apresentação pessoal, e com os fracos recursos que consideram não permitirem desenvolver as ações mais adequadas, ou seja, consideram não dispor de condições que lhes permita rever a condição de pobreza em que se encontram. Identificam também determinantes da sua situação na esfera da família mais próxima, onde as roturas familiares, a quebra de rendimentos dos cônjuges, as dificuldades relacionadas com cuidados a parentes dependentes, entre outras, são consideradas barreiras à saída das situações de pobreza. Finalmente, identificam determinantes exógenas, sobretudo ao nível das dificuldades de integração no mercado de trabalho ou no deficiente funcionamento do sistema social, nomeadamente: ao nível das dificuldades em encontrar oportunidades de trabalho, sobretudo para as pessoas que se encontram a meio ou na reta final da sua idade ativa, ou ainda as pertencentes a minorias étnicas; na desadequação da oferta formativa às efetivas necessidades do mercado de trabalho; na ausência de um acompanhamento social mais próximo e na deficiente resposta a dimensões muito importantes relacionadas com a autoimagem (saúde oral).

Figura 24 – Perceção dos problemas pelos entrevistados do Painel



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

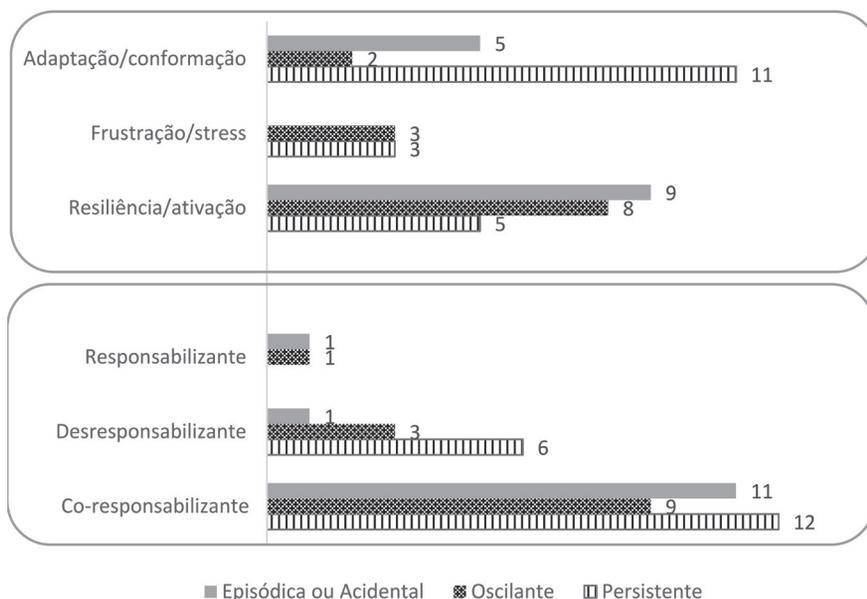
As transformações rápidas da sociedade e das várias dimensões da vida social fazem aparecer a exclusão como um acumular de roturas e de estrangimentos nos diversos planos (económicos, sociais, culturais, políticos, etc.). Face à dimensão e complexidade dos problemas, como se sentem os entrevistados? A quem atribuem a responsabilidade? A perceção das determinantes dos problemas, ainda que subjetiva, é fundamental para estruturar a capacidade de ação, na medida em que a atribuição exclusiva de responsabilidades a si próprio tende a desresponsabilizar a sociedade ou, por outro lado, a noção de que há uma coresponsabilidade entre o ator e o sistema torna possível um olhar sistémico sobre as mudanças.

Estas mudanças e roturas afetam também as identidades pessoais e a capacidade de agir dos cidadãos, embora com graus diferentes em função dos recursos que têm para as gerir. Como se sabe, a pobreza é de uma enorme violência e parece restringir drasticamente o espaço de ação quer pelas dificuldades de acreditar em si, quer pela insuficiência de recursos para a própria ação.

Perante três “modalidades da capacidade de ação” que manifestam diferentes graus de mobilização e de energia para o agir (adaptação, resiliência e frustração), as pessoas interrogadas manifestam-se sobretudo “resilientes”, pese embora a forte presença da estratégia de “adaptação/conformação”.

No primeiro caso, o indivíduo resiliente equaciona os seus recursos e o sistema social que o rodeia e considera que tem condições de o alterar a seu favor. No segundo caso, o indivíduo conformado equaciona os seus recursos e as oportunidades sociais disponíveis, mas sente-se impotente para produzir a mudança com vista à melhoria das suas condições de vida. No terceiro caso, na situação de stress e frustração, encontram-se, frequentemente, indivíduos numa situação de inquietação, sofrimento ou revolta permanente que impossibilita quer uma leitura clara da situação, das suas capacidades e oportunidades, quer das melhores estratégias para gerar mudança.

Figura 25 – Responsabilização na solução dos problemas e disposição para a ação, 2017



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

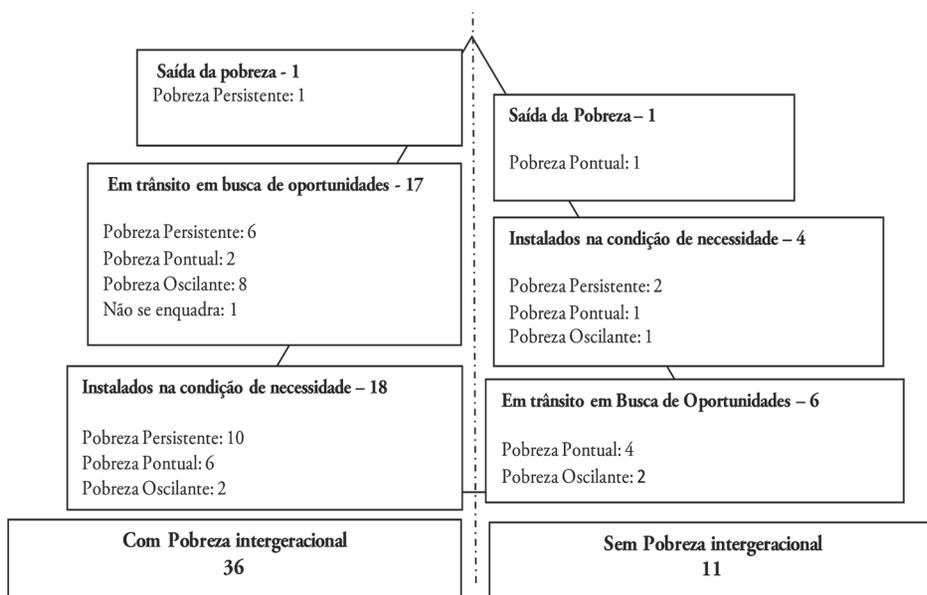
Notas:

1. O total de pessoas contabilizadas na variável “disposição para a ação” é 46, encontrando-se excluído deste gráfico um dos entrevistados, que em 2011 não se tinha posicionado em nenhum dos tipos de trajetória de pobreza.
2. O total de pessoas contabilizadas na variável “responsabilização na solução dos problemas” é 44, excluindo ao total do painel as 2 pessoas saídas da condição de pobreza e um dos entrevistados, que em 2011 não se tinha posicionado em nenhum dos tipos de trajetória de pobreza.

Como a pesquisa demonstra, são, apesar de tudo, atitudes que se alteram no tempo, pois a fronteira entre um estado de empoderamento e de impotência é movediça, o que traduz o funcionamento num jogo constante entre capacidades pessoais e oportunidades sociais, também elas mutantes.

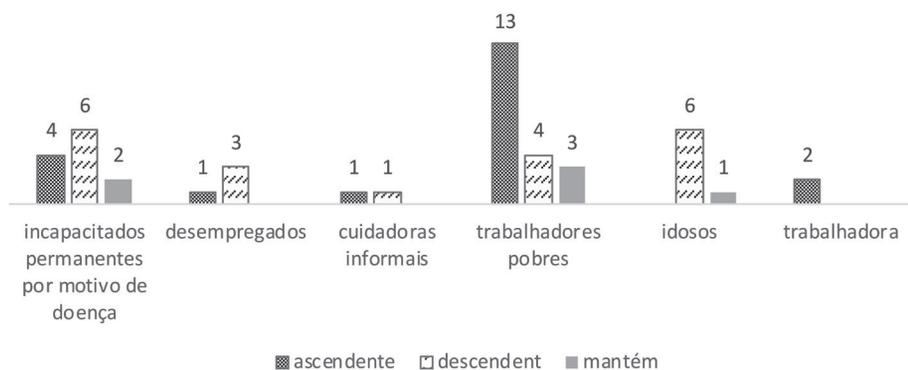
A pesquisa revela igualmente, para além da pertinência da definição do posicionamento face a percursos de pobreza (persistente, oscilante e episódica) que se revelam “explicativos”, uma extrema diversidade do grupo em análise. Por um lado, **os que pertencem a uma pobreza persistente são os que demonstram uma disposição de maior resignação e uma atitude desresponsabilizante, sendo este maioritariamente composto por idosos e incapacitados para o trabalho por motivo de doença, ou seja, a incapacidade pessoal de reverter a situação fá-los aceitar a condição de pobreza em que vivem. Inversamente na pobreza “oscilante” e “episódica” encontra-se uma grande capacidade de ação e uma atitude coresponsabilizante que tem a ver com uma história de vida feita de fracassos, mas também de sucessos.** Esta diversidade manifesta-se também nas trajetórias de vulnerabilidade quer daqueles que carregavam já uma herança de pobreza (intergeracional), quer dos que iniciaram a seu percurso de vulnerabilização em idade adulta. Na verdade, cerca de metade de cada um destes grupos encontra-se em trânsito em busca de oportunidades, o que significa que **independentemente do peso dessa herança é possível uma ação positiva e a convocação de capacidades e mobilização de recursos para aproveitar as possibilidades oferecidas pela sociedade.** Também nos dois casos que saíram da zona de vulnerabilidade se regista a mesma tendência.

Figura 26 – Perfis de trajetórias de vulnerabilidade - 2017



Esta fase III do Barómetro deve ser lida à luz das transformações mais recentes do país, mas, sobretudo, coloca em evidência as debilidades estruturais daquilo a que se tem vindo a chamar uma sociedade semi-periférica, no sentido em que uma estrutura salarial deficiente se associa a um estado social incapaz de reverter ou neutralizar vulnerabilidades, num contexto de grandes desigualdades sociais. O que se verifica é que na opinião dos entrevistados, neste período, 21 melhoraram a sua situação, 20 pioraram e 6 consideram-na inalterada, mas quase todos (com exceção de dois) mantêm-se em níveis inferiores considerados para uma vida digna, ou seja, mantêm-se abaixo dos níveis de pobreza.³²

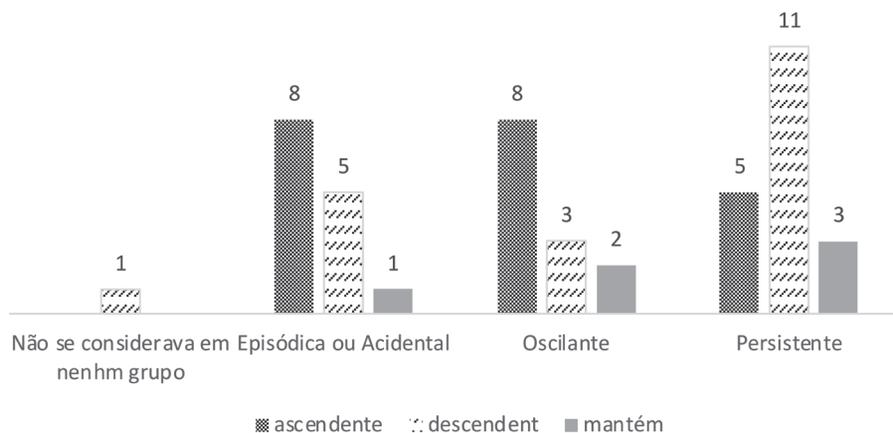
Gráfico 7 – Apreciação da Trajetória 2014 a 2017, por perfil



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

32 A taxa de risco de pobreza corresponde, em 2016, à proporção de pessoas com rendimentos monetários líquidos inferiores a 454€ mensais (EU-SILC 2017, dados provisórios, disponíveis em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&cxpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=281441156&DESTAQUESmodo=2&clang=pt)

Gráfico 8 – Apreciação da Trajetória 2014 a 2017 por percepção da trajetória de pobreza



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINAMIA'CET-IUL, 2017

A construção de um Estado de bem-estar inicia-se após a segunda guerra mundial, num contexto em que se pretendia a garantia de direitos sociais baseado num contrato social entre os cidadãos e o Estado onde os direitos e deveres eram acordados por todos para promover interesses comuns. Os cidadãos contratualizavam esses acordos através dos impostos e os governos ganhavam legitimidade protegendo os direitos dos povos através de políticas para o bem de todos. Era por via das políticas sociais que os processos de redistribuição e justiça social eram garantidos. Os governos assumiam que o investimento no desenvolvimento social era essencial para modernizar os países, alcançar coesão social e promover a estabilidade política, indispensável ao crescimento económico.

No entanto, as crises sucessivas, dos finais do século XX e início do século XXI, vêm mostrar que a realidade é bem mais complexa, evolutiva no tempo e sujeita a fortes pressões e opções sociopolíticas e modelos de pensamento ideológico divergentes, evidenciando novas formas de pobreza que devem trazer novas formas de proteção. É esta tomada de consciência, que obrigou a União Europeia desde o final dos anos 70 do século XX a procurar reforçar as medidas de combate à pobreza e exclusão social, o que, todavia, e pela manutenção do mesmo paradigma de crescimento e de desequilibrada distribuição de rendimentos, não tem objetivamente surtido o devido efeito, sobretudo quando a pobreza atinge na Europa cerca de um terço da população, registando a preocupante cifra de 10% de trabalhadores pobres.

A Reter...

Na apreciação da melhoria da situação económica ente 2014 e 2017 melhoraram as pessoas integradas no mercado de trabalho e pioraram os dependentes de políticas de redistribuição social. O agravamento da situação económica é mais sentido pelas pessoas não inseridas na vida ativa e que, por definição, dependem, quase exclusivamente, das políticas sociais: idosos e incapacitados. Esta realidade revela a debilidade de um importante pilar da coesão social: a redistribuição social por via das políticas sociais para aqueles que por motivos de idade ou saúde já não conseguem gerar rendimento. No caso dos idosos dever-se-á ter presente, como o faz Alexandra Lopes (2015), tanto os pobres que envelhecem como os velhos que empobrecem.

Trata-se, pois, de repensar as políticas de longevidade assentes numa abordagem ao longo da vida e de ir adequando os serviços e respostas sociais às necessidades relacionadas com as diferentes idades, sempre no pressuposto de um apoio integrado, centrado na pessoa e apoiado na comunidade local, no sentido de preparar o futuro em vez de o reparar.

Os perfis de trajetórias de pobreza (persistente, oscilante e episódica) são definidos por diferentes modalidades de capacidade de ação: a persistência do quadro de vulnerabilidade encontra-se associada a mais resignação e a uma leitura das causalidades desresponsabilizante. Uma capacidade de ação resiliente e mais ativa e uma atitude corresponsabilizante caracteriza a maioria das pessoas que se posicionam numa trajetória de pobreza de tipo oscilante ou episódica.

Metade do grupo de entrevistados (23) encontra-se em trânsito em busca de oportunidades para os quais permanece ativa a construção de um projeto de vida e a mobilização das suas capacidades para reverter as situações de vulnerabilidade social com que se confrontam ou confrontaram no seu percurso de vida. Importa reter que faz parte deste grupo um conjunto de 6 pessoas cuja trajetória na pobreza é persistente, mas que mantêm a crença em si, nomeadamente nas suas capacidades de convocar recursos evidenciando como os destinos de pobreza não estão definidos à partida e fazendo acreditar que por via da adequação e reforço da articulação entre as políticas de emprego, habitação, saúde e educação é possível equilibrar e dinamizar o jogo entre as capacidades individuais e oportunidades societais.

*

* *

Em jeito de conclusão final e síntese, importa lembrar que os resultados aqui assinalados são provisórios, fruto das dinâmicas que fomos identificando nos percursos de vida das pessoas que integram este painel ao longo dos 7 anos de Barómetro. De facto, os estudos longitudinais qualitativos colocam um desafio constante em cada momento face à estabilidade e previsionabilidade das interpretações produzidas, reforçando a volatilidade das vidas retratadas e como os contextos familiares, sociais, económicos e políticos influenciam os percursos de vida das pessoas.

Em segundo lugar, importa questionar em que medida as políticas sociais se adequam às necessidades manifestadas pelos diferentes perfis do Painel. Na verdade, as respostas sociais que são acionadas permitem interrogar em que medida as diferentes necessidades manifestadas pelas pessoas são alvo de uma diversificada e adequada intervenção. Os relatos recolhidos indiciam que os recursos às políticas públicas tendem a satisfazer os níveis mínimos de sobrevivência, poucas vezes alavancando processos de reinserção social efetivos e sustentados que permitam a rutura com as condições de pobreza. Uma aposta nas políticas de emprego, nomeadamente por via do apoio ao microcrédito, tal como se constatou por uma das pessoas entrevistadas, a par de orientações estratégicas nas políticas de saúde e proteção social, bem como um acompanhamento social que faça efetivamente a mediação entre os perfis de vulnerabilidade e os recursos disponíveis, seria uma via para uma melhor intervenção face às necessidades manifestadas, tanto num plano generativo e de promoção de autonomização, mas também na definição de respostas paliativas que garantam uma vida condigna, se a trajetória de vida não permitir a autonomização.

Na próxima e última fase importa acompanhar e aferir a sustentabilidade de algumas situações, nomeadamente de trabalhadores saídos da situação de pobreza, dos casos de trabalhadores sem vínculos laborais e participações sociais consonantes com os rendimentos auferidos, bem como das situações de integração no mercado de trabalho com fraca intensidade laboral e baixos rendimentos, e do entrevistado que integrado recentemente no mercado de trabalho vive numa carrinha com a sua família. É ainda de assinalar a importância de se compreender de que forma se consegue manter níveis mínimos de vinculação social no grupo de pessoas que integravam os desafiados na fase I e II e, que na fase III, pelo (re)estabelecimento de vínculo com a família, amigos ou mesmo com a assistência social, os afastou daquele perfil.

AMARO, Maria Inês (2015), A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana, in Diogo et al., *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 183-196.

BRANCO, Francisco (2015) A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social in Diogo et al., *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 231-249.

BRANNEN J. (2002) in Corden, A. and Millar, J. (2007) *Time and change: a review of the qualitative longitudinal research literature for social policy*. Social Policy and Society, 6. pp. 583-592. <http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=SPS>

BRUNER, Jerome (1987) Life as Narrative. *Social Research* 54/1: 11–32

BERTAUX, Daniel (1981). From the life-history approach to the transformation of sociological practice. In Daniel Bertaux (Ed.), *Biography and society: The life history approach in the social sciences* (pp.29-45). London: Sage.

BLACK D. et al. (1980) Report of the working group on inequalities in health. London, Stationery office

CASTEL, R. 1995, Les métamorphoses de la question sociale, Gallimard, Paris

CONCIALDI, Pierre (2014) *Pauvreté, Précarité et Chômage*, Spécificités, nº6, p.38

CASTRO, Alexandra; Costa, Sónia; Lobo Antunes, M^a José; Santos, Marta; Guerra, Isabel (2012) *A cidade Incerta. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa*, Cadernos EAPN, nº17, Porto, EAPN

COSTA, Sónia; Santos, Marta; Guerra, Isabel (2015) *Evolução na continuidade. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II*, Cadernos EAPN, nº20, Porto, EAPN

DIOGO, Fernando (2015), Pobreza, emprego e escolaridade: notas sobre o caso português in Diogo et al., *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 117-132.

DONZELOT, Jacques (1991) *Face à l'exclusion, le modèle français*, Paris, Esprit.

EUROFOUND (2017), *In-work poverty in the EU*, Publications Office of the European Union, Luxembourg. (sumário executivo em português), disponível em: https://www.eurofound.europa.eu/sites/default/files/ef_publication/field_ef_document/ef1725en.pdf

Inspection Générale des Affaires Sociales (IGAS), 2011 -RAPPORT N°RM2011-061P, *Les inégalités sociales de santé : Déterminants sociaux et modèles d'action*, France

INE (2017), Inquérito às Despesas das Famílias, INE, Lisboa, acessado em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=250499556&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt em 11.11.2017

GAULEJAC, Vincent de Frédéric Blondel, e Isabel Taboada-Leonett (1994) *La lutte des places*, Desclée de Brouwer, França.

HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst (2014), “On the psychology of poverty”, in *Science* **344**, 862. Disponível em DOI: 10.1126/science.1232491.

HENWOOD, K. and Lang, I. (2003) *Qualitative Research Resources: A consultation exercise with UK social scientists. A report to the ESRC*

HOLLAND Janet, Rachel Thomson and Sheila Henderson (2006) *Qualitative Longitudinal Research: A Discussion Paper*, Families & Social Capital ESRC Research Group, London South Bank University. Disponível em <http://www1.lsbu.ac.uk/ahs/downloads/families/familieswp21.pdf>

Lund, Crick et al. (2017), Simultaneous social causation and social drift: Longitudinal analysis of depression and poverty in South Africa, *Journal of Affective Disorders*, <https://doi.org/10.1016/j.jad.2017.12.050>

LOPES, Alexandra (2015), Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem? – Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa, in Diogo *et al.*, *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, 149-164.

NATALINO, Marco António (org) (2015), Pesquisa Painel de Mobilidade Ocupacional e Acesso a Programas sociais - Apresentação e Contribuições Metodológicas, *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, nº 21, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, acessado em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%201.COMPLETA.pdf>, em 09.01.2016

OBSERVATÓRIO PORTUGUÊS DOS SISTEMAS DE SAÚDE, 2017, *Viver em Tempos incertos: sustentabilidade e equidade na saúde*

PINTO, Teresa Costa (coord.) 2010, *À Tona de água: Necessidades em Portugal: tradições e tendências emergentes*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

PAUGAM, Serge (1996), *L'exclusion, l'état des savoirs* (sous la dir. de), La Découverte, coll. Textes à l'appui, Paris

RODRIGUES, Carlos Farinha (2016), *Desigualdade de rendimentos e pobreza em Portugal*, Fundação Manuel dos Santos, Lisboa

ROUSSEAU, Thomas (2015) *La pauvreté rend malade et la maladie rend pauvre* in <http://www.coopami.org/fr/expertise/realisation/2015/pdf/2015103002.pdf>, acessado em 17 de outubro 2017

SALDANA (2003) in Corden, A. and Millar, J. (2007), Time and change: a review of the qualitative longitudinal research literature for social policy. *Social Policy and Society*, 6. pp. 583-592. <http://journals.cambridge.org/action/displayJournal?jid=SPS> acessado em 22.07.2016

<http://ami.blogs.sapo.pt>

<http://ec.europa.eu>

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>

<http://www.bancoalimentar.pt/>

<http://www.caritas.pt/>

<http://www.cases.pt>

<http://www.civicus.org>

http://www.mercadosocialarrendamento.msss.pt/programa_emergencia_social.jsp

<http://www.portugal.gov.pt>

<http://www.sef.pt>

<http://www.seg-social.pt>

www.eapn.pt

www.eurocid.pt

www.iefp.pt

www.ine.pt

www.podata.pt

Decreto – Lei nº 64/2012 de 15 de março

Decreto-lei n.º 72/90, de 3 de março

Decreto-Lei nº 120/2015 de 30 de junho

Decreto-lei nº 172-A/2014 de 14 de novembro

Portaria n.º 135/2007, de 26 de janeiro

Portaria nº 196-A/2015 de 1 de julho

Portaria nº 42/2011 de 19 de janeiro

Portaria nº 60/2015 de 2 de março

Portaria nº 67/2012 de 21 de março

O sonho de concretizar um estudo longitudinal qualitativo, que desde o início enunciamos como um instrumento científico que fosse “capaz de ouvir as pessoas, avaliar o que sentem, registar as suas propostas, fazê-las cidadãos ativos no processo que poderá conduzir a uma intervenção sobre as causas que verdadeiramente as fizeram reféns da pobreza”, aproxima-se do seu final. Esta aventura, iniciada em 2011, e em que poucos acreditavam, está afinal a ser possível e a demonstrar a sua utilidade prática.

Ao longo destas três fases de Barómetro uma questão vai ecoando - Em que medida as políticas sociais se adequam às necessidades manifestadas pelos diferentes perfis do Painel? Na verdade, as respostas sociais acionadas permitem interrogar em que medida as diferentes necessidades manifestadas pelas pessoas são alvo de uma intervenção diversificada e adequada. Os relatos recolhidos indiciam que os recursos às políticas públicas tendem a satisfazer os níveis mínimos de sobrevivência, poucas vezes alavancando processos efetivos e sustentados de rotura com a pobreza. Uma aposta nas políticas de emprego, a par de orientações estratégicas nas políticas de saúde e proteção social, e um acompanhamento social que faça efetivamente a mediação entre os perfis de vulnerabilidade e os recursos disponíveis, seria uma via para uma melhor intervenção face às necessidades manifestadas, tanto num plano generativo e de promoção de autonomização, como na definição de respostas paliativas que garantam uma vida condigna, se a trajetória de vida não permitir a autonomização.

2017



promoção:



apoio:

